



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1224

Terça-feira - 23 de Abril de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	1
Antônio Carlos	3
Biguaçu	7
Braço do Trombudo	9
Caçador	20
Camboriú	34
Campo Alegre	39
Campos Novos	40
Canoinhas	50
Capinzal	52
Catanduvas	57
Chapadão do Lageado	58
Concórdia	60
Cordilheira Alta	60
Coronel Martins	60
Corupá	61
Curitibanos	63
Ermo	73
Forquilha	74
Fraiburgo	75
Garopaba	78
Garuva	78
Gaspar	79
Guaramirim	136
Herval d'Oeste	137
Ibiam	138
Imbituba	141
Iomerê	142
Ipumirim	142
Irineópolis	147
Itapoá	147
Joaçaba	148
Lauro Muller	181
Lebon Regis	188
Leoberto Leal	189
Luzerna	190
Maracajá	198
Meleiro	201
Navegantes	202
Nova Trento	205
Paial	210
Palhoça	210
Paulo Lopes	211
Porto União	211
Rio do Sul	213
Salto Veloso	217
Santa Rosa do Sul	219
Santa Terezinha do Progresso	220
São Bento do Sul	220

São Domingos	229
São João do Sul	230
São Lourenço do Oeste	231
São Pedro de Alcântara	235
Schroeder	239
Siderópolis	247
Timbó	249
Três Barras	251
Tunápolis	257
Turvo	259
Vidal Ramos	260
Videira	260
Vitor Meireles	264
Xavantina	265

Associações

AMMVI	265
-------------	-----

Consórcios

CIDEMA	267
CINCO	268

Água Doce

PREFEITURA

Lei N° 2.189/2013

LEI N° 2.189/2013 - DE 16 DE ABRIL DE 2013.

"AUTORIZA DESAFETAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE E A REVERSÃO DE DOAÇÃO DEVOLVENDO A PROPRIEDADE AOS DOADORES".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, submete a Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Ordinária:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo do Município de Água Doce a subscrever escritura pública de reversão de doação, doação, ou qualquer outro ato jurídico necessário a transferência de propriedade e posse, sem ônus ao destinatário, do imóvel inscrito na matrícula nº 6.257 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba, imóvel este que deverá ser transferido diretamente aos doadores ou aos seus sucessores a título particular ou universal.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art. 2º - Fica desafetado da destinação pública o imóvel representado pela matrícula nº 6.257 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba.

Art. 3º - O imóvel de que trata o artigo 1º possui as seguintes características descritas na matrícula nº 6.257: Duas áreas de terras RURAL, a primeira com 520,00m² e a segunda com 247,00m² perfazendo uma área total de 767,00m², situadas em conjunto no lugar denominado Paiol Frio, so Segundo Bloco da Colônia Zona Nova, Fazenda Bom Retiro, no município de Água Doce (SC), com as seguintes confrontações: ao NORTE, com terrenos de Nelson Luvison onde mede uma linha de 6,00m e em outra linha 33,50m; ao SUL com terrenos de Luiz Pedro Zanatta e Ruy Zanatta, onde mede 40,00m; ao LESTE com térreo de Luiz Pedro Zanatta e Ruy Zanatta, onde mede 20,00 e ao OESTE, com terrenos de Nelson Luvison, onde mede 15,20m.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 16 de abril de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal de Água Doce

Lei Nº 2.190/2013

LEI Nº 2.190/2013 - DE 16 DE ABRIL DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.365.0033.1.012 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
4.4.90.00.00.0.1.0001/44 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.1.006 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS
4.4.90.00.00.0.1.0001/38 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de abril de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 025/2013

DECRETO Nº 025/2013 DE 02 DE ABRIL DE 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC,

usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.525,00 (cinco mil quinhentos e vinte e cinco reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação do superávit exercício 2012.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.03.0110/156 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

13 FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
01 FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
16.482.0006.2.063 MANUTENÇÃO DO FUNDO HABITACIONAL
3.3.90.30.00.0.1.0110/156 Aplicações Diretas R\$ 5.525,00
TOTAL R\$ 5.525,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit exercício anterior verificado nas rubricas de recursos Próprios - Impostos Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de abril de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 026/2013

DECRETO Nº 026/2013 - DE 16 DE ABRIL DE 2013

"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.190, de 16 de abril de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada totalmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.365.0033.1.012 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
4.4.90.00.00.0.1.0001/44 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.1.006 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS
4.4.90.00.00.0.1.0001/38 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de abril de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 054/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 054/2013; Modalidade: Tomada de Preço Nº. 002/2013; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para empreitada com fornecimento de material na execução de serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem na Rua Matias Petry Junior - Estaca 00pp até 24 10,988m, numa extensão de 490,988 metros, do município de Antônio Carlos - SC. Entrega dos envelopes e abertura: 09:00 (nove) horas do dia 08/05/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 19 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Resultado de Processo Seletivo

Estado de Santa Catarina

Município de Antônio Carlos

Edital de Processo Seletivo Nº 002/2013

LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, homologa e torna pública a Lista de Candidatos Aprovados, Classificados, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 002/2013.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Nota final
MANOEL LUCAS DE SOUZA FILHO	7,0	9,0	8,33
GEOVANI PEDRO DE SOUZA	7,0	9,0	8,33
ANDERSON SIMIONI	6,0	9,0	8,00
FILIPPE ESPINDOLA	6,0	9,0	8,00
DIEGO ADILIO DA SILVA	8,0	8,0	8,00
MONIQUE BEATRIZ DE FREITAS	7,0	8,0	7,66
LUCAS LAFRATTA CALANDRELLI	6,0	8,0	7,33
AMANDA HOFFMANN	8,0	6,0	7,33
ALDEN LIUTI NASCIMENTO	5,0	8,0	7,00
HELLEN MARILIN SCHMITZ	5,0	8,0	7,00
DIOGO COELHO MANFROI	5,0	8,0	7,00

VICTOR ALISSON GOMES	7,0	6,0	6,33
LUCIANA NOGUEIRA LAVINA	7,0	6,0	6,33
ANA CLAUDIA VELOSO DE SOUZA	7,0	6,0	6,33
MATHEUS ROUSSENQ	7,0	6,0	6,33
RAFAEL EFFTING KNABBEN	9,0	5,0	6,33
ELOIZA ANDREA MORAIS SILVA	6,0	6,0	6,00
GISELLE CRISTINA DOS SANTOS	6,0	6,0	6,00
SAMIRA DE AQUINO L. FIORDALISI	6,0	6,0	6,00
VITOR SILVEIRA INACIO	5,0	6,0	5,66
SAMARA ALVES TESTONI	4,0	6,0	5,33
NELIO ANTONIO BATISTA VARELA	6,0	5,0	5,33
ADRIANO LUIZ FERNANDES	6,0	5,0	5,33
RODOLFO MORESCO	3,0	6,0	5,00
SÉRGIO ODAIR ALVES DE GOIS	2,0	6,0	4,66

AUXILIAR CONTÁBIL FINANCEIRO III

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Nota Final
CEZAR NILO HOFFMANN	10,0	10,0	10,00
PAULA CRISTINA LEITE	10,0	10,0	10,00
ADRIANO MEDEIROS FERREIRA	9,0	7,0	7,66
VANESSA KOCH MANNES	6,0	8,0	7,33
MARIANE LOHN	8,0	7,0	7,33
ELAINE APARECIDA PETRY	8,0	7,0	7,33
ANDRESSA ALVES GUESSER	7,0	7,0	7,00
OBERTI ELEANRO MAYER	9,0	6,0	7,00
BRUNA GOMES PEREIRA LANDA JOSÉ	9,0	6,0	7,00
LAIS KARINE SARDÁ MARTINS	8,0	6,0	6,66
WALCIONE DIAS GOES	7,0	6,0	6,33
RONI WEBER	7,0	6,0	6,33
JOICE PINNING FUHRMANN	7,0	6,0	6,33
LIDIANE KOE-RICH	7,0	6,0	6,33
ANA PAULA V. CANADAS DA SILVA	9,0	5,0	6,33
BRUNO SCHMITZ NUNES	9,0	5,0	6,33

JOSÉ VICTOR MARTINS	6,0	6,0	6,00
FERNANDA C. B. SILVEIRA MACHADO	8,0	5,0	6,00
JAINÉ FLORENTINO MANNES	5,0	6,0	5,66
THARIN MERIZIO	7,0	5,0	5,66
ARIONE JOSÉ DA SILVA	7,0	5,0	5,66
MARCIO PEREIRA	7,0	5,0	5,66
DIEGO IVAN PETRI	9,0	4,0	5,66
MICHELY DE AQUINO ROSA DA SILVA	6,0	5,0	5,33
MAURO CÉZAR DA SILVA	8,0	4,0	5,33
ADEYVISON MOTA DE SOUSA	8,0	4,0	5,33
GRAZIELA NASCIMENTO DA ROCHA	8,0	4,0	5,33
SAVANA DADAM	10,0	3,0	5,33
ADRIANA OTILIA SANTANA LAURINDO	7,0	4,0	5,00
RENATO ALVES DIAS SCHMITT	7,0	4,0	5,00
IAGO GONÇALVES LIVRAMENTO	9,0	3,0	5,00
ISOLENE BERNARDETE HOFFMANN	6,0	4,0	4,66
TATIANE F. DOS SANTOS MARCHETTI	6,0	4,0	4,66
THAMYRES PAULI	6,0	4,0	4,66
ZENIO ZEFERINO JÚNIOR	7,0	3,0	4,66
IVAN DA CUNHA	8,0	3,0	4,66
EVANILDO PEDRO WEBER	10,0	2,0	4,66
JOÃO VITOR GONÇALVES PETRY	10,0	2,0	4,66
AVILSON D'AVILA	5,0	4,0	4,33
PAOLA FERNANDES DE CARVALHO	5,0	4,0	4,33
CRISLEY SILVEIRA RAITZ	7,0	3,0	4,33
DAIANE LUDVIG	7,0	3,0	4,33
DANIELE FERRAZ FRANCISCHET	4,0	4,0	4,00
NEDIANA CADO-NA MACHADO	6,0	3,0	4,00
CRELAINE REGINA CASSIMIRO	6,0	3,0	4,00
MARINA SCHMITT	6,0	3,0	4,00
RICARDO PIMENTEL DOS SANTOS	8,0	2,0	4,00
ZENOBIO DE SOUZA FARIAS	5,0	3,0	3,66

GISLENE SCHMITZ MICHELS	5,0	3,0	3,66
JOSÉ EDUARDO RODRIGUES	8,0	3,0	3,66
DANIANE PRIM	5,0	3,0	3,66
REGIANE CUSTÓDIO	7,0	2,0	3,66
RAFAEL LEONARDO ESPINDOLA	7,0	2,0	3,66
HELISA DA SILVA PAULI	7,0	2,0	3,66
EDUARDO FRANCISCO DA SILVA	7,0	2,0	3,66
BEATRIZ SCHMITZ	4,0	3,0	3,33
SOLIMAR ALBRECHET LOPES	8,0	1,0	3,33
ANA CRISTINA DE FARIA	8,0	1,0	3,33
AURÉLIO ADRIANO EGER	7,0	1,0	3,00
LEONICE DE LIMA VALADARES	4,0	2,0	2,66
BIANCA MELO NUERNBERG	5,0	1,0	2,33

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

NOME	RG	Nota Final
ROSANGELA TERESINHA WEBER	2.082.786	8,0
LUIZ HENRIQUE DE MORAIS	986.873	6,0

OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (PEDREIRO)

NOME	RG	Nota Final
LUCIO DA ROSA	2.582.660	9,5
LUIS DA ROSA	3.466.832	9,5
CESAR AUGUSTO BENITES MARTINS	4.848.867-4	8,5
MÁRIO SEBASTIÃO LOHN	1.373.275-7	8,0

MECÂNICO

NOME	RG	Nota Final
ANGELO MARCOS GESSER	3.494.054	9,5
DIEGO DE SOUZA	4.086.898-2	9,5
MAÉRCIO LEOPOLDO LEITE	2.080.381	9,0
CELIO RAFAEL	5.301.271-2	8,5
THIAGO WALTER MACHADO	4.123.870	8,5
RAFAEL JOSÉ PITZ	3.981.418	8,5
ELTON DOUGLAS MACHADO	3.442.085	8,0
LUIZ ANTÔNIO WEBER	2.905.947	7,5

MÉDICO 20 HORAS

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Nota Final
LEANDRO ROBERTO BENDER	8,0	9,0	8,66
LEONARDO CAMPOS GOMES	9,0	8,0	8,33
ALINE ALMEIDA PRATA PINTO	9,0	7,0	7,66
NATIELE GRANA DE MEDEIROS	6,0	8,0	7,33
DENISE TATIANA LOESCH	5,0	7,0	7,00
DEISY TERNES GARCIA	7,0	7,0	7,00
MARIÂNGELA P. D. BRANCO MARTINS	7,0	7,0	7,00
LUCAS TORRES DA CUNHA PRATA	8,0	5,0	6,00
MARINA FARIA BLOEMER	7,0	5,0	5,66
GLÁUCIA REIS TORRENS	6,0	5,0	5,33

MÉDICO 40 HORAS

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Nota Final
KAROLINY SCHMITZ NUNES	7,0	8,0	7,66
LUIZA BORGES GENTIL	6,0	7,0	6,66
CAROLINE DE OLIVEIRA FRANÇA	3,0	4,0	3,66

MÉDICO PEDIATRA

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Nota Final
LAURIANA CAMPOS DE BEM	6,0	9,0	8,0
KARIN MEURER HOBOLT	6,0	9,0	8,0
RODRIGO POSSENTI	8,0	5,0	6,0

FONOAUDIÓLOGO

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Nota Final
RENATA MARIA BORBA	8,0	8,0	8,00
GISLEINE CRISTINA GIL	5,0	8,0	7,00
TATIANA CRISTINA COSTA SILVA	6,0	6,0	6,00
TATIANE KAROLIN AREIAS MACIEL	5,0	6,0	5,66
TATIANE MORAES GARCEZ	5,0	6,0	5,66

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – CENTRO

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Nota Final
PAULIANA LINA PINHEIRO PAULI	7,0	7,0	7,00
MATRA ALVES DA CONCEIÇÃO	5,0	7,0	6,33
ELENICE DECKER	7,0	6,0	6,33
JULIANA APARECIDA SCHMITT ROSA	4,0	7,0	6,00
LARISSA NERI DE MORAIS	5,0	6,0	5,66
PRISCILLA DALLIGNA	6,0	5,0	5,33
MARCELITA NEIS ZIMMERMANN	6,0	5,0	5,33
SANDRA SCHMITT NUNES	5,0	5,0	5,00
MARIA APOLONIA RICHARTZ	7,0	4,0	5,00
FABIANA ISONIR DA SILVA	Zero	Zero	Zero

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – EGITO

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Nota Final
MARIA FERNANDA SCHVARTZ	7,0	6,0	6,33
TAYNA SCHAPPO KREMER	6,0	6,0	6,00
ANGELA CRISTINA S. SCHAPPO	5,0	6,0	5,66
JOICE KOERICH	4,0	6,0	5,33
LUANA MARIA KREICH	4,0	2,0	2,66
CLAUDIA SCHAPPO HOFFMAN	Zero	Zero	Zero

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – USINA

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Nota Final
VERALDINA GUESSER	9,0	7,0	7,66
ADRIANA DAS GRAÇAS ROSA PETRY	9,0	5,0	6,33
LUCIANA SCHMITT	5,0	6,0	5,66
LUCIARA OLÍVIA PAULI	7,0	5,0	5,66
MAURINA LEITE SCHMITT	4,0	5,0	4,66

ASSISTENTE SOCIAL

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Nota Final
VANESSA TREMARIN	5,0	10,0	8,33

ANNA CAROLINA M. DO E. SANTO	5,0	9,0	7,66
RAFAEL RANIERI MENEGON	9,0	7,0	7,66
THAIS COAN GARCIA	7,0	7,0	7,00
SELMA RAMALHO DE PAULA	4,0	8,0	6,66
SUZY CONCEIÇÃO MARQUES	6,0	7,0	6,66
DANIELA CORREA BRICK	3,0	8,0	6,33
LARISSA MEDEIROS	6,0	6,0	6,00
GABRIELA SILVEIRA	2,0	7,0	5,33
FERNANDA Z. DE FARIAS WELTER	4,0	6,0	5,33
PATRICIA ANDERSON SILVA	4,0	6,0	5,33
ANDREZA MARIA DO CARMO	6,0	5,0	5,33
MARIA JUSSARA BAIRROS DE MELLO	3,0	6,0	5,00
CLAUDIA BRO-NISZAK B. DE LIMA	5,0	5,0	5,00
VALDIRENE CREUSA FERNANDES	5,0	5,0	5,00
BIANCA KUHN	5,0	5,0	5,00
DAIANA ALVES SIQUEIRA	5,0	5,0	5,00
NATALIA DE FARIA	4,0	5,0	4,66
MONIQUE NICOLI COSTA	3,0	5,0	4,33
JENNIFER PUGSLEY SOTTO MAIOR	5,0	4,0	4,33
PAMELA CRISTINA DEUCHER	2,0	5,0	4,00
LETICIA SIMOES DE ALMEIDA	4,0	4,0	4,00
NICOLE ANDREA B. ALBORNOZ	5,0	3,0	3,66
TATIANE DA SILVA LINO	2,0	4,0	3,33
ROSEMARA MARIA ROSSO CADORE	4,0	3,0	3,33
ELIZABETE MARIA SILVEIRA GOULART	4,0	3,0	3,33
GRAZIELA DA ROSA VIERA ATAIDE	3,0	3,0	3,00
MARIA DE FÁTIMA G. FLORES CHIOCA	4,0	2,0	2,66

Antônio Carlos, 19 de março de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
 Prefeito Municipal

Resultado de Processo Seletivo

Antônio Carlos, 04 de abril de 2013.

Estado de Santa Catarina

Município de Antônio Carlos

Edital de Processo Seletivo Nº 002/2013

LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, homologa e torna pública a Lista de Candidatos Aprovados, Classificados, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 002/2013.

MOTORISTA "E"

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Prova Prática	Nota Final
VILSON BESEN	ZERO	Não Compareceu	Reprovado

MOTORISTA "D"

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Prova Prática	Nota Final
ANDERSON DA SILVA LAURINDO	9,0	10,00	9,66
RENATO JOSÉ COSTA	8,5	10,00	9,50
EXPEDITO GUESER	7,5	10,00	9,16
MATILDE ALVES GUESSER	7,5	10,00	9,16
ANGÊLO ALVES DA SILVA	7,5	10,00	9,16
GABRIEL MULLER	7,5	10,00	9,16
ADEMIR GILBERTO FILIEIRO	7,0	10,00	9,00
ADALBERTO DERCI DO CARMO	6,0	10,00	8,66
JOÃO ROBERTO MULLER	4,5	10,00	8,16

MOTORISTA "C"

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Prova Prática	Nota Final
JOÃO MARIA CHAVES NETO	4,0	10,00	8,0

OPERADOR DE MÁQUINAS

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Prova Prática	Nota Final
VALERIO CARDOSO	9,0	10,00	9,66
PEDRO PAULO WILL	8,5	10,00	9,50
NATALINO JOÃO WEBER	7,5	10,00	9,16
GILMAR DO AMARAL GARCIA	7,0	10,00	9,00
PAULO MACIEL AMARAL	7,5	Não Compareceu	Reprovado

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Lei Nº 3355/2013

LEI Nº 3355, DE 16 DE ABRIL DE 2013

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo municipal a conceder auxílio financeiro para o munícipe João Viane de Amorim Lopes no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), para custear despesas de viagem, locomoção e hospedagem para participar do evento do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, para entrega das assinaturas em Brasília (DF), representando o Município de Biguaçu.

Art. 2º Os recursos financeiros para a execução da presente Lei serão os constantes das dotações próprias do Orçamento Geral do Município, através do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 16 de abril de 2013.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal e.e

Lei nº 3355/2013, de 16/04/2013

Sancionada em 16/04/2013

Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Portaria Nº 1393 de 17 de Abril de 2013

PORTARIA nº 1393 de 17 de abril de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Carine Grave, ocupante do cargo temporário de Supervisor de Geografia, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Carine Grave, detentor do cargo de provimento temporário de Supervisor de Geografia, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 01/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2013.

Biguaçu, 17 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 17/2013 FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 8 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 8 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 91/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1 (UMA CAFETEIRA INDUSTRIAL) PARA SUBSTITUIÇÃO DA CAFETEIRA ANTIGA, DA COPA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 10 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 10 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 85/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LASER MONOCROMÁTICAS E AUTOTRANSFORMADORES PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTES.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 9 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 9 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 63/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FOGÕES INDUSTRIAIS PARA SUPRIR A NECESSIDADES DAS COZINHAS DAS CRECHES E ESCOLAS.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 9 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 9 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 19 de abril de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato Número 10.022/2013 - PP 04/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.022/2013
PROCESSO: PP 04/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE E NA UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 17.152,00 (DEZESSETE MIL CENTO E CINQUENTA E DOIS REAIS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.023/2013 - PP 04/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.023/2013
PROCESSO: PP 04/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE E NA UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 89.816,10 (OITENTA E NOVE MIL OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS E DEZ CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.024/2013 - PP 04/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.024/2013
PROCESSO: PP 04/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE E NA UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 36.291,36 (TRINTA E SEIS MIL DUZENTOS E NOVENTA E UM REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.025/2013 - PP 04/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.025/2013
PROCESSO: PP 04/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE E NA UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 70.645,96 (SETENTA MIL SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.026/2013 - PP 04/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.026/2013
PROCESSO: PP 04/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE E NA UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA ME

Valor: R\$ 69.356,80 (SESSENTA E NOVE MIL TREZENTOS E CINQUENTA SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.028/2013 - PP 04/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.028/2013
PROCESSO: PP 04/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE E NA UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

Valor: R\$ 10.565,25 (DEZ MIL QUINHENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.078/2013 - PP 33/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.078/2013

PROCESSO: PP 33/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA NASF NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

Contratado: L. MOHR LTDA ME

Valor: R\$ 1.653,21 (MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E VINTE E UM CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.079/2013 - PP 33/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.079/2013

PROCESSO: PP 33/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA NASF NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

Contratado: DINASTIA DO SOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME

Valor: R\$ 1.714,60 (MIL SETECENTOS E QUATORZE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Braço do Trombudo**PREFEITURA****Decreto 024/2013**

DECRETO Nº 024/2013

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0740/2013 de 11.04.2013, etc

DECRETA

Art.1º Fica anulada a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), correspondente as seguintes dotações do orçamento vigente:

11.01. - Secretaria da cultura do Turismo e Lazer
13.392.0130.2039 - Manutenção Fundo Municipal Cultura/Turismo/Lazer
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

- Total R\$ 15.000,00

Art. 2º Fica aberto por conta da anulação constante do artigo anterior a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

11.01 13.392.0130.2.037

- Secretaria da cultura do Turismo e Lazer
- Manutenção de Grupos/Tradicionalista/Folclóricos e Bandas

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Transferências à Instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 15.000,00

- Total R\$ 15.000,00

Art.3º Esta Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 11 de abril de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Decreto 025/2013

DECRETO Nº 025/2013

Designar servidores para comporem a Equipe Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de composição da Equipe Local de Plano e Metas Compromisso todos pela Educação - PAR,

DECRETA:

Art.1º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados, para sob a coordenação primeira, compor a Equipe Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação:

- Dirigente Municipal de Educação: Loni Arndt de Souza
- Técnico da Secretaria Municipal de Educação - Luciane Bertelli Kniss
- Representantes dos Diretores da Escola: Lígia Vogel
- Representante dos Professores da zona urbana: Zenaide Kniss Felga
- Representante dos Professores da zona rural: Roseli Muller Tietjen.
- Representante dos Coordenadores: Dulce Iara Larsen Kurth
- Representante do quadro técnico administrativo das escolas: Deiziane de Souza Probst.
- Representante da Associação de Pais e Professores: Marcia Niederhaus Wolcker.
- Representante do Conselho Municipal de Educação: Jane Sônia Gieseler.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Art.3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 19 de abril de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Portaria 111/2013

PORTARIA 111/2013

Designa Servidor para Publicar Atos Legais.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

ART. 1º - Fica designada as servidoras Scheila Andréia Klug, Juliana do Nascimento e Denise Schussler Werter, para publicar todos os atos legais da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC, referentes a extratos de contratos, processos licitatórios em todas as modalidades, portarias, decretos, leis, leis complementares, concursos públicos, processos seletivos do município de Braço do Trombudo.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, ficando revogada a Portaria 097/2013 de 10.04.2013.

Braço do Trombudo, em 22 de abril de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

2º Termo Aditivo Ct 2/2013

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2013, DE FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E A EMPRESA WD COM. WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA, NA FORMA ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO inscrita no CNPJ sob. Nº. 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, na qualidade de CONTRATANTE, por seus representantes legais; e a empresa Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.602.498/0001-25, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede a Rua Alberto Muller 5000 - Cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, na qualidade de CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato em epígrafe, a partir de 17.04.2013, pelo que passam a dispor:

CLÁUSULA PRIMEIRA: ALTERAÇÃO DE VALORES

O item a seguir passa a vigorar com o seguinte valor:

Óleo Diesel: 2,30 (dois mil e trinta centavos) por litro.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato. Este aditivo incorpora-se ao contrato original, conforme Cláusula Sexta do mesmo Contrato.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Braço do Trombudo, 17 de abril de 2013.

Contratante
Prefeitura Municipal

Contratado
Walendowsky Distr. de Comb. Ltda

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
CPF - 891.667.959-15

IVAN JOSÉ WALENDOWSKY FILHO
CPF - 909.518.409-91

Testemunhas

SCHEILA ANDRÉIA KLUG
CPF 898.210.419-49

MARILEI M. DOMINGUES DE SOUZA
CPF 037.586.189-08

Extrato de Contrato 17/2013

EXTRATO DE CONTRATO 17/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do

Trombudo - SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS

CNPJ: 00.456.865/0001-67, sito a Rua João Pessoa, 134 Bairro Centro, Cidade de Criciúma/SC.

Objeto: Serviços de assessoria jornalística para a contratante de forma semanal, podendo ser por telefone, por e-mail e principalmente presencial, colocação das matérias efetuadas sem limitação de notícias postadas no portal localteen e com cobertura fotográfica de eventos realizados pelo município.

Vigência: 31.12.2013

Data da assinatura: 17.04.2013

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 18/2013

EXTRATO DE CONTRATO 18/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS

CNPJ: 17.743.290/0001-66, sito a Rua Nereu Ramos, 481 Bairro Centro, Cidade de Trombudo Central/SC.

Objeto: Serviços de transporte para alunos com necessidades especiais até a APAE do município de Trombudo Central.

Vigência: 31.12.2013

Data da assinatura: 17.04.2013

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço 6/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2012**Número do Registro de Preços: 6/2012 Data do Registro: 16/04/2012 Válido até: 16/04/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Paleta direita (7782)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	18,9000	1
2	Paleta esquerda (7783)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	18,9000	1
3	Eixo do disco esquerdo direito (7784)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	14,0000	1
4	Disco líder (7785)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	370,0000	1
5	Braço de ligação (7786)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	166,0000	1
6	Cunha da faca (7787)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	27,3000	1
7	Eixo estriado direito (7319)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	163,8000	1
8	Bucha protetora (7788)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	30,0000	1
9	Disco de fricção jg com 6 und (7789)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	46,2000	1
10	VOLANTE (5921)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	567,0000	1
11	Eixo estriado esquerdo (7318)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	163,8000	1
12	Rosca de alimentação (7346)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	310,0000	1
13	Cubo da roda (7790)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	60,0000	1
14	Condutor do adubo (7791)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	10,5000	1
15	Caixa de distribuição de semente (7792)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	50,4000	1
16	Corrente 60-1 c/3.540+emenda (7793)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	294,0000	1
17	PINO DE SEGURANÇA 4100 P/ ENSILADEIRA (2618)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	1,0000	1
18	Faca picadeira (7795)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	21,0000	1
19	Faca de espera (7796)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	65,0000	1
20	Faca ceifadora (7797)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	21,0000	1
21	Rebolo jumil 4100 (7798)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	162,0000	1
22	Engrenagem dupla maior (7799)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	115,0000	1
23	Engrenagem dupla menor (7800)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	94,5000	1
24	Corrente RC 80R (7801)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	68,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2012

Número do Registro de Preços: 6/2012 Data do Registro: 16/04/2012 Válido até: 16/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de peças para implementos agrícolas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Prato distribuidor do adubo (7802)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	61,0000	1
26	ALIMENTADOR MAIOR (6073)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	610,0000	1
27	Cilindro alimentador n 3 (7803)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	342,0000	1
28	Porca borboleta M12 (7804)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	24,0000	1
29	Porca ficção da bica (7805)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	11,0000	1
30	Conjunto depósito de semente (7806)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	184,0000	1
31	Porca ficção tampa da ventoinha (7807)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	11,0000	1
32	Porca ficção km4 (7808)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	15,7500	1
33	SUPORTE DO DISCO DE CORTE (5092)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	164,0000	1
34	Esteira dupla p/ calcário (7809)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	1.512,0000	1
35	Carenagem direita (7810)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	jumil	0	33,6000	1
36	Carenagem esquerda (7811)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	33,6000	1
37	Peneira Cilíndrica c/ capa c/ flange (7812)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	1.008,0000	1
38	Mancal orelha 90mm (7813)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	88,0000	1
39	Balancin (7814)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	33,6000	1
40	Braçadeira do mancal (7815)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Baldan	0	24,0000	1
41	Sapata direita (7816)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Baldan	0	139,0000	1
42	Pino argola (7817)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Sgt	0	2,0000	1
43	Bucha para subsolador (8589)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Giro	0	6,0000	1
44	Mola do disco (7819)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Giro	0	36,7500	1
45	Cubo do disco completo (7820)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Giro	0	161,0000	1
46	Cubo do disco s/rol/s/eixo (7821)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Giro	0	115,5000	1
47	Cubo carreta 5 t rodado duplo completo (8590)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Triton	0	220,5000	1
48	Cubo carreta 5T rodado duplo sem rolamento (8591)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Triton	0	100,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2012

Número do Registro de Preços: 6/2012 Data do Registro: 16/04/2012 Válido até: 16/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de peças para implementos agrícolas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Selo mecânico (7824)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mepel	0	87,0000	1
50	Cone com haste válvula de alivio (8592)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mepel	0	58,0000	1
51	Rotor prensado bomba lobular selo mecanico (8593)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mepel	0	359,0000	1
52	Cruzeta cc-36 (7827)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	36,0000	1
53	Cruzeta cc-101/3 (7828)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	41,0000	1
54	Aro 6 furos rodado duplo (7829)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Triton	0	168,0000	1
55	Correia c-144 (7830)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Rexon	0	62,0000	1
56	Correia c-138 (7831)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Rexon	0	42,0000	1
57	Mangote p/ plant. jumil 2090 (7832)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Begebor	0	10,0000	1
58	Disco de grade 20" recortado (7833)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Metisa	0	60,0000	1
59	Disco de grade 18" recortado (7834)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Metisa	0	46,0000	1
60	Haste roscada da mola (7835)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Rex	0	10,0000	1
61	Ponta escarificador giro (7836)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Metisa	0	49,3500	1
62	PARAFUSO COM PORCA 3/4x6.5 (8594)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Rex	0	7,3500	1
63	Parafuso com Porca 1x2x2. 1/2 (8595)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Rex	0	1,6000	1
64	Disco reto 17" 5f (7839)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Metisa	0	67,0000	1
65	Disco plano 17" ranhur. 6f (7840)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Metisa	0	74,5000	1
66	Ponta arado (7345)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mandubar	0	108,0000	1
67	Aiveca arado (7344)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mandubar	0	218,0000	1
68	Cabo de aço (7842)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	15,7500	1
69	Kit facas jf 92 z10 (7843)	KIT	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	687,0000	1
70	Contra faca h2f4 (7844)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	31,5000	1
71	Faca interior da plataforma (7845)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	26,0000	1
72	Pino de segurança (7846)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	2,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2012

Número do Registro de Preços: 6/2012 Data do Registro: 16/04/2012 Válido até: 16/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de peças para implementos agrícolas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Jogo de facas do recolhedor (7847)	JG	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	168,0000	1
74	Base e pedra do afiador (7848)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	141,7500	1
75	Cabo de giro da bica (7294)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	102,0000	1
76	Mola do Cilindro Dental Móvel. (8596)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	29,0000	1
77	Eixo polia cardan (7297)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	187,0000	1
78	Eixo do rotor c/ arruela de vedação (7289)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	155,0000	1
79	Engrenagem do cilindro liso (7851)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	68,0000	1
80	Engrenagem do comando (7852)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	96,0000	1
81	Mola da bica quebra jato (7853)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	8,0000	1
82	Mancal atrito completo (7854)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Baldan	0	73,5000	1
83	Carretel liso fundido (7855)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Baldan	0	33,0000	1
84	Correia c 75 (7856)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Powermake	0	31,5000	1
85	Correia c 63 (7857)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Powermake	0	34,6500	1
86	Peneira da bateteira TR 791 (7858)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Triton	0	447,0000	1
87	Limpador dianteiro (7859)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Baldan	0	26,0000	1
88	Limpador traseiro (7860)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Baldan	0	26,0000	1
89	Sapata (7861)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Tatu	0	92,0000	1
90	Correia c-156 (7862)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Powermake	0	57,7500	1
91	Kit Facas jf c120 (8597)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	828,0000	1
92	Engate rápido 4" (7308)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mepel	0	55,6500	1
93	Tubo Engate Rápido com ranhura (8598)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mepel	0	55,0000	1
94	Anel Vedação 6mm.engate 4" (8599)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mepel	0	4,0000	1
95	Mangueira 4" Sucção. (8600)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Acrel	0	42,0000	1
96	Junta Universal. (8601)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	120,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2012**Número do Registro de Preços: 6/2012** **Data do Registro: 16/04/2012** **Válido até: 16/04/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Tubo Triangular Macho/Fêmea. (8602)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	147,0000	1
98	Tubo Triangular Macho. (8603)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	111,0000	1
99	Cardan Completo. (8604)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	344,0000	1
100	Junta Agrícola CC505551 (8605)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	190,0000	1
101	Limpador Direito 2090 (8606)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	5,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2012**Número do Registro de Preços: 6/2012** **Data do Registro: 16/04/2012** **Válido até: 16/04/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	Limpador Esquerdo 2090. (8607)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	5,0000	1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2012****PROCESSO Nº 18/2012**

(7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS

Braço do Trombudo, 16 de Abril de 2012.

Ata de Registro de Preço 7/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2012

Número do Registro de Preços: 7/2012 Data do Registro: 23/04/2012 Válido até: 23/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de pneus para a frota das diversas Secretarias Municipais do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PNEU 175/70R 13 82T (5726)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ROSAVA BC 1	0	114,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / P 400	0	123,0000	2
			LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA (8417)	Zetum 758	0	125,2200	3
2	Pneu 195/55 R 15 85 H (6672)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	WANLI S1200	0	200,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / P 7	0	251,0000	2
3	Pneu 185/60 R 14 82 H (6682)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN88(0	145,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / P 6	0	179,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/FH7(0	203,7000	3
4	Pneu 185 R 14 C 102 profundidade de sulco mínima de 9,5 mm (6683)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	TRIANGLE TR	0	200,0000	1
			LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA (8417)	Kumho 857	0	221,6400	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Chrono	0	227,0000	3
5	Pneu 18.4x30 com 12 lonas convencional, com câmara. (6965)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	KING SPEED/I	0	2.180,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/SAT	0	2.190,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TM 95	0	2.316,0000	3
6	Pneu liso convencional 900x20, 14 lonas, profundidade de sulco mínimo de 12,3mm, com câmara e protetor (6968)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	BORISTAR PT	0	570,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / LD 35	0	576,0000	2
7	Pneus borrachudo 900x20, 14 lonas com profundidade mínima de sulco de 19.6mm convencional, com câmara e protetor (6969)	UND	GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / RT 59	0	678,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/T61€	0	724,5600	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RT59 PI,Vulca	0	843,0000	3
8	Pneu 1000x20 radial misto, liso, 16 lonas, profundidade mínima de sulco de 15.4mm, com câmara e protetor. (6970)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/T81€	0	1.037,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / FG 85	0	1.040,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	T819 Fi,Vulcar	0	1.257,0000	3
9	Pneu 1000x20 radial, borrachudo, 16 lonas, profundidade mínima de sulco de 20.0mm câmara e protetor (6971)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/T54€	0	914,0600	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TR 85	0	1.122,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	T546 Fi,Vulcar	0	1.162,0000	3
10	Pneu 17.5x25 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor (6972)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FOREVER G2.	0	2.100,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FOREVER	0	2.400,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/SGG	0	2.798,4600	3
11	Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor (6973)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	CHÃO YANG/	0	1.580,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FUNSA GRL2t	0	1.588,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / PN 14	0	1.868,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2012

Número do Registro de Preços: 7/2012 Data do Registro: 23/04/2012 Válido até: 23/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de pneus para a frota das diversas Secretarias Municipais do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Pneu 1300x24 com 12 lonas convencional, com câmara e protetor (6974)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FUNSA G2-HF	0	1.290,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	WEST LAKE / ;	0	1.292,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / PN 12	0	1.466,0000	3
13	Pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional, com câmara (6975)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	JETTYRE/TOR1	0	650,0000	1
14	Pneu 18.4x34 com 12 lonas convencional, com câmara (6976)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	PETLAS/MAGI	0	2.300,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TM 95	0	2.508,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/SAT	0	2.976,2800	3
15	Pneu 750x18 F2 com 8 lonas trator dianteiro com três frisos, com câmara (6977)	UND	GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TD 500	0	360,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/GGF	0	362,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	GGrip 8l Fi, To	0	482,0000	3
16	Pneu 225/70 R 15 radial liso (9024)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN225	0	310,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Chrono	0	333,0000	2
17	Pneu 275 R 80 22.5 borrachudo (9025)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/FD60	0	1.074,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TR 85	0	1.076,0000	2
18	Pneu 275 R 80 22.5 liso (9026)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	REGAL TRAN:	0	874,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Fórmul	0	875,0000	2
19	Pneu 16.9 x 24 (9027)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ADVANCE	0	1.850,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	10l R4 Goodye	0	3.271,0000	2
20	Pneu 12.5/80 R 18 (9028)	UND	GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / PN 12	0	806,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ADVANCE R4	0	809,0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ADVANCE	0	813,0000	3
21	Pneu 175/70 R 14 88 T (9029)	UND	GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Chrono	0	192,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2012**Número do Registro de Preços: 7/2012** **Data do Registro: 23/04/2012** **Válido até: 23/04/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de pneus para a frota das diversas Secretaria Municipais do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/F58C	0	194,0000	2

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2012****PROCESSO Nº 19/2012**

(7955) - JK PNEUS LTDA

(8069) - MODELO PNEUS LTDA.

(8417) - LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA

(8419) - GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA

(8439) - COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA

(8446) - TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA

Braço do Trombudo, 23 de Abril de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.525

DECRETO Nº 5.525, de 17 de abril de 2013.

Retifica o item 1 do art. 1º do Decreto nº 5.516/2013, que Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 5.292/2012, para comporem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto na Lei nº 2.534, de 24/05/2008 e no Decreto nº 5.255, de 14/06/2012, DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o item 1 do art. 1º do Decreto nº 5.516, de 10 de abril de 2013, que Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 5.292/2012, para comporem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, passando a vigorar com a seguinte redação:

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS:

"1 - dois representantes da Secretaria de Assistência Social

Titular: Beatriz Ribeiro dos Santos

Suplente: Sabrina Zaffari Farias

Titular: Cláudio Rottava

Suplente: Eunice Misayo Ueda" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.527

DECRETO Nº 5.527, de 19 de abril de 2013.

Suplementa e anula dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município de Caçador, do exercício de 2013, por conta de anulação parcial de dotação orçamentária, em favor da Câmara Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, mais o previsto na Lei nº 2.986, de 17/04/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município de Caçador, do exercício de 2013, em favor da Câmara Municipal, por conta de anulação parcial de dotação orçamentária, na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

01.01- CÂMARA MUNICIPAL

Projeto/Atividade 2.161 - Manutenção do Processo Parlamentar

3.3.90.00.00.00.00.00.0 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Projeto/Atividade 2.163 - Modernização de Gestão

3.3.90.00.00.00.00.00.0 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Total R\$ 200.000,00

Art. 2º Em atendimento a suplementação realizada na forma disposta no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada, no valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

01.01- CÂMARA MUNICIPAL

Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais

3.1.90.00.00.00.00.00.0 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Total R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 22.566

PORTARIA Nº 22.566 de 15 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Adeilda Moura Beserra	Meren-deira	1.5/A	44	EMEB Rodolfo Nickel	Vaga Excedente	10/04/2013 a 20/12/2013
Amur Otavio Soares	Professor de Educação Física (Futsal)	1.3/A	28	EMEB Henrique Julio Berger(20) EMEB Vereda dos Trevos (08)	Vaga Transitória	04/04/2013 a 20/12/2013
Cristiane Moreira Camargo	Especialista em Assuntos Educacionais – Supervisora Escolar	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	Vaga transitória	05/04/2013 a 20/12/2013
Daniele Carlos da Silva	Professor de Educação Física (Atletismo)	1.3/A	20	EMEB Henrique Julio Berger (10) EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa (10)	Vaga Transitória	10/04/2013 a 20/12/2013
Eliane Aparecida Caetano da Silva Zanchi	Servente	1.5/A	44	EMEB Nossa Senhora Salete	VV Maria Geni Huçulak, readaptada	20/03/2013 a 20/12/2013

Eliane Pontes Corrêa	Servente	1.5/A	44	CMEI Sininho	VV Carmem Lucia A. de Souza Maia, lic. trat. saúde	26/03/2013 a 24/04/2013
Flavia Regina Machado	Professora de Inglês	1.1/A	12	EMEB Alto Bonito(05) EMEB Henrique Julio Berger(04) EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa (03)	Vaga Transitória	27/03/2013 a 20/12/2013
Gerson José Teles de Souza Junior	Professor de Educação Física (Taekwondo)	1.1/A	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Transitória	02/04/2013 a 20/12/2013
Gerson Luiz Frigieri	Professor de Educação Física (futsal)	1.3/A	10	EMEB Castelhana (05) EMEB Walsin Nunes Garcia (05)	Vaga Transitória	05/04/2013 a 20/12/2013
Helio Pires	Professor de Projetos Culturais (Teatro)	1.1/A	40	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa (10) EMEB Hilda Granemann de Souza (10) EMEB Morada do Sol (10) Fundação Municipal de Cultura (10)	Vaga Transitória	15/03/2013 a 20/12/2013
Itamira Gonçalves	Servente	1.5/A	44	Batalhão Polícia Militar	VV Ana Maria Constatini, férias	01/04/2013 a 01/05/2013
Jailson de Oliveira	Professor de Projetos Culturais (Dança)	1.1/A	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa (10) EMEB Tabajara (10)	Vaga Transitória	26/03/2013 a 20/12/2013

José Marcos Godoi	Professor de Educação Física (Judô)	1.3/A	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa (10) EMEB Pierina Santin Perret (10)	Vaga Transitória	02/04/2013 a 20/12/2013
Juciana Maria Gavazzo	Professora – Sala de atendimento educacional Especializado (AEE)	1.3/A	40	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Transitória	01/04/2013 a 20/12/2013
Leila Lucimar Gonçalves	Especialista em Assuntos Educacionais – Administradora Escolar	1.3/A	20	EMEB Esperança	Vaga Excedente	01/04/2013 a 31/07/2013
Leonardo Vinicius Werner	Professor – Laboratório de Informática	1.1/A	20	EMEB Alto Bonito (10) EMEB Henrique Julio Berger (10)	Vaga Transitória	15/04/2013 a 20/12/2013
Marcos Cordeiro Bauerle	Professor de Projetos Culturais (Dança)	1.1/A	24	EMEB Alcides Tombini (08) EMEB Walsin Nunes Garcia (08) EMEB Castelhana (04) EMEB Pierina Santin Perret (04)	Vaga Transitória	26/03/2013 a 20/12/2013
Maria Alice Alves Cardoso	Servente	1.5/A	44	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Excedente	19/03/2013 a 20/12/2013
Mauro Cesar Hoffmann	Professor – Laboratório de Informática	1.1/A	40	EMEB Henrique Julio Berger (20) CMEI Taquara Verde (20)	Vaga Transitória	01/04/2013 a 20/12/2013
Mauro Rodrigues	Professor – Laboratório de Informática	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga Transitória	21/03/2013 a 20/12/2013

Neusa Aparecida Gonçalves da Silva	Professora de Artes	1.1/A	40	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa (10) EMEB Ulysses Guimarães (12) EMEB Alto Bonito (18)	VV Ione Chiarello, Lic. trat. Saúde	03/04/2013 a 15/04/2013
Patricia Gonçalves	Especialista em Assuntos Educacionais – Supervisora Escolar	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado	Vaga Transitória	01/04/2013 a 20/12/2013
Paulo Henrique Barbosa	Professor de Educação Física (Futebol)	1.1/A	20	EMEB Irã Venâncio José EMEB Pierina Santin Perret EMEB Padre José Chamot	Vaga Transitória	27/03/2013 a 20/12/2013
Raquel Benjanini	Professora de Língua Portuguesa	1.3/A	40	EMEB Pierina Santin Perret (20) EMEB Hilda Granemann de Souza (20)	VV Angela Santin Machado, Lic. sem vencimentos VV Scheila B. Anciuti, Láb. de informática	01/03/2013 a 20/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.568

PORTARIA Nº 22.568, de 15 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme segue:

Nome	Cargo	Período de afastamento	A contar de:
Beatriz Macedo Olsen	Prof. Educação Infantil	15 dias	01/04/13

Ione Maria Chiarello	Professora 5ª a 8ª	15 dias	01/04/13
Ires Milan dos Santos	Servente	30 dias	26/03/13
Ivanir Aparecida Gonçalves	Servente	10 dias	12/03/13
Ivone Fátima Arruda Pierdoná	Professora 1ª a 4ª	60 dias	01/04/13
Izabel Cristina Salomoni de Araújo	Professora 1ª a 4ª	60 dias	15/04/13

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 22.569

PORTARIA Nº 22.569, de 15 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, em conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos profissionais do Magistério Público Municipal,

R E S O L V E:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionados, especificando: código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, local e período da alteração:

Nome	cargo	CH antiga	CH atual	Local	Período
Reni de Jesus da Cruz Ribas	Prof. Ed. Física	12	15	EMEB Pierina Santin Perret, Vaga Transitória, face a desdobramento de turma	21/03/2013 a 20/12/2013
Felipe Aloísio Cruz	Prof. Ed. Física	18	21	EMEB P. José Chamot, Vaga Transitória, face desdobramento de turma	01/04/2013 a 20/12/2013
Eva Katlin ZArur	Profª de Artes	38	40	EMEB P. José Chamot, Vaga Transitória, face desdobramento de turma	01/04/2013 a 20/12/2013
Carmen Fátima Bertotto Castilho	Profª de Inglês	24	25	EMEB P. José Chamot, Vaga Transitória, face desdobramento de turma	01/04/2013 a 20/12/2013

Vitor Thomé Cechetto	Professor de Ed. Física	27	39	EMEB Pierina Santin Perret EMEB Wal-sin Nunes Garcia	A contar de 03/04/2013
Luciana Aparecida da Silva Baldicera	Professora de Ed. Física	30	36	EMEB Hilda G. de Souza, Vaga Transitória, desdobramento de turma	A contar de 01/04/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 22.570

PORTARIA Nº 22.570, de 15 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 113, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal DIOGO BORGES BARBOSA, ocupante do cargo de Agente Municipal de Segurança e Trânsito, com exercício de 40 horas semanais, lotado na Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, 90 (noventa) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a contar de 28 de março de 2013 a 28 de junho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 22.571

PORTARIA Nº 22.571, de 15 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 73, III, alínea "b", e IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença nojo, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afast.	Assento do Óbito
831	Clarice Abrão	Atendente de Enfermagem	06	08	22/03/13
11887	Eliane Fari-nea Techio	Enfermeira	06	08	27/03/13
11875	Rubens Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	06	08	06/04/13

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 22.572

PORTARIA Nº 22.572, de 15 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, de acordo com o Edital SME 08/2012, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5467, de 8 de fevereiro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Adriana Kabel Mezomo	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado	VV Maria Luciana Moraes dos Santos, Lic. tratamento saúde	19/03/2013 a 16/05/2013
Ana Paula de Lima Pires	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Transitória	01/04/2013 a 20/12/2013
Analú Santin	Professora de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Padre José Chamot (sala EEB Graciosa Copetti Pereira)	Vaga Transitória	15/04/2013 a 20/12/2013
André Vatrín	Auxiliar de Biblioteca	1.4/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	VV Nilza de Souza Carvalho, lic. prêmio	08/04/2013 a 10/05/2013
Araci Lucia Pereira Dias	Professora de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Rodolfo Nickel	Vaga Excedente	05/03/2013 a 31/07/2013
Criciele da Silva Ribeiro Levinski	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	EMEB Ulysses Guimarães	VV Marcia Pires de Camargo, atribuição de exercício	03/04/2013 a 20/12/2013
Elis Micheli Gonçalves Padilha Wegner	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	VV Aldo Margotti, lab. de informática	01/04/2013 a 20/12/2013
Fabio Alves de Oliveira	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	40	EMEB Vreda dos Trevos	VV Mar-ineis Ana Castelani, Lic. prêmio	08/04/2013 a 07/05/2013

Janaina Girardi Inacio dos Santos	Professora de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Irãmo Venâncio José	VV Michele Souza Santos, disp. AEE	20/03/2013 a 20/12/2013
Juliano Graciano Vaz	Professor de Educação Física (Handebol)	1.3/A	12	EMEB Pierina Santin Perret (04) EMEB Alcides Tombini (08)	Vaga Transitória	01/04/2013 a 20/12/2013
Karina Rodrigues de França	Professora de Educação Física	1.1/A	18	EMEB Henrique Julio Berger	VV Claudio Granja, Lic. tratamento saúde	26/03/2013 a 23/04/2013

Lisete Cristina Pinto	Professora de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Vereda dos Trevos (sala EEB Domingos Costa Franco)	VV Beatriz Olsen, lic. tratamento saúde	04/04/2013 a 17/04/2013
Luana Cristina Ramos	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	VV Tatiane Polo, lic. maternidade	26/03/2013 a 17/05/2013
Marcia Antonia Ricetti	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Padre José Chamot	Vaga Transitória	26/03/2013 a 20/12/2013
Marivete Aparecida Boff	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	VV Isabel Salomoni, lic. tratamento saúde	15/04/2013 a 13/06/2013
Noemi De Melo Alves Batista	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	Vaga Transitória	08/04/2013 a 20/12/2013
Regina Aparecida Daneluz	Professora de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Vereda dos Trevos (sala EEB Domingos C. Franco)	VV Beatriz Macedo Olsen, Lic. tratamento saúde	18/03/2013 a 01/04/2013
Tathiana dos Santos	Professor de Educação Física (Tênis de mesa)	1.3/A	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Transitória	02/04/2013 a 20/12/2013
Valmir Bertulino Ribeiro	Professor de História	1.1/A	15	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	VV Ecleides de Fatima Cruz, Lic. Tratamento Saúde	19/03/2013 a 10/04/2013
Vera Márcia Westerlon de Oliveira	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Henrique Julio Berger	VV Diocleia Alves Moura, SME	09/04/2013 a 20/12/2013

Vitor Thomé Cechetto	Professor de Educação Física	1.3/A	27	EMEB Alto Bonito	VV Leandro José Martello, à disp. Fundação Esportes	20/03/2013 a 20/12/2013
----------------------	------------------------------	-------	----	------------------	---	-------------------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.575

PORTARIA Nº 22.575, de 17 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, de acordo com o Edital SME 08/2012, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5467, de 8 de fevereiro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Francine de Matias	Secretária Escolar	3.4/A	40	EMEB Alto Bonito	VV Eliane Bortolini, Licença Prêmio	02/04/2013 a 30/06/2013
Mariana Ribeiro da Cruz Branco	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	VV Sidnéia Dominiak, Lic. Trat. Saúde	02/04/2013 a 01/06/2013
Rovianne Von Scharten	Professora de Séries Iniciais- 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	VV Olinda Suzin Parizzotto, Licença Prêmio	15/04/2013 a 14/05/2013
Regina Aparecida Daneluz	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	Vaga Transitória, face a desdobramento de turma	02/04/2013 a 20/12/2013
Marinei Aparecida Cardoso Saldanha	Professora de Arte-Projetos Culturais	1.1/A	14	EMEB Henrique J Berger (04h) EMEB Ir. Venâncio José (02h) EMEB Walsin N. Garcia (02h) EMEB Hilda G. de Souza (06h)	Vaga Transitória, face a desdobramento de turma	02/04/2013 a 01/06/2013

Leila Lucimar Gonçalves	Professora de Séries Iniciais- 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Es- perança	VV Elisete Lobas, Lic Trat. Saúde	08/04/2013 a 06/06/2013
-------------------------------	---	-------	----	---------------------	--	----------------------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.577

PORTARIA Nº 22.577, de 17 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, e mais o previsto na Lei 203 de 23/02/2011 e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR as pessoas abaixo relacionadas, para exercerem cargos comissionados, do "Grupo Ocupacional Comissão", especificando: nome, cargo, referência, carga horária e data da nomeação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	C.H.	Data da Nomeação
Amanda de Almeida Kirschner	Diretora de Extensão Rural	CC-3	35	15/04/2013
Angelly Cristina Bittencourt	Diretora de Serviços de Vigilância em Saúde	CC-3	35	15/04/2013
Carlos Alberto Pegoraro	Assessor do Gabinete do Prefeito	CC-3	35	15/04/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Ata Analise Credenciamento 05/2013 Saúde

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM CIRURGIA NEUROLOGIA Nº 05/2013 - FMS

Aos dezenove e um dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às dezessete horas e dez minutos, na sala do Setor de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, situado na Rua Brasília, nº 1.111, nesta cidade de Caçador, SC, reuniu-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 5.440 de 02 de janeiro de 2013, em sessão reservada. Inicialmente realizou-se a análise da documentação do Dr. Nabil Elias Bittar, único que apresentou documentos para se credenciar, nos quais a Comissão verificou que o mesmo apresentou a documentação de acordo estando credenciado para o item 01 - NEUROLOGIA. Como o credenciado abriu mão de qualquer tipo de recurso encaminha-se o presente processo para homologação. Na sequência, a Comissão determinou que seja efetuada a publicação da presente ata. Nada mais havendo a tratar e digno de nota, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão. Caçador/SC, 19 de abril de 2013.

Aviso de Licitação PR 34-2013 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2013
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, FRESA E SERRALHERIA, AQUISIÇÃO DE CORREIAS E EXTINTORES DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 09/05/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 09/05/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no site do Município de Caçador: cacador.sc.gov.br ou pessoalmente na Diretoria de Licitações, avenida Santa Catarina, 195, sala 107, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 18 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Aviso Prorrogação PR 18-2013 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 18/2013 - FMS
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS IMPRESSOS DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 07/05/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 07/05/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 19 de abril de 2013.
REJANE SERAFINI
Secretária Municipal de Saúde

Errata Licitação PR 15-2013 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA

EDITAL: Pregão Presencial nº 15/2013 - FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA E APARARELHOS ORTODÔNTICOS

Onde está escrito: curso de auxiliar de prótese dentária, leia-se: curso de técnico em prótese dentária.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 19 de abril de 2013.
REJANE SERAFINI
Secretária Municipal de Saúde

Contrato Administrativo Nº 37/2013 - Prefeitura

Contrato Administrativo nº 37/2013 - PREFEITURA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO E TUBULAÇÃO DE CONCRETO DA ESCOLA IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ, Referente ao processo licitatório nº 22/2013 TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2013, Empresa Contratada LAJETEC LAJES ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 72.214.836/0001-08, com sede na cidade de Caçador/SC,

Edital de Convocação Nº 002

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002, de 16 de abril de 2013.

Convoca aprovados em Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 08/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos, abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 08/2012, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, conforme seqüência de classificação:

AUXILIAR DE BIBLIOTECA

Jumariana Souza Borba
Samanta Helen Zotto
Maiara Carvalho
Silvana Mittanck Lopes de Souza
Diego Garipuna
Gessica Ferrasso
Vanessa Aparecida Aranha de Andrade
Ana Lidia Pereira
Ana Romilda Neris
Simone Alves Nunes Ferreira
Juliana Lara Domingues dos Santos
Denize Aparecida Felipe Weber
Daniela dos Santos Pires
André Vatrín

AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO

Elaine Dias
Silvana Solle Antunes
Claudete Aparecida Martins
Maria Rosângela Chagas Faro
Simone Cardoso Pares
Criciele da Silva Ribeiro Levinski

EDUCAÇÃO INFANTIL- CRECHE E PRÉ-ESCOLA

Luana Rodakievis
Alessandra de Oliveira Matos
Cici Josiane Bueno Nunes
Adriana Raquel Dias
Joice Porth
Jussara Brol
Araci Lucia Pereira Dias
Vanessa Zotto Costa
Silvana Emidio
Ilda Cristina da Silveira Cracco
Janaina Girardi Inacio Santos
Adriana Kabel
Cristiane Aparecida Almeida
Hebreia Arkana Bonato Maldonado
Regina Aparecida Daneluz
Ana Paula de Lima Pires

Carine Araujo da Silva
Leandra Aparecida Pereira dos Santos
Cleide Alves
Carmelucia Maria Singer
Patricia Ribeiro Alves
Natalia Eger
Fatima Aparecida Castilho
Noemi de Melo Alves Batista

PROFESSORES 1º AO 5º ANO:

Mariana Susin Frigotto
Sandra Mara Moschetta da Silva
Ligiane Scolari Ribeiro dos Santos
Maria Elena Frigo Fernandes
Rosângela Aparecida Ribas de Mello
Roviane Von Scharthen
Rosilda Ribeiro de Souza
Andreia Patricia Schwartz
Marcia Antonia Ricetti
Luana Cristina Ramos
Andreia Paraná de Oliveira
Elis Micheli Gonçalves Padilha Wegner
Fabio Alves de Oliveira
Elisângela Medeiro Zanatta
Leonilda Fatima Carneiro

EDUCAÇÃO FÍSICA E PROJETOS ESPORTIVOS

Jorge Roberto Alves dos Santos
Fernanda Coelho de Souza

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Jacqueline Zanelato

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Gelson Carlos Rodrigues Lopes

PROFESSOR INTERPRETE DE LIBRAS

Jamile Aparecida Hartmann

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Secretaria de Educação, munidos de identidade e comprovante de escolaridade no ato da escolha, no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Contrato.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, em 16 de abril de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

**Parecer Minha Casa Minha Vida 02-2013
EDITAL**

A Secretaria da Fazenda do Município de Caçador, por intermédio do setor de Tributação e Fiscalização faz saber a todos os interessados que,

Considerando que a Lei Municipal nº 2.705, de 27 de abril de 2010 instituiu isenção de impostos e taxas de competência do município incidentes sobre as obras residenciais integrantes do programa "Minha Casa, Minha Vida"; do governo federal;

Considerando que a Secretaria Municipal de Assistência Social informou que o contribuinte abaixo relacionado integra o programa "Minha Casa, Minha Vida; e

Considerando que a mencionada lei dispõe competir à Secretaria da Fazenda elaborar cadastro de todos os benefícios concedidos nos seus termos, bem como também publicar parecer conclusivo sobre os pedidos de isenção, e, tendo chegado a esta secretaria o pedido abaixo mencionado:

PROTOCOLO	CONTRATO	NOME DO BENEFICIÁRIO	IDENTIFICAÇÃO/LOCALIZAÇÃO IMÓVEL
4.975/2013	8.4444.034104-5	MAICON SCHI-KORSKI	01.03.012.0286.001 - Rua Guarani, 227 BAIRRO BELLO

RESOLVE

Emitir, no presente edital, parecer favorável aos pedidos de isenção acima relacionados, DEFERINDO, com fundamento na Lei Municipal nº 2.705, de 27 de abril de 2010, as isenções de taxas e tributos especificados no art. 2º da mencionada lei, para os integrantes do Programa "Minha Casa Minha Vida".

Determina, outrossim, a publicação deste edital com o parecer favorável no Diário Oficial dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único do citado diploma legal.

Caçador, 17 de abril de 2013.
GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA
Sec.Adj.Ass.Fazenda

Ata de Registro de Preço Nº 74 - 2013 - Prefeitura

ATA nº 74/2013 - PREFEITURA-PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2013 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA E ÓLEO DIESEL DIRETO DA BOMBA, E AQUISIÇÃO DE DIESEL ARLA E QUERESONE EM EMBALAGEM FECHADA, Referente ao processo licitatório nº 38/2013, Pregão Presencial nº 29/2013 Fornecedor BORTOLI, ARGENTA E CIA LTDA CNPJ nº 73.650.988/0001-08, com sede nesta cidade de Caçador/SC. Prazo 12 meses.

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$
04	6.500	Litro	Gasolina comum, abastecimento direto na bomba em posto de combustível com sede no perímetro urbano do Município de Caçador, SC	PETROBRAS	2,84
VALOR GLOBAL					18.460,00

Ata de Registro de Preço Nº 75 - 2013 - Prefeitura

ATA nº 75/2013 - PREFEITURA-PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2013 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA E ÓLEO DIESEL DIRETO DA BOMBA, E AQUISIÇÃO DE DIESEL ARLA E QUERESONE EM EMBALAGEM FECHADA, Referente ao processo licitatório nº 38/2013, Pregão Presencial nº 29/2013 Fornecedor AUTO POSTO ARAUCÁRIA LTDA CNPJ nº 02.391.306/0001-41, com sede nesta cidade de Caçador/SC. Prazo 12 meses.

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$
------	-----	-------	-----------	-------	-----

01	15.000	Litro	Óleo Diesel comum, abastecimento direto na bomba em posto de combustível com sede no perímetro urbano do Município de Caçador, SC	IPIRANGA	2,26
02	15.000	Litro	Óleo Diesel S 10, abastecimento direto na bomba em posto de combustível com sede no perímetro urbano do Município de Caçador, SC	IPIRANGA	2,36
03	75	Balde	Óleo Diesel Arla, balde de 20 litros	IPIRANGA	79,50
05	100	Litro	Querosene, embalagem de 01 litro	IPIRANGA	9,15
VALOR GLOBAL					76.177,50



Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

Informações municipais para a promoção do desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br



IPASC**Anexo 12 - Balanço Orçamentário 2012****Santa Catarina****IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Indireta - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	3.668.275,93	10.622.955,29	-6.954.679,36	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENT	11.415.707,58	7.558.213,40	3.857.494,18
Receita de Contribuições	1.840.571,77	3.039.913,70	-1.199.341,93	Despesas Corrente	7.886.566,81	7.231.645,29	654.921,52
Receita Patrimonial	1.530.308,00	5.823.597,47	-4.293.289,47	Despesas de Capital	3.456.407,50	314.860,78	3.141.546,72
Outras Receitas Correntes	297.396,16	1.877.973,77	-1.580.577,61	Despesas Intra-Orçamentárias Corrente	72.733,27	11.707,33	61.025,94
(-) Deduções da Receita Corrente	0,00	-118.529,65	118.529,65				
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	3.791.871,40	6.170.248,40	-2.378.377,00				
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	45.560,25	0,00	45.560,25				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	1.799.604,56	-1.799.604,56				
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	1.799.604,56	-1.799.604,56				
SOMA	7.505.707,58	18.592.808,25	-11.087.100,67	SOMA	11.415.707,58	7.558.213,40	3.857.494,18
DÉFICIT	3.910.000,00	0,00	3.910.000,00	SUPERÁVIT	0,00	11.034.594,85	-11.034.594,85
TOTAL	11.415.707,58	18.592.808,25	-7.177.100,67	TOTAL	11.415.707,58	18.592.808,25	-7.177.100,67

Caçador, 11/04/2013

Karen Fernanda Ribeiro
Contadora CRC-SC 025.356/O-0

Eliete Catarina D'Agostini
Diretora Administrativa

Maria Mandionir Cordeiro Barichello
Diretora Presidente

Anexo 13 - Balanço Financeiro 2012**Santa Catarina****IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR**

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

Administração Indireta - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	18.592.808,25	ORÇAMENTÁRIAS	7.558.213,40
Receitas	16.793.203,69	Despesas	7.558.213,40
Receitas Correntes	10.622.955,29	Despesas Correntes	7.231.645,29
Receita de Contribuições	3.039.913,70	Pessoal e Encargos Sociais	7.061.333,95
Receita Patrimonial	5.823.597,47	Outras Despesas Correntes	170.311,34
Outras Receitas Correntes	1.877.973,77	Despesas de Capital	314.860,78
(-) Deduções da Receita Corrente	-118.529,65	Investimentos	314.860,78
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	6.170.248,40	Despesas Intra-Orçamentárias	11.707,33
		Pessoal e Encargos Sociais	11.707,33
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.799.604,56		
Transferências Financeiras Recebidas	1.799.604,56		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.534.553,75	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.942.658,10
Depósitos	1.388.619,69	Depósitos	1.494.256,48
Consignações	513.462,09	Consignações	549.819,08
Depósitos de Diversas Origens	875.157,60	Depósitos de Diversas Origens	944.437,40
Restos a Pagar	103.390,14	Restos a Pagar	9.323,00
Obrigações a Pagar	103.390,14	Obrigações a Pagar	9.323,00
Restos a Pagar Não Processados	103.390,14	Restos a Pagar Não Processados	9.323,00
Acréscimos Patrimoniais	42.543,92	Decréscimos Patrimoniais	439.078,62
SOMA	20.127.362,00	SOMA	9.500.871,50
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	33.871.210,66	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	44.497.701,16
Bancos Conta Movimento	20.034,68	Bancos Conta Movimento	242.083,77
Investimento do RPPS	33.851.175,98	Investimento do RPPS	44.255.617,39
TOTAL	53.998.572,66	TOTAL	53.998.572,66

Caçador, 11/04/2013

Karen Fernanda Ribeiro
Contadora CRC-SC 025.356/O-0

Eliete Catarina D'Agostini
Diretora Administrativa

Maria Mandionir Cordeiro Barichello
Diretora Presidente

Anexo 14 - Balanço Patrimonial 2012**Santa Catarina**

Betha Sistemas

IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Exercício 2012

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Indireta - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	44.497.701,16	FINANCEIRO	108.056,01
DISPONÍVEL	44.497.701,16	DEPÓSITOS	3.677,37
Bancos Conta Movimento	242.083,77	Consignações	3.378,62
Investimentos do RPPS	44.758.730,98	Depósitos de Diversas Origens	298,75
(-) Provisão para Perdas em Investimentos do RPPS	-503.113,59	RESTOS A PAGAR	104.378,64
		Obrigações a Pagar	104.378,64
PERMANENTE	496.636,04	PERMANENTE	33.851.175,98
IMOBILIZADO	496.636,04	DIVERSOS	33.851.175,98
Bens Imóveis	398.035,66	Provisões Matemáticas Previdenciárias	33.851.175,98
Bens Móveis	98.600,38		
ATIVO REAL	44.994.337,20	PASSIVO REAL	33.959.231,99
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	11.035.105,21
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	11.035.105,21
COMPENSADO	162.008.770,06	COMPENSADO	162.008.770,06
Execução da Programação Financeira	44.497.701,16	Execução da Programação Financeira	44.497.701,16
Compensações Ativas Diversas	117.511.068,90	Compensações Passivas Diversas	117.511.068,90
TOTAL	207.003.107,26	TOTAL	207.003.107,26

Caçador, 11/04/2013

Karen Fernanda Ribeiro
Contadora CRC-SC 025.356/O-0

Eliete Catarina D'Agostini
Diretora Administrativa

Maria Mandionir Cordeiro Barichello
Diretora Presidente

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais 2012**Santa Catarina****IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR**

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Administração Indireta - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Receitas	16.793.203,69	Despesas	7.558.213,40
Receitas Correntes	10.622.955,29	Despesas Correntes	7.231.645,29
Receita de Contribuições	3.039.913,70	Pessoal e Encargos Sociais	7.061.333,95
Receita Patrimonial	5.823.597,47	Outras despesas correntes	170.311,34
Outras Receitas Correntes	1.877.973,77	Despesas de Capital	314.860,78
(-) Deduções da Receita Corrente	-118.529,65	Investimentos	314.860,78
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	6.170.248,40	Despesas Intra-Orçamentárias	11.707,33
		Pessoal e Encargos Sociais	11.707,33
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.799.604,56		
Transferências Financeiras Recebidas	1.799.604,56		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	221.388,16		
Aquisições de Bens	221.388,16		
Bens Imóveis	208.035,66		
Bens Móveis	13.352,50		
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	34.146.458,54	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	34.146.458,54
Interferências Ativas	34.146.458,54	Interferências Passivas	34.146.458,54
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	31.195.881,51	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	38.357.935,53
Desincorporação de Passivos	31.195.881,51	INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	38.357.935,53
		Incorporação de Obrigações	38.357.935,53
		Provisões	38.357.935,53
Total das Variações Ativas	84.156.536,46	Total das Variações Passivas	80.062.607,47
RESULTADO PATRIMONIAL		RESULTADO PATRIMONIAL	
		Superávit Verificado	4.093.928,99
TOTAL GERAL	84.156.536,46	TOTAL GERAL	84.156.536,46

Caçador, 11/04/2013

Karen Fernanda Ribeiro
Contadora CRC-SC 025.356/O-0

Eliete Catarina D'Agostini
Diretora Administrativa

Maria Mandionir Cordeiro Barichello
Diretora Presidente

Balancete Financeiro Fevereiro 2013**Santa Catarina****IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.122.664,68	Despesa Orçamentária	590.018,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	263.378,90	Despesas exceto Intra-orçamentárias	590.018,07
RECEITA PATRIMONIAL	27.279,60	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	584.069,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.461,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.948,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	620.678,56		
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	209.866,51		
Receita Extra - Orçamentária	1.036.915,87	Despesa Extra - Orçamentária	970.879,53
DEPOSITOS	126.436,64	DEPOSITOS	123.957,08
CONSIGNACOES	46.296,84	CONSIGNACOES	46.701,91
PREVIDENCIA SOCIAL	1.650,39	PREVIDENCIA SOCIAL	1.761,75
PENSAO ALIMENTICIA	3.838,69	PENSAO ALIMENTICIA	2.285,81
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	13.020,76	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	13.392,05
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	20.625,21	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA	22.075,03
PLANOS DE SEGUROS	37,99	PLANOS DE SEGUROS	37,99
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	7.123,80	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	7.149,28
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	80.139,80	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	77.255,17
DEPOSITOS A TRANSFERIR	54.963,07	DEPOSITOS A TRANSFERIR	52.666,20
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	25.176,73	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	24.588,97
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	611.996,51	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	633.974,95
OBRIGACOES A PAGAR	611.996,51	OBRIGACOES A PAGAR	633.974,95
FORNECEDORES	5.948,74	FORNECEDORES	5.948,74
PESSOAL A PAGAR	32.176,48	PESSOAL A PAGAR	32.176,48
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	680,10	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	680,10
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	21.978,44	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	43.956,88
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	551.212,75	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	551.212,75
INTERFERENCIAS ATIVAS	297.187,40	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	212.947,50
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	297.187,40	INCORPORACAO DE PASSIVOS	212.947,50
REPASSES PREVIDENCIARIOS RECEBIDOS F	297.187,40	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	212.947,50
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.295,32		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.295,32		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.295,32		
Saldos anteriores	45.419.996,64	Saldos atuais	46.018.679,59
BANCO C/ MOVIMENTO	446.444,25	BANCO C/ MOVIMENTO	3.237,84
INVESTIMENTOS DO RPPS	44.973.552,39	INVESTIMENTOS DO RPPS	46.015.441,75
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	47.579.577,19	Total	47.579.577,19

Balancete Financeiro Janeiro 2013**Santa Catarina****IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Janeiro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.370.945,44	Despesa Orçamentária	574.234,52
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	227.022,22	Despesas exceto Intra-orçamentárias	574.234,52
RECEITA PATRIMONIAL	187.879,90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	570.238,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.094,33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.995,57
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	571.849,01		
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	382.099,98		
Receita Extra - Orçamentária	874.997,78	Despesa Extra - Orçamentária	749.413,22
DEPOSITOS	143.828,80	DEPOSITOS	21.402,27
CONSIGNACOES	50.134,14	CONSIGNACOES	4.962,78
PREVIDENCIA SOCIAL	227,45	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.459,24
PENSAO ALIMENTICIA	2.285,81	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA	2.979,47
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	14.855,04	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	524,07
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	25.054,50	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	16.439,49
PLANOS DE SEGUROS	37,99	DEPOSITOS A TRANSFERIR	10.552,93
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	7.673,35	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	5.886,56
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	93.694,66	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	705.590,71
DEPOSITOS A TRANSFERIR	63.219,13	OBRIGACOES A PAGAR	705.590,71
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	30.475,53	FORNECEDORES	3.995,57
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	703.880,11	PESSOAL A PAGAR	24.856,91
OBRIGACOES A PAGAR	703.880,11	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	3.421,20
FORNECEDORES	3.995,57	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	673.317,03
PESSOAL A PAGAR	24.856,91	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	22.420,24
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	1.710,60	INCORPORACAO DE PASSIVOS	22.420,24
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	673.317,03	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	22.420,24
INTERFERENCIAS ATIVAS	26.034,43		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	26.034,43		
REPASSES PREVIDENCIARIOS RECEBIDOS F	26.034,43		
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.254,44		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.254,44		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.254,44		
Saldos anteriores	44.497.701,16	Saldos atuais	45.419.996,64
BANCO C/ MOVIMENTO	242.083,77	BANCO C/ MOVIMENTO	446.444,25
INVESTIMENTOS DO RPPS	44.255.617,39	INVESTIMENTOS DO RPPS	44.973.552,39
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	46.743.644,38	Total	46.743.644,38

Camboriú

PREFEITURA

PR 11/13 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2013-FUNDESB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE DE COMPUTADORES, CONTENDO UMA UNIDADE TELECOM EQUIPADA COM UM SISTEMA DE CONTINUIDADE DE ENERGIA DE 3000VA SENOIDAL INTELIGENTE E UM SUPERSEVER COM SISTEMA OPERACIONAL DE VIRTUALIZAÇÃO OPEN SOURCE DEVIDAMENTE REGISTRADO GRATUITAMENTE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:00 horas do dia 09 (Nove) de Maio de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 19 de Abril de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Resumo de Contrato

RESUMO DE CONTRATO

PMC

Contrato nº 045/2013

Processo: Pregão Presencial nº. 009/2013

Contratado: AUTO POSTO DA PRAÇA LTDA

Data: 28/03/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 1.008.701,11 (Um milhão oito mil setecentos e um reais e onze centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR DESTINADO AO ABASTECIMENTO DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

FUNDESP

Contrato nº 002/2013

Processo: Pregão Presencial nº. 002/2013

Contratado: AUTO POSTO DA PRAÇA LTDA

Data: 28/03/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 61.363,86 (Sessenta e um mil trezentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR DESTINADO AO ABASTECIMENTO DO VEÍCULO QUE TRANSPORTARÁ ALUNOS/ATLETAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

FUNDESB

Contrato nº 017/2013

Processo: Pregão Presencial nº. 006/2013

Contratado: AUTO POSTO DA PRAÇA LTDA

Data: 28/03/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 101.110,00 (Cento e um mil cento e dez reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL AUTOMOTIVO A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS VINCULADOS A SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

FMAS

Contrato nº 010/2013

Processo: Pregão Presencial nº. 002/2013

Contratado: AUTO POSTO DA PRAÇA LTDA

Data: 28/03/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 51.232,50 (Cinquenta e um mil duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL AUTOMOTIVO A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DA FROTA DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

RESCISÃO

PMC

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 031/2013

Processo: Pregão Presencial nº. 009/2013

Contratado: AUTO POSTO CAMBORIÚ LTDA

Data: 28/03/2013

Objeto: Por força de solicitação do contratado, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, resolvendo rescindi-lo nesta data, tendo em vista a desistência do contratado por não possuir condições de fornecer a quantia desejada pela Administração Municipal, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

FUNDESP

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 001/2013

Processo: Pregão Presencial nº. 002/2013

Contratado: AUTO POSTO CAMBORIÚ LTDA

Data: 28/03/2013

Objeto: Por força de solicitação do contratado, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, resolvendo rescindi-lo nesta data, tendo em vista a desistência do contratado por não possuir condições de fornecer a quantia desejada pela Administração Municipal, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

FMAS

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 006/2013

Processo: Pregão Presencial nº. 002/2013

Contratado: AUTO POSTO CAMBORIÚ LTDA

Data: 28/03/2013

Objeto: Por força de solicitação do contratado, as partes dão por

terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, resolvendo rescindi-lo nesta data, tendo em vista a desistência do contratado por não possuir condições de fornecer a quantia desejada pela Administração Municipal, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

FUNDESB

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 010/2013

Processo: Pregão Presencial nº. 006/2013

Contratado: AUTO POSTO CAMBORIÚ LTDA

Data: 28/03/2013

Objeto: Por força de solicitação do contratado, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, resolvendo rescindi-lo nesta data, tendo em vista a desistência do contratado por não possuir condições de fornecer a quantia desejada pela Administração Municipal, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

MARCIO DA ROSA

Secretário de Administração

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 908/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 908/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHD9720	55652278D	5541/1	07/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY5442	55652050D	7056/1	25/09/2012	R\$ 191,53	244 * III
MIM6518	55652610D	5819/2	10/09/2012	R\$ 574,61	193
MJL3759	55652282D	5550/0	07/10/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 17 DE ABRIL DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 875/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 875/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APE5127	55652828D	5185/1	19/09/2012	167
APE5127	55652828D	5185/2	19/09/2012	167
APH2410	55652809D	5185/1	17/09/2012	167
MBQ6605	55652826D	5193/0	19/09/2012	168
MFN4288	55652760D	7048/1	21/09/2012	244 * II
MGN8950	55652538D	7366/2	31/08/2012	252 * VI
MGV3000	55652830D	5460/0	26/09/2012	181 * IX
MIA0562	55652707D	7056/1	23/09/2012	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 17 DE ABRIL DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 894/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 894/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHO2276	55652718D	6858/0	28/10/2012	231 * VII
CYS0001	55652450D	6858/0	28/10/2012	231 * VII
MAW5841	55652438D	5479/0	20/10/2012	181 * X
MAW5841	55652440D	5835/0	20/10/2012	195
MDO4618	55652639D	5541/1	07/10/2012	181 * XVII
MEG1559	55652283D	5452/1	19/10/2012	181 * VIII
MFE3228	55653154D	7366/2	18/10/2012	252 * VI
MFN4072	55653162D	7366/2	22/10/2012	252 * VI
MGL7293	55653171D	7366/2	24/10/2012	252 * VI
MHI3222	55653164D	7366/2	22/10/2012	252 * VI
MHM2405	55653156D	7366/2	19/10/2012	252 * VI
MIF5043	55652422D	5541/1	07/10/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 17 DE ABRIL DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 9.937 de 22 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.937 DE 22 DE ABRIL DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo público e função de Professor Auxiliar, GABRIELE QUOST TABERT, Matrícula Funcional nº 000520, Registro no Sistema sob nº 954618, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 25 de abril de 2013 à 04 de maio de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.938 de 22 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.938 DE 22 DE ABRIL DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo público e função de Motorista, CLÓVIS NENE-VÊ, Matrícula Funcional nº 000583, Registro no Sistema sob nº 954778, referente ao período aquisitivo: 07 de agosto de 2011 a 06 de agosto de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 06 de maio de 2013 à 25 de maio de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.939 de 22 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.939 DE 22 DE ABRIL DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo de Motorista - SIDNEI DALA MEÃ, Matrícula Funcional nº 000524, Registro no Sistema sob nº 954622, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo 26 de fevereiro de 2008 à 26 de fevereiro de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 22/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.940 de 22 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.940 DE 22 DE ABRIL DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo de Agente Operacional V - LUIZ ANTONIO CÂNDIDO, Matrícula Funcional nº 000409, Registro no Sistema sob nº 954259, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2008 à 15 de abril de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de abril de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 22/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.941 de 22 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.941 DE 22 DE ABRIL DE 2013
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo de Professor de Música - IVO BONFANTI, Matrícula Funcional nº 348, Registro no Sistema sob nº 301801, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo 13 de abril de 2008 á 13 de abril de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de abril de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 22/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.942 de 22 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.942 DE 22 DE ABRIL DE 2013
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a servidora pública municipal, ocupante do cargo de Agente Administrativo II - LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, Matrícula Funcional nº 000500, Registro no Sistema sob nº 954556, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2012 á 31 de dezembro de 2012, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal

desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de abril de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Portaria Nº 301/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 301/13 DE 01/02/13
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA SANDRA PELENTIR DISSEGNA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 01 - a servidora SANDRA PELENTIR DISSEGNA, junto a Secretaria de Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 302/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 302/13 DE 01/02/13
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA JOSSUI HELENA NOGUEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 01 - a servidora JOSSUI HELENA NOGUEIRA, junto a Secretaria da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 303/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 303/13 DE 01/02/13

CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA VIVIANE CRISTINA JUNHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Gratificação por Dedicção Exclusiva - Controle Interno (GFDE - CI) a servidora VIVIANE CRISTINA JUNHO, junto ao Gabinete. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 304/2013 de 01/02/13

PORTARIA Nº 304/2013 DE 01/02/13

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE TRANSPORTE ESCOLAR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem a Comissão Especial de Transporte Escolar:

Ana Eliza Mara Marcon - Pregoeira

Robson Joubert dos Santos - Equipe de Apoio

João Maria Moraes Ribeiro Junior - Equipe de Apoio

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 305/2013 de 01/02/13

PORTARIA Nº 305/2013 DE 01/02/13

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem a Comissão Permanente do Pregão Eletrônico:

Diógenes Zoldan - Pregoeiro

Dayana Thaize dos Santos Ribeiro - Equipe de Apoio

João Maria Moraes Ribeiro Junior - Equipe de Apoio

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 928/12 de 28/05/12, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 306/2013 de 01/02/13

PORTARIA Nº 306/2013 DE 01/02/13

EXONERA E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem a Comissão Permanente de Licitações:

Luana debastiani - Presidente

Robson Joubert dos Santos - Secretário

Ana Paula Bitencourt Walter - Membro

Adriana Helena Rossa Melo - Membro

Lucia Francisca de Oliveira - Membro

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 03/12 de 13/01/12, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 307/13 de 01/02/2013

PORTARIA Nº 307/13 DE 01/02/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ROSELE ANGÉLICA DE QUADROS XAVIER.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora Rosele Angélica de Quadros Xavier no período de 01/02/13 a 27/04/13.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 308/13 de 01/02/2013

PORTARIA Nº 308/13 DE 01/02/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA SOLANGE APARECIDA RIBEIRO DA SILVA.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora Solange Aparecida Ribeiro da Silva no período de 01/02/13 a 17/04/13.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 309/13 de 01/02/2013

PORTARIA Nº 309/13 DE 01/02/2013

NOMEIA TEREZINHA VENTURIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear TEREZINHA VENTURIN, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO, junto a Secretaria de Assistência Social. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Fevereiro de 2013

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 310/13 de 01/02/2013

PORTARIA Nº 310/13 DE 01/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NILTON ALVES RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário NILTON ALVES RIBEIRO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de fevereiro de 2013

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 311/13 de 01/02/2013

PORTARIA Nº 311/13 DE 01/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA RIBEIRO MARTINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARIA RIBEIRO MARTINS, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor

na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de fevereiro de 2013

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 312/13 de 01/02/2013

PORTARIA Nº 312/13 DE 01/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANAINE PAGANINI DE MATTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JANAINE PAGANINI DE MATTOS, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de fevereiro de 2013

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 313/13 de 01/02/2013

PORTARIA Nº 313/13 DE 01/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRÉ GRANZOTTO MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANDRÉ GRANZOTTO MACHADO, para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de fevereiro de 2013

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 314/13 de 01/02/2013

PORTARIA Nº 314/13 DE 01/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GABRIELA DAS GRAÇAS BOEIRA CHELLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972,

considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário GABRIELA DAS GRAÇAS BOEIRA CHELLI, para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de fevereiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 315/13 de 01/02/2013

PORTARIA Nº 315/13 DE 01/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERGIO AGOSTINHO GONÇALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SERGIO AGOSTINHO GONÇALVES, para exercer o cargo de Auxiliar de Obras, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de fevereiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 316/13 de 01/02/2013

PORTARIA Nº 316/13 DE 01/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DALTRO JOSE WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DALTRO JOSE WALTER, para exercer o cargo de ENGENHEIRO AGRONOMO, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de fevereiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 317/13 de 01/02/2013

PORTARIA Nº 317/13 DE 01/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA RUBIA JACOMEL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANA RUBIA JACOMEL, para exercer o cargo de FONOAUDIOLOGO, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de fevereiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 318/13 de 01/02/2013

PORTARIA Nº 318/13 DE 01/02/2013

NOMEIA LUIZINHO SAVARIS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE GABINETE,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear LUIZINHO SAVARIS, para o cargo em comissão de ASSISTENTE DE GABINETE, junto ao Gabinete do Prefeito. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Fevereiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 319/13 de 01/02/2013

PORTARIA Nº 319/13 DE 01/02/2013

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ROSMARI DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ROSMARI DOS SANTOS do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 320/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 320/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA FERNANDA LIMA DEPORTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 02 - a servidora FERNANDA LIMA DEPORTE, coordenadora do Creas, junto a Secretaria de Assistência Social. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 457/13 de 06/02/2013

PORTARIA Nº 457/13 DE 06/02/2013

NOMEIA DANIELA CRISTINA GONÇALVES ZANOTTO, APROVADO (A)
EM CONCURSO PÚBLICO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear DANIELA CRISTINA GONÇALVES ZANOTTO, aprovado (a) em Concurso Público, na forma do Edital nº 01/2010, para exercer o cargo de TÉCNICO EM

APOIO ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 06 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 458/13 de 07/02/2013

PORTARIA Nº 458/13 DE 07/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ERONILDA APARECIDA MACHADO FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária efetiva Fernanda Mocelin Camargo encontra-se em cargo comissionado,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ERONILDA APARECIDA MACHADO FAGUNDES, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de fevereiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 459/13 de 07/02/2013

PORTARIA Nº 459/13 DE 07/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARINILZE BORTOLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária efetiva Antonia de Oliveira encontra-se em tratamento de saúde.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARINILZE BORTOLI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de fevereiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 460/13 de 07/02/2013

PORTARIA Nº 460/13 DE 07/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREIA CRISTINA MOREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária efetiva Laureci Ristof Lima da Silva encontra-se em tratamento de saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANDREIA CRISTINA MOREIRA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de fevereiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 461/13 de 07/02/2013

PORTARIA Nº 461/13 DE 07/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA PAULA MACHADO DE ANDRADE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária Maria Bernadete da Silva encontra-se em tratamento de saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANA PAULA MACHADO DE ANDRADE, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de fevereiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 462/13 de 07/02/2013

PORTARIA Nº 462/13 DE 07/02/2013
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANETE LOPES NASCIMENTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária efetiva Gessi Fatima Machado de Oliveira encontra-se em tratamento de saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JANETE LOPES NASCIMENTO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de fevereiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 463/13 de 07/02/2013

PORTARIA Nº 463/13 DE 07/02/2013
NOMEIA NELI TEREZINHA ASCARI KRAHL PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE APOIO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear NELI TEREZINHA ASCARI KRAHL, para o cargo em comissão de Gerente de Apoio Centro de Convivência do Idoso, junto a Secretaria de Assistência Social.

Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 04 de Fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Fevereiro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 464/13 de 07/02/2013

PORTARIA Nº 464/13 DE 07/02/2013
NOMEIA GUIOMAR DA LUZ PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DE CENTROS ESPORTIVOS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear GUIOMAR DA LUZ, para o cargo em comissão de Gerência Administrativa de Centros Esportivos, junto a Secretaria de Esportes. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Fevereiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 492/13 de 07/02/2013

PORTARIA Nº 492/13 DE 07/02/2013
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) CAMILA SIDELY CORREA GAUER,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) CAMILA SIDELY CORREA GAUER do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de fevereiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 493/13 de 07/02/2013

PORTARIA Nº 493/13 DE 07/02/2013
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUZIA LOPES DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária efetiva Andreia Almeida Inácio encontra-se em tratamento de saúde.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LUZIA LOPES DE SOUZA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de fevereiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 552/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 552/13 DE 18/02/2013
NOMEIA IVO ARNILDO MOREIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear IVO ARNILDO MOREIRA, para o cargo em comissão de Coordenador de Atividades Operacionais, junto a Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 553/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 553/13 DE 18/02/2013

NOMEIA SONEIDE DE FATIMA MOREIRA DE GESTORA DA BOLSA FAMILIA, JUNTO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear SONEIDE DE FATIMA MOREIRA, gestora da bolsa família, junto a Secretaria de Assistência Social. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 554/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 554/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA SONIA BERNARDETE GRIS SANTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO A E.M.E.F. SANTA JULIA BILLIART,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora SONIA BERNARDETE GRIS SANTOS, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto a E.M.E.F. Santa Julia Billiart. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 555/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 555/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA ANA EUMAR GONÇALVES BARBOSA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA ADJUNTA JUNTO A

E.M.E.F. SANTA JULIA BILLIART,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ANA EUMAR GONÇALVES BARBOSA, para o cargo em comissão de DIRETORA ADJUNTA, junto a E.M.E.F. Santa Julia Billiart. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 556/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 556/13 de 18/02/2013

NOMEIA O SERVIDOR CELITO CHIODI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO A E.M.E.F. SANTA JULIA BILLIART,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor CELITO CHIODI, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto a E.M.E.F. Santa Julia Billiart. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 558/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 558/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA ROSEMARY PEREIRA PASQUALOTTO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO A E.M.E.F. NOVOS CAMPOS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ROSEMARY PEREIRA PASQUALOTTO, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto a E.M.E.F. Novos Campos. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 559/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 559/13 de 18/02/2013

NOMEIA O SERVIDOR ILDO DALPIVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO A E.M.E.F. NOVOS CAMPOS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor ILDO DALPIVA, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto a E.M.E.F. Novos Campos. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 560/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 560/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA VONECY DAROLD FRANZEN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO A E.M.E.F. NOVOS CAMPOS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora VONECY DAROLD FRANZEN, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto a E.M.E.F. Novos Campos. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 561/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 561/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA ILDA TEREZINHA SAVARIS DORINI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO A E.M. ANDRÉ REBOUÇAS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ILDA TEREZINHA SAVARIS DORINI, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto a E.M. ANDRÉ REBOUÇAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 562/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 562/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA LAUDICÉIA BERNARDI GEWEHR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO A E.M. ANDRÉ REBOUÇAS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora LAUDICÉIA BERNARDI GEWEHR, para o cargo em comissão de SECRETARIA, junto a E.M. ANDRÉ REBOUÇAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 563/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 563/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA JULIANE BROGLIATO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO AO CAIC PROFESSORA NAIR DA SILVA GRIS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora JULIANE BROGLIATO, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto ao CAIC Professora Nair da Silva Gris. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 564/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 564/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA CLEUDES REGINATO DE OLIVEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO AO CAIC PROFESSORA NAIR DA SILVA GRIS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora CLEUDES REGINATO D OLIVEIRA, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto ao CAIC Professora Nair da Silva Gris. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 565/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 565/13 de 18/02/2013

NOMEIA O SERVIDOR DELCIO PEREIRA ANTUNES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO JUNTO AO CAIC PROFESSORA NAIR DA SILVA GRIS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora DELCIO PEREIRA ANTUNES, para o cargo em comissão de SECRETÁRIO, junto ao CAIC Professora Nair da Silva Gris. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 567/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 567/13 de 18/02/2013

NOMEIA O SERVIDOR SERGIO SILVESTREIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR JUNTO A G.E.M. DEPUTADO WALDEMAR RUPP,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor SERGIO SILVESTREIN, para o cargo em comissão de DIRETOR, junto ao G.E.M. DEPUTADO WALDEMAR RUPP. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 568/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 568/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA LÚCIA KEMER CAPELARI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO A G.E.M. DEPUTADO WALDEMAR RUPP,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora LÚCIA KEMER CAPELARI, para o cargo em

comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto ao G.E.M. DEPUTADO WALDEMAR RUPP. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 569/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 569/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA ANGELA MARIA DALBERTO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO A G.E.M. DEPUTADO WALDEMAR RUPP,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ANGELA MARIA DALBERTO, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto ao G.E.M. DEPUTADO WALDEMAR RUPP. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 571/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 571/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA TÂNIA REGINA CANDEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO A G.E.M. JARDIM BELA VISTA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora TÂNIA REGINA CANDEIA, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto ao G.E.M. JARDIM BELA VISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 572/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 572/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA ELAINE CRISTINA RODRIGUES ARRUDA DE SOUZA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO A G.E.M. JARDIM BELA VISTA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ELAINE CRISTINA RODRIGUES ARRUDA DE SOUZA, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto ao G.E.M. JARDIM BELA VISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 573/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 573/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA VANDERLÉIA FIORIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO A ESCOLA ITINERANTE ESTUDANDO E PLANTANDO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora VANDERLÉIA FIORIN, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto a ESCOLA ITINERANTE ESTUDANDO E PLANTANDO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 574/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 574/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA SIUMARA TEREZINHA CAPISTRANO DELUCA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO A ESCOLA ITINERANTE ESTUDANDO E PLANTANDO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora SIMURA TEREZINHA CAPISTRANO DELUCA, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto a ESCOLA ITINERANTE ESTUDANDO E PLANTANDO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 575/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 575/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA MARLENE HAHMEYER SOCOLOVSKI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO A PRÉ-ESCOLA A CAMINHO DO FUTURO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora MARLENE HAHMEYER SOCOLOVSKI, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto a PRÉ-ESCOLA A CAMINHO DO FUTURO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 576/13 de 18/02/2013

PORTARIA Nº 576/13 de 18/02/2013

NOMEIA A SERVIDORA ELIZABETE OLIVEIRA MACHADO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO A PRÉ-ESCOLA A CAMINHO DO FUTURO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ELIZABETE OLIVEIRA MACHADO, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto a PRÉ-ESCOLA A CAMINHO DO FUTURO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Aviso Credenciamento Nº 01/2013 - Saude

AVISO DE LICITAÇÃO

Credenciamento Nº 01/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que encontra-se aberto o processo de credenciamento Tipo Menor Preço - Por Item, tendo como objeto Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas para realização de exames de análises clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde, durante o ano de 2013. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 23 de Abril de 2.013.

NELSON LUIZ DE PAULA
Secretário Municipal de Saúde

Aviso de PP N28/2013.**AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão Presencial nº28/2013

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 03 de Maio de 2013 às 14h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a aquisição: CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOLUÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA INFORMATIZADA DE ACORDO COM O DETALHAMENTO TÉCNICO, QUANTITATIVOS E SERVIÇOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS. O Edital que está amparado na

SAMAE**Ext Ct08/2013**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

Termo do segundo aditivo ao contrato cno nº. 12/2011
CONTRATO CNO- 08/2013
PROCESSO 0093/2011

DATA DE ASSINATURA: 01 de abril de 2013.

OBJETO: Prorrogação de prazo do contrato original referente a prestação Serviços de Assessoria Técnica, para a Implantação do Programa de Controle perdas.

PRAZO: 01.04. 2013 a 31.03.2014

Campos Novos - SC., 01 de Abril de 2013
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Ext Ct092013

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO CNO Nº.10/2012
CONTRATO CNO- 09/2013
PROCESSO-01/2012

DATA DE ASSINATURA: 15 de abril de 2013

OBJETO: Prorrogação de prazo do contrato original com termino previsto pra dia 15.06.2013
CONTRATADA: Felchack Empreiteira de Obras Ltda.
VALOR: R\$ 897.321,04 (oitocentos e noventa e sete mil trezentos e vinte e um reais e quatro centavos.

Campos Novos - SC., 15 de abril de 2013.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas**PREFEITURA****Portaria Nº18/2013 - Fcc**

PORTARIA Nº18/2013

ALFREDO EIKE BACH, Presidente da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com a Lei Municipal nº 3.803 de 18/03/2005;

CONSIDERANDO, a relevância dos trabalhos prestados pelos órgãos da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer", supra citados;

CONSIDERANDO, que após a aprovação da Lei que institui o plano de cargos e salários dos servidores da Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, até o presente momento não foi viabilizada a realização de Concurso Público para o preenchimento de tais funções e, conforme Edital nº 01/FCC/2013 de 17/01/2013 e C.I. nº 015/2013 de 18/04/2013, resolve:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO

Fica contratado ADILSON HELENO IENDRAS para exercer a função de Professor I - Música, ACE 1 - 10 horas, junto a Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer - Banda Musical Novos Talentos, no período de 19/04/2013 a 31/12/2013.

Canoinhas/SC, 18 de abril de 2013.

ALFREDO EIKE BACH
Presidente da Fundação Cultural
Helmy Wendt Mayer

LUIZ AIBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", em 18/04/2013.

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º 19/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 28/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 19/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 28/2013 e, adjudica seu objeto: SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS, COBERTURA/TELHADO COM REVISÃO DO MADEIRAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS E RUFOS, EXECUÇÃO DE CALÇADA DE CONCRETO. Empresa vencedora: BLASCZYK - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, CNPJ: 04.914.825/0001-72. Valor: R\$ 10.000,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º 19/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

**PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 28/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 19/2013**

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação n.º PMC 28/2013 e, adjudica seu objeto: SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS, COBERTURA/TELHADO COM REVISÃO DO MADEIRAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS E RUFOS, EXECUÇÃO DE CALÇADA DE CONCRETO. Empresa vencedora: JOSÉ CARLOS SELVINO DA COSTA, CNPJ: 02.420.563/0001-64. Valor: R\$ 249.350,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º 19/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 28/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 19/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação n.º PMC 28/2013 e, adjudica seu objeto: SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS, COBERTURA/TELHADO COM REVISÃO DO MADEIRAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS E RUFOS, EXECUÇÃO DE CALÇADA DE CONCRETO. Empresa vencedora: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Valor: R\$ 175.600,00

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º 22/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 31/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 22/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação n.º PMC 31/2013 e, adjudica seu objeto: RECARGA, RETESTE E AQUISIÇÃO DE EXTINTORES. Empresa vencedora: PAULO DA SILVA DUARTE EXTINTORES EPP, CNPJ: 85.241.693/0001-67. Valor: R\$ 71.935,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º 24/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 28/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 19/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação n.º PMC 28/2013 e, adjudica seu objeto: SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS, COBERTURA/TELHADO COM REVISÃO DO MADEIRAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS E RUFOS, EXECUÇÃO DE CALÇADA DE CONCRETO. Empresa vencedora: BLASCZYK - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, CNPJ: 04.914.825/0001-72. Valor: R\$ 10.000,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º 24/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 37/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 24/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação n.º PMC 37/2013 e, adjudica seu objeto: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ELÉTRICO E TELEFONIA. Empresa vencedora: ELETRICA TF LTDA, CNPJ: 05.340.322/0001-01. Valor: R\$ 5.402,45.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º 24/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 37/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 24/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação n.º PMC 37/2013 e, adjudica seu objeto: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ELÉTRICO E TELEFONIA. Empresa vencedora: UNIVALE - UNIÃO PLANTAD. VALE DO CANOINHAS LTDA, CNPJ: 75.548.750/0001-00. Valor: R\$ 1.678,29.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º 26/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 41/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 26/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação n.º PMC 41/2013 e, adjudica seu objeto: PEÇAS E SERVIÇOS DESTINADOS A REVISÃO GERAL DO BRITADOR MARCA FASO. Empresa vencedora: BRISFALTO COMÉRCIO EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, CNPJ: 01.845.183/0001-09. Valor: R\$ 124.000,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º 29/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 45/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 29/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º

83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 45/2013 e, adjudica seu objeto: HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS POR CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL. Empresa vencedora: KERBER E CIA LTDA, CNPJ: 78.408.960/0001-82. Valor: R\$ 670.000,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Tomada de Preço N.º 02/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 32/2013

TOMADA DE PREÇO N.º PMC 02/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 01/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVISÓRIAS TIPO EUCATEX. Empresa vencedora: L.C. NEIA CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LT, CNPJ: 10.893.661/0001-47. Valor: R\$ 14.843,18.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Tomada de Preço N.º 03/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 33/2013

TOMADA DE PREÇO N.º PMC 03/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 33/2013 e, adjudica seu objeto: ADEQUAÇÃO DA ENTRADA DE SERVIÇO DE TRANSFORMAÇÃO. Empresa vencedora: QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, CNPJ: 82.094.640/0002-53. Valor: R\$ 57.000,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Contrato N.º PMC 45/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 45/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 32/2013

TOMADA DE PREÇO N.º PMC 02/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 45/2013. Data de assinatura: 10/04/2013. Contratada: L. C. NEIA CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 10.893.661/0001-47. Objeto Contratado: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE APOIO A DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 14.843,18 (quatorze mil, oitocentos e quarenta e três reais e dezoito centavos). Prazo de execução: 120 dias.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 042/2013

DECRETO Nº 042, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Aprova desmembramento na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento em que os requerentes Alzira Dorini Pellizzaro inscrita no CPF sob nº 494.164.059-49, Valmir Pellizzaro inscrito no CPF sob nº 185.928.480-91, Angela Maria Dorini Baretta inscrita no CPF sob nº 458.313.439-87, Anito Barretta Primo inscrito no CPF sob nº 219.569.529-34, Antonio Primo Coeli inscrito no CPF sob nº 021.415.319-34, Gessi Coeli inscrita no CPF sob nº 894.688.139-91, Avelimo Dorini Primo inscrito no CPF sob nº 160.802.629-91, Bianca Soares Dorini inscrita no CPF sob nº 389.619.668-08, Dirce Dorini Bida inscrita no CPF sob nº 250.312.289-20, Darci Orestes Bida inscrito no CPF sob nº 313.947.019-34, Luiz Francisco Dorini inscrito no CPF sob nº 015.157.578-97, Marli Teresinha Ribeiro inscrita no CPF sob nº 049.189.368-06 e Marcio Geraldo Dorini inscrito no CPF sob nº 513.674.839-72, relativo ao imóvel com área documental de 4.925,71 m² (quatro mil novecentos e vinte e cinco vírgula setenta e um metros quadrados), situado na quadra "E" do Loteamento Benjamin Dorini, na Rua Clementina Caldart, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 21.271, Livro nº 2 BK, Fls. 040, de propriedade dos requerentes.

Art. 2º O imóvel citado no caput do art. 1º, fica desmembrado nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área Total. 4.925,71 m²:

a) Área Remanescente. 3.572,18 m²

b) Área do Lote nº 15 da Quadra nº 532 1.353,53 m²

Art.3º Toda a área, dividida em lotes, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade dos proprietários, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem sobre o imóvel desmembrado.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, os requerentes/proprietários, pela via legal, submeterão o desmembramento para registro no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 19 de abril de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMMAN
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 043/2013

DECRETO Nº 043, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.893,88 (um mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos).

Prefeito Municipal DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.046, de 28 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.893,88 (um mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0901.08.243.0175.2176					
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	FTE	DR	R\$		0,00
33903900-014	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0300	00	R\$	1.893,88
Total	0300	00		R\$	1.893,88

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2012, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal, na fonte 00 Recursos Ordinários, no valor de R\$ 1.893,88 (um mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$		0,00
Superávit Financeiro - Recursos Ordinários Exercício Anterior	0300	00		R\$	1.893,88
Total	0300	00		R\$	1.893,88

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 19 de abril de 2013
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Portarias

PORTARIA Nº 563, DE 22 DE ABRIL DE 2013.

Nomeia servidor na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº. 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações ou sucedânea;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada pelo concurso público originado pelo Edital nº. 22/2011 Fabia Lais Cesa, a contar da presente data.

Art. 2º A servidora exercerá o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº. 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e lotação na Creche Municipal Primeiros Passos.

Art. 3º Fica averbado na ficha funcional da servidora o tempo de serviço exercido em outros cargos públicos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 22 de abril de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 561, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº. 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º. Fica prorrogado o contrato, pelo período de 18 de abril a 20 de dezembro de 2013, da servidora Vera Lucia Dias de Moraes.

Art. 2º. A servidora exerce as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº. 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando Meu Espaço.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 18 de abril de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

RGF 1º Bimestre 2013
RGF 1º BIMESTRE 2013

Município de Capinzal - Poder Executivo e Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2012 a Fevereiro/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

CONSOLIDADO

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	EMPENHADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	21.677.883,64	0,00
Pessoal Ativo	20.431.885,37	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	767.459,88	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF)	478.538,39	0,00
(-)DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF)(II)	30.828,80	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	30.828,80	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	21.647.054,84	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		21.647.054,84

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	50.844.706,96
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	42,57
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) = (60,00%)	30.506.824,18
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) = (57,00%)	28.981.482,97

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 19/04/2013, Hora de emissão 10h e 45m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

MARLIZA APARECIDA PADILHA
Contadora
CRC -017849/0-8

LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

>

Município de Capinzal
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Fevereiro /2013

RGF - ANEXO II (LRF, art 55, inciso I, alínea 'b')

CONSOLIDADO

DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013											
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC(I)	3.399.940,67	3.369.465,19	3.338.970,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.399.940,67	3.369.465,19	3.338.970,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	3.399.940,67	3.369.465,19	3.338.970,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)¹	4.978.286,51	7.159.297,38	8.043.069,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.531.152,36	7.150.511,29	7.964.964,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados(Exceto Precatórios)	552.865,85	(8.786,09)	(78.105,07)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(1.578.345,84)	(3.789.832,19)	(4.704.098,73)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	50.022.957,69	49.811.736,68	50.844.706,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	6,80	6,76	6,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(3,16)	(7,61)	(9,25)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	60.027.549,23	59.774.084,02	61.013.648,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013											
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	3.399.940,67	3.369.465,19	3.338.970,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	3.399.940,67	3.369.465,19	3.338.970,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013											
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	520,20	205.699,33	214.765,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERC. ANT.	1.548.556,16	1.434.911,47	1.242.840,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIP. RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO													
DÍVIDA CONSOLIDADA PRVIDENCIÁRIA	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013											
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREV.(XI)=(IX)-(X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 19/04/2013, Hora de emissão 16h e 11m.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha de "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPALMARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Dezembro /2013

Pag: 1/1

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

CONSOLIDADO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
01160000 - CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO E	1.913,14	0,00	1.913,14
01170000 - CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DOS SERVICOS	19.129,22	23.850,00	(4.720,78)
01180000 - TRANSFERENCIA DO FUNDEB(APLICACAO REMUNE	81.515,35	6.080,48	75.434,87
01190000 - TRANSFERENCIAS FUNDEB(APLICACAO EM OUT.D	506.172,98	360,00	505.812,98
01225400 - Transfência de Convênios - Educação	455.651,08	455.560,00	91,08
01225500 - TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS EDUCACAO	(1.390,13)	0,00	(1.390,13)
01245400 - TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS OUTROS	503.457,18	413.989,61	89.467,57
01245500 - TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS OUTROS	65,24	0,00	65,24
01520000 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUN	58.821,27	750,00	58.071,27
01584900 - SALARIO EDUCACAO	149.332,71	18.920,70	130.412,01
01605100 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR	74.160,97	20.188,64	53.972,33
01615200 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE	11,46	0,00	11,46
01640800 - Atenção Básica	88.990,69	0,00	88.990,69
01641000 - ATENCAO BASICA	38.770,92	0,00	38.770,92
01641100 - ATENCAO BASICA	6.690,00	0,00	6.690,00
01641200 - ATENCAO BASICA	63.365,28	0,00	63.365,28
01646700 - ATENCAO BASICA	164,75	0,00	164,75
01661500 - VIGILANCIA EM SAUDE	34.265,27	2.000,00	32.265,27
01661600 - VIGILANCIA EM SAUDE	0,00	2.408,80	(2.408,80)
01676300 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA	57.849,94	0,00	57.849,94
03160000 - Contrib. Interv. Domínio Econom. CIDE	0,17	0,00	0,17
03225400 - Transfência de Convênios - Educação	5.473,90	0,00	5.473,90
03225500 - Transfência de Convênios - Educação	1.428,04	0,00	1.428,04
03245400 - Transfência de Convênios - Outros	177.692,09	0,00	177.692,09
03245500 - Transfência de Convênios - Outros	4.592,38	0,00	4.592,38
03520000 - Outras Transf. Fund. Assis - Exec Anter	325.924,51	0,00	325.924,51
03584900 - Salário Educação	448,57	0,00	448,57
03615200 - Prog. Nac. de Apoio Transp. Escolar	88,01	0,00	88,01
03640800 - Atenção Básica - exerc anterior	62.517,39	12.000,00	50.517,39
03641000 - Atenção Básica	42.000,00	0,00	42.000,00
03641100 - Atenção Básica	22.400,00	0,00	22.400,00
03641200 - Atenção Básica	4.061,01	0,00	4.061,01
03646700 - Atenção Básica	10.928,99	0,00	10.928,99
03661500 - Vigilância em Saúde	168.245,32	0,00	168.245,32
03676300 - Assistência Farmacêutica Básica	43.476,56	0,00	43.476,56
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.008.214,26	956.108,23	2.052.106,03
01000000 - RECURSOS ORDINARIOS	4.490.337,66	963.999,78	3.526.337,88
01010000 - RECURSOS DE IMPOSTO E TRANSFERENCIAS DE	(78.774,40)	26.373,04	(105.147,44)
01020000 - RECURSOS DE IMPOSTOS E TRANSFERENCIAS DE	(226.045,04)	47.815,27	(273.860,31)
03000000 - Recursos Ordinários - Exercícios Anterior	530.112,12	0,00	530.112,12
03020000 - Receitas de Impostos - Saúde - Exerc Ant	380,58	0,00	380,58
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	4.716.010,92	1.038.188,09	3.677.822,83
TOTAL (III) = (I + II)	7.724.225,18	1.994.296,32	5.729.928,86
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	0,00	0,00	0,00

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 19/04/2013, Hora de emissão 16h e 16m.

LEONIR BOARETTO
Prefeito MunicipalMARLISA APARECIDA PADILHA
Contadora
CRC -017849/0-8LUIS CONTE
Diretor de Controle Interno**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.889 de 18 de Abril de 2013

DECRETO Nº 1.889, de 18 de abril de 2013.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CATANDUVAS-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a nova COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CATANDUVAS-SC, formada pelos seguintes membros:

I - ÓRGÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- a) Alda Marmentini Nora
- b) Maristela Borella Baraúna

II - MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

- a) Simone Andréa Carl
- b) Valéria Ribeiro Rodrigues de Oliveira

Art. 2º Os membros ora nomeados terão mandato de dois (2) anos.

Art. 3º Pela participação na Comissão os membros acima nomeados não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 1.584, de 1º de junho de 2009, e 1.598, de 8 de julho de 2009.

Catanduvas(SC), 18 de abril de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0040/2013 - Pregão Nº 0026/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2013

Objeto: O objeto da presente Licitação consiste na contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar acadêmico e de cursos profissionalizantes, visando o desenvolvimento da Secretaria de Educação Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas: as 09h00min do dia 03 de maio de 2013.
Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 22 de abril de 2013 no endereço e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: e no Setor de Licitações do Município

de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 22 de abril de 2013.
Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0049/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0049/2013
Processo licitatório nº 0026/2013
Pregão nº 0016/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a contratação de profissionais habilitados na área de música e xadrez, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: SIMÃO ELIAS WOLF ME

Valor do Contrato: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).
Prazo de vigência: de 12 de abril de 2013 até 12 de outubro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 12 de abril de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0050/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0050/2013
Processo licitatório nº 0026/2013
Pregão nº 0016/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a contratação de profissionais habilitados na área de música e xadrez, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: JOCEMIR CLAYTON MOREIRA

Valor do Contrato: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).
Prazo de vigência: de 12 de abril de 2013 até 12 de outubro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 12 de abril de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0051/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0051/2013
Processo Licitatório nº 0026/2013
Pregão nº 0016/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a contratação de profissionais habilitados na área de música e xadrez, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: DIOGO LUIZ DE OLIVEIRA

Valor do Contrato: R\$ 16.250,00 (dezesesseis mil duzentos e cinquenta reais).
Prazo de vigência: de 12 de abril de 2013 até 12 de outubro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 12 de abril de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0052/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0052/2013
Processo Licitatório nº 0027/2013
Tomada de preço nº 0003/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de materiais e contratação de empresa para construção de muro de contenção em alvenaria de blocos para creche, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: CONSTRUCÓRDIA CONTRUÇÕES LTDA

Valor do Contrato: R\$ 42.219,90 (quarenta e dois mil duzentos e dezenove reais e noventa centavos).
Prazo de vigência: de 15 de abril de 2013 até 12 de outubro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 12 de abril de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0053/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0053/2013
Processo Licitatório nº 0027/2013
Tomada de preço nº 0003/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de materiais e contratação de empresa para construção de muro de contenção em alvenaria de blocos para creche, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: BALBINOT CONTRUÇÕES EIRELLI EPP

Valor do Contrato: R\$ 11.492,50 (onze mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).
Prazo de vigência: de 15 de abril de 2013 até 12 de outubro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 12 de abril de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Lei Nº 0571 de 22.04.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI Nº 0571 DE 22.04.2013

"ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS A LEI Nº 0497 DE 22.12.2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a

Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º O caput do art. 1º da Lei n. 0497, de 22.12.2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Fica instituído o serviço público municipal de transporte escolar e o auxílio mensal de transporte escolar para alunos matriculados na Educação Básica em escolas públicas do município."

Art. 2º Fica acrescido no art. 5º da Lei n. 0497, de 22.12.2010, o inciso IV, passando com a seguinte redação:

"Art. 5º O Poder Público municipal elaborará e publicará anualmente o Plano Municipal de Transporte Escolar que deverá conter:

[]

IV - previsão do número de alunos que serão contemplados com o auxílio mensal transporte escolar e seus respectivos custos;

[] "

Art. 3º Fica alterado o art. 6º da Lei n. 0497, de 22.12.2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O serviço público municipal de transporte escolar atenderá obrigatoriamente os alunos que residirem a partir de 3.000 metros da escola.

§1º Para os alunos residentes às margens das vias de trânsito rápido, de tráfego intenso e no trajeto onde circula o transporte escolar, não haverá limite de distância para prestação dos serviços previstos nesta lei, desde que estes embarquem nos pontos pré definidos para cada linha.

§ 2º Será concedido auxílio mensal de transporte aos alunos que residirem a partir de 3.000 metros do ponto de embarque e desembarque, constante da rotas do Plano Municipal de Transporte Escolar, desde que não possam se valer do transporte escolar municipal.

§ 3º o auxílio referido no parágrafo anterior será concedido mediante requerimento do interessado que será instruído em processo administrativo para análise e despacho do Conselho Municipal da Educação.

§ 4º o valor do auxílio mensal será igual ao resultado da operação: custo médio mensal das despesas com o transporte escolar, por quilometro, multiplicado pelos quilômetros da distancia entre o ponto de embarque e desembarque mais próximo da residência do aluno."

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
22 de abril de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 166/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 166/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2011/2012, a ALINE DA SILVEIRA, Matriculada sob o nº 1883/03, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 21.04.2013 à 20.05.2013, acrescidas de 1/3 do abono constitucional conforme art. 78 da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
22 de abril de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 44/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2013
- PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2013 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 06 de maio de 2013, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a contratação de Jornal Regional (Alto Vale do Itajaí) de circulação semanal em Chapadão do Lageado e Região para publicação de Atos Institucionais e demais matérias de interesse público emanados pelo Poder Executivo de acordo com o Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado (SC), 23 de abril de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 45/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2013
- PM
CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 4/2013 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 30 de abril de 2013, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a contratação de um profissional Médico, especialista na área de Ginecologia, à realização de consultas médicas mensais na referida área, que devem ser prestadas na Unidade de Saúde Central do Município, de acordo com especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na

íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado (SC), 23 de abril de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 46/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2013
- PM
TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Nº. 2/2013 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 09 de maio de 2013, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a contratação de Empresa para a Construção do Centro de Eventos do Município de Chapadão do Lageado/SC, com área total de 1.317,76 m², compreendendo a 2ª e a 3ª Etapa, de acordo com projetos, memoriais descritivos, quadros de quantidades (orçamentos) e cronogramas físico-financeiros e demais documentos pertinentes ao projeto em anexo. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado (SC), 23 de abril de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 47/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2013
- PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2013 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: JOÃO PEDRO MACHADO ME
Vigência: 23/04/2013 à 31/12/2013.
Fornecimento: Imediato.
Processo Licitatório nº 47/2013 - PM
Fundamento Legal: art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993;
Valor: R\$ 5.286,00 (cinco mil duzentos e oitenta e seis reais).

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DO CENTRO COMUNITÁRIO DE FLORESTAL.

DATA DA ASSINATURA: 23 de abril de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Edital de Notificação - Salário Educação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 201.393,48 (duzentos e um mil trezentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos).

Concórdia SC, 22 de abril de 2013.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Edital de Divulgação do Gabarito Oficial, Teste Seletivo 03/2013

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 003/2013

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL, DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2013.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 70 da Lei Orgânica do Municipal, divulga o gabarito preliminar da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 003/2013:

I – GABARITO PRELIMINAR:

Cargo: Agente Comunitária de saúde
GABARITO

Questões	A	B	C	D	E
01			X		
02			X		
03			X		
04		X			
05			X		
06		X			
07			X		
08					X
09			X		
10		X			
11				X	
12		X			
13					X
14			X		
15			X		
16				X	
17					X
18			X		
19					X

20

X

Cordilheira Alta, SC, 19 de abril de 2013.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº.105 , de 16 de Abril de 2013

DECRETO Nº.105 , DE 16 DE ABRIL DE 2013.

CONTRATA FUNCIONÁRIO POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando Edital de Teste Seletivo nº. 002, de 04/05/2011, que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, e edital de chamamento nº. 003, de 03/04/2013, resolve:

CONTRATAR:

Art. 1º A Pessoa abaixo relacionada para exercer o devido cargo conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto a Secretaria Municipal de Saúde, partir do dia 16 de abril de 2013 à 16 de abril de 2014, percebendo vencimento inicial do Anexo III da Lei Complementar nº. 018, de 30/12/2005 e suas alterações.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Valcir Alvaristo	Motorista	40:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 16 de abril de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Retificação de Publicação

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS - SC

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal de Coronel Martins

Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Processo Licitatório nº 20/2013, de 22 de Abril de 2013, veiculado

no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1223, de 22 de abril de 2013, nos seguintes termos:

Onde se lê:

objeto da presente licitação seleção de propostas para a

recuperação da motoniveladora HW 165S ano 1976

Leia-se

objeto da presente licitação seleção de propostas para a recuperação do Trator de Esteira FiattAllis FD9 ano 1988

Coronel Martins - SC, 23 de Abril de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº 575/13

DECRETO Nº 575/13

NOMEIA O SR. NILTON RICHTER, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Secretário Municipal é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. NILTON RICHTER, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 02 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 576/13

DECRETO Nº 576/13

NOMEIA O SR. FELIPE RAFAELI RODRIGUES, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Secretário Municipal é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá

recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. FELIPE RAFAELI RODRIGUES, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 02 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 577/13

DECRETO Nº 577/13

NOMEIA O SR. WILSON JEAN GESSNER, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, ESPORTE E LAZER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Secretário Municipal é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. WILSON JEAN GESSNER, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 02 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 578/13

DECRETO Nº 578/13

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua o artigo 66, VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art.1º - Ante as alterações ocorridas nos cargos de Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio-Ambiente e da Presidência da Associação dos Bananicultores de Corupá - ASBANCO, fica nomeado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, o qual compor-se-á dos seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

- a) NILTON RICHTER, Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio-Ambiente, e JEAN MARCEL BERTOLDI DIEL, como suplente;
- b) SANDRO ROGÉRIO GLATZ, Secretário de Administração e Fazenda, e HELOÍSA CRISTINA VANIN, como suplente;
- c) LAIRTON HARTMANN MULLER, como Secretário da Educação, e SIRLENE MARIA MORAES, como suplente;
- d) EVELIA AHTLENE SELL, como representante da Secretaria de Saúde, e DANIELI HANNEMANN BERNER, como suplente.

II - REPRESENTANTES DAS SOCIEDADES CIVIS ORGANIZADAS:

- a) ERIVALD GANSKE, como representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Corupá - C.M.D.R., e INGOBERT HORVATH, como suplente;
- b) RENE AFONSO MAHNKE, como representante da Associação Empresarial de Corupá - ACIAC, e ANÉSIO MEES, como suplente;
- c) MARCOS MARTINI, como representante da Associação dos Bananicultores de Corupá - ASBANCO, e WALDEMIR LANGE, como suplente;
- d) RICHARD WERNER LISCHKA, como representante da Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Corupá - PRO-PLANT, e EDERSON BASAGNI, como suplente.

Art. 2º - Mantém-se os demais termos regulamentados no Decreto n. 519/2012.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 02 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 580/13

DECRETO Nº 580/13

NOMEIA O SR. WILSON JEAN GESSNER, PARA OCUPAR O CARGO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 006/09, de 30 de junho de 2009.

CONSIDERANDO que através da Lei Complementar nº 041 de 13 de Março de 2013, a Fundação Municipal terá encerradas as suas atividades em 31 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO que a nomeação de Presidente de Fundação Municipal é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com

conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer o Sr. WILSON JEAN GESSNER, para responder interinamente com o acúmulo de função, de Presidente da Fundação Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Lazer, sem remuneração.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 02 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 581/13

DECRETO Nº 581/13

EXONERA A PEDIDO O SR. LAIRTON HARTMANN MULLER DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o pedido de exoneração, apresentado pelo Sr. Lairton Hartmann Muller que ocupa o cargo de Secretário Municipal de Educação, para reassumir a direção escolar da Escola Estadual São José do Corupá.

DECRETA:

Art. 1º - A pedido, fica exonerado do cargo de Secretário Municipal de Educação o Sr. LAIRTON HARTMANN MULLER, para o qual foi nomeado através do Decreto Municipal nº 448/12 de 02 de Abril de 2012.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor a partir de 30 de abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 08 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 579/2013

DECRETO Nº. 579/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 5.000,00(cinco mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
09.000		Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.63	Aplicações Diretas	5.000,00
TOTAL			5.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
09.000		Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.63	Aplicações Diretas	5.000,00
TOTAL			5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 02 de abril de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dois dias do mês de abril de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Pregão Presencial 026/13 - Registro de Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO -
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 026/13

OBJETO: Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada em Arbitragem desportiva, para efetuar serviços de arbitragem com auxiliares e mesários, para realização dos jogos do calendário esportivo da Secretaria Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer do Município de Corupá, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 23/04/2013, às 09h00min do dia 03/05/2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 03/05/13.

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12h e das 14h às 17h

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: licitacao@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 23 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 027/13 - Registro de Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO -
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 027/13

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de troféus e medalhas destinados às premiações do Calendário Esportivo da Secretaria Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer do Município de Corupá, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 23/04/2013, às 14h00min do dia 03/05/2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 03/05/13.

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: licitacao@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 23 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Lei Nº 4.956/2013

LEI Nº 4.956/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Jesioni Alexandre Farias, inscrito no CPF sob n. 026.083.469-60, do lote 10 da quadra 24 A (Antiga quadra 39) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado a sudeste da Rua Romeu Valdomiro Wordell, entre o lote 09 e 11 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte: por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Romeu Valdomiro Wordell;

Ao Sul: por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 21 da mesma quadra;

Ao Leste: por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 11 da mesma quadra;
Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 09 da mesma quadra.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009.

Curitiba, 10 de abril de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de abril do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 4.957/2013

LEI Nº 4.957/2013

DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS – PRODEM, ALTERA LEI N. 4.436/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Para obtenção dos incentivos do Programa de Desenvolvimento das empresas do Município de Curitiba, criado pela Lei n. 4.436/2009 as empresas interessadas deverão apresentar pontuação necessária à redução dos tributos conforme disposto nesta lei.

CAPÍTULO I

DA PONTUAÇÃO NO PRODEM

ITENS CLASSIFICATÓRIOS PARA INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS

Art. 2º São itens pontuáveis, utilizados para a definição do tempo e porcentagem de redução de tributos, na forma prevista na Lei n. 4.436/2009, expressos por ato da Secretaria de Administração e Finanças, ouvido o COMICTS:

I - o número de empregos gerados ou faturamento mensal da empresa, conforme tabelas abaixo:

EMPREGOS GERADOS PONTOS

02 a 04	40
05 a 20	60
21 a 50	80
Acima de 51	100

FATURAMENTO BRUTO MENSAL EM R\$ PONTOS

Até 240.000,00 (microempresa – ME)	50
240.000,00 A 2.400.000,00 (empresa de pequeno porte (EPP)	80
Acima de 2.400.000,00 (média e grande empresa)	100

II - O valor do investimento, nos termos do Projeto submetido à homologação, conforme tabela abaixo, limitado ao máximo de 50

(cinquenta) pontos:

INVESTIMENTO EM R\$

PONTOS

150.000,00 a 300.000,00	30
300.000,01 a 1.000.000,00	40
Acima de 1.000.000,01	50

IV - A oferta de produtos cuja geração local ou a oferta de serviços cuja disponibilidade local sejam menores que a demanda: 20 (vinte) pontos, por ato Secretaria de Administração e Finanças, ouvido o COMICTS.

Art. 3º As empresas obterão incentivos fiscais de acordo com a classificação por faixa, conforme descrito a seguir:

Tabela I - Enquadramento da empresa de acordo com a pontuação obtida.

FAIXA

PONTOS

A	Acima de 200
B	151 A 200
C	100 A 150

Tabela II - Tempo e porcentagem da redução dos tributos.

PERIODO DE BENEFICIO

FAIXAS DE REDUÇÃO

PERIODO DE BENEFICIO	A	B	C
Até o fim do 3º (terceiro) ano de benefícios	100%	85%	75%
Do início do 4º (quarto) ano até o fim do 5º (quinto) ano de benefícios	85%	75%	50%

CAPÍTULO II

DO INÍCIO DO INCENTIVO TRIBUTÁRIO

Art. 4º. Os benefícios da isenção de tributos serão concedidos para os empreendimentos a contar da data de homologação pelas Secretarias do Planejamento e de Administração e Finanças do Projeto Econômico aprovado pelo COMICTS;

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI N. 4.436/2009

Art. 5º. Fica incluído no inciso I do art. 4º da Lei n. 4.436/2009 a alínea “f” com o seguinte incentivo fiscal:

“ f) isenção de até 100% das taxas relativas a aprovação do projeto de construção e/ou ampliação. ”

Art. 6º. Aplicam-se as disposições desta lei e da Lei n. 4.436/2009 às empresas que pretendam instalar-se no município a partir da data de publicação desta lei bem como nos casos de ampliação da estrutura física para aquelas já instaladas, e desde que preenchidos todos os requisitos legais.

Parágrafo Único: Poderão ainda serem enquadradas nos requisitos de que trata a presente Lei, as empresas que protocolaram pedidos de Benefício fiscal perante o Município, a partir da vigência da Lei 4.436/2009 que cria o Programa Municipal de Incentivos ao Desenvolvimento das empresas do Município de Curitiba

– PRODEM e estabelece tratamento tributário diferenciado ao microempreendedor individual.

Art. 7º. O artigo 2º da Lei n. 4.436/2009 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º. O município de Curitiba através do PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS – PRODEM, poderá conceder, através de requerimento da parte interessada ou quando entender conveniente sua intervenção na economia local, mediante parecer do Conselho Municipal da Indústria Comércio Turismo e Serviços – COMICTS, incentivos fiscais e estímulos econômicos às empresas industriais, comerciais, agro-industriais, tecnológicas e prestadoras de serviços, que pretendam instalar-se no Município bem como no caso de ampliação da estrutura física para as já instaladas, mediante a observância das seguintes condições:”

Art. 8º. O artigo 4º da Lei n. 4.436/2009 passa a ter a seguinte redação:

“ Art. 4º. As condições para o enquadramento das empresas no PRODEM serão estabelecidas nesta lei e em legislação subsequente, podendo o Município, ouvido o COMICTS, expedir decretos de regulamentação, se necessário, atendido o interesse público local e observadas as seguintes exigências; ”

Art. 9º. O Parágrafo único do art. 5º da Lei n. 4.436/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º. (...)

I . (...)

Parágrafo Único: As isenções previstas nas alíneas a, b, c, d, e, f deste inciso para as empresas já estabelecidas deverão recair sobre os tributos incidentes em relação a área ampliada. ”

Art. 10. Fica revogado o item 4 do inciso II do art. 5º da Lei n. 4.436/2009 e o inciso III do artigo 1º.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de abril de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de abril do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 4.958/2013

LEI Nº 4.958/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo de cessão de uso com o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e habitação objetivando a Cessão de Uso de terreno no Município de Curitiba localizado no Município de Curitiba, no Bairro Bom Jesus, ao

lado Norte da Rua Antonio Tenório Cavalcanti, distando 14,00 m a Oeste da Rua Frederico Goetten, com área de 619,77 m² (seiscentos e dezenove metros e setenta e sete centímetros quadrados), confrontando ao Norte, 30,00 m com Patrimônio Municipal; ao Sul, 30 metros com a rua Antonio Tenório Cavalcanti; a Leste, 20,32 m com Patrimônio Municipal e ao Oeste 21,00 metros com Servidão Municipal, objeto parcial da Matrícula imobiliária n. 111 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, com a finalidade de construção pela CESSIONÁRIA da sede do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento BNDES.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de abril de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de abril do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, sr. José Antonio Guidi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15 doravante denominado CEDENTE e o ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Rodovia SC 401 nº 4600, Km 5, Saco Grande, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.951.229/0001-76, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, com sede na Avenida Mauro Ramos, nº 722, Centro, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob nº 05.509.770/0001-88, neste ato representada pelo Secretário de Estado Senhor João José Candido da Silva, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n. 109.269 e do CPF nº 049.355.369-49, residente e domiciliado neste Estado, doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL que prometem cumprir na melhor forma de direito, por si e seus legais sucessores.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a Cessão de Uso de terreno no Município de Curitiba localizado no Município de Curitiba, no Bairro Bom Jesus, ao lado Norte da Rua Antonio Tenório Cavalcanti, distando 14,00 m a Oeste da Rua Frederico Goetten, com área de 619,77 m² (seiscentos e dezenove metros e setenta e sete centímetros quadrados), confrontando ao Norte, 30,00 m com Patrimônio Municipal; ao Sul, 30 metros com a rua Antonio Tenório Cavalcanti; a Leste, 20,32 m com Patrimônio Municipal e ao Oeste 21,00 metros com Servidão Municipal, objeto parcial da Matrícula imobiliária n. 111 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, com a finalidade de construção pela CESSIONÁRIA da sede do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento BNDES.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DO CESSINÁRIO E DA CEDENTE, DA CONSERVAÇÃO DO BEM E DOS FINS DE

SEU USO.

A CESSIONÁRIA deverá utilizar única e exclusivamente o bem objeto deste termo, para a construção da sede do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

SUBCLAUSULA PRIMEIRA - O CEDENTE deverá providenciar os equipamentos materiais permanentes e recursos humanos necessários ao funcionamento do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, de acordo com as leis, regras e diretrizes estipuladas pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

SUBCLAUSULA SEGUNDA - A CESSIONÁRIA, através de projetos realizados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES providenciará aquisição parcial de equipamentos e mobiliários destinados ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

SUBCLAUSULA TERCEIRA - O CEDENTE se compromete a assumir a responsabilidade de apoiar na organização de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, com a finalidade de prevenir situações de risco social e vulnerabilidade, por meio do desenvolvimento de potencialidades e atendimento integral às famílias.

SUBCLAUSULA QUARTA - O CEDENTE responsabilizar-se-á pela oferta de serviços, programas e projetos que fortaleçam vínculos familiares e comunitários e demais programas de transferência de renda, de acordo com o nível de complexidade do equipamento social construído.

SUBCLAUSULA QUINTA - Fica estabelecido que todas as despesas concernentes ao imóvel, inclusive aquelas referentes às taxas e impostos, que venham a sofrer na vigência deste termo e demais outras indispensáveis à manutenção e conservação do bem, correrão por conta do CEDENTE.

SUBCLAUSULA SEXTA - A CESSIONÁRIA obriga-se a manter em perfeito estado de conservação o imóvel e usá-lo exclusivamente para os fins estabelecidos nesta cláusula e cláusula primeira deste Termo, para que ao final do prazo de vigência do presente, o mesmo seja entregue em boas condições.

SUBCLAUSULA SÉTIMA - É obrigação do CEDENTE a apresentação da consulta de viabilidade da construção do equipamento social à CESSIONÁRIA.

CLAUSULA TERCEIRA - DA MODALIDADE DA CESSÃO

A presente cessão de uso é feita em caráter gratuito.

CLAUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado no interesse das partes, mediante atendimento na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente termo poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observado o disposto na Cláusula segunda e suas respectivas subcláusulas.

SUBSCLAUSULA ÚNICA - Fica desde já autorizado às partes rescindir de pronto a presente cessão caso seja dado fim ao imóvel

cedido, diverso do disposto na cláusula segunda do presente, não cabendo qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESTITUIÇÃO

Terminado o prazo de vigência da cessão de uso, o bem cedido deverá ser devolvido à CEDENTE, mediante Termo de Recebimento depois de realizada a devida conferência do imóvel e seu estado de conservação pelo CEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente termo inicia na data de sua assinatura e termina em 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura, ou até eventual rescisão ou denúncia por qualquer das partes, sendo a posse do bem transferida na mesma data ao CEDENTE. Fica estipulada a possibilidade de prorrogação mediante termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

O CEDENTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo no Diário Oficial do Estado no prazo e na forma do art. 13 do Decreto Estadual nº 307 de 4 de junho de 2003.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis-SC excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste termo, podendo, os casos omissos, ser resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por estarem de pleno acordo, as partes subscritoras do presente termo obrigam-se ao seu total e irrenunciável cumprimento o qual lido e achado conforme a lavrado em 3 vias de igual forma e teor, para um só efeito, vão assinadas pelos partícipes e pelas testemunhas abaixo relacionadas, para publicação e execução.

Florianópolis, SC

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Cedente

JOÃO JOSÉ CANDIDO DA SILVA

Secretário de Estado

Cessionário

Testemunhas

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Lei Nº 4.959/2013

LEI Nº 4.959/2013

cria o FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS E INSTITUI O CONSELHO GESTOR DO FHIS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º. Esta Lei cria o Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS e institui o Conselho-Gestor do FHIS.

CAPÍTULO I DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Seção I Objetivos e Fontes

Art. 2º. Fica criado o Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Art. 3º. O FHIS é constituído por:

- I - dotações do Orçamento Geral da União, Estado ou Município, classificadas na função de habitação;
- II - outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FHIS;
- III - recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
- IV - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;
- V - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FHIS; e
- VI - outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

Seção II Do Conselho-Gestor do FHIS

Art. 4º. O FHIS será gerido por um Conselho-Gestor.

Art. 5º. O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto de forma paritária por órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil.

§ 1º. A Presidência do Conselho-Gestor do FHIS será exercida pelo Diretor responsável pela área habitacional.

§ 2. O presidente do Conselho-Gestor do FHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 3º. Competirá ao setor habitacional proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

§ 4º. O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a composição do Conselho Gestor do FHIS na forma do art. 5º.

Seção III Das Aplicações dos Recursos do FHIS

Art. 6º. As aplicações dos recursos do FHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

- I - aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;
- II - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;
- III - urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;
- IV - implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;
- V - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI - recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII - outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho-Gestor do FHIS.

§ 1º. Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

Seção IV Das Competências do Conselho Gestor do FHIS

Art. 7º. Ao Conselho Gestor do FHIS compete:

- I - estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano (estadual ou municipal) de habitação;
- II - aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FHIS;
- III - fixar critérios para a priorização de linhas de ações;
- III - deliberar sobre as contas do FHIS;
- IV - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas matérias de sua competência;
- V - aprovar seu regimento interno.

§ 1º. As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º. O Conselho Gestor do FHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3º. O Conselho Gestor do FHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 8º. Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de abril de 2013.
JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 4.960/2013

LEI Nº 4.960/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Vanderlei Domingues Fogaça, inscrito no CPF sob n. 024.428.229-38, do lote 01 da quadra 36 A (Antiga quadra 51) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 325,00 m² (Trezentos e vinte e cinco metros quadrados), localizado a sudeste da Avenida Lucindo Domingos Gava, entre o lote 02 e a Rua Projetada "E", com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 13,00 metros confronta com a Avenida Lucindo Domingos Gava;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 13,00 metros confronta com Sucessores de Antônio Magalhães;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 02 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com a Rua Projetada "E".

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 3.955/2006.

Curitiba, 17 de abril de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Decreto Nº 4.280/2013

DECRETO Nº 4.280/2013

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL, TRANSFERÊNCIA E A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CACS - FUNDEB

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 4.543/2010,
DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento, controle Social, Transferência e aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação - CACS - FUNDEB, constituído por 11 (onze) membros titulares acompanhados de um respectivo suplente, na forma da Lei n. 4.543/2010, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

I - Dois representantes do Executivo Municipal, :
Cleofana Deide Lima - Titular
Valdir Sartor - Suplente
Tais Aparecida Fernandes da Silva - titular
Carla Maria Almeida - suplente

II - um representante dos professores da educação básica pública municipal;

Leonardo Ribeiro - titular

Ana Maria Lima - suplente

III - um representante dos diretores das escolas básicas pública municipal;

Ana Lúcia Duarte dos Santos - titular

Danielle de Oliveira - suplente

IV - um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas pública municipais;

Ligiane Pedron - titular

Joelma Aparecida Vargas - suplente

V - dois representantes dos pais de alunos da educação básica pública municipal;

Luciane Goeten Prandi - titular

Juliana Paula Inácio - suplente

Marli Terezinha Antonelo Welter - titular

Juliane Goeten - suplente

VI - dois representantes dos estudantes da educação básica pública municipal, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas

Ana Maria Santos Lopes - N.M. Getulio Vargas - titular

Isabelle Pires de Jesus - N.M. Alirio Luiz de Almeida - suplente

Gustavo Antonelo Welter - N.M. Teresa Lemos Preto - titular

Felipe Kayme Pires - N.M. Rotary - suplente

VII - um representante do Conselho Municipal de Educação;

Rosimara Dall'igna - titular

Vera Lucia Ribeiro Couto - suplente

VIII - um representante do Conselho Tutelar.

Sílvia Peruzzo - titular

Joseane dos Santos Arruda - suplente

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente pelo mesmo período.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de abril de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

Edital de Pregão Presencial Nº 82/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de peças para manutenção do caminhão Ford cargo 2628 Placa MJG-5717, das Estradas Vicinais, conforme Anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 15/05/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel.

Vidal Ramos, 860 .

A partir das 16:00 horas do dia 15/05/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 18 de Abril de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

DIEGO SEBEM WORDELL

Prefeito Municipal

Pregoeiro

Editais de Pregão Presencial Nº 84/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação de prestação de serviços de sonorização para os eventos da Secretaria Municipal de Esportes, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:30 horas do dia 06/05/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 17:00 horas do dia 06/05/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

I - Objeto:

Contratação de prestação de serviços de sonorização para os eventos da Secretaria Municipal de Esportes, conforme Anexo I deste Edital.

.II - Dotação orçamentária

2.1 A despesa para a aquisição do objeto licitado correrá por conta de Dotações próprias do orçamento da Prefeitura, até o valor máximo por item, totalizando R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

110-02.08.2.087.3.3.90.39.99.00.00.00

III - Participação

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Edital e seus anexos.

IV - Impugnação ao ato convocatório

4.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, no Departamento de Licitações de Curitiba, situado na Rua Cel. Vidal Ramos, 860 em Curitiba.

4.2 Caberá à Autoridade Competente decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias após o limite de envio de impugnações.

4.3 Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório, será tomada uma das seguintes providências:

a) Anulação ou revogação do edital;

b) Alteração e republicação do edital, reabertura do prazo de envio de propostas, alteração da data da sessão pública do pregão;

c) Alteração no edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

V - Proposta

5.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, até o horário e data definido no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres: Envelope nº 1 - Proposta

Departamento de Licitações de Curitiba

Pregão nº 84/2013

5.2 A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, não poderá ser manuscrita, não deverá conter emendas, borrões ou entrelinhas, ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração, as propostas apresentadas sem data de validade serão consideradas com prazo de 60 dias.

5.3 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) nome do proponente, endereço completo, telefone, CNPJ;

b) número do Pregão;

c) para cada item que o licitante vier a participar, a descrição do objeto ofertado, em conformidade com este edital e os anexos respectivos a cada item, contendo a marca do produto cotado, o preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. No preço proposto deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

d) prazo de validade da proposta, não inferior a 30 (trinta) dias.

5.4 Será desclassificada a proposta de preços que for apresentada manuscrita e com preço acima do valor máximo por item constante no anexo I deste Edital.

VI - Habilitação

6.1 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, até o horário e data definidos no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 2 - Habilitação

Departamento de Licitações de Curitiba

Pregão nº 84/2013

6.2 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

6.3 O envelope deverá conter os seguintes documentos:

6.4 Quanto à qualificação jurídica:

a) registro comercial, no caso de empresa individual (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);

c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratandose de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);

d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.5 Quanto à regularidade fiscal:

- a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);
- b) Certidão Negativa de Débitos - CND (emitida pela Previdência Social);
- c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (F.G.T.S.) (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

VII - Sessão Pública do Pregão

7.1 No horário e data definidos no preâmbulo do edital, o pregoeiro fará a abertura da sessão pública do pregão, procedendo aos seguintes atos, em sequência:

Credenciamento

7.2 O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

7.3 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, e declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.4 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

7.5 Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

7.6 Depois de encerrada a etapa de credenciamento, não serão aceitos novos representantes dos proponentes na sessão pública, salvo na condição de ouvintes, sem poderes para efetuar lances ou manifestar intenção de recurso.

7.7 - Análise preliminar de aceitabilidade das propostas

7.8 O pregoeiro procederá à abertura das propostas e fará a análise quanto a compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no edital e quanto ao preço inexequível, baixando diligências caso sejam necessárias, e procederá à classificação das propostas para a etapa de lances.

7.9 - Seleção das propostas para a etapa de lances

7.10 O pregoeiro selecionará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:

7.11 Primeiro critério: serão selecionadas a menor proposta e todos os demais que não sejam superiores a 10% da menor proposta;

7.12 Segundo critério: não havendo pelo menos três propostas selecionadas no critério anterior, serão ainda selecionadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances. Etapa de lances orais

7.13 Tendo sido credenciado e a proposta selecionada, poderão os

autores manifestar lances orais. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.14 Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes em relação ao preço do autor.

7.15 Poderá o pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

7.16 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desse item declinarem da formulação de lances.

7.17 Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.18 Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.18.1 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte seja iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada

7.18.2 Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma: I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 7.18.2 - I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.18.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 7.18.1, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.3. Para as situações previstas nos item 7.18 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.19 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

7.20 Após a negociação, exitosa ou não, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

Habilitação

7.21 O pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

7.22 Os documentos serão rubricados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio e serão anexados ao processo da licitação.

7.23 Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, procedendo o pregoeiro à habilitação do segundo proponente classificado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

7.24 A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.24.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

7.24.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá

requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.24.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Recurso

7.25 Habilitado o proponente, o pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.

7.26 Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso.

7.27 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

7.28 O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação do recurso, limitado às razões apresentadas durante a sessão pública, o qual deverá ser protocolado no Departamento de Licitações de Curitiba, dirigido à Autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contra-razões no prazo de 03 (três) a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

7.29 Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

VIII - Adjudicação e Homologação

8.1 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

8.2 No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

8.3 A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar o Contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8.4 O Município de Curitiba, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver as condições de habilitação ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomará a Sessão Pública e convidará os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

IX - Contrato

9.1 O Município de Curitiba disporá do prazo de 60 (sessenta) dias para convocar o licitante vencedor a assinar o contrato, contados a partir da data da apresentação da proposta vencedora.

9.2 O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

9.3 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

9.4 As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na Minuta do Contrato constante do Anexo II deste Edital.

9.5 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

X - Entrega e pagamento

10.1 A Contratada disporá do prazo de até 5 (cinco dias) para entregar o objeto, contados da homologação do presente processo, emissão das respectivas autorizações de fornecimento e da data da emissão do contrato.

10.2 A entrega do objeto deste edital será feita na forma prevista na minuta do contrato em anexo.

10.3 Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela Contratada no prazo de 02 (dois) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 02 (dois) dias, sob pena de aplicação de multa e demais cominações previstas em Lei e neste Edital.

10.4 O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

XI - Penalidades

11.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal e, será descredenciado nos sistemas de informações publicando a decisão em jornal de circulação municipal, estadual e diário oficial, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das seguintes multas:

a) multa de 1,00% (um por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias;

b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

11.2 Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município de Curitiba.

11.3 Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

11.4 O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XII - Disposições finais

12.1 Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis no Departamento de Licitações

para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de trinta dias após a assinatura do contrato decorrente da licitação. Caso não sejam retirados no prazo anterior, serão inutilizados.

12.2 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

12.3 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.4 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

12.5 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.6 No interesse do Município de Curitiba, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

12.7 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Curitiba, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.8 Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações pelo telefone: (49) 3245-7200, nos dias úteis, em horário das 13:00 hrs às 19:00 horas.

12.9 - Faz parte deste Edital

a) ANEXO I - ITENS DO EDITAL

b) ANEXO II - Minuta de Contrato

12.10 - E, para que ninguém alegue ignorância foi o presente Edital afixado no mural da Prefeitura Municipal de Curitiba oficializado através do Decreto No. 2142 de 12.08.93, junto a Portaria da Prefeitura Municipal, e publicado em resumo no site da Prefeitura Municipal de Curitiba e no Diário Oficial dos Municípios.

Curitiba, 18 de abril de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente Edital cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº.8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 18 de abril de 2013.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E

Pelo presente instrumento particular de contrato de compra e venda que fazem a Prefeitura Municipal de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. José Antonio Guidi, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado, com sede inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Presencial, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

Contratação de prestação de serviços de sonorização para os eventos da Secretaria Municipal de Esportes, conforme Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega do presente contrato é até 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento da Prefeitura de Curitiba previstos em projeto atividade.

110-02.08.2.087.3.3.90.39.99.00.00.00

Todos os pagamentos cumprirão todas as determinações previstas neste contrato e no edital de pregão presencial nº 84/2013, conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ _____ a serem pagos após a entrega dos materiais, além das condições já previstas neste contrato e no edital.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos materiais mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 - Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2 - Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade

competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV - No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro: Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo: Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro: Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Presencial nº 84/2013.

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA- FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba,
JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba,
CLAUDIO VIEIRA FRANÇA
Procurador Geral do Município

Errata Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº12/2013

ERRATA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº12/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba promove retificação a descritivos de itens do Processo Licitatório nº 12/2013, para aquisição de materiais de laboratório. Alterando, portanto, o Anexo III do referido Edital que passa a ter nova redação. A integral das alterações, e a nova redação do Anexo III está disponível no site www.cuitribanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376. Quanto ao prazo final para entrega dos envelopes e início da sessão do Pregão, as datas e prazos permanecem inalterados. Curitiba, 19 de abril

de 2013.

CARINE TATSCH
Secretária Mun. Saúde

RICARDO BROCARDO
Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Portaria Nº 069, de 15 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº 069, de 15 de abril de 2013.

Dispõe sobre a Exoneração de Servidor de Cargo Efetivo que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o que dispõe o Art. 41, inciso IV, da Lei nº 038, de 04 de novembro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada, por aposentadoria a servidora ZENAIDE COSTA DA ROSA, do cargo da Categoria Funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Ermo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, 15 de abril de 2013.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 070, de 15 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº 070, de 15 de abril de 2013.

Nomeia Servidor em Caráter Temporário (ACT).

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o afastamento definitivo por motivo de aposentadoria da Servidora Zenaide Costa da Rosa; e

Considerando a necessidade na continuidade dos serviços que desenvolvia a servidora e não havendo servidor disponível para substituí-la;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ROSELI PRIEBE FERREIRA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, conforme Art. 2º, III da Lei Municipal n.º 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Art. 2º A admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 15 de abril de 2013 e encerrando-se no dia 31 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de abril de 2013.



ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.850, de 16 de Abril de 2013.

LEI Nº 1.850, DE 16 DE ABRIL DE 2013.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 871, DE 04 DE JUNHO DE 2002.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º - É alterado o inciso I do Art. 10, da Lei nº 871, de 04 de junho de 2002, passando a vigorar com a seguinte redação:

"I - Prestar serviço com equipamentos públicos ou de terceiros contratados, para agricultores pessoa física ou jurídica, nos limites de tempo, periodicidade e de subsídios de valores em relação ao preço de mercado, conforme tabela abaixo:

Percentual a ser subsidiado em relação ao preço de mercado da hora máquina Equipamentos colocados à disposição
Quantidade de horas
Até 80% Retroescavadeira e Escavadeira Hidráulica tipo S-90 ou similar 15 (quinze) horas"

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de abril de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de abril de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Extrato de Contrato PMF Nº. 69/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 69/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SUPERMERCADOS MANENTTI

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA SC.

VALOR - R\$ 32.596,60 (trinta e dois mil quinhentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/07/2013

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390 (30), (31).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial

nº. 40/PMF/2013

DATA DA ASSINATURA - 02 de abril de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Município de Forquilha

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 48/PMF/2013

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 48/PMF/2013, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE ESPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONTINUADA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS COM O GOVERNO FEDERAL PARA O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às dezesseis horas do dia dezenove do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 48/PMF/2013. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sra. Kend Bernardo Tronbim Rampinelli, a mesma informou que a empresa LOGOS ASSESSORIA, GESTÃO E PROJETOS LTDA. protocolou tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o participante. Por estar a documentação em conformidade com o disposto no edital de chamamento, decide esta comissão por habilitar a empresa supracitada para a próxima fase deste processo - da Proposta de Preços (envelope 02). A participante renunciou o prazo para qualquer interposição de recurso, tendo a decadência deste. Assim, resolve a comissão, em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto o envelope nº. 02 da Proposta de Preço, o preço global da empresa LOGOS ASSESSORIA foi R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) por mês, perfazendo o valor global de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil) para o período de doze meses. Por estar tudo em conformidade com as exigências do edital, decide esta comissão por unanimidade declarar a empresa LOGOS ASSESSORIA, GESTÃO E PROJETOS LTDA. vencedora deste processo licitatório. A participante, da mesma forma, renunciou o prazo para qualquer interposição de recurso, tendo a decadência deste. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 19 de abril de 2013.

KEND BERNARDO TROMBIN RAMPINELLI
Presidente da Comissão de Licitação

LUCAS COLONETTI

Membro da Comissão

ANDRESA WESTRUP WERNKE

Membro da Comissão

LOGOS AS. GESTÃO E PROJETOS LTDA.

Dr. Diego Vitor Pinheiro

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 144/2013

DECRETO Nº 144, DE 19 DE ABRIL DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nas seguintes dotações:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
09.01 - secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
20.606.0021.2.045 - Manutenção da secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (121) R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
09.01 - secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
20.606.0021.2.045 - Manutenção da secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (119) R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 19 DE ABRIL DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1400/2013

PORTARIA N.º 1.400, DE 22 DE ABRIL DE 2013.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF sob o n.º 560.765.929-15, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 22 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1401/2013

PORTARIA N.º 1.401, DE 22 DE ABRIL DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012, de 30 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF sob o n.º 560.765.929-15, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 23 de abril de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1402/2013

PORTARIA Nº 1.402, DE 22 DE ABRIL DE 2013.
Revoga Portaria que autoriza Servidor Público Municipal a movimentação de Conta Adiantamento em instituição financeira oficial, do Fundo Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 2.264, de 29 de novembro de 2012, que autorizou a servidora HISANA GOMES FROZZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.586.169-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a movimentar a conta adiantamento em instituição financeira oficial, Banco do Brasil, agência 1.387-0, C/c 19.773-4, e a realizar movimentação de despesas no regime de adiantamento da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 22 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1403/2013

PORTARIA N.º 1.403, DE 22 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012, de 30 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ABILIO PEREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 296.625.679-68, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 23 de abril de 2013 até 21 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1404/2013

PORTARIA N.º 1.404, DE 22 DE ABRIL DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ÉRICA MARIA FRANCIOSI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.279.159-90, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 22 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1405/2013

PORTARIA N.º 1.405, DE 22 DE ABRIL DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ELAINE DOS SANTOS RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 088.517.029-69, contratada em caráter temporário na função de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 143/2013

DECRETO Nº. 143, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0021, DE 09 DE ABRIL DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0021 de 09 de abril de 2013, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 19 DE ABRIL DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 09 DE ABRIL DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Médico Clínico Geral -** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Médico Clínico Geral**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especializ ação	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	ALESSANDRO FUSATTO NETO	15	10	0	5	2	NÃO	9/12/1971

Garopaba

PREFEITURA

Portaria N.º 353/2013.

PORTARIA N.º 353, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata MARIA ZENAIDE MAIA MONTEIRO, CPF n.º 710.017.780-49, aprovada e classificada como 12ª colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 09 de junho de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar atividades qualificadas envolvendo supervisão, orientação e análise, interpretação e aplicação de conhecimentos específicos no Setor Administrativo e Financeiro, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 23/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Edital de Convocação N.º 006/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 006/2013

CONSIDERANDO, que foi encaminhada convocação por correspondência registrada, com o retorno do aviso de recebimento sem a apresentação do candidato no prazo legal ,

O Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das atribuições conferidas pela legislação pertinente,

1. CONVOCA o candidato abaixo relacionado aprovado no Concurso Público n.º 001/2009, a comparecer na Prefeitura Municipal de Garopaba, na Diretoria de Recursos Humanos, no prazo impreterível de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação do presente Edital:

a) BRUNA CAROLINA TROVAO DIAS
Candidato(a): 002584
Cargo: Assistente Social

Classificação: 0004

2. O não comparecimento será anotado no processo como a desistência do candidato.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 19 de Abril de 2013

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 23/04/2013

Garuva

PREFEITURA

Portaria Nº 241/2013

PORTARIA Nº 241, de 05 de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário DIRCELIA APARECIDA BUENO CHAMPOSKI, inscrita no CI-RG 6.071.776-1 e CPF 076.700.039-01, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 08 de abril de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 242/2013

PORTARIA Nº 242, de 05 de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JOYCE DELANE DE MELO, inscrita no CI-RG 5.405.011-1 e CPF 093.536.329-78, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 10 de abril de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 243/2013

PORTARIA Nº 243, de 08 de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário FERNANDA DA VEIGA MAIA, inscrita no CI-RG 4.130.025 e CPF 037.670.349-05, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 09 de abril de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Aviso de Credenciamento FMS Nº 002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE CREDENCIAMENTO

Inexigibilidade de Licitação FMS nº 002/2013 - CREDENCIAMENTO

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica com capacidade técnica para a realização de Exames Laboratoriais para prestação de serviços especializados na área da saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Garuva-SC.

Inscrições para o Credenciamento a partir do dia 24/04/2013.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 22 de abril de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PMG Nº 010/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial PMG nº 010/2013
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de clínica/empresa médica para a realização de Exames Médicos e Complementares para emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) admissional, demissional e periódico de funcionários da Prefeitura Municipal, conforme Memorial Descritivo e Planilha anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 08/05/2013 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 22 de abril de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.448, de 17 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 5.448, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais de Gaspar da administração direta e indireta, no dia 31 de maio de 2013.

Art. 2º Aos setores de órgãos cujas atividades constituam serviços essenciais à comunidade, não se aplicam às disposições do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.449, de 17 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 5.449, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

NOMEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA PEDAGÓGICA, JUNTO À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, A SERVIDORA SUSAN THEISS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 18 de abril de 2013, a servidora SUSAN THEISS, portadora do CPF nº 004.953.179-42e da CI nº 3679917, para o cargo em comissão de Diretora Pedagógica, junto à Fundação Municipal de Esportes, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.450, de 17 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 5.450, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ÁREAS DE TERRAS LOCALIZADAS NESTE MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, as seguintes áreas de terras matriculadas no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar:

I - Área de terras matriculada sob o nº 13.736 de propriedade de JORGE THREISS, portador do CPF nº 291.258.479-53, situada nesta cidade, contendo as seguintes características: Área Ocupada P/ Rua Antonio Zendron: Uma área de terras situada na cidade de Gaspar, ocupado pela Rua Antonio Zendron, bairro Margem Esquerda, com a área de 544,45m² (quinhentos e quarenta e quatro metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), fazendo frente ao Norte partindo do vértice 2 para o vértice 6, com o ângulo interno de 76°45'02", o azimute de 72°35'24", e distância de 6,19m com a faixa de domínio da Rodovia BR-470, lado direito ao Leste partindo do vértice 6 para o vértice 9, com o ângulo interno de 103°14'58", com azimute de 149°20'35" e distância de 85,60m com a área 02, fundos ao Sul partindo do vértice 9 para o vértice 3, com o ângulo interno de 146°03'02", o azimute de 183°17'33" e distância de 10,74m onde é corta a Rua Antonio Zendron e lado esquerdo ao Oeste partindo do vértice 3 para o vértice 2, com o ângulo interno de 33°56'58", o azimute de 329°20'35" e distância de 95,70 com a área 01.

Parágrafo único: As áreas descritas nos incisos deste artigo são destinadas à formalização de ruas integrantes do Sistema Viário Municipal, já instituídas e nominadas pelas respectivas leis.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.068, de 16 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº 3.068, DE 16 DE ABRIL DE 2013.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE TEREZINHA DE FÁTIMA ALVES DE OLIVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e considerando o teor do Ofício nº 0101/2013, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade da servidora municipal TEREZINHA DE FÁTIMA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 5296, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, pelo fato de que, em tese, faltou injustificadamente nos dias 13/12/2012, 14/12/2012, 17/12/2012 e 18/12/2012, bem como nos dias 31/01/2013, 01/02/2013, 04/03/2013, 05/03/2013, 06/03/2013, 07/03/2013, 08/03/2013 e 11/03/2013.

Art. 2º O processo administrativo disciplinar deve ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Michel Marcelo Longo, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Elke Cristine Schramm Moser, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora - IV-8 e Dulcinéia dos Santos, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º Caso comprovada a ocorrência do fato denunciado, estará a servidora sujeito à penalização disciplinar, com fundamento nos artigos 146, incisos III e X, 162, inciso III, e 169, da Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Edital de Notificação**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 147 1446/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADK4818	55633638D	6920/0	06/03/2013	233
AJZ6237	55589411D	5274/1	03/03/2013	175
CWR9675	55588298D	5010/0	02/03/2013	162 * I
CWR9675	55588299D	5061/0	02/03/2013	163 c/c 162 * I
LXK5651	55588770D	6637/2	11/02/2013	230 * IX
LXP0399	55589228D	6637/2	07/02/2013	230 * IX
LXP0399	55589229D	6637/1	07/02/2013	230 * IX
LYK9767	55589306D	6599/2	14/02/2013	230 * V
LYK9767	55589307D	5045/0	14/02/2013	162 * V
LYK9767	55589308D	6912/0	14/02/2013	232
LYO1304	55633565D	6920/0	04/03/2013	233
LYZ2393	55589353D	5010/0	28/02/2013	162 * I
LZA5499	55589313D	6599/2	03/03/2013	230 * V
LZA5499	55589314D	6912/0	03/03/2013	232
LZI2360	55633508D	5010/0	08/03/2013	162 * I
LZI2360	55633509D	5118/0	08/03/2013	164 c/c 162 * I
LZI2360	55633510D	6599/2	08/03/2013	230 * V
LZZ5649	55633258D	6920/0	21/02/2013	233
MAN4081	55589420D	6599/2	07/03/2013	230 * V
MAN4434	55631483D	6599/2	11/02/2013	230 * V
MBI4567	55632629D	6599/2	31/01/2013	230 * V
MBW5058	55588952D	6599/2	31/01/2013	230 * V
MBW5058	55588953D	5010/0	31/01/2013	162 * I
MCV6456	55588279D	6599/2	01/02/2013	230 * V
MCV6456	55588280D	6912/0	01/02/2013	232
MCY4331	55589408D	6599/2	03/03/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCY4331	55589409D	6580/0	03/03/2013	230 * IV
MCY4331	55589410D	6637/2	03/03/2013	230 * IX
MDL9088	55633634D	6920/0	06/03/2013	233
MDZ1021	55632954D	6670/0	11/02/2013	230 * XIII
MEC1723	55633470D	5010/0	01/03/2013	162 * I
MFG6670	55632876D	6599/2	06/02/2013	230 * V
MFG6670	55632877D	6637/1	06/02/2013	230 * IX
MGC6562	55589086D	5010/0	30/01/2013	162 * I
MGC6562	55589089D	5061/0	30/01/2013	163 c/c 162 * I
MGC6562	55589090D	6599/2	30/01/2013	230 * V
MGC6562	55589091D	6912/0	30/01/2013	232
MGC6562	55589092D	6653/1	30/01/2013	230 * XI
MGC6562	55589093D	7340/0	30/01/2013	252 * IV
MGX7749	55632868D	6912/0	05/02/2013	232
MHL2885	55632643D	7340/0	01/02/2013	252 * IV
MJD6907	55588886D	5010/0	03/02/2013	162 * I
MJD6907	55588887D	5061/0	03/02/2013	163 c/c 162 * I
MJD6907	55588889D	5274/1	03/02/2013	175
MJD6907	55588890D	7340/0	03/02/2013	252 * IV
MJG8648	55588293D	6599/2	02/03/2013	230 * V
MJG8648	55588294D	5045/0	02/03/2013	162 * V
MJG8648	55588296D	6556/1	02/03/2013	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1447/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJZ6237	55589412D	5185/1	03/03/2013	167
AJZ6237	55589414D	5835/0	03/03/2013	195
AJZ6237	55589415D	5215/2	03/03/2013	170
AJZ6237	55589416D	5215/1	03/03/2013	170
CIY3695	55633154D	5541/2	28/01/2013	181 * XVII
CVU4686	55633453D	6050/1	26/02/2013	208
CWR9675	55588297D	7030/1	02/03/2013	244 * I
CZK9801	55589239D	5185/1	03/03/2013	167
DHF3922	55633753D	5541/2	26/02/2013	181 * XVII
DMP4284	55588290D	5231/1	22/02/2013	172
DMP4284	55588291D	5185/1	22/02/2013	167
DWN7107	55587948D	5720/0	10/03/2013	186 * I
FMA9407	55589319D	7366/2	08/03/2013	252 * VI
HCI6457	55633156D	5541/2	28/01/2013	181 * XVII
IKR4323	55633674D	5541/2	21/02/2013	181 * XVII
LRB0822	55630096D	5541/2	15/02/2013	181 * XVII
LWT2935	55633786D	5541/2	26/02/2013	181 * XVII
LXA0555	55633357D	5525/0	28/02/2013	181 * XV
LXD4353	55631675D	5991/0	06/03/2013	206 * I
LXK1669	55633505D	5550/0	07/03/2013	181 * XVIII
LXW2039	55633734D	5541/2	25/02/2013	181 * XVII
LYT9712	55632887D	5746/1	08/02/2013	187 * I
LZI2360	55633511D	7030/2	08/03/2013	244 * I
MAN2169	55633796D	5541/2	27/02/2013	181 * XVII
MAN4434	55631479D	7056/2	11/02/2013	244 * III c/c §1º
MAN4434	55631480D	5819/1	11/02/2013	193

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAN4434	55631481D	5819/6	11/02/2013	193
MAN4434	55631482D	5835/0	11/02/2013	195
MBP0593	55633789D	5541/2	26/02/2013	181 * XVII
MBU6001	55633503D	7030/2	04/03/2013	244 * I
MBV1934	55589088D	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MCA9932	55633793D	5541/2	27/02/2013	181 * XVII
MDJ5149	55632136D	6050/1	06/03/2013	208
MDP0254	55633170D	5541/2	31/01/2013	181 * XVII
MEF0549	55633471D	5207/0	01/03/2013	169
MFD6045	55633378D	7030/2	08/03/2013	244 * I
MFQ0941	55633695D	5541/2	21/02/2013	181 * XVII
MGD0915	55632953D	7030/2	11/02/2013	244 * I
MGL7952	55633562D	6050/1	05/03/2013	208
MGX7749	55632867D	7030/2	05/02/2013	244 * I
MHD8843	55633155D	5541/2	28/01/2013	181 * XVII
MHL2885	55632644D	7030/2	01/02/2013	244 * I
MHR6530	55633507D	5460/0	07/03/2013	181 * IX
MHS3707	55589100D	5185/1	01/02/2013	167
MIE1612	55633751D	5541/2	26/02/2013	181 * XVII
MIU7611	55633776D	5541/2	01/03/2013	181 * XVII
MIX1929	8147001700	7455/0	21/02/2013	218 * I
MJD6907	55588885D	5991/0	03/02/2013	206 * I
MJD6907	55588888D	5835/0	03/02/2013	195
MJE1234	55633737D	5541/2	25/02/2013	181 * XVII
MJE1234	55633750D	5541/2	25/02/2013	181 * XVII
MJG8648	55588295D	7030/1	02/03/2013	244 * I
MJN8721	55633375D	5207/0	08/03/2013	169
MJX7890	55632929D	5541/2	28/01/2013	181 * XVII
MWA9965	55633559D	5843/4	04/03/2013	196
MWA9965	55633560D	7374/0	04/03/2013	253
MWA9965	55633561D	5835/0	04/03/2013	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1448/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BRL0722	55631563D	6408/0	02/01/2013	R\$ 85,12	221
BRL0722	55631564D	5053/1	02/01/2013	R\$ 191,53	162 * VI
DTB9637	55631712D	6920/0	19/12/2012	R\$ 127,69	233
LSC1116	55631195D	6920/0	21/12/2012	R\$ 127,69	233
LYD8583	55630075D	6599/2	10/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYN2901	55632663D	6920/0	18/01/2013	R\$ 127,69	233
LYU9512	55587534D	5010/0	21/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYU9512	55587535D	6599/2	21/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYU9512	55587536D	5061/0	21/01/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MAM3403	55629792D	6599/2	05/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCL8036	54071649D	6599/1	22/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDI5058	55631004D	6920/0	27/11/2012	R\$ 127,69	233
MEQ6377	55631125D	6599/2	21/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFA4385	55587532D	5274/2	25/12/2012	R\$ 191,53	175
MGH2846	55631118D	6599/2	20/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGH9629	55631447D	6920/0	20/12/2012	R\$ 127,69	233
MGM5660	55631165D	5010/0	21/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGM5660	55631166D	5118/0	21/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGU7957	55588747D	7340/0	03/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MJC4434	55631257D	6599/2	03/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJI7587	55632352D	5118/0	22/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJI7587	55632354D	6912/0	22/01/2013	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1449/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AML0013	55631156D	6050/1	20/12/2012	R\$ 191,53	208
AMN2602	55631169D	6050/1	21/12/2012	R\$ 191,53	208
APQ8372	55632549D	5541/2	15/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
BPN1666	55629810D	5452/1	19/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
DJF0865	55631915D	5541/2	22/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DRG9803	55631143D	5967/0	02/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
IFT3520	55631408D	6050/1	14/12/2012	R\$ 191,53	208
JPP4349	55631425D	5207/0	19/12/2012	R\$ 53,20	169
KOM1379	54070996D	5185/1	17/12/2012	R\$ 127,69	167
LWS1613	55631420D	5835/0	17/12/2012	R\$ 127,69	195
LXO3827	55631602D	5541/6	20/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXO3827	55631649D	5541/2	20/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXO7769	55588715D	5185/1	30/11/2012	R\$ 127,69	167
LXQ2363	55631842D	5541/2	19/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXQ2363	55631903D	5541/2	27/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYV5853	55631620D	5975/0	02/01/2013	R\$ 127,69	204
LYZ7051	55631568D	5185/1	03/01/2013	R\$ 127,69	167
LZC4744	55631245D	5207/0	15/12/2012	R\$ 53,20	169
LZK0914	55631928D	5541/2	28/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZP0962	55631898D	5541/2	22/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZQ8477	55631753D	6050/1	02/01/2013	R\$ 191,53	208
LZS1754	55631762D	5541/1	03/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZV3033	55631344D	6050/1	14/12/2012	R\$ 191,53	208
LZX4603	55631940D	5541/2	29/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAC5406	55631807D	5967/0	06/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
MAM3403	55629791D	5975/0	05/01/2013	R\$ 127,69	204

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAN2169	55631177D	7366/2	21/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MAR5863	55629809D	6041/2	15/12/2012	R\$ 127,69	207
MBE8766	55631261D	5185/1	04/12/2012	R\$ 127,69	167
MBJ6241	55631243D	5207/0	14/12/2012	R\$ 53,20	169
MBR6586	55631831D	5541/2	19/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBU9026	55631129D	5851/2	21/12/2012	R\$ 85,12	197
MCD4748	55631615D	5967/0	02/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
MCL8036	54071650D	5738/0	22/12/2012	R\$ 191,53	186 * II
MCY2101	55587816D	5819/7	01/08/2012	R\$ 574,61	193
MDM5354	55631632D	5541/2	18/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDP3953	55631619D	5975/0	02/01/2013	R\$ 127,69	204
MEC1723	55630838D	5835/0	10/12/2012	R\$ 127,69	195
MEG0221	55631208D	6050/1	03/12/2012	R\$ 191,53	208
MEP8449	54070997D	5185/1	17/12/2012	R\$ 127,69	167
MES5793	55631771D	6050/1	07/01/2013	R\$ 191,53	208
MEU8928	55631884D	5541/2	21/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFA4385	55587533D	5835/0	25/12/2012	R\$ 127,69	195
MFD6045	55630848D	6050/1	17/12/2012	R\$ 191,53	208
MFN2675	55631550D	5746/1	18/12/2012	R\$ 85,12	187 * I
MGC1857	55588535D	6173/2	24/01/2013	R\$ 127,69	215 * I * a
MGI3290	55591339D	5541/6	22/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGJ0652	55630188D	6050/1	20/11/2012	R\$ 191,53	208
MGM5660	55631164D	6050/1	21/12/2012	R\$ 191,53	208
MHF4698	55631246D	6050/1	17/12/2012	R\$ 191,53	208
MHW4829	55631446D	5720/0	28/12/2012	R\$ 127,69	186 * I
MHY3752	55631580D	5550/0	05/01/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIG2223	55631854D	5541/2	20/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MII5829	55632193D	6050/1	22/01/2013	R\$ 191,53	208
MIL5547	55631418D	5746/1	17/12/2012	R\$ 85,12	187 * I
MIR2281	55631944D	5541/2	03/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB5675	55631897D	5541/2	22/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI7587	55632353D	7030/2	22/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MJJ5245	55631905D	5541/2	27/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ9109	55630557D	6050/1	31/10/2012	R\$ 191,53	208
MJO4642	55631723D	6050/1	02/01/2013	R\$ 191,53	208
MJS4811	55587569D	5185/1	23/01/2013	R\$ 127,69	167
MKR0060	55631546D	6050/1	18/12/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1450/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APV6234	55633958D	6920/0	13/03/2013	233
BNP8762	55632973D	6408/0	13/02/2013	221
BUW6044	55633957D	6920/0	14/03/2013	233
CEY8386	55633961D	6920/0	12/03/2013	233
DEE0595	55632229D	6408/0	10/02/2013	221
DEE0595	55632230D	6912/0	10/02/2013	232
GZP8266	55589464D	5010/0	11/03/2013	162 * I
GZP8266	55589465D	5061/0	11/03/2013	163 c/c 162 * I
IEM9420	55589471D	6599/2	14/03/2013	230 * V
IEM9420	55589472D	6912/0	14/03/2013	232
IEM9420	55589473D	6726/1	14/03/2013	230 * XVIII
IFI3982	55588320D	6599/2	25/01/2013	230 * V
KKE1477	55630550D	6912/0	08/11/2012	232
MAO3048	55632985D	5037/1	13/02/2013	162 * III
MAO3048	55632986D	5134/1	13/02/2013	164 c/c 162 * III
MAY7621	55588546D	6912/0	02/02/2013	232
MBJ1276	55633527D	6408/0	11/03/2013	221
MBY4403	55630490D	7340/0	12/02/2013	252 * IV
MCI8250	55632900D	6599/2	10/02/2013	230 * V
MCQ7410	55633966D	6408/0	18/03/2013	221
MDC9515	55632127D	6769/2	12/02/2013	230 * XXII
MDF7161	55633581D	5010/0	08/03/2013	162 * I
MDF7161	55633582D	5118/0	08/03/2013	164 c/c 162 * I
MEG1081	55631499D	6920/0	07/02/2013	233
MEP7044	55589470D	6912/0	14/03/2013	232
MFP8150	55633861D	6556/1	15/03/2013	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGH7962	55633954D	5010/0	15/03/2013	162 * I
MGH7962	55633955D	5118/0	15/03/2013	164 c/c 162 * I
MHM4065	55632968D	6599/2	12/02/2013	230 * V
MIP0863	55589559D	6912/0	17/03/2013	232
MJF9259	55589422D	5010/0	08/03/2013	162 * I
MJF9259	55589423D	5061/0	08/03/2013	163 c/c 162 * I
MJF9259	55589424D	6637/2	08/03/2013	230 * IX
MJJ8540	55588022D	5274/1	18/03/2013	175
MJJ8540	55588023D	5169/1	18/03/2013	165
MJJ8540	55588025D	6769/2	18/03/2013	230 * XXII
MKT2800	55587541D	5274/1	10/03/2013	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1451/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANS0082	55633200D	5541/2	12/02/2013	181 * XVII
ANS0082	55633302D	5541/2	12/02/2013	181 * XVII
CLM3646	55634009D	5541/2	26/02/2013	181 * XVII
CXV3071	55634059D	5541/2	07/03/2013	181 * XVII
DDO9401	55589324D	7366/2	09/03/2013	252 * VI
DHF3922	55634007D	5541/2	26/02/2013	181 * XVII
DUI3451	55633192D	5541/2	05/02/2013	181 * XVII
DVK5057	55632944D	5185/1	11/02/2013	167
GZP8266	55589466D	5185/1	11/03/2013	167
IFI3982	55588321D	5347/0	25/01/2013	178
JUN2611	55634017D	5541/2	28/02/2013	181 * XVII
LCX8205	55589552D	5185/1	14/03/2013	167
LXH4491	55633792D	5541/2	27/02/2013	181 * XVII
LXM0917	55633072D	7048/2	14/02/2013	244 * II
LXX9878	55633544D	5541/6	12/03/2013	181 * XVII
LYG4406	55634012D	5541/2	27/02/2013	181 * XVII
LXR2999	55588784D	5185/1	14/03/2013	167
LZS7689	55634032D	5541/2	01/03/2013	181 * XVII
MAO3048	55632982D	6858/0	13/02/2013	231 * VII
MBC4063	55634074D	6050/1	21/03/2013	208
MBJ1276	55633526D	7030/2	11/03/2013	244 * I
MBP0593	55634008D	5541/2	26/02/2013	181 * XVII
MCT2615	55634002D	5541/2	26/02/2013	181 * XVII
MDA7954	55633307D	5541/2	09/02/2013	181 * XVII
MDX3276	55633589D	6050/1	11/03/2013	208
MDZ3473	55632149D	6050/1	13/03/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEC7975	55633187D	5541/2	07/02/2013	181 * XVII
MEU8032	55633594D	5207/0	13/03/2013	169
MEV1940	55634014D	5541/2	28/02/2013	181 * XVII
MEW6758	55633196D	5541/2	07/02/2013	181 * XVII
MFI7313	55633446D	6041/2	01/03/2013	207
MFP8150	55633860D	5185/1	15/03/2013	167
MFY2218	55633975D	5959/1	21/03/2013	203 * IV
MFY2366	55633598D	6050/1	15/03/2013	208
MGC4853	55633387D	7030/2	13/03/2013	244 * I
MGI9241	55633682D	5541/2	21/02/2013	181 * XVII
MGY8598	55633680D	5541/2	21/02/2013	181 * XVII
MHM4065	55632967D	5550/0	12/02/2013	181 * XVIII
MHR6530	55634061D	5541/2	07/03/2013	181 * XVII
MHU6856	55633311D	5541/2	09/02/2013	181 * XVII
MIA3495	55273688B	5185/1	11/02/2013	167
MIL2007	55633489D	5541/2	13/02/2013	181 * XVII
MIN9293	55633972D	6050/1	20/03/2013	208
MIR4171	55589474D	5541/1	14/03/2013	181 * XVII
MJJ8540	55588021D	5835/0	18/03/2013	195
MJN0323	55633806D	6050/1	19/03/2013	208
MKT2800	55587540D	5835/0	10/03/2013	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1452/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXE6777	55630373D	6920/0	13/11/2012	R\$ 127,69	233
LYM6078	55588436D	6599/2	17/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYM6078	55588438D	6726/1	17/11/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAX9124	55632688D	6920/0	24/01/2013	R\$ 127,69	233
MBP4044	55630754D	6408/0	17/11/2012	R\$ 85,12	221
MBQ0182	55631465D	5045/0	30/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MBQ0182	55631466D	5037/1	30/01/2013	R\$ 574,61	162 * III
MBX2417	55631138D	6408/0	02/01/2013	R\$ 85,12	221
MCE7067	55588309D	6599/2	27/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCI4919	55631457D	6920/0	07/12/2012	R\$ 127,69	233
MDK3047	55630425D	6599/2	05/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDK3047	55630426D	6556/1	05/11/2012	R\$ 191,53	230 * I
MGJ2409	55631301D	6637/2	06/12/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MHY6639	55117636C	6599/2	26/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHY6639	55117638C	6556/1	26/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MHY6639	55117639C	6912/0	26/01/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1453/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADO3310	55632726D	5541/2	19/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ARB6459	55631931D	5541/2	28/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DCD8555	55630595D	6050/1	14/11/2012	R\$ 191,53	208
DXU4076	55632825D	5541/2	24/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
HDJ5764	55630766D	7366/2	29/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
JZJ2108	55631229D	5720/0	09/12/2012	R\$ 127,69	186 * I
LWY3427	55631869D	5541/2	20/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXG8780	55630888D	6050/1	22/11/2012	R\$ 191,53	208
LXX4565	55630572D	5541/6	07/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYU8093	55588425D	5185/1	08/11/2012	R\$ 127,69	167
LZE9668	55632613D	5185/1	29/01/2013	R\$ 127,69	167
MBN1455	55631847D	5541/2	19/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY6192	55631582D	6050/1	07/01/2013	R\$ 191,53	208
MCF2636	55630792D	5185/1	04/12/2012	R\$ 127,69	167
MCV8124	55632746D	5541/2	22/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDS3579	55630695D	5207/0	11/12/2012	R\$ 53,20	169
MEH7459	55631926D	5541/2	28/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEO5407	55630530D	6050/1	03/11/2012	R\$ 191,53	208
MFX1942	55631032D	5720/0	04/12/2012	R\$ 127,69	186 * I
MGV4169	55631643D	5541/2	18/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ5920	55632823D	5541/2	24/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE2998	55630578D	5541/6	12/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY5509	55630564D	5541/5	06/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY5509	55631901D	5541/2	27/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY5509	55631934D	5541/2	28/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY6639	55117637C	7030/1	26/01/2013	R\$ 191,53	244 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIC5976	55631848D	5541/2	20/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX3414	55631062D	6050/1	27/11/2012	R\$ 191,53	208
MJJ2254	55631736D	5541/6	05/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY5926	55631875D	5541/2	21/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM1160	55630868D	6050/1	20/11/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1454/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ATB1507	55629853D	6920/0	02/10/2012	233
CEM9250	55588892D	6637/2	07/02/2013	230 * IX
LWT4758	55631696D	6920/0	15/03/2013	233
LXW8766	55589269D	6769/1	23/03/2013	230 * XXII
LYK9000	55631493D	6920/0	08/02/2013	233
LZM9267	55588019D	5010/0	17/03/2013	162 * I
LZM9267	55588020D	5118/0	17/03/2013	164 c/c 162 * I
LZW7053	55589404D	6629/0	19/02/2013	230 * VIII
MAU4081	55589418D	5010/0	07/03/2013	162 * I
MAU4081	55589419D	5061/0	07/03/2013	163 c/c 162 * I
MAV7413	55631684D	6920/0	25/03/2013	233
MCL6254	55588790D	5010/0	22/03/2013	162 * I
MCL6254	55588791D	6599/2	22/03/2013	230 * V
MCM0005	55588352D	6408/0	23/02/2013	221
MCO1351	55631681D	6920/0	25/03/2013	233
MEC0286	55633956D	6920/0	14/03/2013	233
MEP8988	55633094D	7340/0	23/02/2013	252 * IV
MFH0307	55588137D	7340/0	24/10/2012	252 * IV
MFM9236	55633878D	6599/2	21/03/2013	230 * V
MFQ1162	55631689D	6920/0	20/03/2013	233
MGD1196	55589557D	6599/2	17/03/2013	230 * V
MGL4806	55629854D	6920/0	02/10/2012	233
MHH5646	55633989D	6912/0	26/03/2013	232
MKE9887	55633859D	6408/0	14/03/2013	221
MLB9659	55633512D	6408/0	08/03/2013	221

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1455/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AXF0507	55632227D	5541/1	08/02/2013	181 * XVII
BTT3076	55633206D	5746/1	15/02/2013	187 * I
CVB2822	55630275D	5568/0	23/10/2012	181 * XIX
IBK1687	55633082D	5819/1	19/02/2013	193
LWZ4310	55634069D	6050/1	21/03/2013	208
LZR3979	55588943D	6050/1	07/03/2013	208
MAY4098	55633499D	5541/2	13/02/2013	181 * XVII
MDF3581	55633981D	6050/1	22/03/2013	208
MDJ2267	55588788D	5975/0	22/03/2013	204
MDU2488	55633335D	5541/2	15/02/2013	181 * XVII
MFG4339	55633376D	6050/1	08/03/2013	208
MFM9236	55633877D	7366/2	21/03/2013	252 * VI
MF5240	55589266D	5185/1	23/03/2013	167
MF5240	55589268D	7315/0	23/03/2013	252 * I
MGP8399	55633122D	5746/1	23/03/2013	187 * I
MGV2359	55633314D	5541/6	21/02/2013	181 * XVII
MGW2081	55630153D	6050/1	24/10/2012	208
MGY5838	55633398D	7030/2	25/03/2013	244 * I
MHB2687	55632236D	5207/0	13/02/2013	169
MHH5646	55633988D	6050/1	26/03/2013	208
MHK4189	8147001740	7455/0	06/03/2013	218 * I
MJO5043	55633810D	6050/1	22/03/2013	208
MJT7828	55633985D	6050/1	25/03/2013	208
MKE9887	55633858D	7030/2	14/03/2013	244 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1456/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXV9397	55630735D	6408/0	14/11/2012	R\$ 85,12	221
MAJ7116	55588567D	6599/2	26/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCC0829	55588143D	7340/0	06/11/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MCN2070	55588351D	5010/0	10/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDV4565	55630432D	6408/0	06/11/2012	R\$ 85,12	221
MHW1569	55588496D	5010/0	15/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHW1569	55588497D	5061/0	15/11/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHW1569	55588499D	6912/0	15/11/2012	R\$ 53,20	232
MJO9941	55630422D	5010/0	03/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MLB2828	54070635D	6920/0	09/08/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1457/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GTX0851	55630574D	5541/1	09/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
GYQ7385	55588189D	5967/0	31/10/2012	R\$ 191,53	203 * V
LXV9397	55630736D	5207/0	14/11/2012	R\$ 53,20	169
LYP9939	55630411D	6050/1	26/10/2012	R\$ 191,53	208
LYT8651	55630770D	5185/2	01/12/2012	R\$ 127,69	167
MBR2693	55630594D	6050/1	14/11/2012	R\$ 191,53	208
MCC0829	55588144D	5185/2	06/11/2012	R\$ 127,69	167
MCZ9793	55631645D	5541/2	18/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDC4993	54069373D	5835/0	13/03/2012	R\$ 127,69	195
MDQ7246	55630168D	6050/1	07/11/2012	R\$ 191,53	208
MEJ9242	55632374D	7030/2	24/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MFD9193	55631591D	7366/2	08/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHF8925	55630187D	6050/1	19/11/2012	R\$ 191,53	208
MHG5999	55631751D	6050/1	02/01/2013	R\$ 191,53	208
MHZ4921	55631810D	5967/0	07/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
MIR9397	55630531D	6050/1	18/10/2012	R\$ 191,53	208
MIU1522	55588197D	5738/0	10/11/2012	R\$ 191,53	186 * II
MKC2567	55631788D	6050/1	10/01/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1458/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJO2415	55633639D	6920/0	07/03/2013	233
AMH9579	55588799D	5169/1	31/03/2013	165
BGZ6770	55633109D	6920/0	18/02/2013	233
LBL3402	55631673D	6920/0	27/02/2013	233
LYI2845	55633462D	6920/0	22/02/2013	233
LYL2287	55588592D	6599/2	24/01/2013	230 * V
LYL2287	55588593D	6912/0	24/01/2013	232
LZO2406	55589451D	5010/0	26/02/2013	162 * I
LZO2406	55589452D	5061/0	26/02/2013	163 c/c 162 * I
LZO2406	55589453D	6599/2	26/02/2013	230 * V
LZO2406	55589454D	6610/2	26/02/2013	230 * VII
LZO2406	55589455D	5274/1	26/02/2013	175
LZO2406	55589457D	6580/0	26/02/2013	230 * IV
LZO2406	55589458D	6637/1	26/02/2013	230 * IX
LZO2406	55589459D	6653/1	26/02/2013	230 * XI
MBO8927	55589687D	6599/2	03/04/2013	230 * V
MBO8927	55589688D	6769/1	03/04/2013	230 * XXII
MCA9379	55634093D	5061/0	04/04/2013	163 c/c 162 * I
MCA9379	55634094D	5010/0	04/04/2013	162 * I
MCA9379	55634095D	6599/2	04/04/2013	230 * V
MCA9379	55634096D	6637/2	04/04/2013	230 * IX
MCP1559	55633232D	6408/0	21/02/2013	221
MDO5485	55633571D	6920/0	04/03/2013	233
MFD6045	55589654D	5010/0	27/03/2013	162 * I
MFD6045	55589655D	5061/0	27/03/2013	163 c/c 162 * I
MFD6045	55589656D	6912/0	27/03/2013	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFD6045	55589657D	7340/0	27/03/2013	252 * IV
MFO2177	55633315D	6599/2	22/02/2013	230 * V
MFO3894	55633411D	6408/0	26/02/2013	221
MFY8430	55589102D	6599/2	24/01/2013	230 * V
MHD0650	55633252D	5053/1	23/02/2013	162 * VI
MIK2541	55588796D	6610/2	27/03/2013	230 * VII
MJA7449	55589671D	7340/0	28/03/2013	252 * IV
MKE3846	55589475D	6653/1	03/04/2013	230 * XI
MKE3846	55589479D	7340/0	03/04/2013	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1459/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABX6476	55633241D	5568/0	22/02/2013	181 * XIX
ABX6476	55633242D	5835/0	22/02/2013	195
ADX7232	55633818D	6050/1	31/03/2013	208
ADX7232	55633819D	5720/0	31/03/2013	186 * I
AFL1676	55633719D	5541/2	23/02/2013	181 * XVII
BBC0313	55588960D	5185/1	26/03/2013	167
BTG4044	55588794D	5185/1	26/03/2013	167
CIY3695	55633603D	5541/2	14/02/2013	181 * XVII
CJM0067	55589426D	5720/0	26/03/2013	186 * I
CJM0067	55589427D	5819/1	26/03/2013	193
CJM6543	55633741D	5541/2	25/02/2013	181 * XVII
CNM4410	55589683D	5185/1	28/03/2013	167
CPM9952	55633629D	5541/2	18/02/2013	181 * XVII
DDC3969	55630100D	5541/2	14/02/2013	181 * XVII
DDG0866	55633496D	5541/2	14/02/2013	181 * XVII
IGZ0756	55633693D	5541/2	21/02/2013	181 * XVII
IJJ4143	55589273D	5185/1	27/03/2013	167
LXK8611	55629813D	5720/0	03/04/2013	186 * I
LXK8611	55629814D	5835/0	03/04/2013	195
LXM5916	55633474D	5541/2	12/02/2013	181 * XVII
LXY0352	55633601D	5541/2	14/02/2013	181 * XVII
LYH4941	55633827D	6050/1	31/03/2013	208
LZO2406	55589456D	7030/1	26/02/2013	244 * I
LZU7219	55633504D	5185/1	06/03/2013	167
MAL3258	8147001781	7455/0	25/03/2013	218 * I
MAR5035	55633605D	5541/2	14/02/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAV5302	55634169D	5746/3	02/04/2013	187 * I
MBB0631	55632139D	6050/1	06/03/2013	208
MBE6991	55633654D	5541/2	19/02/2013	181 * XVII
MBJ5842	55632246D	5541/6	18/02/2013	181 * XVII
MBT3456	55633757D	6050/1	09/03/2013	208
MBV7214	55633334D	5541/2	15/02/2013	181 * XVII
MCD0276	55634068D	5541/2	07/03/2013	181 * XVII
MCM6010	55633995D	6050/1	27/03/2013	208
MCW8902	55632562D	7030/2	25/01/2013	244 * I
MCX9554	55633823D	6050/1	31/03/2013	208
MCY9680	8147001762	7463/0	22/03/2013	218 * II
MCZ7761	55630091D	5541/2	14/02/2013	181 * XVII
MDC9751	55588782D	7064/0	06/03/2013	244 * IV
MDF3728	55633670D	5541/2	20/02/2013	181 * XVII
MDJ1779	8147001738	7455/0	06/03/2013	218 * I
MDK5175	8147001775	7455/0	22/03/2013	218 * I
MDS3584	8147001743	7455/0	06/03/2013	218 * I
MDX9286	55634152D	5185/1	26/03/2013	167
MDZ3473	55633838D	7030/2	04/04/2013	244 * I
MEC2898	8147001704	7463/0	21/02/2013	218 * II
MEC7975	8147001693	7455/0	18/02/2013	218 * I
MEE0992	55633491D	5541/2	13/02/2013	181 * XVII
MEI6211	55633029D	5185/1	04/04/2013	167
MEQ3909	55633612D	5541/2	15/02/2013	181 * XVII
MEU6476	55634164D	5207/0	01/04/2013	169
MEX1799	55633320D	6050/1	26/02/2013	208
MEY6290	55633842D	7030/2	04/04/2013	244 * I
MFB2806	55633711D	5541/2	22/02/2013	181 * XVII
MFB4481	55633697D	5541/2	21/02/2013	181 * XVII
MFG5325	55633683D	5541/2	21/02/2013	181 * XVII
MFM5350	55633615D	5541/2	16/02/2013	181 * XVII
MFM9369	55634083D	6050/1	28/03/2013	208
MFN6533	55634111D	5550/0	27/03/2013	181 * XVIII
MFO3894	55633410D	7030/2	26/02/2013	244 * I
MFQ4065	8147001767	7455/0	22/03/2013	218 * I
MFR3056	55633451D	6050/1	26/02/2013	208
MFR3436	55633678D	5541/2	22/02/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGB2927	55633013D	6050/1	03/04/2013	208
MGB2927	55633014D	5185/1	03/04/2013	167
MGB9254	55633749D	5541/2	25/02/2013	181 * XVII
MGO6121	55588777D	7366/2	18/02/2013	252 * VI
MGP4050	8147001770	7455/0	22/03/2013	218 * I
MHB7410	55588795D	5975/0	26/03/2013	204
MHD3560	55633839D	7030/2	04/04/2013	244 * I
MHG5434	55633627D	5541/2	18/02/2013	181 * XVII
MHI3711	55633709D	5541/2	25/02/2013	181 * XVII
MHJ2115	55633660D	5541/2	21/02/2013	181 * XVII
MHT1579	55633661D	5541/2	21/02/2013	181 * XVII
MHX0408	55589677D	5185/1	28/03/2013	167
MHY2219	55633688D	5541/2	22/02/2013	181 * XVII
MHY8728	55633497D	5541/2	14/02/2013	181 * XVII
MHY8728	55633623D	5541/2	18/02/2013	181 * XVII
MIS2223	55633487D	5541/2	13/02/2013	181 * XVII
MJL3666	55588891D	7366/2	07/02/2013	252 * VI
MJY6633	55633652D	5541/2	19/02/2013	181 * XVII
MKD7062	55633488D	5541/2	13/02/2013	181 * XVII
MKI7259	55633431D	7030/2	28/02/2013	244 * I
MKP2177	55588776D	5207/0	18/02/2013	169
MLA8229	55589428D	5819/7	27/03/2013	193
NHN6784	55633729D	5541/2	25/02/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1460/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALJ8207	55631084D	5010/0	28/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
ALJ8207	55631086D	6599/2	28/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
CLG9390	55631008D	6920/0	27/11/2012	R\$ 127,69	233
COO2005	55630073D	6920/0	30/11/2012	R\$ 127,69	233
CPM5913	55631119D	5045/0	20/12/2012	R\$ 191,53	162 * V
HFP6875	55631026D	6920/0	28/11/2012	R\$ 127,69	233
IKY3080	55631328D	6653/1	11/12/2012	R\$ 127,69	230 * XI
LXB4921	55589105D	6912/0	01/02/2013	R\$ 53,20	232
LYU7298	55588520D	6599/2	04/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZB9929	55588897D	6599/2	09/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZB9929	55588900D	5169/1	09/02/2013	R\$ 1.915,38	165
MBQ8423	55117650C	6556/4	03/02/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBQ8423	55589021D	6637/2	03/02/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MBQ8423	55589022D	6599/2	03/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBQ8423	55589023D	6610/1	03/02/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MCN5852	55588316D	5010/0	02/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCO0431	55632660D	6920/0	18/01/2013	R\$ 127,69	233
MCY8170	55588517D	6599/2	25/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDI3356	55588879D	6599/2	30/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDI3356	55588880D	5010/0	30/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDI3356	55588881D	5061/0	30/01/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDI3356	55588882D	6556/1	30/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MDJ8940	55632914D	6920/0	01/02/2013	R\$ 127,69	233
MGC6562	55588261D	6599/2	02/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGC6562	55588262D	5010/0	02/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGC6562	55588263D	6556/1	02/12/2012	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGC6562	55588264D	6610/1	02/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MGU9397	55588272D	6637/1	05/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MIB5858	55631021D	6920/0	29/11/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1461/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKK0096	55630834D	6050/1	10/12/2012	R\$ 191,53	208
ALM2079	55632209D	6050/1	16/01/2013	R\$ 191,53	208
AVO1141	55632477D	5541/2	11/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
BCJ0068	55630193D	6050/1	21/11/2012	R\$ 191,53	208
BNR3442	55630189D	6050/1	20/11/2012	R\$ 191,53	208
CXH0895	55588734D	5541/1	18/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DBY4337	55631401D	6050/1	12/12/2012	R\$ 191,53	208
DDA7979	55631913D	5541/2	22/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DIH3687	55630927D	5720/0	05/12/2012	R\$ 127,69	186 * I
HIC3320	55631911D	5541/2	26/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LCL9014	55630694D	6050/1	11/12/2012	R\$ 191,53	208
LYD1003	55632404D	5746/1	22/01/2013	R\$ 85,12	187 * I
LYM3135	55632251D	5541/2	03/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZT8701	55631341D	5746/1	13/12/2012	R\$ 85,12	187 * I
MBE3132	55632052D	5967/0	10/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
MBE3132	55632053D	5185/1	10/01/2013	R\$ 127,69	167
MBM7989	55633162D	5541/2	28/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBN7349	55591256D	7030/1	19/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MBO1509	55591312D	5185/1	16/01/2013	R\$ 127,69	167
MBV8765	55631895D	5541/2	22/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCF9511	55631513D	5185/1	16/12/2012	R\$ 127,69	167
MCK4862	55631360D	7366/2	07/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MCN5329	55632292D	5541/2	08/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDH6055	55632551D	7030/2	24/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MEC0708	55630678D	5207/0	04/12/2012	R\$ 53,20	169
MEG7758	55632217D	6050/2	31/01/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFE7286	55630675D	6050/1	04/12/2012	R\$ 191,53	208
MFH2273	55631877D	5541/2	21/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT5050	55630679D	6050/1	04/12/2012	R\$ 191,53	208
MFY1345	55631983D	7030/2	15/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MGE0480	55588719D	5185/1	06/12/2012	R\$ 127,69	167
MGO9434	55632300D	5541/2	08/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO9434	55632528D	5541/2	10/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGS2620	55632924D	5541/2	28/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGU6329	55630732D	6050/1	14/11/2012	R\$ 191,53	208
MHD0940	55632488D	5541/2	12/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE1960	55632036D	6050/1	15/01/2013	R\$ 191,53	208
MHE2998	55630177D	6050/1	16/11/2012	R\$ 191,53	208
MHE2998	55630688D	5541/6	11/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG8236	55630849D	5967/0	18/12/2012	R\$ 191,53	203 * V
MHI5879	55631824D	5193/0	08/01/2013	R\$ 191,53	168
MIC3370	55631873D	5541/2	20/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF8668	55632175D	5185/1	18/01/2013	R\$ 127,69	167
MII1616	55631230D	6050/1	09/12/2012	R\$ 191,53	208
MII1616	55631288D	6050/1	06/12/2012	R\$ 191,53	208
MIJ5833	55630682D	5207/0	05/12/2012	R\$ 53,20	169
MIV5176	55630796D	5746/1	05/12/2012	R\$ 85,12	187 * I
MIV5176	55630797D	5185/1	05/12/2012	R\$ 127,69	167
MIY7255	55632482D	5541/2	11/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO5671	55632523D	5541/2	10/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKI6951	55632203D	6050/1	11/01/2013	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 820/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEA7053	8590057299	7463/0	24/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
AEM9813	8590057388	7455/0	21/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
AHG3248	8590057226	7463/0	25/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
AIY5385	8590056855	7455/0	11/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
ASD0121	8590057145	7463/0	17/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
BGE3860	8590056062	7455/0	13/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
BRC1822	8590057114	7463/0	16/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
CDB7512	8590056918	7455/0	06/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
DLF4771	8590057462	7463/0	30/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
DMC0642	8590057313	7455/0	19/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
HLC8754	8590054245	7455/0	27/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
IKA9287	8590057020	7455/0	12/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
JKU9857	8590056926	7463/0	08/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
JLQ0708	8590056746	7455/0	05/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
JMG2140	8590056417	7463/0	25/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
JWB4405	8590057375	7455/0	25/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LND4537	8590057102	7455/0	15/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LOF6553	8590057349	7455/0	24/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWR3299	8590057380	7455/0	18/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWS7317	8590056919	7455/0	06/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXG9959	8590057407	7455/0	25/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXN5557	8590056957	7455/0	09/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXP9317	8590056617	7455/0	25/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXV3514	8590057224	7455/0	24/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYO9616	8590056869	7455/0	09/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYO9616	8590057124	7455/0	15/12/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYO9616	8590057163	7455/0	16/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZC0227	8590057272	7455/0	19/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZD3905	8590057357	7455/0	25/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZH3391	8590056852	7455/0	10/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZP0962	8590057033	7455/0	12/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZZ2487	8590057132	7455/0	17/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAA1725	8590057303	7455/0	24/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAM5911	8590056155	7463/0	10/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAP5101	8590056660	7455/0	09/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAT1405	8590056802	7463/0	03/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBD2179	8590057122	7463/0	17/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBV2913	8590056937	7455/0	10/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCF4224	8590057064	7463/0	15/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCG5827	8590056518	7455/0	02/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCI6918	8590056726	7455/0	03/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCM8238	8590057330	7455/0	22/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCQ7007	8590056804	7455/0	03/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCS9055	8590057134	7463/0	15/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCT8957	8590057068	7463/0	16/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCY8323	8590057257	7455/0	18/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDQ3357	8590057309	7455/0	18/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDX1493	8590056431	7463/0	27/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEJ5271	8590057039	7455/0	12/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEO1807	8590057314	7463/0	19/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MES1920	8590057453	7463/0	30/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEZ0393	8590057203	7455/0	22/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEZ3388	8590057202	7455/0	22/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFL8535	8590057461	7455/0	30/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFN5067	8590057109	7455/0	16/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFN6611	8590057000	7455/0	12/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFY4235	8590056165	7463/0	14/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGB6478	8590057300	7455/0	24/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGF9025	8590056697	7455/0	08/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGK8539	8590057063	7463/0	15/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGL1101	8590056702	7455/0	09/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGO0008	8590057425	7463/0	22/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGQ1965	8590057241	7455/0	21/12/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGQ9889	8590057262	7463/0	18/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGR6134	8590056968	7463/0	11/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGR9390	8590056828	7455/0	09/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGS7006	8590057089	7455/0	15/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHB9283	8590056939	7455/0	03/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHD0908	8590057344	7455/0	24/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHE6470	8590056658	7455/0	04/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHG1347	8590057355	7471/0	25/12/2012	R\$ 574,61	218 * III
MHP1306	8590057055	7463/0	16/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHP3711	8590057328	7455/0	21/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHR3817	8590057199	7463/0	22/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHV8573	8590056790	7463/0	10/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHX3712	8590056567	7455/0	30/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHY8269	8590056947	7455/0	07/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHZ3151	8590056663	7455/0	03/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIK9485	8590056768	7455/0	08/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIU5685	8590057018	7455/0	12/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIY7569	8590057059	7455/0	15/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJH8209	8590057267	7455/0	19/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJO7758	8590056954	7463/0	09/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJO9745	8590056991	7455/0	14/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJW8747	8590057201	7455/0	22/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKB3502	8590056738	7455/0	04/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKE9887	8590057147	7463/0	17/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MKE9887	8590057381	7455/0	17/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKF1442	8590057181	7463/0	18/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MLB2802	8590057051	7455/0	14/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MLD9050	8590057072	7463/0	16/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MMA1126	8590057431	7471/0	26/12/2012	R\$ 574,61	218 * III
MMK2210	8590057149	7455/0	16/12/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 821/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADE1205	8590056734	7463/0	08/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
ALN1882	8590056428	7455/0	27/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
CJA6057	8590055335	7455/0	28/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
DYB6645	8590055747	7455/0	03/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
GKS3938	8590055634	7455/0	03/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
IDK4353	8590057269	7455/0	19/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
JQZ5799	8590055533	7455/0	31/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
JVP2769	8590056705	7455/0	10/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXX2011	8590055589	7455/0	03/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYB1115	8590057221	7463/0	24/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYD4287	8590055303	7455/0	17/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYF0114	8590055331	7455/0	27/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYF0114	8590055407	7463/0	27/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBX8914	8590055034	7455/0	14/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCA9574	8590056956	7455/0	09/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCD3644	8590055569	7455/0	04/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCH7389	8590056644	7455/0	03/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCY5595	8590056953	7455/0	09/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCY8533	8590055818	7455/0	11/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDY9797	8590056161	7455/0	10/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFY5839	8590057420	7455/0	19/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGC3795	8590055918	7455/0	17/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGX5558	8590056227	7455/0	15/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHD7879	8590055451	7455/0	27/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHO3189	8590056413	7455/0	24/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHO3726	8590056127	7455/0	19/11/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHR7030	8590057173	7471/0	20/12/2012	R\$ 574,61	218 * III
MHZ1783	8590055393	7455/0	23/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHZ2796	8590055574	7455/0	04/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIC1154	8590056350	7455/0	28/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIU3057	8590056097	7455/0	16/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJX8482	8590055427	7455/0	27/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJY4964	8590056976	7455/0	06/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKF1356	8590057189	7455/0	20/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKZ9988	8590057457	7455/0	30/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MLH1177	8590056877	7455/0	03/12/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS
DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 822/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFM8551	8590054267	7455/0	24/09/2012	218 * I
AQK0241	8590053842	7455/0	17/09/2012	218 * I
CRB6210	8590054276	7455/0	19/09/2012	218 * I
LYX9378	8590054014	7455/0	20/09/2012	218 * I
MBJ6238	8590054089	7463/0	19/09/2012	218 * II
MCQ9873	8590054700	7455/0	12/10/2012	218 * I
MHD0969	8590054214	7455/0	27/09/2012	218 * I
MKD5649	8590054219	7455/0	22/09/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 823/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHV8472	8590056975	7455/0	05/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
BGQ0383	8590056316	7463/0	24/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
DIB9757	8590057558	7455/0	28/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYS5597	8590052113	7455/0	10/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAA2946	8590057581	7455/0	31/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAC1430	8590056361	7463/0	01/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAC1430	8590056450	7463/0	01/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAN2547	8590057301	7455/0	24/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAY6821	8590055649	7455/0	29/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBP4444	8590052366	7455/0	04/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBS3123	8590056396	7455/0	23/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBW8607	8590055834	7455/0	15/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCC1681	8590057294	7455/0	23/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCG9940	8590052163	7455/0	04/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDB8115	8590057172	7455/0	25/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDL0038	8590057229	7455/0	25/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEF0474	8590055181	7455/0	19/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEG2951	8590057032	7463/0	14/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEK7886	8590052043	7463/0	30/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEU8588	8590052170	7463/0	04/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEV3808	8590051997	7455/0	29/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFN7719	8590057476	7455/0	26/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFQ6208	8590056448	7455/0	30/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFR4258	8590057264	7455/0	19/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFV3255	8590056580	7455/0	26/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFY1629	8590057516	7455/0	29/12/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGA0279	8590052274	7455/0	09/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGA8146	8590055628	7455/0	02/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGP1706	8590057180	7455/0	18/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGQ8719	8590057468	7455/0	28/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGS3168	8590052479	7455/0	04/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGS3837	8590057148	7455/0	15/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHA7019	8590055965	7455/0	14/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHC7035	8590055336	7455/0	28/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHG8618	8590055466	7455/0	25/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIA4478	8590055970	7455/0	14/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIB4030	8590056059	7455/0	13/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIC0583	8590052300	7455/0	12/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIH5319	8590055035	7455/0	14/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIH5319	8590055118	7463/0	14/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIM5456	8590057432	7455/0	26/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIS5962	8590057358	7455/0	25/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJH3882	8590052378	7455/0	06/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJT0762	8590056167	7455/0	15/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJX5917	8590057182	7455/0	18/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKD9467	8590055812	7455/0	11/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKN6660	8590056737	7455/0	04/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKN6896	8590056909	7455/0	09/12/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 824/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMS3414	8590056950	7455/0	08/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
AMU1892	8590055617	7455/0	01/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
AMX1161	8590055864	7455/0	18/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
AQW0498	8590056180	7455/0	18/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
BKH1143	8590056834	7463/0	09/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
BUK0761	8590056434	7455/0	28/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
ICA8722	8590057353	7455/0	24/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
ILR8081	8590055808	7455/0	10/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
KJU1178	8590056261	7455/0	14/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWZ8420	8590056410	7455/0	23/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXJ5562	8590055972	7455/0	15/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYF0114	8590057015	7455/0	12/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYT4407	8590055990	7455/0	16/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZF2334	8590056194	7455/0	09/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZW8431	8590055978	7463/0	15/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAD7175	8590056263	7463/0	15/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAR5655	8590056692	7455/0	08/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBA3634	8590056104	7463/0	17/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBH2933	8590056141	7455/0	17/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBM8191	8590055923	7463/0	08/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBX7992	8590056766	7455/0	08/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCA5716	8590057074	7463/0	16/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDB3915	8590055624	7455/0	02/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDD6419	8590056623	7455/0	28/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDD7866	8590056601	7455/0	02/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEE3177	8590056228	7455/0	16/11/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEO4425	8590057188	7455/0	20/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEQ6220	8590056058	7455/0	13/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFP9423	8590056260	7455/0	13/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFR5254	8590056299	7455/0	24/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFW3683	8590056785	7455/0	10/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGV3439	8590056934	7455/0	09/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHB8518	8590055869	7455/0	18/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHT0161	8590056881	7455/0	03/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHU7429	8590055687	7455/0	04/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHV7169	8590056147	7455/0	19/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHW7276	8590056965	7455/0	10/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIE8772	8590055881	7455/0	09/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIL7584	8590056240	7463/0	09/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJC3353	8590056221	7455/0	13/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJN7628	8590056297	7455/0	02/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MVB0009	8590056507	7463/0	30/11/2012	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 754/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW1752	8685037341	6050/3	17/12/2012	R\$ 191,53	208
ADB5004	8685037261	6050/3	13/12/2012	R\$ 191,53	208
AEH0853	8685036851	6050/3	26/11/2012	R\$ 191,53	208
AKD4533	8685037474	6050/3	25/12/2012	R\$ 191,53	208
AMZ2221	8685037517	6050/3	23/12/2012	R\$ 191,53	208
BQJ2063	8685037178	6050/3	11/12/2012	R\$ 191,53	208
CCL2108	8685037449	6050/3	24/12/2012	R\$ 191,53	208
CYB1586	8685036830	6050/3	23/11/2012	R\$ 191,53	208
CYB4231	8685037210	6050/3	12/12/2012	R\$ 191,53	208
DDM1102	8685037414	6050/3	19/12/2012	R\$ 191,53	208
DJC4595	8685037289	6050/3	15/12/2012	R\$ 191,53	208
DJE1077	8685037353	6050/3	16/12/2012	R\$ 191,53	208
DMG9694	8685037213	6050/3	14/12/2012	R\$ 191,53	208
HCI6457	8685036602	6050/3	19/11/2012	R\$ 191,53	208
HPN4582	8685037324	6050/3	16/12/2012	R\$ 191,53	208
HWI7372	8685037483	6050/3	25/12/2012	R\$ 191,53	208
JPB9336	8685037412	6050/3	17/12/2012	R\$ 191,53	208
KED9758	8685037434	6050/3	20/12/2012	R\$ 191,53	208
LWY5156	8685036957	6050/3	04/12/2012	R\$ 191,53	208
LXB5176	8685037334	6050/3	16/12/2012	R\$ 191,53	208
LXC7650	8685037332	6050/3	16/12/2012	R\$ 191,53	208
LZQ0453	8685034144	6050/3	21/06/2012	R\$ 191,53	208
LZQ7884	8685036625	5673/2	15/11/2012	R\$ 85,12	183
LZV2992	8685037401	6050/3	25/12/2012	R\$ 191,53	208
MAT4306	8685037327	6050/3	16/12/2012	R\$ 191,53	208
MAW8008	8685037404	6050/3	18/12/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBE0473	8685036702	6050/3	13/11/2012	R\$ 191,53	208
MBE9142	8685037338	6050/3	16/12/2012	R\$ 191,53	208
MBL5962	8685037358	6050/3	17/12/2012	R\$ 191,53	208
MBQ0578	8685037461	6050/3	24/12/2012	R\$ 191,53	208
MBU6426	8685037039	6050/3	09/12/2012	R\$ 191,53	208
MCT8957	8685037323	6050/3	16/12/2012	R\$ 191,53	208
MCX3756	8685037219	5673/2	14/12/2012	R\$ 85,12	183
MCY5265	8685037364	6050/3	18/12/2012	R\$ 191,53	208
MDH7304	8685037455	6050/3	24/12/2012	R\$ 191,53	208
MDP3953	8685037460	6050/3	24/12/2012	R\$ 191,53	208
MEQ1376	8685036730	6050/3	15/11/2012	R\$ 191,53	208
MER8113	8685037239	6050/3	14/12/2012	R\$ 191,53	208
MEU8032	8685036972	6050/3	06/12/2012	R\$ 191,53	208
MEV0153	8685031791	6050/3	09/03/2012	R\$ 191,53	208
MEV2724	8685037389	6050/3	24/12/2012	R\$ 191,53	208
MEY3456	8685037293	6050/3	16/12/2012	R\$ 191,53	208
MFI4269	8685037429	6050/3	20/12/2012	R\$ 191,53	208
MFJ3087	8685037272	6050/3	15/12/2012	R\$ 191,53	208
MFM9369	8685037469	6050/3	25/12/2012	R\$ 191,53	208
MFN1615	8685037074	6050/3	06/12/2012	R\$ 191,53	208
MFT7677	8685036796	6050/3	29/11/2012	R\$ 191,53	208
MGB4392	8685037374	6050/3	22/12/2012	R\$ 191,53	208
MGK1521	8685037292	6050/3	16/12/2012	R\$ 191,53	208
MHB3693	8685037305	6050/3	15/12/2012	R\$ 191,53	208
MHB9283	8685036833	6050/3	24/11/2012	R\$ 191,53	208
MHE2992	8685037310	6050/3	15/12/2012	R\$ 191,53	208
MHV9491	8685036804	6050/3	30/11/2012	R\$ 191,53	208
MHV9966	8685037267	6050/3	15/12/2012	R\$ 191,53	208
MIA3734	8685037400	6050/3	25/12/2012	R\$ 191,53	208
MIA8596	8685037486	6050/3	26/12/2012	R\$ 191,53	208
MIE1552	8685035228	6050/3	28/08/2012	R\$ 191,53	208
MIE1552	8685035331	6050/3	28/08/2012	R\$ 191,53	208
MIR3036	8685036970	6050/3	06/12/2012	R\$ 191,53	208
MIT4553	8685037347	6050/3	17/12/2012	R\$ 191,53	208
MIZ0287	8685037275	6050/3	15/12/2012	R\$ 191,53	208
MJE2676	8685037491	6050/3	17/12/2012	R\$ 191,53	208
MJO9585	8685037300	5673/2	16/12/2012	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJV6715	8685037342	6050/3	17/12/2012	R\$ 191,53	208
MJW9934	8685037336	6050/3	16/12/2012	R\$ 191,53	208
MJX0411	8685037386	6050/3	23/12/2012	R\$ 191,53	208
MKN1213	8685037049	6050/3	11/12/2012	R\$ 191,53	208
NFR1140	8685036677	6050/3	11/11/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 685 755/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BJL9008	8685037471	6050/3	25/12/2012	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 756/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IQC3115	8685036638	6050/3	09/11/2012	R\$ 191,53	208
JRO2139	8685036316	6050/3	26/10/2012	R\$ 191,53	208
LXX4565	8685036318	6050/3	26/10/2012	R\$ 191,53	208
LYQ2575	8685036535	6050/3	01/11/2012	R\$ 191,53	208
LZZ8825	8685036473	6050/3	01/11/2012	R\$ 191,53	208
MBX3246	8685037599	6050/3	27/12/2012	R\$ 191,53	208
MCG9751	8685036421	6050/3	03/11/2012	R\$ 191,53	208
MEX6763	8685037424	6050/3	20/12/2012	R\$ 191,53	208
MFJ6999	8685036369	6050/3	01/11/2012	R\$ 191,53	208
MFY7855	8685032775	6050/3	23/04/2012	R\$ 191,53	208
MGG7064	8685036472	6050/3	01/11/2012	R\$ 191,53	208
MHF8951	8685036467	6050/3	01/11/2012	R\$ 191,53	208
MHM7606	8685036540	6050/3	02/11/2012	R\$ 191,53	208
MID6540	8685036252	6050/3	28/10/2012	R\$ 191,53	208
MID6797	8685036302	6050/3	28/10/2012	R\$ 191,53	208
MJF0810	8685036306	6050/3	24/10/2012	R\$ 191,53	208
MKC0274	8685036846	5673/2	25/11/2012	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 685 757/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYY0057	8685035706	6050/3	22/09/2012	208
MDU1795	8685035704	6050/3	22/09/2012	208
MFB1485	8685035668	6050/3	20/09/2012	208
MHM6798	8685036157	6050/3	08/10/2012	208
MIA2409	8685035620	5673/2	23/09/2012	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 758/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DIN3445	8685037187	6050/3	12/12/2012	R\$ 191,53	208
DMO7597	8685036265	6050/3	28/10/2012	R\$ 191,53	208
LXS9159	8685036229	6050/3	26/10/2012	R\$ 191,53	208
LYY9799	8685034690	6050/3	28/07/2012	R\$ 191,53	208
LZI2440	8685036457	6050/3	01/11/2012	R\$ 191,53	208
LZV7211	8685037322	6050/3	16/12/2012	R\$ 191,53	208
MAC1430	8685036929	6050/3	01/12/2012	R\$ 191,53	208
MAI6606	8685031508	6050/3	27/02/2012	R\$ 191,53	208
MAJ1216	8685034329	5673/2	28/06/2012	R\$ 85,12	183
MAR3954	8685037085	6050/3	07/12/2012	R\$ 191,53	208
MAS1479	8685036359	6050/3	30/10/2012	R\$ 191,53	208
MAU8002	8685036953	6050/3	04/12/2012	R\$ 191,53	208
MCX2948	8685033742	6050/3	05/06/2012	R\$ 191,53	208
MFO0764	8685037436	6050/3	20/12/2012	R\$ 191,53	208
MHM2098	8685036671	6050/3	10/11/2012	R\$ 191,53	208
MHW2670	8685036723	6050/3	15/11/2012	R\$ 191,53	208
MJW6848	8685037198	6050/3	14/12/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 759/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGI5117	8685037038	6050/3	09/12/2012	R\$ 191,53	208
AJN8934	8685036873	6050/3	24/11/2012	R\$ 191,53	208
AJP9715	8685037108	6050/3	12/12/2012	R\$ 191,53	208
CYU0907	8685036931	6050/3	01/12/2012	R\$ 191,53	208
DRD0116	8685037440	6050/3	21/12/2012	R\$ 191,53	208
HAQ1400	8685036736	6050/3	15/11/2012	R\$ 191,53	208
JNW9777	8685037125	6050/3	05/12/2012	R\$ 191,53	208
KEJ0450	8685036709	6050/3	13/11/2012	R\$ 191,53	208
LYZ6936	8685037212	6050/3	13/12/2012	R\$ 191,53	208
MAA6426	8685036621	6050/3	14/11/2012	R\$ 191,53	208
MAL1050	8685037161	6050/3	09/12/2012	R\$ 191,53	208
MBK4942	8685036955	6050/3	04/12/2012	R\$ 191,53	208
MBM8191	8685036696	6050/3	11/11/2012	R\$ 191,53	208
MBV8765	8685037135	6050/3	06/12/2012	R\$ 191,53	208
MCI1808	8685036798	6050/3	29/11/2012	R\$ 191,53	208
MCP6017	8685037372	6050/3	22/12/2012	R\$ 191,53	208
MCR4936	8685036875	6050/3	24/11/2012	R\$ 191,53	208
MDF9180	8685037156	6050/3	09/12/2012	R\$ 191,53	208
MDP6574	8685037083	6050/3	06/12/2012	R\$ 191,53	208
MEH7899	8685034352	6050/3	04/07/2012	R\$ 191,53	208
MEJ0333	8685037003	6050/3	11/12/2012	R\$ 191,53	208
MEM2568	8685036985	6050/3	07/12/2012	R\$ 191,53	208
MFH2273	8685037422	6050/3	19/12/2012	R\$ 191,53	208
MFK1475	8685037145	6050/3	07/12/2012	R\$ 191,53	208
MHP4254	8685036815	6050/3	01/12/2012	R\$ 191,53	208
MHT1579	8685036896	6050/3	27/11/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHT7404	8685036596	6050/3	18/11/2012	R\$ 191,53	208
MHZ2302	8685036808	6050/3	30/11/2012	R\$ 191,53	208
MID6797	8685037253	6050/3	12/12/2012	R\$ 191,53	208
MIV8870	8685037365	6050/3	18/12/2012	R\$ 191,53	208
MJU5865	8685036653	6050/3	09/11/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE ABRIL DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO

Guaramirim

PREFEITURA

Errata Licitação Nº33/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE COMPRAS
ERRATA DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 33/2013
Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE MACADAME, SAIBRINHO, BICA CORRIDA, AREIA FINA E AREIA MÉDIA
Justificativa: Ocorreram inclusões de itens e documentos de habilitação, devido a publicação desta errata estar dentro do prazo de 8 (oito) dias úteis antes da abertura do certame, e ainda, se tratar de interesse público o objeto licitado, fica mantido a data prevista para a abertura da licitação.
Abertura: dia 06/05/2013
Horário: 09:00 horas

GUARAMIRIM (SC), 22/04/2013.
LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Extrato Ata de Registro de Preços 14/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de água mineral e vasilhames a Prefeitura Municipal de Guaramirim.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 20/2013.
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: ADRIANA DE BORBA - ME, localizada na Rua Marcionilo dos Santos n.º 48, Galpão, Corticeira, Guaramirim (SC) inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.198.184/0001-71
Vencedor dos itens: 01, e 04.
Valor: R\$ 2.315,00 (Dois mil e trezentos e quinze reais)
Vigência: Início: 08/04/2013 Término: 07/04/2014.

Guaramirim-SC, 08 de abril de 2013
LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 10/2013
Processo de Licitação: 21/2013 -PMG.
Modalidade: Pregão Presencial.
Tipo: Menor Preço.

Objeto: Contratação de empresa especializada devidamente autorizada pela agência nacional de telecomunicações - ANATEL, para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal - SMP em sistema pós pago e fornecimento de 90 (noventa) acessos móveis com aparelhos em comodato para uso da Prefeitura Municipal de

Guaramirim.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: CLARO S.A, inscrita no CNPJ sob o no .40.432.544/0001-47, estabelecida na Rua Florida, n.º 1970, Bairro: Cidade Moções, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo
Valor do Contrato: R\$ 68.490,00 (Sessenta e oito mil e quatrocentos e noventa reais).

Data da Assinatura: 09/04/2013 Vigência: 08/04/2014.

GUARAMIRIM (SC), 22/04/2013.
LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 08/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO 05/2013- PMG
Processo de Licitação: 008/2013
Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação do imóvel para as instalações do Ambulatório Municipal de Especialidades, situado na Rua João Batista Olinger, n.º 51, Centro no Município de Guaramirim.
Locatário: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Locador: Sr. Alfredo Rauzis com endereço na Rua Ervino Hanemann, nº 288, Avaí, no Município de Guaramirim, inscrito no CPF sob nº 103.962.509-63 e portadora do R.G nº 301.467-3
Valor do Contrato: O aluguel mensal é de R\$ 1.731,02 (um mil e setecentos e trinta e um reais e dois centavos), perfazendo o valor total do Contrato em R\$ 10.386,12 (Dez mil e trezentos e oitenta e seis reais e doze centavos), divididos em 06 (seis) parcelas mensais.

Data da Assinatura: 01/04/2013 Vigência 01/09/2013

GUARAMIRIM (SC), 01/04/2013.
LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços 13/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de água mineral e vasilhames a Prefeitura Municipal de Guaramirim.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 20/2013.
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: HEMILI GIURIATTI RIBAS - ME, localizada na Rua 28 de agosto, nº 500, Nova Esperança, Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ: 09.577.101/0001-02
Vencedor dos itens: 02 e 03.
Valor: R\$ 18.783,00 (Dezoito mil e setecentos e oitenta e três reais).
Vigência: Início: 08/04/2013 Término: 07/04/2014.

Guaramirim-SC, 08 de abril de 2013
LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Extrato de Ata Nº15/2013 Rp Nº08/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 15
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.º 08/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial Registro de Preços n.º 08/2013.
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC
Fornecedores:
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA - ME Vencedor dos itens: 02-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-17-20-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40-41-46-49-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-67-68-69-70-71-72-73-75
Valor: R\$ 9.731,60 (nove mil setecentos e trinta e um reais e sessenta centavos).
ÊNIA DO ROCIO MENDES DE MOURA - ME Vencedor dos itens: 15-47-61.
Valor: R\$ 777,50 (setecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).
BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME Vencedor dos itens: 19-21-62-63-64-65-66-74
Valor: R\$ 1.417,40 (hum mil quatrocentos e dezessete reais e quarenta centavos).
GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA - ME Vencedor do item: 01
Valor R\$ 6.880,00 (seis mil oitocentos e oitenta reais).
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - ME Vencedor dos itens: 03-16-18-42-45-48-50
Valor: R\$ 2.933,52 (dois mil novecentos e trinta três reais e cinquenta e dois centavos).
LANCI PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA - EPP Vencedor dos itens: 14-43-44
Valor: R\$ 206,10 (duzentos e seis reais e dez centavos).
Vigência: Início: 17/04/2013 Término: 17/04/2014.

Guaramirim-SC, 18 de abril de 2013
LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Extrato Reequilíbrio Ata de Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 45/2012- PMG

Processo de Licitação: 45/2012.
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Menor Preço por Item..

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para fornecimento de material elétrico.
Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Fornecedora: Comercial Varandão LTDA - ME, Rua Gerônimo Correia, nº 151 - Sala 02 Centro, Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ: 85.252.948/0001-97.
Resumo do aditivo: Considerando o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços, a Prefeitura Municipal de Guaramirim pagará ao Fornecedor, pelo fornecimento de lâmpada flúor 40w o valor de R\$

3,59 (três reais e cinquenta e nove centavos) por unidade, com efeitos financeiros a partir de 05 de abril de 2013.

Data da Assinatura: 05/04/2013 Vigência: 23/04/2013.

GUARAMIRIM (SC), 05/04/2013.
LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.983/2013.

Lei nº 2983/2013
ABRE CRÉDITO ESPECIAL
NO VALOR DE R\$ 50.000,00 (Cincoenta mil reais)

Nelson Guindani , PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;
LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.013:

0600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
0601 DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL
0601.061211365-2013 Manutenção, encargos e atividades da Educação Infantil
33900000 0122 137 Outras Despesas Correntes R\$ 50.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito especial do artigo 1º desta lei

0600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
0601 DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL
0601.061211365-2014 Aquisição, Brinquedos para Parques e Equipamentos Para Novas Salas de Aula
44900000 0122 039 Investimentos R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 17 de abril de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.138/2013.

Decreto nº 3138/2013
ABRE CRÉDITO ESPECIAL
NO VALOR DE R\$ 50.000,00 (Cincoenta mil reais)

Nelson Guindani , PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal 2.983 de 17 de abril de 2013;
Decreta

Art. 1º - Fica aberto um crédito especial com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.013:

0600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
0601 DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL

0601.061211365-2013 Manutenção, encargos e atividades da Educação Infantil
33900000 0122 137 Outras Despesas Correntes R\$ 50.000,00

Art. 2º - Fica anulada a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito especial do artigo 1º deste Decreto

0600 SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
0601 DEPARTAMENTO DE ENSISO INFANTIL
0601.061211365-2014 Aquisição, Brinquedos para Parques e Equipamentos Para Novas Salas de Aula
44900000 0122 039 Investimentos R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 18 de abril de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2496/2013

DECRETO Nº 2496, DE 18 DE ABRIL DE 2013
"APROVA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no artigo 109, da Resolução nº 003/CMDCA/2011 - do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento interno do Conselho Tutelar do Município de Ibiam.

Art. 2º. Integra este Decreto a minuta do regimento aprovado no artigo anterior, conforme ata nº 61, de 11 de setembro de 2012 - do Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE ABRIL DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 158/2013

PORTARIA Nº 158, DE 15 DE ABRIL DE 2013
"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDORES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos aos servidores abaixo relacionados, que se encontram devidamente habilitados:

- a) Elza Rinaldi Coser - Carteira Nacional de Habilitação nº 462851162, nº registro 02050776746, categoria "AC", com validade até 31.07.2016;
- b) Gelson Luiz Trevisol - Carteira Nacional de Habilitação nº 362205021, nº registro 01490784840, categoria "AC", com validade até 05.10.2015;
- c) Ires Teresinha Tragansin de Oliveira Xavier - Carteira Nacional de Habilitação nº 266207370, nº registro 01183322346, categoria "B", com validade até 07.02.2015;
- d) Janete Aparecida Felicetti - Carteira Nacional de Habilitação nº 006070864, nº registro 02889176158, categoria "B", com validade até 29.06.2013;
- e) Juliana Lizot - Carteira Nacional de Habilitação nº 526864975, nº registro 05106715856, categoria "B", com validade até 13.06.2015;
- f) Rosinei Ceron - Carteira Nacional de Habilitação nº 317987093, nº registro 01368118844, categoria "B", com validade até 15.06.2015;
- g) Mônica Tragancin Holleweger - Carteira Nacional de Habilitação nº 688675030, nº registro 02598294781, categoria "B", com validade até 09.12.2017;
- h) Arnaldo Luiz Micheluzzi - Carteira Nacional de Habilitação nº 111650981, nº registro 03217076133, categoria "AC", com validade até 09.03.2014;
- i) Arquilino Antonio de Moraes - Carteira Nacional de Habilitação nº 365523135, nº registro 02032775927, categoria "AD", com validade até 23.01.2016;
- j) Claudinei Peretti - Carteira Nacional de Habilitação nº 099618824, nº registro 03085348507, categoria "AC", com validade até 16.12.2013;
- k) Irley Luiz Lamperti - Carteira Nacional de Habilitação nº 363789398, nº registro 03760289603, categoria "AC", com validade até 17.11.2015;
- l) Ivair Ceron - Carteira Nacional de Habilitação nº 000466429, nº registro 02845191446, categoria "C", com validade até 12.05.2013;
- m) José Carneiro Borges - Carteira Nacional de Habilitação nº 316800844, nº registro 01270269104, categoria "B", com validade até 25.04.2015;
- n) Juarez Siqueira - Carteira Nacional de Habilitação nº 365558940, nº registro 01011565780, categoria "AC", com validade até 09.01.2016;
- o) Marcos Roberto Bazzen - Carteira Nacional de Habilitação nº 530061483, nº registro 01892886751, categoria "AD", com validade até 10.04.2017;
- p) Miguel Ernesto Hetzler - Carteira Nacional de Habilitação nº 099108159, nº registro 04515833790, categoria "AC", com validade até 24.11.2013;
- q) Ortenilo Trevisol - Carteira Nacional de Habilitação nº 425682584, nº registro 01479618676, categoria "C", com validade até 23.01.2016;
- r) Sergio Moreira - Carteira Nacional de Habilitação nº 363002806, nº registro 01442242941, categoria "C", com validade até 24.10.2015;
- s) Waldir Antonio Rampon - Carteira Nacional de Habilitação nº 000822663, nº registro 02941591913, categoria "AD", com validade até 20.05.2013;

Art. 2º. Os servidores autorizados a dirigir veículos oficiais, não poderão:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. Os servidores autorizados a dirigir veículos oficiais, deverão:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE ABRIL DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 159/2013

PORTARIA Nº 159, DE 15 DE ABRIL DE 2013
"ALTERA TRANSITORIAMENTE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando, a necessidade de adequar os turnos, matutino e vespertino, e desdobramento de turmas do Centro Educacional Elisiane Titon;

Considerando, a exposição de motivos da Secretária Municipal da Educação;

Considerando, que o desdobramento de turmas ocorreu no início do ano letivo;

Amparado no disposto do artigo 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 42, da Lei Complementar nº 003/2002, que institui o Plano de Cargos, carreira e Remuneração para os Profissionais da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterada transitoriamente a carga horária da servidora Eliane Maria Piovesan Recalcatti, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência E, para 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. A carga horária mencionada no art. 1º, será exercida no Centro Educacional Elisiane Titon.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de abril de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE ABRIL DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 160/2013

PORTARIA Nº 160, DE 15 DE ABRIL DE 2013
"ALTERA TRANSITORIAMENTE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando, a necessidade de adequar os turnos, matutino e vespertino, e desdobramento de turmas do Centro Educacional Elisiane Titon;

Considerando, a exposição de motivos da Secretária Municipal da Educação;

Considerando, que o desdobramento de turmas ocorreu no início do ano letivo;

Amparado no disposto do artigo 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 42, da Lei Complementar nº 003/2002, que institui o Plano de Cargos, carreira e Remuneração para os Profissionais da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterada transitoriamente a carga horária da servidora Waldecira Aparecida Tragancin de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência C, para 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. A carga horária mencionada no art. 1º, será exercida no Centro Educacional Elisiane Titon.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de abril de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE ABRIL DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 161/2013

PORTARIA Nº 161, DE 17 DE ABRIL DE 2013
"NOMEIA A SRA. LUCIMAR CENTOFANTE ROMANATTO PARA O CARGO COMISSIONADO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento em comissão de Diretora do Departamento de Assistência Social - Nível CC-2 - Anexo

1, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, a Sra. LUCIMAR CENTOFANTE ROMANATTO, com os vencimentos previstos em LEI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 17 DE ABRIL DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Contrato Nº 22/2013 - Consórcio CIGA

CONTRATO DE RATEIO Nº 022/2013

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Ibiã e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Ibiã, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, com sede administrativa na Trav. Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Clovis Jose Busatto, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal nº 463 de 29/04/2011.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

I - Adesão ao Programa: acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010; participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais informativos;

II - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais.

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I - Capacitação e orientações dos procedimentos a serem adotados em relação a cada um dos programas, inclusive quanto às

adaptações legislativas e procedimentais necessárias à correta implantação dos programas;

II - Definição e implementação de procedimentos para a operacionalização de tarefas relacionadas ao ambiente computacional, especificamente aqueles relacionados aos programas contratados;

III - Prestação de suporte técnico e operacional, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização dos programas;

IV - Intermediação entre o MUNICÍPIO e a(s) empresa(s) que prestem serviços ao CIGA em relação aos programas, no âmbito da solicitação de melhorias e evoluções tecnológicas;

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CONSÓRCIO as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - transmitir os dados e informações necessárias ao funcionamento adequado dos aplicativos envolvidos, restando autorizado ao CONSÓRCIO a transmissão de tais dados e informações a terceiros, desde que preservado o sigilo fiscal;

III - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

IV - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

V - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO:

I - executar os serviços nas condições estipuladas neste contrato;

II - garantir a integridade e consistência do banco de dados em processos de atualização do sistema e ações executadas automaticamente pelo mesmo;

III - manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte ao MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - preservar o sigilo fiscal de informações de contribuintes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

V - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

VI - disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pelo MUNICÍPIO sem custo adicional.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 210,00, sendo R\$ 90,00 referente à adesão ao Programa de Gestão Tributária com acesso ao sistema da NFe-conjugada e R\$ 120,00 referente ao programa de gestão do Registro Mercantil Integrado (REGIN).

Parágrafo primeiro. O pagamento relativo aos aplicativos contratados será efetuado proporcionalmente aos sistemas liberados para uso do MUNICÍPIO.

Parágrafo segundo. Quando solicitado pelo MUNICÍPIO, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte do MUNICÍPIO, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/Km) e diárias (R\$ 120,00/diária) do(s) técnico(s).

Parágrafo terceiro. A customização dos programas contratados pelo MUNICÍPIO, em aspectos não previstos na cláusula sexta do presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica no valor de R\$ 30,00 por hora.

Cláusula oitava. Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da seguinte conta bancária - agência nº 0737-4 e conta corrente nº 612163-3 o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIGA deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a outras despesas correntes), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2013, nos termos da Lei Municipal nº 512 de 26 de novembro de 2012. Parágrafo único. A despesa total deverá ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) 30% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.70;

b) 70% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.70;

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores contratados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIGA.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segundo. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2013, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DO FORO

Cláusula décima quarta. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quinta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Ibiam, 19 de abril de 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito de Ibiam

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP Nº 214/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 214, de 19 de abril de 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001,

Considerando ainda, o Processo Administrativo nº 2303, de 13 de março de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora GICÉLIA PITTIGLIANI JORGE, inscrita no CPF sob o n.º 520.787.109-97, Auxiliar de Enfermagem, matrícula n.º 5602, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 08 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

tendo seus efeitos retroativos a 08 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de abril de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 215/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 215, de 19 de abril de 2013.

Dispõe sobre a exoneração de Chefe de Departamento de Ensino Fundamental, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RICARDO ALVES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 719.434.479-34, do cargo de Chefe de Departamento de Ensino Fundamental, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP Nº 182, de 05 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 30 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 216/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 216, de 19 de abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Ensino Fundamental, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear REINALDO PIRES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 252.371.609-72, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Ensino Fundamental, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 30/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 37/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 06 de maio de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para aquisição de materiais de consumo para uso das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Regional Sul (SDR-Sul), Regional Norte (SDR-Norte) e de Infraestrutura (SEINFRA). A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 23 de abril de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Iomerê

PREFEITURA

Lei 723/2013

LEI Nº 723, DE 22 DE ABRIL DE 2013.
Dispõe sobre a concessão de revisão geral e aumento real na remuneração dos Servidores Públicos Municipais, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica concedido a todos os servidores públicos municipal, conforme dispõe o artigo 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral de 8% (oito por cento) sobre sua remuneração, referente ao período de março de 2012 a fevereiro de 2013, de acordo com o Índice Geral de Preço Médio - IGPM, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, mais um aumento real de 1,0% (um por cento), a partir de 1 de abril de 2013.

Parágrafo Único: Fica reajustado o Salário Mínimo Municipal - SMM, com iguais percentuais, passando de R\$ 622,44 (seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos) para R\$ 678,46 (seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos) a partir de 1 de abril de 2013.

Art. 2º. A revisão salarial e o aumento real de que trata a presente

Lei se aplica a todos os servidores do Poder Executivo, incluindo-se os detentores de cargos em comissão; os servidores contratados em caráter temporário; os servidores efetivos e demais modalidades de vinculação jurídica previstas em lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas nos orçamentos vigentes.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, SC, 22 de abril de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Credenciamento 01/2013

Município de Iomerê
Edital de Credenciamento 01/2013

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público o credenciamento de empresas editoras de jornais de circulação no Município de Iomerê para publicação quinzenal de anúncios institucionais em meia página colorida no formato 26x16cm, com conteúdo de responsabilidade do Município. Cópia do Edital ou mais informações no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 22 de abril de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº.238/2013 de 18 de Abril de 2.013.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 84 da Lei Complementar 001/2002 de 27 de Setembro de 2002.

CONCEDE

Art. 1º - Conceder à JANIEL GIRON, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Sanitária - Nível Superior, nomeado pela portaria 411/2010, gratificação de função correspondente a 100% (Cem por cento) sobre o piso salarial do município, passara a exercer função de coordenador do SEBRAE. Situação esta que encontra amparo na legislação pertinente, tornando legítima a pretensão.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produza efeitos retroativos a partir de 01 de Abril de 2013.

Ipumirim - SC, 18 de Abril de 2.013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Portaria Nº.239 /2013 de 18 de Abril de 2.013.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 84 da Lei Complementar 001/2002 de 27 de Setembro de 2002, e artigo 10º e § único do artigo 11 da Lei Complementar 002/2002 de 27 de Setembro de 2002 e § único do artigo 36 da Lei Complementar nº 18/2005 de 23 de Dezembro de 2005.

CONCEDE

Art. 1º - Conceder à MARCIA BARON SERAFIN, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Sanitária, nomeada pela portaria 413/2010, gratificação de função correspondente a 80% (oitenta por cento) sobre o piso salarial do município, passara a ficar a disposição da Administração Pública, mediante sobreaviso, nas ações de vigilância sanitária. Situação esta que encontra amparo na legislação pertinente, tornando legítima a pretensão.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 01 de Abril de 2013.

Ipumirim - SC, 18 de Abril de 2.013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 240/2013 de 18 de Abril de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 001/2013 e Edital 002/2013.

CONTRATA

EDSON PEDROSO, sob a Matrícula 2145-8, com domicílio na Cidade e Município de Arabutã, Carteira de Identidade nº. 2421579 e do CPF 832.077.679-15, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor de Educação Física do Projeto Bom na Escola Bom de Bola, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Senu 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Departamento de Esportes, para o período de 18/04/2013 a 18/12/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/04/2013.

Ipumirim - SC, 18 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 241/2013 de 18 de Abril de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 001/20013 e Edital 002/2013.

CONTRATA

DILVIANA CASON, sob a Matrícula 2146-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3781981 e do CPF 036.991.419-85, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de Educação Física para o Projeto Bom na Escola Bom de Bola, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Senu, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Departamento de Esportes, para o período de 18/04/2013 a 18/12/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/04/2013.

Ipumirim - SC, 18 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 242/2013 de 18 de Abril de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 001/2013 e Edital 002/2013.

CONTRATA

CLEIMAR RABER, sob a Matrícula 2147-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.100.434 e do CPF 082.927.349-29, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor de Educação Física para o Projeto Bom na Escola Bom de Bola, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Departamento de Esportes, para o período de 18/04/2013 a 18/12/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/04/2013.

Ipumirim - SC, 18 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 243/2013 de 18 de Abril de 2013.

ALTERA PORTARIA 204/2013 E CARGA HORARIA QUE CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE PROFESSOR INSTRUTOR MUSICAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Em função da realização de Processo Seletivo nº. 001/2013 e Edital nº. 002/2013.

A L T E R A

Fica Alterada a portaria 204/2013 e carga horária que Contratou o senhor PAULO JOSE LERSCH, sob a Matrícula 2132-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 841.733-4 e do CPF 521.864.239-87, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor Projeto Instrutor Musical para atuar no Departamento de Cultura, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, passando de 20 horas semanais para 40 horas semanais, lotação: Departamento de Cultura, para o período de 18/03/2013 até o preenchimento da vaga por Processo Seletivo ou Concurso Público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 18/04/2013.

Ipumirim - SC, 18 de Abril de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 244/2013 de 18 de Abril de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 001/2013 e Edital 002/2013..

CONTRATA

ANGELA MARIA DEMARCO FIORENTIN, sob a Matrícula 2148-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.757.438-0 e do CPF 707.652.609-30, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de ensino fundamental anos iniciais para o Projeto de Reforço Escolar, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 18/04/2013 a 13/12/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria

produzirá efeitos a partir de 18/04/2013.

Ipumirim - SC, 18 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 245/2013 de 18 de Abril de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do processo seletivo 001/82013 e edital 002/2013.

CONTRATA

ILEI CARMEM FRIGERI, sob a Matrícula 2149-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.143.854-1 e do CPF 501.624.469-34, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de ensino fundamental anos iniciais para o Projeto de reforço escolar, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 18/04/2013 a 13/12/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/04/2013.

Ipumirim - SC, 18 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 246/2013 de 18 de Abril de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 001/2013 e Edital 002/2013..

CONTRATA

DIRLEI SIEVERT, sob a Matrícula 2150-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.451 e do CPF 059.795.639-11, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora substituta para afastamento legais, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo

8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 18/04/2013 a 13/12/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/04/2013.

Ipumirim - SC, 18 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 247/2013 de 18 de Abril de 2013.

ALTERA CARGO E NÍVEL DA PORTARIA 193/2013 QUE CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Considerando que o mesmo realizou processo seletivo 001/2013 e edital 002/2013

A L T E R A

Fica alterado o cargo e nível da portaria 193/2013 que contratou ROSANE WEISS KERN, sob a Matrícula 2126-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.877.291-0 e do CPF 026.284.399-48, no cargo em caráter temporário de Professor para aluno de inclusão passando para professora substituta para afastamento legal para a creche municipal Pedacinho do Céu, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não titulado passando para Professora Ensino Superior no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 18/04/2013 a 13/12/2013, em função da realização de processo seletivo 001/2013 e edital 002/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/04/2013.

Ipumirim - SC, 18 de Abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 248/2013 de 18 de Abril de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO PROFESSOR INSTRUTOR MUSICAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 001/2013 e Edital 002/2013.

CONTRATA

MARGNER ADRIANO HELBING, sob a Matrícula 2151-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade

nº. 4.100.390 e do CPF 055.271.139-00, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor Instrutor do Projeto Musical para atuar no Departamento de Cultura, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Departamento de Cultura, para o período de 18/04/2013 a 18/12/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/04/2013.

Ipumirim - SC, 18 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 249/2013 de 18 de Abril de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Considerando que encerrou a listagem de nomes inscritos no processo seletivo e em função do pedido de redução de jornada de trabalho de Cristiana Otowicz.

CONTRATA

LISANDRA BIFFI, sob a Matrícula 2152-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.034.456 e do CPF 041.474.049-10, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora para turma com aluno de inclusão, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 18/04/2013 a 18/12/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/04/2013.

Ipumirim - SC, 18 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 250/2013 de 18 de Abril de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 002/2012 e Edital 009/2012.

CONTRATA

ELUANA SCHWERTZ, sob a Matrícula 2153-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.398.339-4 e do CPF 085.765.889-19, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Isidoro Giacomio Savaris, para o período de 18/04/2013 até o preenchimento da vaga por concurso publico em função da remoção do professor Juarez Lopes da Silva.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/04/2013.

Ipumirim - SC, 18 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 251/2013 de 18 de Abril de 2013.

ALTERA PORTARIA 194/2013 QUE CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

A L T E R A

Fica alterado a portaria 194/2013 que contratou a senhora EDITE LOURDES SIEBENEICHLER KRUETZMANN, sob a Matrícula 2127-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1887300 e do CPF 800.233.399-34, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de atendimento Educacional Especializado - AEE, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não titulado passando para Professora Ensino Superior no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 18/04/2013 a 13/12/2013, em função que não houve inscritos no processo seletivo e dos professores efetivos na rede municipal de ensino ninguém tem possibilidade de assumir a turma.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/04/2013.

Ipumirim - SC, 18 de Abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 252/2013 de 18 de Abril de 2013.

EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

LUCIANO BARBOSA LIZZI, Matrícula 2108-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 40346099 e do CPF 055.448.419-69, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 155/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de abril de 2013.

Ipumirim - SC, 18 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 253/2013 de 22 de Abril de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE EDUCAÇÃO FISICA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 001/2013 e Edital 002/2013.

CONTRATA

LUCIANO BARBOSA LIZZI, sob a Matrícula 2154-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 40346099 e do CPF 055.448.419-69, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor de Educação Física do Projeto Bom na Escola Bom de Bola, constante no ANEXO I, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Departamento de Esportes, para o período de 22/04/2013 a 18/12/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 22/04/2013.

Ipumirim - SC, 22 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Edital de Chamamento Público 03/2013-Inseminação Artificial

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC

MODALIDADE: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está

aberto a partir do dia 02 de maio de 2013, as inscrições para credenciamento de prestadores de serviços de inseminação artificial. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Secretaria de Agricultura, no horário de expediente, pelo telefone (0XX49) 3438-1111 ou pelo e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br.

IPUMIRIM, em 22 de abril de 2.013
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Portaria Nº. 169/2013

PORTARIA Nº. 169/2013
EXONERA SERVIDOR A PEDIDO DA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art 1º - Exonerar a pedido, em data de 20/04/2013, o servidor SAMUEL GRAEFF do cargo de provimento efetivo de Coordenador de Informática, para o qual foi nomeado através da portaria nº 118/2011 de 01/03/2011.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 19 de abril de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial Nº 013/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 22/04/2013, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira "Ad Hoc", a Sra. ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO, MAURICIO DEUNISIO OLKOSKI, SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, nomeados pelo DECRETO Nº1872/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 013/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS ORIGINAIS PARA ATENDER À DEMANDA DE IMPRESSÕES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da

lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
SERV INFORMATICA LTDA
FERNANDO DE AVIZ - ME
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
MARCELO JACOB
LUIZ FERNANDO GONÇALVES PAPELARIA E INFORMÁTICA
COMERCIAL CRONUS LTDA
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
NEW DALBRA MAT. DE ESCRITÓRIO LTDA
LUIZ MINIOLLI NETTO EPP

Representantes (Credenciados)
VANI GOULART REINERT
FERNANDO DE AVIZ
HILTON DELGADO DOS SANTOS
SEBASTIAO MORI
VICTOR VILHA
EDVALDO VILHA DO LAGO
ADENILSON BROERING
CLAUDIO JOSÉ DALLEDONE
MICHEL DA SILVA FRANÇA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Nesta fase verificou-se um equívoco na descrição do item 6.4 do Termo de Referência, e acertado entre todos os presentes que onde consta a descrição Toner K75053XA, passará a vigorar Toner Q7553XA. Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	1.890,0000	0,0000
2	LUIZ MINIOLLI NETTO EPP	330,0000	0,0000
3	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	11.775,0000	0,0000
4	MARCELO JACOB	26.609,0000	0,0000
5	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	9.285,0000	0,0000
6	LUIZ FERNANDO GONÇALVES PAPELARIA E INFO	15.068,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que com a exceção da(s) empresa(s)

Empresas Inabilitadas Sr. FERNANDO DE AVIZ da empresa FERNANDO DE AVIZ - ME; que deixou de cumprir o item 6.5.6.8 do edital considerada Inabilitada para o certame, todas as demais empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo

habilitadas para este certame. Verificando vencedoras portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
MARCELO JACOB	26.609,0000
LUIZ FERNANDO GONÇALVES PAPELARIA E INFO	15.068,0000
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	22.950,0000
LUIZ MINIOLLI NETTO EPP	330,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 22/04/2013.
ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Pregoeira "Ad Hoc"

Equipe de Apoio
SOLAMIR COELHO SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ

MAURICIO DEUNISIO OLKOSKI

Assinantes
Representantes Assinatura
• .SERV INFORMATICA LTDA .
• .FERNANDO DE AVIZ - ME .
• .DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME .
• .MARCELO JACOB .
• .LUIZ FERNANDO GONÇALVES PAPELARIA E INFO .
• .INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP .
• .NEW DALBRA MAT. DE ESCRITÓRIO LTDA .
• .LUIZ MINIOLLI NETTO EPP .

Edital de Pregão Presencial Nº 16/2013-Registro de Preços Nº14/2013-Processo Nº 41/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013
REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2013
PROCESSO Nº 41/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min, do dia 09/05/2013, na sala do Departamento de Licitações e Contratos,

Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de material de expediente para uso das Secretarias de Administração e Finanças e Secretaria de Saúde, conforme anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 19 de abril de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

MARIA IZABEL BLANSKI
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CRISTIAN ANGELO GRASSI
SECRETÁRIO DE SAÚDE

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.294 de 19 de Abril de 2013

DECRETO Nº 4.294 DE 19 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15, inciso I e artigo 16 da Lei Municipal 4.290 de 21/12/12 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por LEI;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 801.000,00 (Oitocentos e um mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 1.051- Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Água Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.000-31

Valor: R\$ 800.000,00

Proj./Atividade: 2.060- Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00.00.03.000-32

Valor: R\$ 1.000,00

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 19 de abril de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Resolução Nº 001 de 15 de Abril de 2013

Resolução Nº 001 de 15 de abril de 2013

Dispõe sobre a concessão de recursos do FIA a título de subvenção, dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Joaçaba, no uso de suas atribuições legais, e considerando, a Instrução Normativa N. TC-14/2012 editada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolve estabelecer regras para a concessão dos recursos do FIA, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - A concessão de recursos públicos para entidades privadas fica submetida exclusivamente ao atendimento de necessidade coletiva ou interesse público devidamente demonstrado e justificado, e deve observar os princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da eficiência, da moralidade e da economicidade.

Art. 2º - Apenas poderão apresentar projetos para o recebimento de recursos as entidades de atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que estiverem devidamente cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Joaçaba.

CAPÍTULO II
DOS PROJETOS**Seção I**
Da forma e do protocolo

Art. 3º - Será considerada apta a protocolar projeto a entidade que:

I - Estiver registrada há mais de um ano no CMDCA e dispor de regularidade administrativa;

II - Possuir inscrição do programa para o qual solicita recursos.

Parágrafo único: Cada entidade poderá apresentar até três projetos, desde que não idênticos.

Art. 4º - O projeto deverá ser protocolado junto à secretaria executiva do CMDCA, no prazo estabelecido em edital próprio.

§ 1º - O projeto deverá, obrigatoriamente, ser instruído com os seguintes itens:

I - Solicitação ao presidente do CMDCA;

II - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

III - Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;

IV - Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;

V - Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;

VI - Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;

VII - Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;

VIII - Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade no município, com data de emissão não superior a doze meses;

IX - Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;

X - Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade;

XI - Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;

XII - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, de débitos Estaduais e Municipais;

XIII - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito

de Negativa emitido pela Previdência Social;

XIV - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço;

XV - Inscrição no Conselho de Assistência Social do município, quando se tratar de entidade de assistência social;

§ 2º - O projeto deverá demonstrar, ou apresentar os meios para que se comprove:

I - A conveniência da concessão do recurso, nos termos do art. 16 da Lei n. 4.320/64;

II - A compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;

III - A capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;

IV - O regular exercício das atividades estatutárias da entidade beneficiária;

V - O interesse público do objeto e os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;

VI - A compatibilidade entre os quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;

VII - A compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado;

VIII - A capacidade para captação de novos recursos.

Art. 5º - O atestado, de que trata do inciso VIII do § 1º do art. 4º desta resolução, deverá ser solicitado mediante ofício e será analisado e, se for o caso, concedido:

I - De ofício pela secretaria executiva do CMDCA, nos casos em que a inscrição da entidade ou fiscalização in loco, tenha sido realizada nos últimos seis meses;

II - Pelo presidente do CMDCA nos demais casos.

Parágrafo único: Do indeferimento do fornecimento do atestado, caberá recurso ao pleno do CMDCA, no prazo de cinco dias, contados da data da recusa, mediante requerimento por escrito.

I - O recurso será analisado na reunião subsequente ao protocolo, seja ela ordinária ou extraordinária;

II - Sendo aprovado o fornecimento do atestado pelo pleno, este será expedido no prazo máximo de 24 horas, pela secretaria executiva.

Art. 6º - A conta corrente, de que trata o inciso IX do § 1º do art. 4º desta resolução, deverá observar o disposto nos artigos 27, 28 e 29 da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º - O plano de trabalho, de que trata o inciso X do § 1º do art. 4º desta resolução, conterá, obrigatoriamente, os seguintes itens:

I - Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;

II - Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar e obter;

III - Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;

IV - Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com valores estimados, se for o caso;

V - Plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados;

VI - Cronograma físico de execução;

VII - Cronograma financeiro de desembolso;

VIII - Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado, através de três orçamentos, em papel timbrado.

Seção II
Da análise e da votação

Art. 8º - Os projetos serão analisados pela Comissão de Avaliação de Projetos do CMDCA, por ordem de protocolo, no prazo máximo de quinze dias, e submetidos a votação do pleno na reunião subsequente ao protocolo.

Art. 9º - A Comissão de Avaliação de Projetos será formada por três conselheiros do CMDCA, assessorados pela secretaria executiva.

§ 1º - A Comissão elegerá, entre seus membros, um Coordenador e um Relator.

I - Compete ao coordenador:

- a) Retirar os projetos protocolados na secretaria executiva;
 - b) Coordenar a Comissão de Avaliação de Projetos;
 - c) Assinar pareceres, ofícios e comunicações relativos à comissão.
- II - Compete ao relator redigir os pareceres e os apresentar na plenária do CMDCA.

§ 2º - A secretaria executiva compete:

- I - Receber e protocolar os projetos;
- II - Conferir toda a documentação exigida, e se for o caso, solicitar a documentação faltante;
- III - Organizar os projetos e os encaminhar à Comissão de Avaliação;
- IV - Expedir comunicações e ofícios referentes à comissão;
- V - Indeferir de plano os projetos que não observarem o disposto no art. 3º desta resolução;
- VI - Demais providências cabíveis no ato do recebimento.

Art. 10 - Protocolado o projeto, e verificada a falta de algum item obrigatório, pela Comissão de Avaliação de Projetos ou pela secretaria executiva, será intimada a entidade para que no prazo de sete dias adite o projeto, sob pena de indeferimento.

Art. 11 - Constatada a regularidade do projeto este será analisado, e será proferido parecer fundamentado.

§ 1º - O parecer positivo deverá demonstrar a observância de todos os incisos do § 2º do artigo 4º desta resolução.

§ 2º - Do parecer negativo será dada ciência a entidade, a qual poderá recorrer, de forma escrita e fundamentada, a própria comissão no prazo de cinco dias, contados da ciência do parecer.

I - Da decisão do recurso não caberá novo recurso.

II - Não será aceito novo protocolo de projeto cujo parecer final tenha sido negativo.

Art. 12 - Expedido parecer positivo o projeto será levado para votação em sessão plenária, para apreciação e votação, devendo ser considerada a sua relevância em favor das crianças e adolescentes, a disponibilidade de recursos e a capacidade para captação de novos recursos. Não cabendo recurso do resultado final da votação.

Art. 13 - Não serão aceitos.

§ 1º - Na área da saúde, projetos finalísticos com recursos previstos no SUS. Os demais projetos poderão ser aceitos mediante parecer técnico favorável do Conselho Municipal de Saúde.

§ 2º - Na área de esportes, projetos voltados ao rendimento com recursos previstos na Fundação Municipal de Esporte e Cultura.

§ 3º - Projetos cujas despesas incluam remuneração da diretoria de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS.

§ 4º - Projetos que se enquadrem nos casos previstos no artigo 26 da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 14 - Serão priorizados os projetos que tenham como objetivo:

- I - Direito à Convivência Familiar e Comunitária;
- II - Acolhimento Institucional ou familiar;
- III - Implantação de projetos em regiões menos beneficiadas com o atendimento à criança e ao adolescente.

Art. 15 - Nos processos de seleção de projetos nos quais as

entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, os mesmos não devem participar da comissão de avaliação e deverão abster-se do direito de voto.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS

Seção I

Do repasse

Art. 16 - Aprovado o projeto este será remetido, ao setor competente, para a criação de lei específica e posterior assinatura do termo de ajuste e convênio, nos termos do artigo 24 da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Seção II

Da movimentação e da utilização

Art. 17 - Os recursos devem ser movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário nos termos do artigo 27 da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 18 - Os recursos do FIA poderão ser destinados a:

I - Realização de programas e projetos com vistas à proteção e garantia dos direitos expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente, notadamente no estabelecido nos artigos 90, 112 e 260, e os demais direitos sociais garantidos na Constituição Federal, priorizando os projetos com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;

II - Programas e projetos de comunicação, divulgação das ações de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente;

Elaboração de Diagnósticos e estudos relacionados à criança e ao adolescente de Joaçaba;

III - Participação em eventos de interesse do CMDCA, relacionados à promoção, defesa e atendimento à criança e ao adolescente;

IV - Alimentação, limpeza, higiene e gêneros necessários a manutenção e material permanente: gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene, reposição de gás, utensílios de cozinha, mesas, armários, eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos, brinquedos de praça, obras literárias, cd's e dvd's de música e programas para computadores, e demais itens relacionados, desde que utilizados diretamente com as crianças e adolescentes;

V - Material pedagógico, de expediente e de recreação: papéis, lápis, canetas, cartuchos de tintas, livros e cadernos, e demais itens relacionados;

VI - Material de alojamento: uniformes, colchões e colchonetes, linhas, botões, e demais itens relacionados.

Art. 19 - Os recursos do Fundo da Infância e Adolescência não poderão ser destinados para:

I - Pagamento de pessoal;

II - Taxas e inscrições em federações, ou quaisquer outras despesas provenientes da participação em competições que vise resultado de rendimento;

III - Investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

IV - Custos referentes à administração da sede da organização social, tais como: taxa de administração, aluguel de imóvel, gerência, coordenação, contabilidade, luz, água, telefone e IPTU;

V - Gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a integrantes do corpo dirigente e técnico da entidade ou a servidor público federal, estadual ou municipal integrante da administração direta ou indireta;

VI - Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção

monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;

VII - Publicidade salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, nas quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 20 - A fiscalização da correta aplicação dos recursos repassados pelo FIA e da execução do objeto do convênio conforme o plano de trabalho apresentado compete a Comissão de Fiscalização de Projetos.

Art. 21 - A Comissão de Fiscalização de Projetos será composta por três conselheiros do CMDCA, assessorados pela secretaria executiva.

Parágrafo único: A comissão elegerá, entre seus membros, um relator a quem caberá redigir os relatórios de visita.

Seção III

Da prestação de contas

Art. 22 - Compete ao responsável pela aplicação dos recursos demonstrar o seu bom e regular emprego no objeto para o qual foram concedidos, mediante a apresentação, na prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e da sua vinculação com o objeto.

Art. 23 - Os seguintes documentos, obrigatoriamente, devem acompanhar a prestação de contas:

I - Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

II - Parecer do conselho fiscal da entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

III - Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos em que haja a cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

IV - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas;

V - Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;

VI - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

VII - Guia de recolhimento, ou comprovante de depósito, de saldo não aplicado, se for o caso;

VIII - Assinatura do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

IX - relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.

§ 1º - Para os fins do inciso IV do caput deste artigo, os documentos comprobatórios, devem observar o disposto no capítulo IV, seção II da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 2º - O relatório de que trata o inciso IX do caput deste artigo, deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

Art. 24 - Além do disposto no artigo anterior também deve ser

apresentado na prestação de contas.

I - No caso de despesas com cursos, palestras, seminários, work shop e congêneres, a relação contendo o nome dos participantes, o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), e respectivas assinaturas, bem como o nome do palestrante, temas abordados, a carga horária, local e data de realização e outros elementos capazes de comprovar a realização do objeto;

II - No caso de despesas com locação de veículo para transporte de pessoas, a relação dos passageiros transportados, fornecida pelo transportador;

III - No caso em que o objeto envolver locação de imóveis, bens móveis, materiais ou equipamentos, tais como equipamentos de sonorização e iluminação, palcos e outras estruturas para eventos, os contratos de locação e de memorial descritivo fornecido pelo contratado que especifique o tipo de estrutura e equipamentos utilizados, quantidades, marcas, potência, prazo de locação e demais informações que permitam a perfeita identificação;

IV - No caso de aquisição de materiais para distribuição gratuita, a relação na qual conste o nome, o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Registro Geral (RG), endereço dos beneficiários, e suas assinaturas e elementos comprobatórios da distribuição, como matérias jornalísticas, registros fotográficos, filmagem, dentre outros.

Art. 25 - Havendo a aplicação de recursos oriundos de outras fontes (municipais, estaduais, federais, patrocínios privados ou outros), na prestação de contas deverão ser demonstrados tais valores, sua finalidade e a aplicação.

Parágrafo único: Também integram as prestações de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo do proponente.

Art. 26 - A prestação de contas deverá ser apresentada no prazo fixado pela lei que autorizar a assinatura do convênio, em caso de omissão desta, deverá ser aplicado o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do último dia de atividades constante no cronograma físico de execução apresentado pela entidade.

§ 1º - Não sendo apresentada no prazo a prestação de contas, a entidade será intimada para que a apresente no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de ficar impedida de apresentar novo projeto nos termos do inciso I do art. 3º e do § 4º do art. 13, ambos, desta resolução.

§ 2º - Persistindo a ausência, será instaurada Tomada de Contas Especial, na forma da legislação vigente.

Art. 27 - A prestação de contas será analisada por funcionário ou setor a ser designado pelo município de Joaçaba, o qual irá elaborar parecer nos termos da legislação vigente.

Art. 28 - Finalizado o parecer, sua conclusão será apresentada na reunião subsequente do pleno do CMDCA para conhecimento e aprovação dos conselheiros, e cópia da sua íntegra ficará arquivada na secretaria executiva.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 - Deverá ser observado, no que couber, o disposto na Instrução Normativa N. TC-14/2012 e na Resolução 137 de 2010 do CONANDA.

Art. 30 - Uma vez aprovado o projeto, e encaminhado para edição de Lei, não será permitido, em nenhuma hipótese, que este seja aditado, modificado ou retificado.

Art. 31 - As entidades que entenderem necessário poderão requerer, a secretaria executiva, a expedição de Certificado de Captação de Recursos, após a aprovação do projeto.

Art. 32 - É facultado ao edital para apresentação de projetos, estipular a obrigatoriedade de que os bens adquiridos, com recursos provenientes do FIA, possuam selo, ou semelhante, que o identifique como tal.

Art. 33 - Os casos omissos deverão ser questionados ao CMDCA que, em reunião plenária, definirá como proceder.

Art. 34 - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, em especial, as resoluções 002/2012 e 005/2011.

CARLOS ERNESTO LECHNER
Presidente do CMDCA

Resolução Nº 05/CME/2013
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC
CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES

RESOLUÇÃO Nº 05/CME/2013

Aprova o Relatório e os Projetos / Plano de Trabalho das Entidades Desportivas a serem contempladas com recursos da FMCE no exercício de 2013.

A presidente do Conselho Municipal de Esportes, Elisabeth Baretta, no uso de suas atribuições regimentais, e por deliberação do Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprova o relatório, nos termos do Parecer nº 26//CME/2013, elaborado pelo respectivo conselheiro relator, da Associação de Xadrez de 2012, em conformidade com item XVII do Anexo I da Instrução Normativa IN.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Aprovar os projetos, nos termos dos Pareceres nº 28 e 29/CME/2013, elaborados pelos respectivos conselheiros relatores, da AJT - Associação Joaçabense de Tênis e da Associação Joaçabense de Bolão e Bocha, em conformidade com Lei Municipal nº 3.939 de 10 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Joaçaba, 15 de abril de 2013.

ELISABETH BARETTA
Presidente do Conselho Municipal de Esportes

Resolução Nº 05/CME/2013
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC
CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES

RESOLUÇÃO Nº 05/CME/2013

Aprova o Relatório e os Projetos / Plano de Trabalho das Entidades Desportivas a serem contempladas com recursos da FMCE no exercício de 2013.

A presidente do Conselho Municipal de Esportes, Elisabeth Baretta, no uso de suas atribuições regimentais, e por deliberação do Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprova o relatório, nos termos do Parecer nº 26//CME/2013, elaborado pelo respectivo conselheiro relator, da Associação de Xadrez de 2012, em conformidade com item XVII do Anexo I da Instrução Normativa IN.TC-14/2012 do Tribunal de

Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Aprovar os projetos, nos termos dos Pareceres nº 28 e 29/CME/2013, elaborados pelos respectivos conselheiros relatores, da AJT - Associação Joaçabense de Tênis e da Associação Joaçabense de Bolão e Bocha, em conformidade com Lei Municipal nº 3.939 de 10 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Joaçaba, 15 de abril de 2013.

ELISABETH BARETTA
Presidente do Conselho Municipal de Esportes

Extrato Homologação PL 5 PP 4/2013 FAS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2013/FAS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:
1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 05/2013/FAS, nos seguintes termos:
- Modalidade: Pregão Presencial 04/2012/FAS.

Objeto: a aquisição, de forma parcelada, de material de higiene e de limpeza destinados aos serviços e projetos mantidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social, durante o exercício financeiro de 2013.

- Empresas Vencedoras:

ANTONIO BOLDRINI-ME

VALOR R\$ 3.329,51

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR R\$ 6.793,41

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

VALOR R\$ 4.364,43

SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

VALOR R\$ 6.323,19

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 18 de abril de 2013.

RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato TP 7/2013/PMJ - PL 41/2013/PMJ
PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2013/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 7/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica com C.A.U.Q. de parte da Rua Avelino Volpato, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Joaçaba. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 13/05/2013, a partir das 16h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 13/05/2013, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no

endereço citado acima, pelo telefone (049) 3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 19 de abril de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 16/2013 FAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2013/FMAS
PL 5/2013/FMAS - PP 4/2013/FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: ANTONIO BOLDRINI ME

OBJETO: a aquisição, de forma parcelada, de material de limpeza e de higiene, destinados aos serviços e projetos mantidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social, os quais deverão ser entregues pela CONTRATADA durante o exercício financeiro de 2013.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.068- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - IDOSO

10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 - Aplicações Diretas

2.071- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PETI/CREAS

47 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0050.0 - Aplicações Diretas
16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.050.0 - Aplicações Diretas
17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.052.0 - Aplicações Diretas
48 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.052.0 - Aplicações Diretas

2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD - PBV

24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas
25 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 - Aplicações Diretas

2.076 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ABRIGO

33 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0048.0 - Aplicações Diretas
34 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas
35 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0053.0 - Aplicações Diretas
32 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
VALOR R\$ 3.329,51
VIGÊNCIA: 31/12/2013.

DATA DE ASSINATURA: 18/04/2013.

Extrato Contrato 17/2013 FAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2013/FMAS
PL 5/2013/FMAS - PP 4/2013/FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: ROBERTO TESSARO & CIA ITDA

OBJETO: a aquisição, de forma parcelada, de material de limpeza e de higiene, destinados aos serviços e projetos mantidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social, os quais deverão ser entregues pela CONTRATADA durante o exercício financeiro de 2013.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.068- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - IDOSO

10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 - Aplicações Diretas

2.071- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PETI/CREAS

47 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0050.0 - Aplicações Diretas
16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.050.0 - Aplicações Diretas
17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.052.0 - Aplicações Diretas
48 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.052.0 - Aplicações Diretas

2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD - PBV

24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas

25 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 - Aplicações Diretas

2.076 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ABRIGO

33 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0048.0 - Aplicações Diretas
34 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas
35 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0053.0 - Aplicações Diretas
32 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
VALOR R\$ 4.364,43
VIGÊNCIA: 31/12/2013.

DATA DE ASSINATURA: 18/04/2013.

Extrato Contrato 18/2013 FAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2013/FMAS
PL 5/2013/FMAS - PP 4/2013/FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: OBJETIVA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: a aquisição, de forma parcelada, de material de limpeza e de higiene, destinados aos serviços e projetos mantidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social, os quais deverão ser entregues pela CONTRATADA durante o exercício financeiro de 2013.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.068- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - IDOSO

10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 - Aplicações Diretas

2.071- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PETI/CREAS

47 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0050.0 - Aplicações Diretas
16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.050.0 - Aplicações Diretas
17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.052.0 - Aplicações Diretas
48 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.052.0 - Aplicações Diretas

2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD - PBV

24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas
25 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 - Aplicações Diretas

2.076 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ABRIGO

33 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0048.0 - Aplicações Diretas
34 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas
35 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0053.0 - Aplicações Diretas
32 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
VALOR R\$ 6.793,41
VIGÊNCIA: 31/12/2013.

DATA DE ASSINATURA: 18/04/2013.

Extrato Contrato 19/2013 FAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2013/FMAS
PL 5/2013/FMAS - PP 4/2013/FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

OBJETO: a aquisição, de forma parcelada, de material de limpeza e de higiene, destinados aos serviços e projetos mantidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social, os quais deverão ser entregues pela CONTRATADA durante o exercício financeiro de 2013.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.068- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - IDOSO

10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 - Aplicações Diretas

2.071- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PETI/CREAS

47 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0050.0 - Aplicações Diretas

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.050.0 - Aplicações Diretas
17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.052.0 - Aplicações Diretas
48 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.052.0 - Aplicações Diretas

2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD - PBV
24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas
25 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 - Aplicações Diretas

2.076 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ABRIGO
33 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0048.0 - Aplicações Diretas
34 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas
35 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0053.0 - Aplicações Diretas
32 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
VALOR R\$ 6.323,19
VIGÊNCIA: 31/12/2013.

DATA DE ASSINATURA: 18/04/2013.

Editais Nº 01.2013

EDITAL Nº 01.2013

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Joaçaba no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.995/93, alterada pelas Leis Municipais nº 158/2007 e nº 2.004/96, torna público que estará disponibilizando recursos oriundos do Fundo Infância e Adolescência - FIA, para a viabilização de projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, encaminhados para entidades não governamentais, cujos programas atendam aos seguintes requisitos:

1- APRESENTAÇÃO

O projeto deverá ser apresentado de acordo com o modelo anexo a resolução 001/2013, devendo as páginas serem numeradas sequencialmente, rubricadas e assinadas pelo responsável técnico e presidente da Entidade.

2- REQUISITOS ELIMINATÓRIOS

2.1. a) As Entidades não governamentais deverão apresentar o tempo mínimo de 1 (um) ano de Registro no CMDCA;

3- ENCAMINHAMENTO

Os projetos deverão ser Protocolados na Secretaria dos Conselhos, na Av. XV de novembro, nº 378, Bairro Centro, Joaçaba, junto à Secretaria de Ação Social no horário das 13h às 17h, endereçados ao Presidente do CMDCA.

4- OBJETIVO GERAL

Disponibilizar recursos para o desenvolvimento de ações que estejam voltadas para a criação e o funcionamento dos serviços e estruturas previstas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e na Lei Municipal nº 1.995/93, alterada pelas Leis Municipais nº 158/2007 e nº 2.004/96, destinadas ao atendimento de Crianças e Adolescentes e de forma a fortalecer os vínculos familiares, comunitários e sociais, através de programas e projetos que tenham ação enquanto rede de atendimento. Os projetos devem estar de acordo com a Resolução nº 001/2013, a qual estabelece critérios e procedimentos para o repasse dos recursos financeiros do Fundo da Infância e Adolescência - FIA.

5- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

5.1. Desenvolver ações para implantação e/ou implementação de programas/projetos que tenham por base a proteção integral de crianças e adolescentes no contexto de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
5.2. Desenvolver ações para implantação e/ou implementação de programas/projetos que tenham por base a proteção integral de crianças e adolescentes no contexto de Acolhimento Institucional;
5.3. Desenvolver ações para implantação e/ou implementação de

programas/projetos que tenham por base a Proteção Social Básica e Especial para Pessoas com Deficiência;
5.4. Desenvolver ações para implantação e/ou implementação de programas/projetos em prol da Articulação em REDE de atenção à criança e ao adolescente.
5.5. Desenvolver ações para implantação e/ou implementação de programas/projetos que tenham por base a proteção integral de crianças e adolescentes em Situação de Rua, Trabalho Infantil e Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual.

6- PÚBLICO ALVO

6.1. Criança e Adolescente vítima de violência (abuso e exploração sexual, negligência e/ou violência intrafamiliar);
6.2. Criança e adolescente em situação de rua;
6.3. Criança e adolescente em situação de trabalho infantil;
6.4. Adolescente gestante;
6.5. Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
6.6. Adolescente egresso do sistema socioeducativo, que tenha cumprido medidas privativas de liberdade;
6.7. Criança e Adolescente em situação de vulnerabilidade e de risco social e pessoal;
6.8. Pessoas com deficiência;
6.9. Rede de Atenção à criança e ao adolescente;

7- ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO

7.1. Apoio e acompanhamento da família;
7.2. Implementação dos Programas, Projetos e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
7.3. Implementação e fortalecimento Programas, Projetos e Serviços voltados às Pessoas com Deficiência;
7.4. Implementação e qualificação dos Programas, Projetos e Serviços de Acolhimento Institucional;
7.5. Implementação e fortalecimento dos Cursos de Aprendizagem Profissional;
7.6. Articulação em rede;
7.7. Ações protetivas em Programas, Projetos e Serviços de Acolhimento Institucional, Guarda Subsidiada;
7.8. Ações de prevenção e/ou recuperação ao uso de drogas e protetivas em Comunidades Terapêuticas;
7.9. Implementação de Programas, Projetos e Serviços que tenham por base a proteção integral de crianças e adolescentes em Situação de Rua, Trabalho Infantil e Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual.

8- AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

8.1. Os projetos serão avaliados por uma comissão composta por Conselheiros do CMDCA designados para este fim, conforme os critérios relacionados no item abaixo;
8.2. Serão considerados os seguintes critérios:
a) Conformidade com os princípios do ECA;
b) Foco, diretrizes, objetivos, usuários, estratégias de atendimento;
c) Articulação do Projeto com a rede de atendimento;
d) Mérito (intencionalidade do projeto);
e) Relevância, abrangência e indicadores (importância do projeto perante a realidade local);
f) Impacto social (transformações a que se propõe realizar);
g) Previsão de continuidade do projeto sem os recursos do FIA;
h) Reordenamento das entidades e órgãos;
i) Viabilidade técnica e financeira.

9- CONVENIAMENTO DOS PROJETOS

9.1. Os convênios serão assinados entre o Município de Joaçaba, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, na qualidade de operacionalizadora do FIA e a Entidade e/ou órgão governamental proponente, de acordo com o que determina a legislação vigente e Resoluções do CMDCA, impreterivelmente nos prazos estabelecidos no cronograma.

9.2 Por ocasião da entrega definitiva dos projetos, contendo os devidos ajustes, quando necessário, os projetos que preverem a aquisição de equipamentos e serviços deverão anexar três orçamentos de cada item.

10- CRONOGRAMA

Ficam estabelecidos os seguintes prazos:

- a) 06 de maio de 2013 a 20 de maio de 2013 - Protocolo dos projetos na Secretaria dos Conselhos;
- b) 21 a 31 de maio de 2013 - Análise e julgamento dos projetos;
- c) 03 de junho de 2013 - Aprovação dos projetos pelo CMDCA;
- d) 06 de junho de 2013 - Entrega dos resultados da análise dos projetos às Entidades;
- e) 14 de junho de 2013 - Devolução ao CMDCA, dos Projetos pelas Entidades, contendo os devidos ajustes;
- f) 20 de junho de 2013 - Encaminhamento dos projetos aprovados para o conveniamento;

11- PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1. Deverá ser feita a prestação de contas conforme resolução 001/2013 art. 23 e 24.

12- MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

12.1. Todas as Entidades que buscarem recursos ao FIA, serão monitorados e avaliados no cumprimento do objeto do projeto pelo Órgão Operacionalizador.

13- INFORMAÇÕES GERAIS

13.1. Os prazos aqui estabelecidos são improrrogáveis e o descumprimento das regras definidas neste Edital implicará na exclusão do projeto.

13.2. Mais informações poderão ser obtidas na Sede do CMDCA - Fone (49) 35278855.

Joaçaba/SC, 19 de abril de 2013.
Presidente do CMDCA



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária 1º Bimestre/2013

Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária 1º bimestre/2013

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	87.208.023,54	87.208.023,54	13.131.824,88	15,06	13.131.824,88	15,06	74.076.198,66
RECEITAS CORRENTES	85.914.135,54	85.914.135,54	12.780.621,84	14,88	12.780.621,84	14,88	73.133.513,70
RECEITA TRIBUTARIA	16.727.800,00	16.727.800,00	2.603.485,67	15,56	2.603.485,67	15,56	14.124.314,33
IMPOSTOS	14.406.000,00	14.406.000,00	1.984.690,13	13,78	1.984.690,13	13,78	12.421.309,87
TAXAS	2.314.800,00	2.314.800,00	617.725,53	26,69	617.725,53	26,69	1.697.074,47
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	7.000,00	7.000,00	1.070,01	15,29	1.070,01	15,29	5.929,99
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.311.000,00	3.311.000,00	394.993,90	11,93	394.993,90	11,93	2.916.006,10
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.087.080,00	1.087.080,00	122.255,56	11,25	122.255,56	11,25	964.824,44
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.038.080,00	3.038.080,00	283.788,07	9,34	283.788,07	9,34	2.754.291,93
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminaç	1.360.000,00	1.360.000,00	233.461,39	17,17	233.461,39	17,17	1.126.538,61
RECEITA PATRIMONIAL	5.162.610,00	5.162.610,00	436.944,93	8,46	436.944,93	8,46	4.725.665,07
RECEITAS IMOBILIARIAS	90.300,00	90.300,00	25.118,71	27,82	25.118,71	27,82	65.181,29
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	5.002.310,00	5.002.310,00	411.826,22	8,23	411.826,22	8,23	4.590.483,78
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	11.970.000,00	11.970.000,00	1.878.925,82	15,70	1.878.925,82	15,70	10.091.074,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	45.739.345,54	45.739.345,54	6.892.404,93	15,07	6.892.404,93	15,07	38.846.940,61
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	45.023.990,54	45.023.990,54	6.777.550,66	15,05	6.777.550,66	15,05	38.246.439,88
Transf. de Instituições Privadas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transf. de Pessoas	15.000,00	15.000,00	163,50	1,09	163,50	1,09	14.836,50
Transferência de Convênios	680.355,00	680.355,00	114.690,77	16,86	114.690,77	16,86	565.664,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.916.300,00	1.916.300,00	451.611,03	23,57	451.611,03	23,57	1.464.688,97
MULTAS E JUROS DE MORA	499.150,00	499.150,00	73.065,36	14,64	73.065,36	14,64	426.084,64
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	88.150,00	88.150,00	21.873,50	24,81	21.873,50	24,81	66.276,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.291.000,00	1.291.000,00	352.250,78	27,29	352.250,78	27,29	938.749,22
RECEITAS DIVERSAS	38.000,00	38.000,00	4.421,39	11,64	4.421,39	11,64	33.578,61
RECEITAS DE CAPITAL	1.293.888,00	1.293.888,00	351.203,04	27,14	351.203,04	27,14	942.684,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	162.202,83	0,00	162.202,83	0,00	-162.202,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	162.202,83	0,00	162.202,83	0,00	-162.202,83
ALIENAÇÃO DE BENS	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	108.000,00	108.000,00	9.000,21	8,33	9.000,21	8,33	98.999,79
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.080.888,00	1.080.888,00	180.000,00	16,65	180.000,00	16,65	900.888,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.888,00	30.888,00	180.000,00	582,75	180.000,00	582,75	-149.112,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.050.000,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.050.000,00

Continua 1/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	87.208.023,54	87.208.023,54	13.131.824,88	15,06	13.131.824,88	15,06	74.076.198,66
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.905.240,00	5.905.240,00	520.024,72	8,81	520.024,72	8,81	5.385.215,28
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.905.240,00	5.905.240,00	520.024,72	8,81	520.024,72	8,81	5.385.215,28
RECEITA TRIBUTÁRIA - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TAXAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	538.820,00	538.820,00	47.004,06	8,72	47.004,06	8,72	491.815,94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.726.850,00	3.726.850,00	319.798,11	8,58	319.798,11	8,58	3.407.051,89
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.265.670,00	4.265.670,00	366.802,17	8,60	366.802,17	8,60	3.898.867,83
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	223.170,00	223.170,00	31.796,92	14,25	31.796,92	14,25	191.373,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.415.400,00	1.415.400,00	121.425,63	8,58	121.425,63	8,58	1.293.974,37
MULTAS E JUROS DE MORA - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.000,00	3.000,00	720,33	24,01	720,33	24,01	2.279,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	3.005,30	0,00	3.005,30	0,00	-3.005,30
RECEITAS DECOR. DE APORTES PERIOD. AMORT. DÉFICIT	1.412.400,00	1.412.400,00	117.700,00	8,33	117.700,00	8,33	1.294.700,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	93.113.263,54	93.113.263,54	13.651.849,60	14,66	13.651.849,60	14,66	79.461.413,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	93.113.263,54	93.113.263,54	13.651.849,60	14,66	13.651.849,60	14,66	79.461.413,94
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	93.113.263,54	93.113.263,54	13.651.849,60	14,66	13.651.849,60	14,66	79.461.413,94
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	968.301,82	—	—	15.694,75	—	—
Superávit Financeiro	—	968.301,82	—	—	15.694,75	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	87.282.601,12	2.471.327,01	89.753.928,13	25.079.284,82	25.079.284,82	8.471.562,54	8.471.562,54	9,44	81.282.365,59
DESPESAS CORRENTES	69.327.522,69	1.733.641,78	71.061.164,47	23.610.211,93	23.610.211,93	8.300.210,58	8.300.210,58	11,68	62.760.953,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.849.962,02	-5.918,00	36.844.044,02	5.520.266,81	5.520.266,81	5.476.851,98	5.476.851,98	14,86	31.367.192,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	262.285,15	262.285,15	18,73	1.137.714,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.077.560,67	1.739.559,78	32.817.120,45	16.689.945,12	16.689.945,12	2.561.073,45	2.561.073,45	7,80	30.256.047,00
DESPESAS DE CAPITAL	12.245.828,43	737.685,23	12.983.513,66	1.469.072,89	1.469.072,89	171.351,96	171.351,96	1,32	12.812.161,70
INVESTIMENTOS	11.290.828,43	737.685,23	12.028.513,66	546.699,83	546.699,83	128.657,61	128.657,61	1,07	11.899.856,05
INVERSOES FINANCEIRAS	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	950.000,00	0,00	950.000,00	922.373,06	922.373,06	42.694,35	42.694,35	4,49	907.305,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.130.000,00	0,00	1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.130.000,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	4.579.250,00	0,00	4.579.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.579.250,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.830.662,42	0,00	5.830.662,42	2.337.009,58	2.337.009,58	868.764,66	868.764,66	14,90	4.961.897,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.192.090,00	0,00	4.192.090,00	729.369,91	729.369,91	707.174,90	707.174,90	16,87	3.484.915,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.638.572,42	0,00	1.638.572,42	1.607.639,67	1.607.639,67	161.589,76	161.589,76	9,86	1.476.982,66
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	93.113.263,54	2.471.327,01	95.584.590,55	27.416.294,40	27.416.294,40	9.340.327,20	9.340.327,20	9,77	86.244.263,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	93.113.263,54	2.471.327,01	95.584.590,55	27.416.294,40	27.416.294,40	9.340.327,20	9.340.327,20	9,77	86.244.263,35
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.311.522,40	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	93.113.263,54	2.471.327,01	95.584.590,55	27.416.294,40	27.416.294,40	9.340.327,20	13.651.849,60	9,77	86.244.263,35

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 245.921,10

FONTE:

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

JOACABA, 17/04/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

17/04/2013 11:59:11 - SIMONE - Secretaria de Gestão Administrativa - Departamento de Contabilidade

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	87.282.601,12	89.753.928,13	25.079.284,82	25.079.284,82	8.471.562,54	8.471.562,54	90,70	9,44	81.282.365,59
Legislativa	3.350.000,00	3.350.000,00	420.513,78	420.513,78	250.942,15	250.942,15	2,69	7,49	3.099.057,85
Ação Legislativa	3.350.000,00	3.350.000,00	420.513,78	420.513,78	250.942,15	250.942,15	2,69	7,49	3.099.057,85
Administração	9.685.254,00	9.728.167,90	3.917.969,11	3.917.969,11	1.416.067,89	1.416.067,89	15,16	14,56	8.312.100,01
Representação Judicial e Extrajudicial	596.200,00	596.200,00	104.567,23	104.567,23	44.609,83	44.609,83	0,48	7,48	551.590,17
Planejamento e Orçamento	150.825,00	150.825,00	52.407,55	52.407,55	27.017,55	27.017,55	0,29	17,91	123.807,45
Administração Geral	6.364.979,00	6.407.892,90	3.184.881,48	3.184.881,48	1.067.511,85	1.067.511,85	11,43	16,66	5.340.381,05
Administração Financeira	1.807.700,00	1.807.700,00	448.945,02	448.945,02	232.428,16	232.428,16	2,49	12,86	1.575.271,84
Controle Interno	143.320,00	143.320,00	35.617,41	35.617,41	22.992,12	22.992,12	0,25	16,04	120.327,88
Tecnologia da Informatização	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Comunicação Social	92.230,00	92.230,00	7.161,75	7.161,75	6.411,75	6.411,75	0,07	6,95	85.818,25
Assistência à Criança e ao Adolescente	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Previdência do Regime Estatutário	440.000,00	440.000,00	84.388,67	84.388,67	15.096,63	15.096,63	0,16	3,43	424.903,37
Segurança Pública	1.264.100,00	1.303.043,70	393.659,96	393.659,96	92.563,89	92.563,89	0,99	7,10	1.210.479,81
Policiamiento	41.000,00	48.753,70	13.917,46	13.917,46	7.337,65	7.337,65	0,08	15,05	41.416,05
Defesa Civil	1.223.100,00	1.254.290,00	379.742,50	379.742,50	85.226,24	85.226,24	0,91	6,79	1.169.063,76
Assistência Social	3.708.067,88	3.764.665,03	603.688,43	603.688,43	332.307,56	332.307,56	3,56	8,83	3.432.357,47
Assistência ao Idoso	306.460,00	307.380,22	28.625,55	28.625,55	10.893,24	10.893,24	0,12	3,54	296.486,98
Assistência ao Portador de Deficiência	72.424,08	72.863,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.863,26
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.640.040,00	1.689.277,42	337.605,59	337.605,59	175.845,44	175.845,44	1,88	10,41	1.513.431,98
Assistência Comunitária	1.689.143,80	1.695.144,13	237.457,29	237.457,29	145.568,88	145.568,88	1,56	8,59	1.549.575,25
Previdência Social	4.000.000,00	4.000.000,00	625.572,34	625.572,34	547.959,13	547.959,13	5,87	13,70	3.452.040,87
Previdência do Regime Estatutário	4.000.000,00	4.000.000,00	625.572,34	625.572,34	547.959,13	547.959,13	5,87	13,70	3.452.040,87
Saúde	13.101.122,66	13.101.122,66	3.088.576,62	3.088.576,62	1.407.828,94	1.407.828,94	15,07	10,75	11.693.293,72
Atenção Básica	11.043.725,70	11.043.725,70	2.132.015,03	2.132.015,03	1.110.015,08	1.110.015,08	11,88	10,05	9.933.710,62
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.493.285,00	1.493.285,00	780.471,55	780.471,55	237.740,42	237.740,42	2,55	15,92	1.255.544,58
Vigilância Sanitária	361.900,00	361.900,00	115.140,43	115.140,43	36.653,62	36.653,62	0,39	10,13	325.246,38
Vigilância Epidemiológica	202.211,96	202.211,96	60.949,61	60.949,61	23.419,82	23.419,82	0,25	11,58	178.792,14

Continua 1/5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	87.282.601,12	89.753.928,13	25.079.284,82	25.079.284,82	8.471.562,54	8.471.562,54	90,70	9,44	81.282.365,59
Trabalho	2.560.740,00	2.560.740,00	1.099.452,33	1.099.452,33	240.688,79	240.688,79	2,58	9,40	2.320.051,21
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.560.740,00	2.560.740,00	1.099.452,33	1.099.452,33	240.688,79	240.688,79	2,58	9,40	2.320.051,21
Educação	16.917.958,00	17.258.726,05	4.941.124,65	4.941.124,65	1.564.283,40	1.564.283,40	16,75	9,06	15.694.442,65
Alimentação e Nutrição	670.220,00	677.888,05	324.118,50	324.118,50	1.999,88	1.999,88	0,02	0,30	675.888,17
Ensino Fundamental	9.290.353,00	9.453.453,00	2.939.974,72	2.939.974,72	828.885,75	828.885,75	8,87	8,77	8.624.567,25
Ensino Médio	239.990,00	239.990,00	221.633,28	221.633,28	0,00	0,00	0,00	0,00	239.990,00
Educação Infantil	6.202.395,00	6.372.395,00	1.417.381,58	1.417.381,58	697.148,53	697.148,53	7,46	10,94	5.675.246,47
Educação Especial	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Difusão Cultural	315.000,00	315.000,00	38.016,57	38.016,57	36.249,24	36.249,24	0,39	11,51	278.750,76
Cultura	19.000,00	19.000,00	2.673,93	2.673,93	829,75	829,75	0,01	4,37	18.170,25
Habitação Urbana	19.000,00	19.000,00	2.673,93	2.673,93	829,75	829,75	0,01	4,37	18.170,25
Direitos da Cidadania	136.900,00	136.900,00	19.591,42	19.591,42	14.271,42	14.271,42	0,15	10,42	122.628,58
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	136.900,00	136.900,00	19.591,42	19.591,42	14.271,42	14.271,42	0,15	10,42	122.628,58
Urbanismo	6.599.938,08	8.157.042,29	2.151.246,73	2.151.246,73	669.379,77	669.379,77	7,17	8,21	7.487.662,52
Infra-Estrutura Urbana	2.735.098,08	3.047.202,29	532.519,11	532.519,11	288.403,46	288.403,46	3,09	9,46	2.758.798,83
Serviços Urbanos	2.497.840,00	3.667.840,00	388.611,48	388.611,48	179.708,71	179.708,71	1,92	4,90	3.488.131,29
Conservação de Energia	1.367.000,00	1.442.000,00	1.230.116,14	1.230.116,14	201.267,60	201.267,60	2,15	13,96	1.240.732,40
Habitação	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Habitação Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Saneamento	11.767.440,50	11.767.440,50	3.560.512,82	3.560.512,82	1.198.563,87	1.198.563,87	12,83	10,19	10.568.876,63
Administração Geral	2.140.270,00	2.140.270,00	661.570,81	661.570,81	304.117,98	304.117,98	3,26	14,21	1.836.152,02
Saneamento Básico Rural	132.331,00	132.331,00	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.331,00
Saneamento Básico Urbano	9.494.839,50	9.494.839,50	2.895.642,01	2.895.642,01	894.445,89	894.445,89	9,58	9,42	8.600.393,61
Gestão Ambiental	150.250,00	150.250,00	12.064,65	12.064,65	11.371,79	11.371,79	0,12	7,57	138.878,21
Preservação e Conservação Ambiental	150.250,00	150.250,00	12.064,65	12.064,65	11.371,79	11.371,79	0,12	7,57	138.878,21
Agricultura	1.134.000,00	1.231.500,00	125.545,90	125.545,90	65.742,31	65.742,31	0,70	5,34	1.165.757,69
Extensão Rural	1.134.000,00	1.231.500,00	125.545,90	125.545,90	65.742,31	65.742,31	0,70	5,34	1.165.757,69

Continua 2/5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	87.282.601,12	89.753.928,13	25.079.284,82	25.079.284,82	8.471.562,54	8.471.562,54	90,70	9,44	81.282.365,59
Indústria	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Promoção Industrial	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Comércio e Serviços	242.270,00	242.270,00	29.369,53	29.369,53	25.569,53	25.569,53	0,27	10,55	216.700,47
Promoção Comercial	173.200,00	173.200,00	25.279,99	25.279,99	21.479,99	21.479,99	0,23	12,40	151.720,01
Turismo	69.070,00	69.070,00	4.089,54	4.089,54	4.089,54	4.089,54	0,04	5,92	64.980,46
Transporte	922.060,00	922.060,00	591.707,26	591.707,26	68.561,45	68.561,45	0,73	7,44	853.498,55
Transporte Aéreo	53.600,00	53.600,00	5.556,64	5.556,64	5.556,64	5.556,64	0,06	10,37	48.043,36
Transporte Rodoviário	868.460,00	868.460,00	586.150,62	586.150,62	63.004,81	63.004,81	0,67	7,25	805.455,19
Desporto e Lazer	1.722.700,00	2.060.200,00	309.486,98	309.486,98	172.808,09	172.808,09	1,85	8,39	1.887.391,91
Desporto Comunitário	1.722.700,00	2.060.200,00	309.486,98	309.486,98	172.808,09	172.808,09	1,85	8,39	1.887.391,91
Encargos Especiais	3.271.550,00	3.271.550,00	3.186.528,38	3.186.528,38	391.822,81	391.822,81	4,19	11,98	2.879.727,19
Serviço da Dívida Interna	2.350.000,00	2.350.000,00	2.322.373,06	2.322.373,06	304.979,50	304.979,50	3,27	12,98	2.045.020,50
Outros Encargos Especiais	921.550,00	921.550,00	864.155,32	864.155,32	86.843,31	86.843,31	0,93	9,42	834.706,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.130.000,00	1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.130.000,00
 RESERVA DO RPPS	 4.579.250,00	 4.579.250,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 4.579.250,00
 DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	 5.830.662,42	 5.830.662,42	 2.337.009,58	 2.337.009,58	 868.764,66	 868.764,66	 9,30	 14,90	 4.961.897,76
Legislativa	145.000,00	145.000,00	17.899,00	17.899,00	17.899,00	17.899,00	0,19	12,34	127.101,00
Ação Legislativa	145.000,00	145.000,00	17.899,00	17.899,00	17.899,00	17.899,00	0,19	12,34	127.101,00
Administração	1.010.930,00	1.010.930,00	228.775,95	228.775,95	158.616,26	158.616,26	1,70	15,69	852.313,74
Administração Geral	1.010.930,00	1.010.930,00	228.775,95	228.775,95	158.616,26	158.616,26	1,70	15,69	852.313,74
Segurança Pública	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Defesa Civil	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Assistência Social	31.960,00	31.960,00	5.582,35	5.582,35	5.582,35	5.582,35	0,06	17,47	26.377,65
Assistência Comunitária	10.000,00	10.000,00	1.779,67	1.779,67	1.779,67	1.779,67	0,02	17,80	8.220,33
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	21.960,00	21.960,00	3.802,68	3.802,68	3.802,68	3.802,68	0,04	17,32	18.157,32
Previdência Social	199.100,00	199.100,00	30.458,25	30.458,25	30.458,25	30.458,25	0,33	15,30	168.641,75
Previdência do Regime Estatutário	199.100,00	199.100,00	30.458,25	30.458,25	30.458,25	30.458,25	0,33	15,30	168.641,75

Continua 3/5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.830.662,42	5.830.662,42	2.337.009,58	2.337.009,58	868.764,66	868.764,66	9,30	14,90	4.961.897,76
Saúde	557.460,00	557.460,00	185.193,15	185.193,15	133.203,89	133.203,89	1,43	23,89	424.256,11
Atenção Básica	512.050,00	512.050,00	139.783,15	139.783,15	130.111,01	130.111,01	1,39	25,41	381.938,99
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	45.410,00	45.410,00	45.410,00	45.410,00	3.092,88	3.092,88	0,03	6,81	42.317,12
Trabalho	38.000,00	38.000,00	3.005,30	3.005,30	3.005,30	3.005,30	0,03	7,91	34.994,70
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	38.000,00	38.000,00	3.005,30	3.005,30	3.005,30	3.005,30	0,03	7,91	34.994,70
Educação	1.552.600,00	1.552.600,00	304.758,70	304.758,70	260.484,81	260.484,81	2,79	16,78	1.292.115,19
Ensino Fundamental	825.100,00	825.100,00	172.314,44	172.314,44	140.515,68	140.515,68	1,50	17,03	684.584,32
Educação Infantil	727.500,00	727.500,00	132.444,26	132.444,26	119.969,13	119.969,13	1,28	16,49	607.530,87
Saneamento	680.612,42	680.612,42	108.167,36	108.167,36	108.110,06	108.110,06	1,16	15,88	572.502,36
Administração Geral	612,42	612,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	612,42
Previdência do Regime Estatutário	580.000,00	580.000,00	90.454,26	90.454,26	90.403,84	90.403,84	0,97	15,59	489.596,16
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	100.000,00	100.000,00	17.713,10	17.713,10	17.706,22	17.706,22	0,19	17,71	82.293,78
Desporto e Lazer	202.000,00	202.000,00	40.769,52	40.769,52	17.026,65	17.026,65	0,18	8,43	184.973,35
Previdência do Regime Estatutário	155.200,00	155.200,00	27.953,36	27.953,36	13.294,35	13.294,35	0,14	8,57	141.905,65
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	15.800,00	15.800,00	3.316,16	3.316,16	3.316,16	3.316,16	0,04	20,99	12.483,84
Desporto Comunitário	31.000,00	31.000,00	9.500,00	9.500,00	416,14	416,14	0,00	1,34	30.583,86
Encargos Especiais	1.412.400,00	1.412.400,00	1.412.400,00	1.412.400,00	134.378,09	134.378,09	1,44	9,51	1.278.021,91
Serviço da Dívida Interna	1.412.400,00	1.412.400,00	1.412.400,00	1.412.400,00	134.378,09	134.378,09	1,44	9,51	1.278.021,91

Continua 4/5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 5/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.830.662,42	5.830.662,42	2.337.009,58	2.337.009,58	868.764,66	868.764,66	9,30	14,90	4.961.897,76
Encargos Especiais	1.412.400,00	1.412.400,00	1.412.400,00	1.412.400,00	134.378,09	134.378,09	1,44	9,51	1.278.021,91
Serviço da Dívida Interna	1.412.400,00	1.412.400,00	1.412.400,00	1.412.400,00	134.378,09	134.378,09	1,44	9,51	1.278.021,91
TOTAL (III) = (I + II)	93.113.263,54	95.584.590,55	27.416.294,40	27.416.294,40	9.340.327,20	9.340.327,20	100,00	9,77	86.244.263,35

FONTE:

JOACABA, 17/04/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRES RAFAEL LASKE
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA PREFEITO

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

17/04/2013 13:18:59 - SIMONE - Secretaria de Gestão Administrativa - Departamento de Contabilidade

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2012 A FEVEREIRO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	7.714.812,61	10.705.952,75	7.601.334,27	6.946.950,23	7.097.811,50	6.903.727,94	7.122.347,43	7.576.846,43	7.228.163,49	9.318.111,35	6.623.462,98	7.329.943,49	92.169.464,47	93.337.335,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.655.562,87	4.048.612,78	1.259.300,18	1.054.728,44	1.114.924,82	1.046.801,39	1.146.895,32	1.075.805,26	1.056.768,37	1.233.154,58	1.196.273,78	1.407.211,89	17.296.039,68	16.727.800,00
I.P.T.U.	392.035,93	2.735.771,93	378.834,70	186.910,04	171.222,98	169.481,14	148.486,89	157.513,60	144.940,20	85.252,90	42.258,08	174.889,91	4.787.598,30	4.991.000,00
I.R.R.F.	118.271,84	99.423,06	98.009,98	29.628,65	134.942,86	99.021,73	104.679,99	100.864,34	99.722,12	84.420,59	131.937,44	80.901,45	1.181.824,05	1.190.000,00
I.S.S.	587.492,79	507.535,38	521.803,42	573.116,98	573.469,68	551.193,42	562.000,29	574.459,84	560.426,09	696.514,27	545.403,99	556.375,97	6.809.792,12	6.590.000,00
I.T.B.I.	138.145,80	70.439,54	93.910,98	180.766,54	111.173,76	129.033,25	226.921,51	154.263,31	165.677,05	292.654,02	376.869,24	76.054,05	1.995.909,05	1.635.000,00
Outras Receitas Tributárias	419.616,51	635.442,87	166.741,10	104.306,23	124.115,54	98.071,85	104.806,64	88.704,17	86.002,91	74.312,80	99.805,03	518.990,51	2.520.916,16	2.321.800,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	299.759,41	323.578,11	340.539,07	343.471,36	340.062,86	352.899,91	363.013,07	347.371,59	359.591,21	697.101,11	142.652,38	374.597,08	4.284.637,16	4.398.080,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	299.759,41	323.578,11	340.539,07	343.471,36	340.062,86	352.899,91	363.013,07	347.371,59	359.591,21	697.101,11	142.652,38	374.597,08	4.284.637,16	4.398.080,00
RECEITA PATRIMONIAL	608.998,26	1.081.308,47	655.625,86	264.360,07	687.285,47	480.928,36	472.782,69	913.973,84	388.347,02	786.028,59	295.463,55	141.481,38	6.776.583,56	5.162.610,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	948.297,60	966.679,63	983.578,53	912.218,57	979.558,93	976.077,87	918.473,19	1.050.992,86	1.004.919,37	984.480,69	928.599,54	950.326,28	11.604.203,06	11.970.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.039.713,72	4.126.840,58	4.206.410,22	4.053.624,02	3.765.639,55	3.873.003,71	4.086.097,11	4.068.854,02	4.292.248,50	5.394.438,29	3.771.882,68	4.293.306,88	49.972.059,28	53.162.545,54
Cota-Parte do F.P.M.	826.174,92	1.041.251,39	1.164.566,00	993.781,16	742.122,55	818.916,65	716.540,05	780.639,60	1.028.129,36	1.798.654,21	1.071.480,10	1.441.561,86	12.403.817,85	14.190.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.462.443,39	1.532.692,52	1.373.787,24	1.419.084,36	1.388.511,65	1.389.166,98	1.610.815,23	1.518.500,05	1.634.145,45	1.651.977,43	1.518.823,23	1.361.222,82	17.861.170,35	18.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	306.568,11	312.031,84	372.283,72	336.924,08	361.403,06	379.259,15	341.645,82	362.844,35	187.660,04	133.531,46	172.417,94	250.440,55	3.517.010,12	4.020.000,00
Cota-Parte do ITR	222,39	95,42	52,64	110,58	0,00	21,82	1.551,18	6.545,23	183,40	69,34	6,59	24,80	8.883,39	8.000,00
Outras Transferências Correntes	759.972,02	518.570,21	589.783,38	613.940,86	635.149,87	621.943,96	681.444,78	717.551,53	699.906,59	959.965,83	206.998,12	468.105,61	7.473.262,76	6.946.545,54
Transferências da LC 61/1989	23.018,88	24.424,67	27.645,28	24.697,18	23.031,08	25.456,55	25.744,36	24.882,20	25.190,27	28.924,67	27.122,07	20.825,13	300.962,34	300.000,00
Transferências da LC 87/1996	7.752,67	7.752,67	7.752,67	7.752,67	7.752,67	7.752,67	0,00	15.505,34	7.752,67	7.752,67	0,00	0,00	77.526,70	98.000,00
Transferências do FUNDEB	653.561,34	690.021,86	670.539,29	657.333,13	607.668,67	630.485,93	708.355,69	662.385,72	709.380,72	813.532,68	775.034,63	751.126,11	8.329.425,77	9.100.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	162.480,75	158.933,18	155.880,41	318.547,77	210.339,87	174.016,70	135.086,05	119.848,86	126.289,02	222.908,09	288.591,05	163.019,98	2.235.941,73	1.916.300,00
Dedução S/ Receita do IPTU - Educacao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução S/ Receita do IPTU - Odinario	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução S/ Receita do IPTU - Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devolução Contrib p/ Pavim. e Obras Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devolução de taxas de alvará de Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devolução S/ Taxa de Licença para Funcionamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devolução s/ Transm Inter Vivos de Bens Imóveis -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devolução Tx de Aprovação Proj de Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita Formação do FUNDEB- Desoneraçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Form. FUNDEB - IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	655.045,33	722.936,51	733.615,54	823.747,24	716.432,69	675.472,91	692.533,45	691.374,04	722.162,93	1.159.723,45	569.125,84	776.772,69	8.938.942,62	9.449.200,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	5.391,79	5.391,79	5.391,79	130.296,95	73.765,27	7.417,56	7.417,56	7.417,56	0,00	10.576,57	5.964,78	264.648,23	75.000,00	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	124.417,68	133.895,20	139.006,42	136.980,48	138.103,41	143.940,81	145.856,75	146.173,41	145.550,89	424.965,11	5.539,46	155.993,05	1.840.422,67	1.951.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	525.235,86	583.649,52	589.217,33	566.469,81	504.564,01	524.114,54	539.259,14	537.783,07	576.612,04	724.181,77	557.969,77	614.814,86	6.833.871,72	7.423.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	7.059.767,28	9.983.016,24	6.867.718,73	6.123.202,99	6.381.378,81	6.228.255,03	6.429.813,98	6.885.472,39	6.506.000,56	8.158.387,90	6.054.337,14	6.553.170,80	83.230.521,85	83.888.135,54

FONTE:

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2012 A FEVEREIRO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)

JOACABA, 17/04/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO

ANA PAULA BIJUBIO
CONTROLADORA INTERNA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	5.030.000,00	5.030.000,00	375.231,07	375.231,07	953.598,48
RECEITAS CORRENTES	5.030.000,00	5.030.000,00	375.231,07	375.231,07	953.598,48
Receita de Contribuições dos Segurados	1.951.000,00	1.951.000,00	161.532,51	161.532,51	121.651,75
Pessoal Civil	1.951.000,00	1.951.000,00	161.532,51	161.532,51	121.651,75
Ativo	1.932.000,00	1.932.000,00	158.267,91	158.267,91	119.444,40
Inativo	15.000,00	15.000,00	2.758,86	2.758,86	1.726,07
Pensionista	4.000,00	4.000,00	505,74	505,74	481,28
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.000.000,00	3.000.000,00	202.117,17	202.117,17	821.472,15
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.000.000,00	3.000.000,00	202.117,17	202.117,17	821.472,15
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	79.000,00	79.000,00	11.581,39	11.581,39	10.474,58
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	75.000,00	75.000,00	11.581,39	11.581,39	10.474,58
Demais Receitas Correntes	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.139.250,00	5.139.250,00	437.498,11	437.498,11	347.588,71
RECEITAS CORRENTES	5.139.250,00	5.139.250,00	437.498,11	437.498,11	347.588,71
Receita de Contribuições Patronais	3.726.850,00	3.726.850,00	319.798,11	319.798,11	240.588,71
Pessoal Civil	3.726.850,00	3.726.850,00	319.798,11	319.798,11	240.588,71
Ativo	3.687.850,00	3.687.850,00	316.533,49	316.533,49	238.886,51
Inativo	37.000,00	37.000,00	3.264,62	3.264,62	1.702,20
Pensionista	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de JOACABA - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.412.400,00	1.412.400,00	117.700,00	117.700,00	107.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	10.169.250,00	10.169.250,00	812.729,18	812.729,18	1.301.187,19
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	4.590.000,00	4.590.000,00	566.808,08	566.808,08	477.654,11
ADMINISTRAÇÃO	590.000,00	590.000,00	18.848,95	18.848,95	23.074,65
Despesas Correntes	550.000,00	550.000,00	18.848,95	18.848,95	23.074,65
Despesas de Capital	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.000.000,00	4.000.000,00	547.959,13	547.959,13	454.579,46
Pessoal Civil	0,00	0,00	545.572,34	545.572,34	454.579,46
Aposentadorias	0,00	0,00	428.467,86	428.467,86	359.423,24
Pensões	0,00	0,00	117.104,48	117.104,48	95.156,22
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	4.000.000,00	4.000.000,00	2.386,79	2.386,79	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Demais Despesas Previdenciárias	4.000.000,00	4.000.000,00	2.386,79	2.386,79	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	4.590.000,00	4.590.000,00	566.808,08	566.808,08	477.654,11
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	5.579.250,00	5.579.250,00	245.921,10	245.921,10	823.533,08
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			5.579.250,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
Bancos Conta Movimento	8.875,28	10.409,50	12.269,09
Investimentos	33.925.495,20	34.267.415,14	26.053.480,61

FONTE:

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

JOACABA, 17/04/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

17/04/2013 14:37:25 - SIMONE - Secretaria de Gestão Administrativa - Departamento de Contabilidade

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 28 Fev 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	14.032.108,61	14.032.108,61	14.024.186,94
DEDUÇÕES (II)	26.340.206,38	26.340.206,38	28.403.656,46
Disponibilidade de Caixa Bruta	26.968.144,66	26.968.144,66	28.964.066,68
Demais Haveres Financeiros	32,27	32,27	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	627.970,55	627.970,55	560.410,22
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-12.308.097,77	-12.308.097,77	-14.379.469,52
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-12.308.097,77	-12.308.097,77	-14.379.469,52

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2013 (C - A)
VALOR	-2.071.371,75	-2.071.371,75

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	8.175.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 28 Fev 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	25.325.935,75	25.325.935,75	25.325.935,75
Passivo Atuarial	25.325.935,75	25.325.935,75	25.325.935,75
DEDUÇÕES (VIII)	34.028.691,29	34.028.691,29	34.275.856,30
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.104,72	7.104,72	10.409,50
Investimentos	34.031.206,07	34.031.206,07	34.267.415,14
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	9.619,50	9.619,50	1.968,34
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-8.702.755,54	-8.702.755,54	-8.949.920,55
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-8.702.755,54	-8.702.755,54	-8.949.920,55

FONTE:

JOACABA, 17/04/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	86.817.065,54	12.888.820,34	12.888.820,34	11.199.706,39
Receita Tributária	16.728.800,00	2.603.485,67	2.603.485,67	1.813.331,47
I.P.T.U.	4.991.000,00	217.147,99	217.147,99	20.167,69
I.S.S.	6.590.000,00	1.101.779,96	1.101.779,96	914.465,64
I.T.B.I.	1.635.000,00	452.923,29	452.923,29	344.305,20
I.R.R.F.	1.190.000,00	212.838,89	212.838,89	228.175,55
Outras Receitas Tributárias	2.322.800,00	618.795,54	618.795,54	306.217,39
Receita de Contribuição	8.663.750,00	884.051,63	884.051,63	677.102,53
Receitas Previdenciárias	5.677.850,00	481.330,62	481.330,62	362.240,46
Outras Contribuições	2.985.900,00	402.721,01	402.721,01	314.862,07
Receita Patrimonial Líquida	160.300,00	25.118,71	25.118,71	24.355,66
Receita Patrimonial	5.162.610,00	436.944,93	436.944,93	1.247.099,29
(-) Aplicações Financeiras	5.002.310,00	411.826,22	411.826,22	1.222.743,63
Transferências Correntes	45.739.345,54	6.892.404,93	6.892.404,93	6.453.363,31
F.P.M.	11.352.000,00	2.010.433,61	2.010.433,61	1.777.679,89
I.C.M.S.	14.800.000,00	2.304.037,02	2.304.037,02	2.313.211,73
Convênios	680.355,00	114.690,77	114.690,77	110.628,67
Outras Transferências Correntes	18.906.990,54	2.463.243,53	2.463.243,53	2.251.843,02
Demais Receitas Correntes	15.524.870,00	2.483.759,40	2.483.759,40	2.231.553,42
Dívida Ativa	1.291.000,00	352.250,78	352.250,78	351.803,91
Diversas Receitas Correntes	14.233.870,00	2.131.508,62	2.131.508,62	1.879.749,51
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.293.888,00	351.203,04	351.203,04	934.413,89
Operações de Crédito (III)	0,00	162.202,83	162.202,83	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	108.000,00	9.000,21	9.000,21	8.288,13
Alienação de Ativos (V)	105.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.080.888,00	180.000,00	180.000,00	926.125,76
Convênios	1.050.000,00	0,00	0,00	926.125,76
Outras Transferências de Capital	30.888,00	180.000,00	180.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.080.888,00	180.000,00	180.000,00	926.125,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	87.897.953,54	13.068.820,34	13.068.820,34	12.125.832,15

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	76.891.826,89	9.168.975,24	9.168.975,24	8.671.290,09
Pessoal e Encargos Sociais	41.036.134,02	6.184.026,88	6.184.026,88	5.570.026,89
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.400.000,00	262.285,15	262.285,15	174.267,50
Outras Despesas Correntes	34.455.692,87	2.722.663,21	2.722.663,21	2.926.995,70
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	75.491.826,89	8.906.690,09	8.906.690,09	8.497.022,59
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.983.513,66	171.351,96	171.351,96	743.803,22
Investimentos	12.028.513,66	128.657,61	128.657,61	699.308,82
Inversões Financeiras	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	950.000,00	42.694,35	42.694,35	44.494,40
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	12.033.513,66	128.657,61	128.657,61	699.308,82

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.130.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	4.579.250,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	93.234.590,55	9.035.347,70	9.035.347,70	9.196.331,41
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.336.637,01	4.033.472,64	4.033.472,64	2.929.500,74
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	15.694,75	353.776,83
Superávit Financeiro	-	-	15.694,75	353.776,83
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-7.825.000,00

FONTE:

JOACABA, 17/04/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	58.457,14	573.827,33	628.192,96	80,00	4.011,51	978.191,56	7.211.358,65	2.367.916,31	2.174.701,80	7.173,54	5.851.243,31
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	358.026,47	355.067,09	80,00	2.879,38	89.365,06	5.023.665,99	1.482.517,86	1.482.489,31	1.725,00	3.628.816,74
CONSELHO TUTELAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.339,20	1.339,20	1.339,20	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	111.500,00	111.500,00	0,00	0,00	0,00	198.686,33	127.935,63	127.935,63	0,00	70.750,70
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.556,54	7.546,24	7.546,24	0,00	5.010,30
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.666,76	33.538,09	33.538,09	0,00	667.128,67
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	217.004,80	216.924,80	80,00	0,00	57.915,06	301.329,95	112.464,90	112.464,90	325,00	246.455,11
GABINETE DO PREFEITO	0,00	168,53	168,53	0,00	0,00	31.450,00	305.551,61	269.494,98	269.494,98	0,00	67.506,63
GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.356,23	1.356,23	1.356,23	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.244,00	1.244,00	1.244,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	15.817,79	15.384,92	0,00	432,87	0,00	834.321,27	247.411,64	247.383,09	0,00	586.938,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.199,22	66.879,54	66.879,54	1.400,00	10.919,68
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA	0,00	4.064,93	1.618,42	0,00	2.446,51	0,00	98.384,49	72.564,49	72.564,49	0,00	25.820,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	9.470,42	9.470,42	0,00	0,00	0,00	2.489.030,39	540.742,92	540.742,92	0,00	1.948.287,47
FUNDAÇÃO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACAB	0,00	2.001,78	2.001,78	0,00	0,00	0,00	4.230,82	3.895,82	3.895,82	0,00	335,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE	0,00	2.001,78	2.001,78	0,00	0,00	0,00	4.230,82	3.895,82	3.895,82	0,00	335,00
INST. DE PREV. DOS SERV.PUBL. DO MUNIC. DE JOA	0,00	9.619,50	9.619,50	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PUBL. - I	0,00	9.619,50	9.619,50	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
PLANO DE SAÚDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.554,00	1.854,00	1.854,00	0,00	5.700,00
PLANO DE SAÚDE ASSIT. SOCIAL DOS SERV.PUBL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.554,00	1.854,00	1.854,00	0,00	5.700,00
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	148.565,46	147.433,33	0,00	1.132,13	183.560,00	1.206.109,49	723.217,07	686.462,67	5.448,54	697.758,28
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-J	0,00	148.565,46	147.433,33	0,00	1.132,13	183.560,00	1.206.109,49	723.217,07	686.462,67	5.448,54	697.758,28
LEGISLATIVO	58.457,14	55.614,12	114.071,26	0,00	0,00	705.266,50	966.298,35	156.431,56	0,00	0,00	1.515.133,29
CAMARA DE VEREADORES	0,00	55.614,12	55.614,12	0,00	0,00	0,00	966.298,35	6.431,50	0,00	0,00	959.866,85
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	705.266,50	0,00	150.000,06	0,00	0,00	555.266,44
CAMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA DE VEREADORES	58.457,14	0,00	58.457,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	5.305,58	5.305,58	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	4.511,76	4.511,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	4.511,76	4.511,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACAB	0,00	793,82	793,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE	0,00	793,82	793,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	58.457,14	579.132,91	633.498,54	80,00	4.011,51	978.191,56	7.211.358,65	2.367.916,31	2.174.701,80	7.173,54	5.851.243,31

FONTE:

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35.487/O-5IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA GESTÃO FINANCEIRARAFAEL LASKE
PREFEITOANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	15.422.500,00	15.422.500,00	2.120.055,37	2.120.055,37	13,75
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.831.500,00	5.831.500,00	322.630,56	322.630,56	5,53
1.1.1- IPTU	5.000.000,00	5.000.000,00	217.147,99	217.147,99	4,34
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	17.000,00	17.000,00	63,57	63,57	0,37
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	645.000,00	645.000,00	83.287,27	83.287,27	12,91
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	180.000,00	180.000,00	22.905,91	22.905,91	12,73
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(10.500,00)	(10.500,00)	(774,18)	(774,18)	7,37
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.642.000,00	1.642.000,00	452.923,29	452.923,29	27,58
1.2.1- ITBI	1.650.000,00	1.650.000,00	468.341,63	468.341,63	28,38
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(15.000,00)	(15.000,00)	(15.418,34)	(15.418,34)	102,79
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.759.000,00	6.759.000,00	1.131.662,63	1.131.662,63	16,74
1.3.1- ISS	6.600.000,00	6.600.000,00	1.102.640,61	1.102.640,61	16,71
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	8.000,00	8.000,00	1.350,77	1.350,77	16,88
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	20.273,52	20.273,52	16,89
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	41.000,00	41.000,00	8.258,38	8.258,38	20,14
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(10.000,00)	(10.000,00)	(860,65)	(860,65)	8,61
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.190.000,00	1.190.000,00	212.838,89	212.838,89	17,89
1.4.1- IRRF	1.190.000,00	1.190.000,00	212.838,89	212.838,89	17,89
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.116.000,00	37.116.000,00	5.863.925,09	5.863.925,09	15,80
2.1- Cota-Parte FPM	14.190.000,00	14.190.000,00	2.513.041,96	2.513.041,96	17,71
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.190.000,00	14.190.000,00	2.513.041,96	2.513.041,96	17,71
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	18.500.000,00	18.500.000,00	2.880.046,05	2.880.046,05	15,57
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº67/1996	98.000,00	98.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	300.000,00	300.000,00	47.947,20	47.947,20	15,98
2.5- Cota-Parte ITR	8.000,00	8.000,00	31,39	31,39	0,39
2.6- Cota-Parte IPVA	4.020.000,00	4.020.000,00	422.858,49	422.858,49	10,52
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	52.538.500,00	52.538.500,00	7.983.980,46	7.983.980,46	15,20
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.178.363,00	1.178.363,00	174.588,91	174.588,91	14,82
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	1.157.813,00	1.157.813,00	173.119,96	173.119,96	14,95
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	20.550,00	20.550,00	1.468,95	1.468,95	7,15
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	1.549,10	1.549,10	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	1.549,10	1.549,10	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	386.000,00	386.000,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.564.363,00	1.564.363,00	176.138,01	176.138,01	11,26

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.423.200,00	7.423.200,00	1.172.784,63	1.172.784,63	15,80
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.838.000,00	2.838.000,00	502.608,35	502.608,35	17,71
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.700.000,00	3.700.000,00	576.009,03	576.009,03	15,57
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	19.600,00	19.600,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	60.000,00	60.000,00	9.589,44	9.589,44	15,98
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.600,00	1.600,00	6,26	6,26	0,39
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	804.000,00	804.000,00	84.571,55	84.571,55	10,52
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.128.000,00	9.128.000,00	1.528.277,28	1.528.277,28	16,74
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	9.100.000,00	9.100.000,00	1.526.160,74	1.526.160,74	16,77
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	28.000,00	28.000,00	2.116,54	2.116,54	7,56
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.676.800,00	1.676.800,00	353.376,11	353.376,11	21,07
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.215.200,00	8.215.200,00	1.095.499,64	1.095.499,64	13,34
13.1- Com Educação Infantil	4.354.600,00	4.354.600,00	591.448,88	591.448,88	13,58
13.2- Com Ensino Fundamental	3.860.600,00	3.860.600,00	504.050,76	504.050,76	13,06
14- OUTRAS DESPESAS	912.800,00	912.800,00	71.297,09	71.297,09	7,81
14.1- Com Educação Infantil	508.800,00	508.800,00	46.776,07	46.776,07	9,19
14.2- Com Ensino Fundamental	404.000,00	404.000,00	24.521,02	24.521,02	6,07
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	9.128.000,00	9.128.000,00	1.166.796,73	1.166.796,73	12,78
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					71,68
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013²					0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	13.134.625,00	13.134.625,00	1.995.995,12	1.995.995,12	15,20
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.358.795,00	6.358.795,00	798.544,18	798.544,18	12,56
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.863.400,00	4.863.400,00	638.224,95	638.224,95	13,12
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.495.395,00	1.495.395,00	160.319,23	160.319,23	10,72
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.611.400,00	9.611.400,00	945.214,01	945.214,01	9,83
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.264.600,00	4.264.600,00	528.571,78	528.571,78	12,39
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.346.800,00	5.346.800,00	416.642,23	416.642,23	7,79
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	15.970.195,00	15.970.195,00	1.743.758,19	1.743.758,19	10,92
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					353.376,11
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.116,54
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					15.008,98
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					370.501,63
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.373.256,56
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					17,2

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	816.000,00	816.000,00	42.137,62	42.137,62	5,16
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	259.153,00	259.153,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.075.153,00	1.075.153,00	42.137,62	42.137,62	3,92
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	17.045.348,00	17.045.348,00	1.785.895,81	1.785.895,81	10,48
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R\$)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	22.686,61	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.526.160,74	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.174.467,97	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.116,54	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	376.495,92	0,00

JOACABA, 17/04/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTÃO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 15.008,98, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

JOACABA, 17/04/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

Município de JOACABA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	93.113.263,54	
Previsão Atualizada		—	93.113.263,54	
Receitas Realizadas		13.651.849,60	13.651.849,60	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	15.694,75	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	93.113.263,54	
Créditos Adicionais		—	2.471.327,01	
Dotação Atualizada		—	95.584.590,55	
Despesas Empenhadas		27.416.294,40	27.416.294,40	
Despesas Liquidadas		9.340.327,20	9.340.327,20	
Superavit Orçamentário		—	4.311.522,40	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		27.416.294,40	27.416.294,40	
Despesas Liquidadas		9.340.327,20	9.340.327,20	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			83.230.521,85	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		812.729,18	812.729,18	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		566.808,08	566.808,08	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		245.921,10	245.921,10	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	8.175.000,00	-2.071.371,75	-25,34	
Resultado Primário	-8.770.550,00	4.033.472,64	-45,99	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	637.590,05	80,00	633.498,54	4.011,51
EXECUTIVO	523.518,79	80,00	519.427,28	4.011,51
LEGISLATIVO	114.071,26	0,00	114.071,26	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	8.189.550,21	7.173,54	2.331.133,36	5.851.243,31
EXECUTIVO	6.517.985,36	7.173,54	2.174.701,80	4.336.110,02
LEGISLATIVO	1.671.564,85	0,00	156.431,56	1.515.133,29
TOTAL:	8.827.140,26	7.253,54	2.964.631,90	5.855.254,82
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.373.256,56	25%	17,20
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.095.499,64	60%	71,68
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		162.202,83	-162.202,83	
Despesa de Capital Líquida		171.351,96	12.812.161,70	

Continua 1/2



Município de JOACABA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	105.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	148.540,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.260.350,11	15,00	28,31

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

JOACABA, 17/04/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

SIMAE**Portaria JHL 065/2013**

PORTARIA SIMAE JHL -Nº 65/2013 de 22/04/2013

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º- Designar CHRISTIANO LUIZ AMANCIO FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1 Ref. C sob o nº da CNH 02392419833 para exercer a atividade de Condutor de Veículo utilizando o veículo F-4000, placas LZN 4621 da Autarquia, no período de 23 de Abril de 2013 à 28 de Abril de 2013, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus a um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 22 de Abril de 2013
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Lauro Muller**PREFEITURA****Lei Nº 1748/2013**

LEI Nº 1748/2013 DE 19 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO DE TRANSITO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o município de Lauro Müller responsável pela remoção, guarda e depósito de veículos automotores apreendidos e retirados de circulação por infração à legislação de trânsito, nas vias públicas abertas e livre circulação deste Município.

§ 1º - A responsabilidade pela remoção, guarda e depósito de veículos automotores apreendidos e retirados de circulação poderá ser transferida a terceiros interessados que vencerem procedimento licitatório, realizado para fim de exploração desta atividade ou através de órgãos de trânsito.

§ 2º - A exploração deste serviço poderá ser realizada diretamente ou delegada, através de procedimento licitatório específico, às pessoas jurídicas de direito privado, mediante permissão, autorização ou concessão ou através de convênios com órgãos de trânsito municipais, estaduais e da União.

§ 3º - Caso a exploração deste serviço seja realizada por terceiro, o explorador do mesmo deverá cumprir os seguintes itens:

I - Ter local apropriado na área urbana do município, com o devido "habite-se", cercado, iluminado, e que ofereça um serviço de segurança e recepção 24 (vinte e quatro) horas por dia, a fim de atender tanto os agentes da autoridade de trânsito, assim definidos na legislação de trânsito, o público em geral, bem como zelar pela total segurança dos veículos do qual passa a ser fiel depositário;

II - Ter área que proporcione o abrigo de no mínimo 50 (cinquenta) automóveis e 50 (cinquenta) motocicletas;

III - Receber todo e qualquer veículo, assim classificados no art. 96 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro - CTB), quando devidamente apreendido, removido ou retirado de circulação pelos agentes da autoridade de trânsito, exceto aqueles de tração animal;

IV - Cobrar pela permanência do veículo no depósito o valor previsto em Decreto, a ser regulamentado pelo Poder Executivo;

V - Liberar os veículos somente para seus proprietários ou procuradores, mediante a regularização do motivo da apreensão, devidamente comprovada; e

VI - Possuir um livro diário no qual deve constar, no mínimo, identificação do veículo, nome do condutor ou proprietário, data do recebimento, agente de trânsito responsável pela apreensão e data de saída do veículo.

§ 4º - Os exploradores desta atividade sujeitar-se-ão a vistoria realizada pela autoridade de trânsito do Município de Lauro Müller, ou qualquer pessoa por este designada, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos desta LEI.

§ 5º - O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta Lei sujeitará o referido explorador às sanções que poderão variar de uma multa, a perda da delegação através da rescisão unilateral do contrato por parte do Município, sem o pagamento de nenhuma espécie de indenização por parte deste e sem prejuízo de outras medidas previstas em LEI.

Art. 2º - Para fins de cumprimento da legislação de trânsito, o serviço de remoção de veículos ao depósito de que trata esta Lei deverá ser feito por pessoa jurídica de direito privado, contratado junto ao órgão de trânsito do município, que fixará os requisitos necessários para credenciamento, operação e outras condições de funcionamento.

Parágrafo Único - Os valores máximos a serem cobrados dos proprietários, na rede bancária, pelo serviço de remoção e guarda dos veículos constarão no Decreto, a ser baixado pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, reajustados anualmente pela Unidade Padrão Fiscal - UPF, ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º - Depois de decorrido o prazo de 90 (noventa) dias, os veículos apreendidos ou removidos não reclamados por seus proprietários serão levados à hasta pública pelo Poder Público Municipal, deduzindo-se do valor arrecadado dos débitos referentes às multas, aos tributos, aos encargos legais bem como valores referentes à estadia e o restante, se houver, depositado à conta do ex-proprietário, na forma do art. 328, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Parágrafo Único - Não sendo o valor arrecadado suficiente para a quitação dos débitos, o excedente será lançado em dívida ativa do Município para cobrança judicial.

Art. 4º - A concessão dos serviços previstos nesta Lei será precedida de licitação, na modalidade de concorrência pública.

Art. 5º - A concorrência será realizada nos termos desta Lei e da legislação pertinente, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e igualdade de julgamento, através de critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE ABRIL DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor Do Departamento De Recursos Humanos

Lei Nº 1749/2013

LEI Nº 1749/2013 DE 19 DE ABRIL DE 2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, À PASTORAL DA CRIANÇA FELIZ DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 5.500,00 (Cinto mil e quinhentos reais), mediante a celebração de convênio com a Pastoral da Criança Feliz do Município de Lauro Müller, para fins de custeio de despesas decorrentes da aquisição de matéria-prima para manufaturação de multimistura, para pessoas idosas, gestantes e crianças em estado de desnutrição, ou assemelhado.

Parágrafo Único - O convenio de que se trata o "caput" deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta LEI.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.738/2012 de 19 de Novembro de 2012; 09.01- Fundo Municipal de Saúde; 2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde; Natureza da Despesa: 3.3.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE ABRIL DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor Do Departamento De Recursos Humanos

MINUTA DO CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E À PASTORAL CRIANÇA FELIZ DE LAURO MÜLLER/SC.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro - Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado a Pastoral Criança Feliz de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 06.554.953/0001-88, com sede na Rua Imarui, nº 115, Bairro Guatá - Lauro Müller/SC, representada neste ato por sua Presidente Luzia Madeira Salvador, com CPF nº 014.549.219/27, acordam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para auxiliar na cooperação financeira para aquisição de matéria-prima necessária à produção do suplemento alimentar multimistura.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à Pastoral Criança Feliz de Lauro Müller/SC o valor total de R\$ 5.500,00 (Cinto mil e quinhentos reais), sendo efetuado o repasse em até 05 (cinco) parcelas no valor de R\$ 1.100,00 (Mil e cem reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

IV - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

V - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do

presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

- a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e
- b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2013, a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

Parágrafo Único - É vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 19 de Abril de 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

LUZIA MADEIRA SALVADOR

Presidente da Pastoral Criança Feliz

TESTEMUNHAS:

1ª _____

CPF nº: _____

2ª _____

CPF nº: _____

Lei Nº 1750/2013

LEI Nº 1750/2013 DE 19 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS GRATUITOS A PESSOAS FÍSICAS E AUXÍLIOS FINANCEIROS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizada, para o fim previsto nos arts. 26,27 e 28 da Lei Complementar n.º 101/2000, a destinação de recursos para direta ou indiretamente cobrir necessidades de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, reconhecidas como de utilidade pública em nível federal, estadual ou municipal, visando a prestação de serviços essenciais nas áreas da Educação, Cultura, Desporto, Lazer, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e Agropecuária, objetivando o desenvolvimento sócio econômico do Município de Lauro Müller, nos termos da presente Lei.

Art. 2º - As despesas destinadas ao atendimento das necessidades de pessoas físicas serão realizadas através do PROGRAMA

MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A PESSOAS ECONOMICAMENTE CARENTES ora instituído, com o objetivo de processar as doações nos termos desta LEI.

Parágrafo Único - As doações recairão sobre os seguintes itens:

- a) Aluguel social;
- b) Transporte;
- c) Bilhetes de passagem;
- d) Medicamentos;
- e) Exames e consultas médicas;
- f) Procedimentos e internamentos hospitalares;
- g) Intervenções cirúrgicas;
- h) Próteses e aparelhos para reabilitação;
- i) Óculos, lentes, armações e etc;
- j) Gêneros alimentícios;
- k) Auxílio funeral;
- l) Auxílio natalidade;
- m) Materiais escolares;
- n) Fardamento escolar;
- o) Livros didáticos;
- p) Materiais de construção;
- q) Gás, energia e água;
- r) Enxovais para recém-nascidos;
- s) Fotografia para documentos pessoais e;
- t) Custas e emolumentos.

Art. 3º - As doações serão destinadas única e exclusivamente à população carente excluída do contexto social de acordo com os critérios estabelecidos nesta Lei, conforme laudo social assinado por Assistente Social, podendo ser de forma parcial ou na totalidade.

Parágrafo Único - Observadas as condições definidas no caput deste artigo, as doações serão destinadas exclusivamente às famílias que se enquadrem nos seguintes parâmetros, mediante:

I - Comprovação através de declaração de renda familiar per capita de até meio salário mínimo;

II - Comprovação de residência, permanência ou vivência no Município de Lauro Müller;

III - Comprovação através de solicitação ou recomendação médica para os casos de saúde;

IV - Comprovação de matrícula escolar e frequência igual ou superior a 90% das aulas mensais de todos os fins ou dependentes entre 7 (sete) e 14 (quatorze) anos, em escola pública ou em programas assistenciais;

V - Comprovação de vacinação dos filhos, mediante apresentação do Cartão de Vacina devidamente atualizado.

§ 1º. Para efeito desta Lei, considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de mantendo a sua economia pela constituição de seus membros.

§ 2º. Serão computados para cálculo de renda familiar os rendimentos de todos os membros adultos que compõe a família.

§ 3º. No ato da inscrição do requerente e, a qualquer tempo, a critério da Secretaria Municipal de Assistência Social, será feita a aferição da renda familiar.

§ 4º. As informações declaradas pelas instituições de ensino estarão sujeitas à averiguação pelo Poder Público Municipal.

Art. 4º - Estão incluídas para fins de doações nos termos do art. 2º desta Lei, as famílias desabrigadas, que tiveram suas casas atingidas por catástrofes ou enxurradas, e nos casos de calamidade pública, tendo como critério de avaliação, laudo social declarado pela Secretaria de Assistência Social.

Art. 5º - As inscrições para o PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES serão realizadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante preenchimento de cadastro para o fim específico.

§ 1º. No ato da inscrição o requerente preencherá formulário próprio, devendo apresentar os seguintes documentos:

I - Cédula de Identidade;
II - CPF;
III - Título de eleitor;
IV - Carteira de trabalho e previdência social (CTPS);
V - Comprovação de residência, permanência ou vivência no Município;
VI - Comprovação de renda familiar;
VII - Comprovação de matrícula e frequência escolar nos termos do art. 3º, § único, inciso IV desta Lei;
VIII - Comprovação de vacinação dos filhos, mediante apresentação do Cartão de Vacina devidamente atualizado.
§ 2º. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social promover todas as condições necessárias para a efetiva regularização do requerente que não portar documentos pessoais.

Art. 6º - Será excluído automaticamente do PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES, o requerente que prestar declaração falsa ou usar de qualquer meio ilícito para obtenção de vantagens.

Parágrafo Único - Ao servidor público ou agente de entidade conveniada que concorra para o ilícito previsto neste artigo, inserindo ou fazendo inserir declaração falsa ou documento que deva produzir efeito perante o PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES, aplica-se, além das sanções penais e administrativas cabíveis, multa nunca inferior ao dobro das despesas despendidas com o objeto do delito.

Art. 7º - Para atendimento do PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - Doar às pessoas carentes os itens previstos no art. 3º, § único desta Lei;
II - Aplicar o instrumento legal que couber para proceder às doações previstas nesta Lei;
III - Editar, normalizar, regulamentar ou emitir qualquer ato administrativo necessário ao fiel cumprimento desta Lei;
IV - Dotar recursos nos orçamentos seguintes necessários ao cumprimento desta Lei, em conformidade com os artigos 16 a 17 da Lei Complementar nº. 101/00, de 04/05/00.

Art. 8º - A coordenação e execução do PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES será efetuada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que dotará de todos os meios necessários ao seu regular funcionamento.

Art. 9º - Para efeito do disposto no inciso I e II, dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101/00, o chefe do Poder Executivo declara que:

a) O impacto orçamentário-financeiro em função da implantação do PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES será suportado pelo incremento da arrecadação em decorrência da evolução das receitas de impostos municipais e transferências intergovernamentais;
b) A implantação do PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES está compatível com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
c) As despesas previstas para implantação do PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES está em conformidade com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual do Município de Lauro Muller.

Art. 10º - Observadas as prioridades previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada destinadas ao atendimento das entidades previstas sem fins lucrativos se:

a) Houverem sido adequadamente atendidos todos os que tiverem em andamento;
b) Estiverem preservados os recursos necessários à conservação

do patrimônio público;

c) Estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;
d) Os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Art. 11º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos nesta Lei, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 1º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotação na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão ainda de:

I - Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - Identificação da entidade requerente e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 3º - A entidade privada sem fins lucrativos prestará contas do convênio firmado no prazo máximo de 30 dias, a contar do recebimento dos recursos, sendo condição essencial para liberação de novas parcelas ou convênios.

Art. 12º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor Do Departamento De Recursos Humanos

Lei Nº 1751/2013

LEI Nº 1751/2013 DE 19 DE ABRIL DE 2013

AUTORIZA A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a construir 10 (dez) casas populares, medindo $6 \times 7 = 42\text{m}^2$, sendo de alvenaria ou de madeira tratada, com banheiro incluso, como também reformas e unidade sanitária (banheiro) em residências já edificadas, com valor específico desta Lei em até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º. Serão beneficiadas famílias carentes que possuem lote e que estão cadastradas na Secretaria de Assistência Social de acordo com estudo socioeconômico realizado por profissionais habilitados.

Art. 3º. Todos os trabalhos deverão ser acompanhados e fiscalizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e por um Técnico do Setor de Planejamento a ser designado por pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão

por conta da Lei Orçamentária nº 1.738/2012 de 19 de Novembro de 2012; 10.00- Secretaria da Assistência Social; 10.03 - Fundo Municipal Habitacional; 16.482.0014.1.041 - Construção e Reforma de Casas Populares; 08.512.0016 - Construção de Unidade Sanitária;.

Art. 5º - Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE ABRIL DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor Do Departamento De Recursos Humanos

Lei Nº 1752/2013

LEI Nº 1752/2013 DE 19 DE ABRIL DE 2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SC, A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER, PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS FIRMADAS NA LEI Nº. 9.503/97 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a firmar convênio com Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Constitui objeto do referido convênio o estabelecimento de condições para uma ação conjunta entre as partes conveniadas, visando à engenharia de tráfego e de campo, sinalização e fiscalização de trânsito; aplicação de medidas administrativas e de penalidades por infração de trânsito e sua respectiva arrecadação e destinação de multas; o adequado controle da utilização das vias públicas, por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga, nos limites terrestres do município na conformidade da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta LEI.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE ABRIL DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor Do Departamento De Recursos Humanos

Lei Nº 1753/2013

LEI Nº 1753/2013 DE 19 DE ABRIL DE 2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA SENIOR LAURO MÜLLER DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 6.300,00 (Seis mil e trezentos reais), mediante a celebração de convênio com a Associação Recreativa e Esportiva Senior Lauro Müller do Município de Lauro Müller, para a finalidade a prática do futebol, outras modalidades esportivas, bem como programar festividades de caráter social e torneios esportivos.

Parágrafo Único - O convenio de que se trata o "caput" deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta LEI.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.738/2012 de 19 de Novembro de 2012; Órgão: 04 - Secretaria municipal da Educação e dos Esportes; Unidade: 07 - Departamento dos Esportes; Projeto/Atividade: 2.016 - Gerenciamento e Manutenção da Coordenadoria de Esportes; Natureza da Despesa: 3.3.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE ABRIL DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor Do Departamento De Recursos Humanos

MINUTA DO CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA SENIOR LAURO MÜLLER DE LAURO MÜLLER/SC.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro - Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado a Associação Recreativa e Esportiva Senior Lauro Müller de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 809.370.732/0001-48, com sede na Rua Henrique Lage, nº s/n, Bairro Centro- Lauro Müller/SC, representada neste ato por seu Presidente João Luiz Rodrigues, com CPF nº 452.477.579-04, acordam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos

financeiros para auxiliar na cooperação financeira para a prática de esportes bem como festividades de caráter social e torneios esportivos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à Associação Recreativa e Esportiva Senior Lauro Müller o valor total de R\$ 6.300,00 (Seis mil e trezentos reais), sendo efetuado o repasse em até 09 (nove) parcelas no valor de R\$ 700,00 (Setecentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

IV - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexequível, ou ainda:

a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2013, a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

Parágrafo Único - É vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 19 de Abril de 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

JOÃO LUIZ RODRIGUES

Presidente da Associação Recreativa e Esportiva Sênior de Lauro Müller

TESTEMUNHAS:

1ª _____

CPF nº: _____

2ª _____

CPF nº: _____

Lei Nº 1754/2013

LEI Nº 1754/2013 DE 19 DE ABRIL DE 2013

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS, CONCEDE BENEFÍCIOS EM ACORDOS JUDICIAIS REALIZADOS DURANTE MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO PROMOVIDO PELO PODER JUDICIÁRIO, E ACORDOS EXTRAJUDICIAIS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS, no âmbito do Município de Lauro Müller/SC, destinado a promover a regularização dos créditos da Fazenda Pública Municipal, decorrentes de débitos fiscais de pessoas física e jurídica, somente inscritos em dívida ativa, em cobrança judiciais ou extrajudiciais, relativos a Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Alvarás e Taxas diversas de competência de criação e arrecadação do Município.

Art. 2º - O REFIS abrange os créditos fiscais da Fazenda Pública Municipal, constituídos até 31 de dezembro de 2012, somente inscritos em dívida ativa, que se encontrem em fase de cobrança administrativa ou judicial, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles que se encontram com parcelamento ativo, atrasados ou não, que poderão ser renegociados nos termos desta Lei pelo restante que falta para pagamento, ficando autorizado o Poder Executivo, por meio da Procuradoria do Município, a firmar acordo judicial ou extrajudicial, concedendo os benefícios previstos nesta Lei, iniciando-se a partir da aprovação da presente Lei e encerrando-se na data de 30/06/2013.

§ 1º - Os benefícios desta Lei compreendem:

I - Concessão de dispensa dos juros e da multa incidentes sobre os créditos fiscais em cobrança judicial ou extrajudicial, na forma que segue abaixo:

a) 100% (cem por cento) mediante pagamento do principal, acrescido da correção monetária, em parcela única.

b) 75% (setenta e cinco por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 4 (quatro) parcelas.

c) 50% (cinquenta por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 6 (seis) parcelas.

d) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 9 (nove) parcelas.

II - O Contribuinte poderá optar ainda, pelo pagamento do principal, acrescido dos juros, correção monetária e multa, sem o benefício de qualquer desconto, em até 12 (doze) parcelas.

§ 2º - No caso de opção para pagamento parcelado, as parcelas serão mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data da opção, em parcelas iguais.

§ 3º - Para auferir os benefícios desta Lei, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 4º - É da competência do Procurador do Município promover a inclusão em pauta ou apresentar termo de acordo para homologação judicial ou extrajudicial competente no período previsto neste artigo, podendo incluir os valores de honorários advocatícios para os casos de acordos judiciais.

§ 5º - Nos casos em que o contribuinte demonstre na Audiência de Conciliação Fiscal a impossibilidade do pagamento da parcela única ou da primeira parcela na ocasião da data do acordo, ficará facultado ao Procurador do Município autorizar referido recolhimento pelo prazo de até 15 (quinze) dias.

Art. 3º - A adesão aos benefícios previstos nesta Lei implica automaticamente na confissão e reconhecimento dos créditos objeto da ação, com renúncia de oposição de embargos do devedor na ação de execução.

Art. 4º - A inadimplência de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou alternadas, implica no vencimento do total das parcelas vencidas, retomando-se a ação de execução, perdendo o devedor os benefícios concedidos com amparo desta Lei, passando a sofrer os acréscimos aplicáveis aos inadimplentes de tributos.

§ 1º - O cancelamento do parcelamento por culpa do contribuinte implicará na execução judicial do crédito remanescente, ou no prosseguimento da ação judicial em caso de execuções já ajuizadas.

Art. 5º - Os benefícios previstos na presente Lei não se aplicam aos créditos constituídos em razão da prática de crime contra a ordem tributária.

Art. 6º - Os contribuintes com débitos já parcelados administrativamente ou no bojo de execuções fiscais municipais, poderão aderir ao REFIS no que tange ao saldo remanescente, apurado de acordo com a porcentagem paga do valor devido, mediante pagamento à vista ou novo parcelamento, desde que não tenham auferido benefício do desconto de juros e multa no parcelamento anterior.

Art. 7º - O gozo dos benefícios instituídos por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, seja a que título for, sendo que seus efeitos não retroagirão em hipótese alguma.

Art. 8º - Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor Do Departamento De Recursos Humanos

Extrato de Contrato Nº 20/2013 - Hmhl

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2013
Processo Licitatório nº 26/2013 - Dispensa de Licitação nº 18/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, CONSULTAS MÉDICAS, PLANTÃO MÉDICO E TRATAMENTOS COMPLEMENTARES A SEREM PRESTADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

Contratado: Fillipe Zomer Mara
Valor: R\$ 7.810,00 (sete mil oitocentos e dez reais)
Prazo de Vigência: 05/04/2013 à 30/04/2013

DIEGO JOSÉ CIFUENTES
Diretor Geral

Extrato de Contrato Nº 21/2013 - Hmhl

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2013
Processo Licitatório nº 27/2013 - Dispensa de Licitação nº 19/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, CONSULTAS MÉDICAS, PLANTÃO MÉDICO E TRATAMENTOS COMPLEMENTARES A SEREM PRESTADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

Contratado: Luiz Renato Wisbeck Junior
Valor: R\$ 9.227,00 (nove mil duzentos e vinte e sete reais)
Prazo de Vigência: 05/04/2013 à 30/04/2013

DIEGO JOSÉ CIFUENTES
Diretor Geral

Extrato de Contrato Nº 22/2013 - Hmhl

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2013
Processo Licitatório nº 28/2013 - Dispensa de Licitação nº 20/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, CONSULTAS MÉDICAS, PLANTÃO MÉDICO E TRATAMENTOS COMPLEMENTARES A SEREM PRESTADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

Contratado: Rodrigo Correa Machado
Valor: R\$ 3.740,0 (três mil setecentos e quarenta reais)
Prazo de Vigência: 05/04/2013 à 30/04/2013

DIEGO JOSÉ CIFUENTES
Diretor Geral

Extrato de Contrato Nº 23/2013 - Hmhl

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2013
Processo Licitatório nº 29/2013 - Dispensa de Licitação nº 21/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, CONSULTAS MÉDICAS, PLANTÃO MÉDICO E TRATAMENTOS COMPLEMENTARES A SEREM PRESTADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

Contratado: Geilson Santos Junior
Valor: R\$ 1.210,00 (hum mil duzentos e dez reais)
Prazo de Vigência: 05/04/2013 à 30/04/2013

DIEGO JOSÉ CIFUENTES
Diretor Geral

Extrato de Contrato Nº 24/2013 - Hmhl

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2013
Processo Licitatório nº 30/2013 - Dispensa de Licitação nº 22/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, CONSULTAS MÉDICAS, PLANTÃO MÉDICO E TRATAMENTOS COMPLEMENTARES A SEREM PRESTADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

Contratado: Luiz Fernando Campos Borges
Valor: R\$ 4.070,00 (quatro mil e setenta reais)
Prazo de Vigência: 05/04/2013 à 30/04/2013

DIEGO JOSÉ CIFUENTES
Diretor Geral

Lebon Regis

PREFEITURA

Resolução Nº 001/2013

CME- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
RESOLUÇÃO Nº 001/2013
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Nº 001 DE 19 DE ABRIL DE 2013.
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CLASSES DE CORREÇÃO DE FLUXO PARA AS TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei nº 921 de 24 de abril de 1998 do Conselho Municipal de Educação, de acordo com o artigo 3º do Regimento Interno, com base na Lei Federal nº 11.114 de 16 de maio de 2005.

RESOLVE:

Art- 1º Criar a partir desta Resolução o Programa de Correção de Fluxo série/idade: recuperação dos conhecimentos para as Turmas de Ensino Fundamental.

Parágrafo único- Este Programa terá duração de 02(dois) anos.

Art- 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LebonRégis, 19 de abril de 2013.
ILDA GENOVEVA BEHRENS
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Membros do Conselho:

Resolução Nº 002/2013

CME- CONSELHOMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
RESOLUÇÃO Nº 002/2013
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Nº 002 DE 19 DE ABRIL DE 2013.
DISPÕE SOBRE REGULARIZAÇÃO DA IDADE PARA MATRÍCULA E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei nº 921 de 24 de abril de 1998 do Conselho Municipal de Educação, de acordo com o artigo 3º do Regimento Interno, com base na Lei Federal nº 11.114 de 16 de maio de 2005.

RESOLVE:

Art- 1º Estabelecer a idade de matricula e permanência dos alunos de Berçário, Maternal, Jardim, Pré I e Pré II, completos até 31 de março.

Berçário	Maternal	Jardim	Pré I	Pré II
0 a 02 anos	02 anos	03 anos	4 anos	5 anos

LebonRégis, 19 de abril de 2013.
ILDA GENOVEVA BEHRENS
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Membros do Conselho

Resolução Nº 003/2013

CME- CONSELHOMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
RESOLUÇÃO Nº 003/2013
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Nº 003 DE 19 DE ABRIL DE 2013.
ALTERA A GRADE CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

RESOLVE:

Art. 1º Que o Ensino Religioso na Educação Infantil deverá ser trabalhada de forma interdisciplinar, sendo desenvolvidos valores éticos e morais em atividades do cotidiano escolar.

Art. 2º Alterar a Grade Curricular da Ed. Infantil.

Art. 3º Alterar a Grade Curricular dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, priorizando o Ensino de Alfabetização/Letramento/ Língua Portuguesa (06 aulas), Cálculos e Raciocínio Lógico/Matemática (06 aulas).

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ILDA GENOVEVA BEHRENS
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Membros do Conselho:

CME- CONSELHOMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
RESOLUÇÃO Nº 003, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

CURSO: SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

DISCIPLINA	Nº DE AULAS	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
Língua Portuguesa	06	06	06	06	06	06
Matemática	06	06	06	06	06	06
Ciências	03	03	03	03	03	03
História	02	02	02	02	02	02
Geografia	02	02	02	02	02	02
Educação Física	03	03	03	03	03	03
Artes	02	02	02	02	02	02
Ensino Religioso	01	01	01	01	01	01
TOTAL DE AULAS	25	25	25	25	25	25

ILDA GENOVEVA BEHRENS
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Pregão Presencial Nº 13/2013

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2013

O Município de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global. Objeto: contratação de serviço de mão-de-obra e aquisição de peças para conserto de uma Motoniveladora HUBER 10DM. Recebimento da documentação e das propostas até 09h00min do dia 06 de maio de 2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 03/05/2013. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis 19 de abril de 2013.
THACYANA CANALLE
Pregoeira.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
RESUMO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2013, com data de 22 de abril de 2013, onde O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, torna PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que está contratando a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, com sede na Rua João Pessoa, nº 134 - Bairro Centro, Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, com fulcro no artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, visando a Contratação de Empresa para prestação de serviços de implantação e fornecimento do módulo para gerenciamento do Portal da Transparência via internet e integrado ao sistema de

Tributação utilizado pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, no valor estimado de R\$ 7.780,00 (sete mil setecentos e oitenta reais). Leoberto Leal/SC, 22 de abril de 2013. SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitações. Ratifico, nos termos art. 26 da Lei 8.666, de 21/06/93 a justificativa de Inexigibilidade de Licitação e ordeno a sua publicação no prazo legal.

Leoberto Leal/SC, 22 de abril de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Processo Licitatório Nº 008/2013 Pregão Presencial Nº 007/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2013

Tipo "Menor Preço" (por item), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Equipamentos Médico-Hospitais para a Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida na localidade de Rio das Pedras, Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 007/2013. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 06 de maio de 2013. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 19/04/2013.
VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal da Saúde.

Processo Licitatório Nº 008/2013 Pregão Presencial Nº 007/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2013

Tipo "Menor Preço" (por item), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Equipamentos Médico-Hospitais para a Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida na localidade de Rio das Pedras, Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 007/2013. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 06 de maio de 2013. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 19/04/2013.
VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal da Saúde.

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1615 a

DECRETO Nº 1615 A de 27 de março de 2013.

"CONVOCA A ETAPA PREPARATÓRIA DA 5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Decreto Federal nº 5.790, de 25 de maio de 2006, Portaria nº 013/2012 de 30 de novembro de 2012, da Secretaria de Estado do Planejamento, nos termos da Resolução Normativa nº 14 de 06 de junho de 2012, que aprova o Regimento da 5ª Conferência Nacional das Cidades,

DECRETA:

Art.1º- Fica convocada a ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL da 5ª Conferência Estadual das Cidades, a se realizar no dia 15 de maio de 2013 as 19:00 horas na Câmara de Vereadores do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), sob a Coordenação da Assessoria de Planejamento.

Art.2º- A ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL da 5ª Conferência Estadual das Cidades desenvolverá seus trabalhos a partir da temática: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!"

Art.3º- A ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL da 5ª Conferência Estadual das Cidades será presidida pelo Prefeito e/ou Assessora de Planejamento e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Presidente da Comissão Preparatória Municipal.

Art.4º- O Prefeito expedirá, mediante Portaria o REGIMENTO INTERNO, da ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL da 5ª Conferência Estadual das Cidades.

Parágrafo Único. O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL da 5ª Conferência Estadual das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art.5º- As despesas com a realização da ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL da 5ª Conferência Estadual das Cidades correrão por conta dos recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Art.6º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de março de 2013.

Luzerna(SC), 27 de março de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA ZAMBONI

Presidente da Câmara de Vereadores

SIRLEI RECALCATTI

Presidente da ACIAL

Decreto 1616

DECRETO Nº 1616 de 01 de abril de 2013.

"NOMEIA O CONSELHO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - O CONSELHO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), na forma do art. 3º da Lei nº 017 de 05.03.97, ficando assim constituído:

I - Prefeito;

II - Vice-Prefeito;

III - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores;

IV- Líderes dos Partidos Políticos com representação na Câmara Municipal de Vereadores;

V - Secretários Municipais;

VI - Cidadãos nomeados pelo Prefeito:

* GUNTHER KNOLSEISEN;

* TIAGO LUIZ DALLA LANA;

* MÁRCIO LUIZ DALLA LANA;

Cidadãos eleitos pela Câmara de Vereadores:

* GILBERTO HOFFELDER;

* JOSÉ CARLOS JUNG;

* CANÍSIO JOSÉ BOESING.

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de abril de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1618

DECRETO Nº 1618 de 03 de abril de 2013.

"REGULAMENTA A LEI Nº 1094 DE 21 DE MARÇO DE 2013, QUE TRATA DO VALE TRANSPORTE MUNICIPAL".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- São beneficiários do VALE TRANSPORTE, nos termos da Lei nº 1094 de 21 de março de 2013, os servidores ativos da municipalidade que residem a mais de 01(um) km do local de trabalho.

Art.2º - O VALE TRANSPORTE constitui benefício que o empregador antecipará ao servidor, para utilização efetiva em despesa de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo urbano com tarifas fixadas.

Art.3º- Para o exercício do direito de receber o VALE TRANSPORTE o servidor para efeito do cadastro, informará por escrito ao Setor de Pessoal:

I - Seu endereço residencial,

II- Os serviços e meios de transporte mais adequados ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§1º- A informação de que trata este artigo será atualizado anualmente ou sempre que ocorrer alteração das circunstâncias mencionadas nos incisos I e II, sob pena de suspensão do benefício até cumprimento dessa exigência.

§2º- O beneficiário firmará compromisso de utilizar o VALE TRANSPORTE exclusivamente para seu efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§3º- A declaração falsa ou uso indevido do VALE TRANSPORTE constitui falta grave.

Art.4º- O VALE TRANSPORTE será custeado:

I - Pelo beneficiário, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) da sua remuneração;

II - Pelo Município, no que exceder à parcela no item anterior.

Parágrafo Único - A concessão do VALE TRANSPORTE autoriza o Município, empregador, a descontar mensalmente do beneficiário

que exercer o respectivo direito, o valor da parcela de que trata o inciso I deste artigo.

Art.5º- O valor da parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontada proporcionalmente à quantidade de VALE TRANSPORTE concedido para o período a que se refere a remuneração e por ocasião de seu pagamento.

Art.6º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 03 de abril de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1619

DECRETO Nº 1619 de 10 de abril de 2013.

"ALTERA A alínea "f" do art. 1º do Decreto 1092 de 15 de junho de 2009 que NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º - Fica alterada a alínea "f" do art. 1º do Decreto 1092 de 15 de junho de 2009 que "NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", passando a alínea "f" a ter a seguinte redação:

Art. 1º -

f) representantes dos estudantes da educação básica pública
estudantes da educação básica pública
Titular: ANDREA DALLA COSTA
Suplente: NATÁLIA BENEMANN
estudantes da educação básica pública indicados pela entidade de estudantes secundaristas
Titular: SABRINA SUELI MOTTA
Suplente: GUSTAVO ALEXANDRE MANES SIGNORI

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de junho de 2009.

Luzerna(SC), 10 de abril de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1621 - Republicado por Incorreção

DECRETO Nº 1621 de 10 de abril de 2013.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), na forma do §4º do art. 4º da Lei nº 997 de 09.08.2011, ficando assim constituído:

I - REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
MICHELE L. T. DA SILVA TEDESCO - Titular
ANA MARIA COZZA - Suplente
Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
VALI CAROLINA SPIER - Titular
REGINA CARIN JACOBY CUREAU - Suplente
Representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
RÉGIS VALTER WEISER - Titular
MARCELO COSTA BEBER - Suplente
Representantes da Secretaria de Fazenda e Administração
CRISTINA KÜLL - Titular
CHEILA PEGORARO - Suplente

II - MOVIMENTO SINDICAL

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joaçaba e Luzerna
DILETO PAGANINI - Titular
MARIA INÊS MOTTA - Suplente

II.ASSOCIAÇÃO DE CLASSES PROFISSIONAIS E EMPRESARIAIS

- Representantes da Associação Comercial Industrial e Artesanal de Luzerna/ACIAL
MICHEL FABRÍCIO MOTT - Titular
EITOR HOPPEN - Suplente

III.INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

- Representantes da Congregação Evangélica Luterana São Mateus
IVONE HEINECKE - Titular
INÊS REISNER - Suplente
- Representantes da Paróquia São João Batista
CÉLIA DESIDÉRIO - Titular
ARVINO DESIDÉRIO - Suplente
- Representantes da Congregação Evangélica
ALCINDO SPIER - Titular
EDIANE LAMB - Suplente

IV.MOVIMENTOS POPULARES ORGANIZADOS, ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

- Representantes da Pastoral da Criança
LUCILA JUNGES - Titular
SANDRA REGINA STOCCO TOALDO - Suplente
- Representantes das Associações de Moradores
LETÍCIA LAMB - Titular
IMGART MARLONE GRAHL EBERT - Suplente
- Representantes da Cruz Vermelha
LEONILDE COSTA FEDRIGO - Titular
EDIR BEAL - Suplente

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de abril de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1623

DECRETO Nº 1623 de 19 de abril de 2013.

"REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 113 DE 02.04.2013, QUE DISPÕE SOBRE O ABATE DE ANIMAIS E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL, DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO, NO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 149, II, c/c o disposto na Lei Complementar nº 113 de 02 de abril de 2013,
DECRETA:

Art.1º- O presente Decreto regulamenta as normas do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, no território de Luzerna, de acordo com a Lei Complementar nº 113 de 02 de abril de 2013, que dispõe sobre o abate de animais e produtos de origem animal e produtos de origem vegetal, destinados ao consumo humano, no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- Os casos não relatados nesta regulamentação, ficam sujeitos ao Decreto-Lei Estadual nº 3.748, de 12 de julho de 1993, que aprova o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA de Santa Catarina.

Luzerna(SC), 19 de abril de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CAPÍTULO I

Das Carnes, Pescados e Leite In Natura

Art.3º- O abate de animais para o consumo humano ou para matéria-prima destinada à fabricação de derivados, bem como beneficiamento de leite e pescados, no Município de Luzerna, estarão sujeitos às seguintes condições:

I - o abate e a industrialização de carnes, pescados e do leite, só poderão ser realizados em estabelecimentos registrados no SIM ou em órgão equivalente do Estado ou da União;

II - a denominação genérica pescado compreende os peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, quelônios e mamíferos de água doce ou salgada, usados na alimentação humana, que devem ser limpos e frescos, resfriados ou congelados;

III - denomina-se leite, sem outra especificação, o produto normal fresco, integral, oriundo da ordenha completa e ininterrupta de vacas ou cabras sadias;

IV - é obrigatória a produção de leite em condições higiênicas desde a fonte de origem, seja qual for a quantidade produzida e seu aproveitamento.

Parágrafo Único. Esta obrigatoriedade se estende ao trato do gado leiteiro, à ordenha, ao vasilhame e ao transporte;

V- as demais exigências para produção de derivados de leite obedecerão aos cuidados de higiene previstos no RIISPOA e na Legislação Sanitária Municipal;

VI- os animais serão submetidos à inspeção ante-mortem e post-mortem e serão abatidos mediante processo humanitário, sendo que a manipulação, durante os procedimentos de abate e industrialização deverão observar os requisitos de uma boa higiene;

VII- os animais e seus produtos deverão ser acompanhados de documentos sanitários e fiscais para identificação de sua procedência;

VIII- os veículos de transporte de carnes, pescado e vísceras comestíveis, deverão ser providos de meios para produção e/ou manutenção de frio, observando-se as demais exigências regulamentares da Vigilância Sanitária Municipal de Luzerna.

CAPÍTULO II

Da Localização, Implantação e Condições de Funcionamento dos Estabelecimentos que Abatem e Industrializam Produtos de Origem Animal e Vegetal

Art.4º- Não será autorizado o funcionamento de estabelecimento de abate e industrialização de produtos de origem animal e produtos de origem vegetal para o comércio, sem que o mesmo esteja inteiramente instalado e equipado com dependências mínimas, máquinas e utensílios diversos, que deverão ser compatíveis com a capacidade de produção, a qual será considerada no título de registro do estabelecimento.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente terá à disposição projetos, contendo plantas que contemplem os diversos estabelecimentos com área em torno de 40 m², contendo Memorial Descritivo dos materiais, sistema hidráulico e elétrico, elaborado por profissional da área de engenharia civil, para servir como parâmetro para os que desejarem investir neste tipo de atividade.

Art.5º- No interesse da saúde pública e do meio ambiente, os estabelecimentos de abate, industrialização e beneficiamento de produtos de origem animal e produtos de origem vegetal destinados ao comércio, deverão atender as seguintes condições:

I - localizar-se em pontos distantes de fontes produtoras de odores desagradáveis e poeira de qualquer natureza;

II - ser instalados, de preferência, no centro de terreno devidamente cercado, afastado dos limites das vias públicas, com exceção para aqueles já instalados e que disponham de afastamento em relação às vias públicas, os quais poderão funcionar desde que as operações de recepção e expedição estejam interiorizadas;

III - dispor de abastecimento de água potável para atender, suficientemente, as necessidades de trabalho de estabelecimentos que manipulem, beneficiem ou industrializem produtos de origem animal ou produtos de origem vegetal como doces, cristalizados, avinagrados, embutidos etc., sendo que para abatedores e laticínios, tomar-se-á como referência os seguintes parâmetros:

a) 800 litros por bovino;

b) 500 litros por suíno;

c) 200 litros por ovino ou caprino;

d) 30 litros por aves;

e) 06 litros de água por litro de leite industrializado;

f) 50 litros por quilograma de peixe;

IV- dispor de água quente quando necessário, para uso diverso e suficiente às necessidades do estabelecimento;

V- possuir piso de material impermeável, resistente à abrasão e à corrosão, ligeiramente inclinado para facilitar o escoamento das águas residuais, bem como para permitir uma fácil lavagem e desinfecção;

VI- ter paredes lisas, impermeabilizadas com material de cor clara, de fácil lavagem e desinfecção. Os ângulos e cantos deverão ser arredondados e os parapeitos das janelas ser chanfrados;

VII- possuir forro de material impermeável, resistente à umidade e a vapores, construído de modo a evitar o acúmulo de sujeira, de fácil lavagem e desinfecção. Pode o mesmo ser dispensado nos casos em que o telhado proporcionar uma perfeita vedação à entrada de poeira, insetos, pássaros e assegurar uma adequada higienização;

VIII- dispor de dependências de uso exclusivo para a recepção dos produtos não comestíveis e condenados, as quais devem ser construídas com paredes até o teto, não se comunicando diretamente com as dependências que manipulem produtos comestíveis;

IX- dispor de mesas de material resistente e impermeável, de preferência de aço inoxidável, para a manipulação dos produtos comestíveis e que permitam uma adequada lavagem e desinfecção;

X- dispor de tanques, caixas, bandejas e demais recipientes construídos de material impermeável, de superfície lisa, que permitam uma fácil lavagem e desinfecção. Nos locais de acesso às dependências e dentro das mesmas, deverão ter pias em boas condições de funcionamento. Os acessos também devem ser providos de lavadouros de botas;

XI- dispor de rede de esgoto, com dispositivo que evite o refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligada a um sistema de escoamento e de instalações para retenção de gordura, resíduos e corpos flutuantes, de conformidade com as exigências dos órgãos oficiais responsáveis pelo controle do meio ambiente;

XII- dispor de dependências sanitárias e vestuários adequadamente instalados, com acesso indireto às dependências industriais, quando localizados em seu corpo;

XIII- dispor de área e suficiente pé direito nas diversas dependências, de modo que permita a disposição adequada dos equipamentos, principalmente da trilha aérea, no caso de abatedouro de

bovinos, a fim de que os bovinos dependurados após o atordoamento permaneçam com a ponta do focinho distante, no mínimo 75 cm (setenta e cinco centímetros) do piso, no caso de esfolagem aérea.

Parágrafo Único - A juízo do SIM, será aceita a esfolagem em cama, desde que sejam atendidas as exigências higiênico-sanitárias mínimas e tecnologias suficientes;

XIV- dispor de currais, pocilgas cobertas e/ou apriscos no caso de abatedouro com pisos pavimentados, apresentando ligeiro calçamento no sentido dos ralos. Tais instalações deverão ser providas de bebedouros para utilização pelos animais e de pontos de água, com pressão suficiente, para facilitar a lavagem e desinfecção dessas instalações e dos meios de transporte;

XV- dispor de espaços mínimos e de equipamentos que permitam as operações de atordoamento, sangria, esfolagem, evisceração, inspeção, acabamento das carcaças e da manipulação dos miúdos, com funcionalidade e que preservem a higiene do produto final, além de não permitir que haja contato das carcaças, já esfoladas, entre si, antes de terem sido devidamente inspecionadas pelo SIM; XVI- prover a seção de miúdos, quando prevista, de separação física entre as áreas de manipulação do aparelho gastrointestinal e das demais vísceras não comestíveis;

XVII- dispor de adequada iluminação natural e artificial e telas em todas as janelas e outras passagens para o interior, além das demais aberturas, de modo a impedir a entrada de insetos e roedores;

XVIII- dispor de depósito para a guarda de embalagens, recipientes, produtos de limpeza e outros materiais utilizados no matadouro e/ou unidade de beneficiamento.

CAPÍTULO III

Dos Procedimentos para o Abate de Animais

Art.6º- Os estabelecimentos subordinados ao SIM poderão estar adequados ao abate de bovídeos, eqüídeos, ovinos, caprinos e coelhos, das diferentes espécies de aves usadas na alimentação humana bem como de pescado.

Art.7º- Só será permitido o sacrifício de animais após 10 a 30 segundos da insensibilização, seguida de imediata e completa sangria, pela incisão da veia jugular ou punção direta no coração, que deverá ocorrer num espaço nunca inferior a 3 (três) minutos da insensibilização, sendo que a esfolagem só pode ser iniciada após o término da operação de sangria.

Art.8º- Em suínos, a operação de depilação e raspagem será realizada logo após o escaldamento em água quente, utilizando-se temperatura e métodos adequados, acrescentando-se, também, a necessária lavagem da carcaça antes da evisceração.

§1º-Quando forem utilizados outros métodos de abate, os procedimentos higiênicos e sanitários deverão ser atendidos rigorosamente.

§2º- A evisceração deverá ser realizada no máximo em 30 (trinta) minutos após a sangria, visando impedir a evisceração retardada.

Art.9º- As aves podem ser depenadas a seco ou após a escaldagem na água à temperatura de 82º C a 90º C, pelo tempo necessário, desde que não ocorra a cocção da carcaça.

Art.10- No caso do pescado, este deverá chegar ao local da matança vivo, introduzido em água limpa ou clorada, sendo abatido, descamado ou esfolado, eviscerado, resfriado e/ou congelado imediatamente.

Art.11- O evisceramento dos animais será realizado sob as vistas do funcionário do SIM em local que permita o pronto exame das vísceras, com identificação entre estas e a carcaça.

§1º- Sob pretexto algum, pode ser retardada a evisceração e, para tanto, não devem ficar animais dependurados nos trilhos durante os intervalos de trabalho.

§2º- A cabeça do animal, antes de ser destacada, será marcada para permitir sua identificação com a carcaça, seguindo-se procedimento análogo em relação às vísceras.

Art.12- Os trabalhos de evisceração, em todas as espécies animais, deverão ser executados com todo o cuidado a fim de evitar que haja contaminação das carcaças provocada por operação imperfeita, devendo o serviço de inspeção sanitária, em caso de contaminação, aplicar as medidas higiênicas preconizadas em tais casos.

CAPÍTULO IV

Da Inspeção Ante-Mortem e Post-Mortem e da Matança de Emergência de Animais

Art.13 - Os animais a serem abatidos deverão estar acompanhados de documentos de procedência e apresentarem perfeitas condições de saúde.

§1º- Qualquer caso suspeito de doença implica em exame clínico do animal ou lote, procedendo-se, quando necessário, o isolamento e aplicando-se as medidas próprias da Defesa Sanitária Animal que cada caso exigir;

§2º- Os casos não previstos na inspeção ante-mortem serão regulamentados pelo RIISPOA.

Art.14 - A inspeção post-mortem consiste no exame de todos os órgãos e tecidos, abrangendo a observação de seus caracteres externos, sua palpação e abertura dos gânglios linfáticos correspondentes, além de cortes sobre o parênquima dos órgãos, quando necessário.

Art.15 - O SIM considerará, quando da inspeção de animais, carcaças e vísceras, o previsto no RIISPOA.

Art.16 - Matança de emergência é o sacrifício imediato de animais apresentando condições que exijam essa providência.

Parágrafo Único - Devem ser abatidos de emergência os animais doentes, agonizantes, com fraturas, contusão generalizada, hemorragia, hipo ou hipertermia, decúbito forçado, sintomas nervosos e outros estados, a juízo do inspetor.

Art.17 - São considerados impróprios para o consumo os animais que, sacrificados de emergência, se enquadrem nos casos de condenação previstos no RIISPOA.

Art.18- Animais abatidos de emergência ou que tenham morte acidental nas dependências do estabelecimento, desde que imediatamente sangrados, poderão, a juízo do SIM, ser aproveitados.

Art.19 - É proibida a matança de emergência na ausência de funcionário do SIM.

Art.20 - As inspeções ante-mortem e post-mortem só poderão ser realizadas por profissionais devidamente treinados junto ao Serviço de Inspeção Estadual - SIE ou Serviço de Inspeção Federal - SIF e credenciados pelo Município para exercerem a atividade de inspetor do SIM, nos casos cabíveis e aceitáveis pela legislação.
Parágrafo Único - É obrigatória a presença de pelo menos um Médico Veterinário durante o abate.

Art.21 - Caberá ao SIM adotar critérios para o funcionamento das graxarias industriais.

CAPÍTULO V

Do Procedimento de Conservas

Art. 22 - Será proibido o emprego de substâncias nocivas ao consumidor e que possam diminuir o valor nutritivo dos alimentos derivados de produtos de origem animal e produtos de origem

vegetal como salgados, defumados, desidratados, açucarados, cristalizados, avinagrados, embutidos etc., cozidos ou não.

Art.23 - Os alimentos podem ser acondicionados em latas, vidros, plásticos, papel impermeável, tripas, sendo que os recipientes de lata e vidro devem ser lavados externa e internamente com água em temperatura não inferior a 80° C (oitenta graus centígrados).

Art.24 - As conservas enlatadas que exijam esterilização pelo calor úmido devem ser submetidas a essa operação após hermeticamente fechadas, submetida a vácuo direto ou indireto e, imediatamente esfriada, respeitada a peculiaridade do produto.

Art.25 - Situações não previstas nesta regulamentação deverão ser consultadas em legislação estadual ou federal vigente. Nos casos omissos deverá ser consultado um técnico em alimentos.

CAPÍTULO VI

Do Processamento de Ovos

Art.26 - Só podem ser expostos ao consumo público ovos frescos ou conservados, quando previamente submetidos a exame previstos no RIISPOA.

Art.27 - Consideram-se ovos frescos os que não forem conservados por qualquer processo.

Art.28- As pequenas partidas de ovos, não excedentes a 40 (quarenta) dúzias diárias, poderão ser comercializadas desde que estejam com a casca limpa, íntegra e acondicionados em embalagens identificadas com etiqueta ou rótulo aprovado pelo SIM, devendo constar a data de embalagem, data de validade, nº do relacionamento e nome do produtor.

§1º- Ovos de outras espécies de aves que não os de galinha, deverão constar o nome da espécie no rótulo ou etiqueta.

§2º- Estes ovos deverão ser submetidos à classificação e ovoscopia pelo produtor, estando este sujeito a penalidades, caso comercialize ovos estragados.

CAPÍTULO VII

Das Condições de Higiene do Pessoal, dos Equipamentos e das Instalações

Art.29 - Todas as dependências dos matadouros, das indústrias ou unidades de beneficiamento devem ser mantidas em condições de higiene antes, durante e após a realização dos trabalhos.

Art.30 - Será exigido que os operários lavem as mãos e botas antes de entrar no ambiente de trabalho, na saída dos sanitários e quando necessário, durante a manipulação, e se despojem de todos os adornos como brincos, esmaltes de unhas e outros.

Art.31 - Deverão ser marcados os equipamentos, carrinhos, tanques e caixas, de modo a evitar quaisquer confusões entre aqueles destinados aos produtos e aqueles usados no transporte ou depósito de produtos não comestíveis ou carnes utilizadas na alimentação de animais, utilizando-se em tal marcação as denominações comestíveis, não comestíveis e condenados.

Art.32 - Deverão ser desinfetados, diária e convenientemente os pisos e paredes, assim como os equipamentos e utensílios usados nos estabelecimentos que manipulem alimentos, utilizando-se em tais operações os desinfetantes previamente aprovados pelos órgãos competentes.

Art.33- Os estabelecimentos que estiverem sob o controle do SIM deverão ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, camundongos e quaisquer outros vetores, além de gatos, cães e outros animais, agindo-se cautelosamente quanto ao emprego

de venenos, cujo uso só será permitido nas dependências não destinadas à manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante expressa autorização do SIM.

Art.34- Será exigido do pessoal que trabalha com produtos comestíveis, o uso de uniforme de cor branca, protetores de cabeça e botas, devendo esta indumentária ser mantida convenientemente limpa.

Art.35- Os funcionários dos estabelecimentos que atuam na manipulação de materiais não comestíveis ou condenados deverão usar uniforme diferenciado e proceder à desinfecção dos equipamentos e instrumentos com produtos apropriados.

Art.36- Será proibido aos funcionários fazerem suas refeições nos locais de trabalho, bem como depositar produtos, objetos ou materiais estranhos às dependências ou, ainda, guardar roupas de qualquer natureza fora do setor especialmente destinado para tal.

Art.37 - Será proibido fumar, cuspir ou escarrar em qualquer uma das dependências do estabelecimento sob pena de infração por parte da autoridade sanitária.

Art. 38 - Far-se-á todas as vezes que o SIM julgar necessária a substituição, raspagem, pintura e reparos em pisos, paredes, tetos e equipamentos dos estabelecimentos sob controle.

Art.39 - Deverão ser lavados e desinfetados tantas vezes quantas necessárias e mediante orientação do SIM, os pisos, cercas dos currais, bretes de contenção, mangueiras, pocilgas, apriscos e outras instalações próprias para a guarda, pouso e contenção de animais vivos ou para depósito de resíduos industriais, bem como de qualquer outras instalações julgadas necessárias pelo SIM.

Art.40 - Deverão ser mantidas convenientemente limpas as caixas de sedimentação de resíduos, intercaladas e ligadas à rede de esgoto.

Art.41 - Deverão ser conservados ao abrigo de qualquer contaminação os produtos comestíveis, durante a fase de sua obtenção, bem como nas fases de estocagem, embarque e transporte.

Art.42 - Fica vedado o emprego de vasilhames de cobre, latão, zinco, barro, ferro estanhado, madeira ou qualquer outro utensílio que por forma e composição possa causar prejuízos à manipulação, estocagem e transporte de matérias-primas ou dos produtos finais dos estabelecimentos.

Art.43 - Não será permitida a utilização de qualquer dependência do matadouro ou estabelecimento, como residência.

Art.44 - Dos operários que atuam nos estabelecimentos sob controle do SIM, será exigido que portem carteira de saúde, a qual deverá ser atualizada semestralmente.

Art.45 - É vedada a entrada de pessoas estranhas às atividades nos estabelecimentos sob controle do SIM, salvo quando devidamente uniformizadas e autorizadas pela chefia do estabelecimento, bem como pelo responsável pelo SIM.

CAPÍTULO VIII

Da Rotulagem, Etiquetagem e da Carimbagem dos Derivados Comestíveis de Origem Animal

Art.46 - As matérias-primas ou produtos finais de origem animal que derem entrada em indústrias e/ou comércio de Luzerna deverão proceder de estabelecimentos sob inspeção industrial e sanitária de órgão federal, estadual ou do SIM, devidamente identificados por rótulos, etiquetas, carimbos, documentos sanitários e

fiscais pertinentes.

Parágrafo Único - Tratando-se de pescado ou carnes in natura, estas deverão ser submetidas ao frio no próprio estabelecimento de origem.

Art.47- Os produtos elaborados serão devidamente rotulados, etiquetados e/ou carimbados conforme as determinações do SIM e da legislação sanitária municipal, estadual e/ou do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art.48- Todos os ingredientes, aditivos e outros produtos que venham a compor qualquer tipo de massa, deverão ter aprovação dos órgãos competentes do Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e sua utilização obedecerá a legislação federal, estadual e municipal a respeito.

Art.49 - A rotulagem ou etiquetagem dos produtos derivados de carnes, pescados, leite, ovos, conservas e demais produtos de origem animal e produtos de origem vegetal deverá ser aprovada pelo SIM e pela Vigilância Sanitária Municipal.

Art.50 - As carcaças, cortes de carcaças e cortes armazenados, em trânsito ou entregues ao comércio, oriundos de estabelecimentos sob controle do SIM, devem estar identificados por meio de carimbo.

§1º- A carimbagem conterá, obrigatoriamente, a palavra INSPEÇIONADO, o número de registro do estabelecimento e a palavra SIM, a qual representará o Serviço de Inspeção Municipal.

§ 2º- As carcaças de aves, pescados e outros pequenos animais de consumo serão isentas de carimbo direto desde que acondicionadas por peças, em embalagens individuais e invioláveis, onde conste o referido carimbo, juntamente com os demais dizeres exigidos para os rótulos.

CAPÍTULO IX

Organização do SIM e Disposições Gerais

Art.51 - O SIM disporá de pessoal técnico do Quadro de Pessoal do Município ou em convênio com outros órgãos, em número adequado à realização da inspeção sanitária ante-mortem, post-mortem e tecnológica, obedecendo a legislação vigente e este pessoal ficará vinculado à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo Único - No exercício de suas atividades o pessoal técnico do SIM, utilizará indumentária adequada com dizeres que identifiquem sua condição funcional.

Art.52- O SIM manterá atualizados dados estatísticos referentes ao abate, industrialização de carnes, produção de leite e derivados, condenações de animais, industrialização ou manipulação de outros produtos de origem animal, além de outros dados julgados importantes, pelo período de 5(cinco) anos.

Art.53 - No que couber, o SIM desenvolverá ações conjuntas com a Vigilância Sanitária Municipal e Estadual utilizando-se, sempre que necessário, recursos técnicos e laboratoriais disponíveis nestes organismos.

Parágrafo Único - O SIM bem como a Vigilância Sanitária poderão exigir reinspeção dos produtos, sempre que julgarem necessário.

Art.54- As infrações a este Regulamento serão punidas pelos servidores do SIM ou da Vigilância Sanitária e consistirão de: apreensão ou condenação das matérias-primas e produtos, multas, suspensão temporária da Inspeção Municipal podendo atingir a cassação do registro do estabelecimento.

§1º- Quando as infrações sanitárias forem mais graves, além da imposição de penalidades o SIM informará oficialmente o Ministério Público;

§2º- Inclui-se entre as infrações previstas neste Regulamento, ato que procurem embarçar a ação dos servidores do SIM ou de

outros órgãos no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de fiscalização; desacato, suborno ou simples tentativa, informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, qualidade e procedência dos produtos e, de modo geral qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse à inspeção sanitária de produtos de origem animal.

Art.55 - Para efeito de apreensão ou condenação, além dos casos específicos previstos neste Regulamento, consideram-se impróprios para consumo, no todo ou em parte, os produtos de origem animal que:

I - Apresentem-se danificados por umidade ou fermentação, rançosos, mofados ou borolentos, com caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento;

II - Forem adulterados, fraudados ou falsificados;

III - Contiverem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde;

IV - Forem prejudiciais ou impréstáveis à alimentação por qualquer motivo;

V - Não estiverem de acordo com o previsto neste Regulamento.

Parágrafo Único - Nos casos do presente artigo, independentemente de quaisquer outras penalidades que couberem, tais como multa, suspensão ou cassação do Registro do Estabelecimento pela Inspeção Municipal serão adotados os seguintes critérios:

VI - Nos casos de apreensão, após reinspeção completa será autorizado o aproveitamento condicional que couber para alimentação humana;

VII - Nos casos de condenação, pode-se permitir o aproveitamento das matérias-primas e produtos para fins não comestíveis ou para alimentação animal, ambos mediante assistência do SIM.

Art.56 - Além dos casos específicos previstos neste Regulamento são consideradas adulterações, fraudes e falsificações, como regra geral:

I - Adulterações:

a) quando os produtos tenham sido elaborados em condições que contrariem as especificações e determinações fixadas;

b) quando no preparo dos produtos haja sido empregada matéria-prima alterada ou impura;

c) quando tenham sido empregadas substâncias de qualquer qualidade, tipo e espécie diferentes das da composição normal do produto, sem prévia autorização do SIM;

d) quando os produtos tenham sido coloridos ou aromatizados sem prévia autorização e não conste na composição dos rótulos;

e) quando se verifique intenção dolosa em mascarar a data de fabricação.

II - Fraudes:

a) alteração ou modificação total ou parcial de um ou mais elementos normais dos produtos, de acordo com os padrões estabelecidos ou fórmulas aprovadas pelo SIM;

b) quando as operações de manipulação e elaboração forem executadas com a intenção deliberada de estabelecer falsa impressão dos produtos fabricados;

c) supressão de um ou mais elementos e substituição por outros visando aumento de volume ou de peso, em detrimento da sua composição normal ou valor nutritivo intrínseco;

d) conservação com substâncias proibidas;

e) especificação total ou parcial na rotulagem de um determinado produto que não seja o contido na embalagem ou recipiente.

III - Falsificações:

a) quando os produtos forem elaborados e expostos ao consumo com forma, caracteres de rotulagem que constituem processos especiais de privilégio ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham autorizado;

b) quando forem usadas denominações diferentes das previstas neste Regulamento ou em fórmulas aprovadas.

Art.57 - Aos infratores de dispositivos deste Regulamento e de atos complementares e instruções que forem expedidas, podem ser aplicadas as seguintes penalidades:

I - Multa de 05(cinco) UFRM's ou outro indicador oficial que o substituir:

- a) às pessoas que despacharem ou conduzirem produtos de origem animal para consumo privado nos casos previstos neste Regulamento e os destinarem a fins comerciais;
- b) aos que lançarem mão de rótulos e carimbos oficiais do SIM para facilitar a saída de produtos e subprodutos industriais de estabelecimentos que não estejam registrados no SIM;
- c) aos que receberem e mantiverem guardados em estabelecimentos registrados, ingredientes ou matérias-primas proibidas que possam ser utilizadas na fabricação de produtos;
- d) aos responsáveis por misturas de matérias-primas em porcentagens divergentes das previstas neste Regulamento;
- e) aos que adquirirem, manipularem, expuserem à venda ou distribuírem produtos de origem animal oriundos de outros Municípios procedentes de estabelecimentos sem Inspeção Estadual ou Federal;
- f) às pessoas físicas ou jurídicas que expuserem à venda produtos a granel que, de acordo com o presente Regulamento, devem ser entregues ao consumo em embalagens originais;
- g) às pessoas físicas ou jurídicas que embarçarem ou burlarem a ação dos servidores do SIM no exercício de suas funções;
- h) aos responsáveis por estabelecimentos que após o término dos trabalhos industriais e durante as fases de manipulação e preparo, quando for o caso, não procederem à limpeza e higienização das dependências e equipamentos diversos destinados à alimentação humana;
- i) aos que lançarem no mercado produtos cujos rótulos não tenham sido aprovados pelo SIM;
- j) aos responsáveis pela confecção, impressão, litografia ou gravação de carimbos de Inspeção Municipal a serem usados isoladamente ou em rótulos, por estabelecimentos que não estejam registrados ou em processo de registro no SIM;
- k) aos estabelecimentos que prepararem com finalidade comercial produto de origem animal novo e não padronizado, cujas fórmulas não tenham sido previamente aprovadas pelo SIM.

II - Multa de 10(dez) UFRM's ou outro indicador oficial que o substituir:

- a) aos que desobedecerem a quaisquer das exigências sanitárias em relação ao funcionamento do estabelecimento e a higiene dos equipamentos e dependências, bem como dos trabalhos de manipulação e preparo de matérias-primas e produtos;
- b) aos responsáveis pela permanência em trabalho de pessoas que não possuam carteira de saúde ou documento equivalente expedido pela autoridade competente de saúde pública;
- c) aos que acondicionarem ou embalam produtos em continentes ou recipientes não permitidos;
- d) aos responsáveis por estabelecimentos que não coloquem em destaque o carimbo do SIM na testeira dos rótulos ou nos produtos;
- e) aos responsáveis pelos produtos que não contenham data de fabricação;
- f) aos que infringirem quaisquer outras exigências sobre rotulagens para as quais não tenham sido especificadas outras penalidades;
- g) aos que lançarem mão de certificados sanitários, rotulagens e carimbos de inspeção, para facilitar o escoamento de produtos de origem animal que não tenham sido inspecionados pelo SIM;
- h) ao responsável por estabelecimentos de produtos de origem animal que realizarem construções novas, remodelações ou ampliações, sem que os projetos tenham sido previamente analisados

pelo SIM;

- i) aos que expuserem à venda produtos de um estabelecimento como se fosse de outro;
- j) aos que usarem indevidamente os carimbos da Inspeção Municipal;
- k) aos responsáveis por estabelecimentos sob inspeção do SIM que enviarem para o consumo produtos sem rotulagem.

III - Multa de até 100(cem) UFRM ou outro indicador oficial que o substituir, devido a gravidade da infração:

- a) aos responsáveis por quaisquer alterações: adulterações, fraudes ou falsificações de produtos de origem animal;
- b) aos que aproveitarem matérias-primas e produtos condenados ou procedentes de animais não inspecionados no preparo de produtos usados na alimentação humana;
- c) aos que, embora notificados, mantiverem na produção de leite, animais doentes, que tenham sido afastadas do rebanho pelo SIM ou outro órgão ligado à defesa sanitária animal;
- d) às pessoas físicas ou jurídicas que mantiverem, para fins especulativos, produtos que a critério do SIM possam ser prejudicados em suas condições de consumo;
- e) aos que se utilizarem de quaisquer meios de suborno ou tentativa de suborno; ou usarem de violência contra servidores do SIM ou de órgãos oficiais, no exercício de suas atribuições;
- f) aos que burlarem a determinação quanto ao retorno de produtos destinados ao aproveitamento condicional no estabelecimento de origem;
- g) aos que derem aproveitamento condicional diferente do que for determinado pelo SIM;
- h) ao responsável por estabelecimentos que fabriquem produtos de origem animal, em desacordo com os padrões fixados neste Regulamento ou nas fórmulas aprovadas ou ainda sonegarem elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológicos do processo de fabricação;
- i) ao responsável por estabelecimentos que fizerem comércio intermunicipal de produtos de origem animal, sem que tenham feito o respectivo registro no SIM;
- j) às pessoas físicas ou jurídicas que utilizarem rótulos de produtos elaborados em estabelecimentos registrados no SIM, em produtos oriundos de estabelecimentos que não estejam sob Inspeção Municipal.

Art.58 - Quando as infrações forem constatadas nos mercados consumidores em produtos procedentes de estabelecimentos que devem estar sujeitos à Inspeção Municipal, nos termos do presente Regulamento, as multas poderão ser aplicadas aos proprietários e responsáveis por casas atacadistas ou comerciais que os tiverem adquirido, armazenado ou exposto à venda, tanto no atacado como no varejo.

Art.59 - Todo produto de origem animal exposto à venda no município, sem qualquer identificação que permita verificar sua verdadeira procedência quanto ao estabelecimento de origem, localização e firma responsável, será sujeito às penalidades previstas neste Regulamento.

Art.60 - As penalidades a que se refere o presente Regulamento serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridade de saúde pública ou policial.

Art.61 - As multas até aqui previstas serão dobradas na reincidência, e em caso algum isentam o infrator da inutilização do produto, nem tampouco da ação criminal correspondente.

Art.62- Não pode ser aplicada multa sem que previamente seja lavrado auto de infração detalhando a falta cometida, o artigo infringido, e identificando o estabelecimento e responsáveis.

Art.63 - O auto de infração deve ser assinado pelo servidor do

SIM que constatar a irregularidade, pelo proprietário do estabelecimento ou representante e por duas testemunhas.

Parágrafo Único - Sempre que o infrator ou as testemunhas se negarem a assinar o auto de infração, será certificado a respeito no próprio auto remetendo-se ao proprietário uma das vias registrada ou mediante recibo.

Art.64 - A autoridade que lavrar o auto de infração deve extraí-lo em quatro vias, na seguinte forma:

- a - 1ª - via - será entregue ao infrator
- b - 2ª - via - remetida ao SIM
- c - 3ª - via - à Vigilância Sanitária Municipal e a quarta, constituirá o próprio talão de infrações.

Art.65 - Nos casos em que fique evidenciado não haver dolo ou má-fé, e tratando-se de primeira infração, a fiscalização deixará de aplicar multa, cabendo ao servidor que lavrou o auto, advertir o infrator e orientá-lo convenientemente.

Art.66 - O infrator, terá 72 horas (setenta e duas horas) para efetivar o pagamento da multa e exibir ao SIM o competente comprovante de recolhimento.

Parágrafo Único - As multas serão recolhidas à conta da Prefeitura Municipal de Luzerna, devendo esta instrução constar nos formulários impressos dos talões de autuações.

Art.67- O não recolhimento da multa no prazo legal implica, além da execução fiscal, na suspensão imediata da Inspeção Municipal junto ao estabelecimento.

Art.68 - Os servidores do SIM ou de outros órgãos com delegação de competência, quando em serviço de fiscalização ou inspeção sanitária, têm livre acesso em qualquer dia e hora, em estabelecimentos que manipulem, armazenem ou transacionem produtos de origem animal.

Art.69 - A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, poderá, através do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, convênir-se com instituições que possuam ou tenham acesso à estrutura técnica e laboratorial, bem como, com entidades públicas que preencham as condições adequadas à execução das tarefas para a implantação e funcionamento da inspeção e fiscalização dos estabelecimentos, visando a garantia dos aspectos de sanidade e controle de qualidade dos produtos processados nos estabelecimentos abrangidos por este Regulamento.

Art.70 - O Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, através de Portarias, Instruções Normativas e Ordens de Serviço dará solução a questões decorrentes do presente Regulamento visando seu melhor cumprimento.

Art.71 - As despesas com execução desse Regulamento correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art.72 - Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 19 de abril de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS.18.13 - Arp - Material de Enfermagem com Amostra

EXTRATO DE CONTRATO

FMS 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.18.13

MODALIDADE: Pregão fms nº 0013/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: aquisição de material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna.

VALOR: R\$ 13.982,69 (treze mil novecentos e oitenta e dois reais e sessenta e nove centavos).

VIGÊNCIA: de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de abril de 2013.

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER

Gestor do FMS

CONTRATANTE

MAICON CORDOVA PEREIRA

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

FORNECEDOR 1

Extrato de Contrato FMS.19.13 - Arp - Material de Enfermagem com Amostra

EXTRATO DE CONTRATO

FMS 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.19.13

MODALIDADE: Pregão fms nº 0013/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

CONTRATADA: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

OBJETO: aquisição de material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna.

VALOR: R\$ 108.635,00 (cento e oito mil seiscentos e trinta e cinco reais).

VIGÊNCIA: de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de abril de 2013.

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER

Gestor do FMS

CONTRATANTE

JULIO CESAR MAFACIOLI

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

FORNECEDOR 2

Extrato de Contrato FMS.20.13 - Arp - Material de Enfermagem com Amostra

EXTRATO DE CONTRATO

FMS 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.20.13

MODALIDADE: Pregão fms nº 0013/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

CONTRATADA: METROMED COM. MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: aquisição de material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna.

VALOR: R\$ 9.673,00 (nove mil seiscentos e setenta e três reais).

VIGÊNCIA: de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de abril de 2013.
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER
Gestor do FMS
CONTRATANTE

ARISTORIDES MENDES FILHO
METROMED COM. MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
FORNECEDOR 3

Maracajá

PREFEITURA

Lei 920/2013

LEI Nº 920 DE 10 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DO TEXTO DA LEI Nº 321 DE 13 DE SETEMBRO DE 1993, QUE TRATA DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre as normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Maracajá será feito por meio de políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas, o tratamento com dignidade e respeito a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Art. 3º O Município prestará assistência social supletiva à todos aqueles que dela necessitam e não tiverem acesso às políticas sociais básicas previstas no artigo anterior.

Parágrafo único. É vedada a criação de programas de caráter compensatório pela ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município, sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º Fica criado no Município um serviço especial de previdência e de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

Art. 5º Fica criado no Município um serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 6º O Município propiciará proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 7º Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e funcionamento dos serviços criados nos termos dos artigos 4º, 5º e 6º da presente LEI.

TÍTULO II DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 8º A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida por meio dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III- Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL

SEÇÃO I

Da Criação e da Natureza do Conselho Municipal

Art. 9º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão deliberativo e controlador das ações em todos os níveis.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 10 Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridade para a consecução das ações, a captação e a aplicação dos recursos;

II - zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhanças e dos bairros ou da zona rural em que se localizam;

III - formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município em tudo o que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município que possa afetar as suas deliberações;

V - registrar as entidades não governamentais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, fazendo cumprir as normas previstas na Lei Federal nº 8.069/90, que mantenha programas de:

- a) - orientação e apoio sócio-familiar;
- b) - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) - colocação familiar;
- d) - abrigo;
- e) - liberdade assistida;
- f) - semi-liberdade;
- g) - internação.

VI - registrar os programas a que se refere o inciso anterior, das entidades governamentais que operam no Município, fazendo cumprir as normas constantes da mesma Lei Federal;

VII - regularmente, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e posse dos membros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município, nos termos desta Lei;

VIII - dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo Regimento Interno e declarar vago, o cargo por perda de mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei;

IX - elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com aprovação de 2/3 (dois terços) do total de seus membros e editado por decreto do Governo Municipal.

SEÇÃO III DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 11 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto no mínimo de oito membros, dos quais:

I - quatro membros da esfera governamental, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

II - quatro representantes de entidades não-governamentais de defesa ou de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e/ou entidades da sociedade civil e religiosa que estejam contribuindo efetivamente para o atendimento a que se refere esta Lei.
§ 1º - Os representantes de entidades não-governamentais de que trata o inciso II serão escolhidos em assembléia própria, a qual será realizada em reunião convocada pelo Município, mediante edital publicado no átrio da Prefeitura, do Fórum da Comarca e do prédio destinado ao Poder Legislativo Municipal e convites enviados às respectivas entidades.

§ 2º - O Conselho será sempre paritário. Na medida em que entidades não governamentais se inscreverem para participação no Conselho, o Município indicará outro representante governamental.

Art.12 O mandato dos Conselheiros é de 2 (dois) anos, facultada a uma recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 13 Caberá ao Poder Público Municipal oferecer suporte administrativo e financeiro para a manutenção do CMDCA.

Parágrafo único. O CMDCA está vinculado ao Departamento de Cultura, Esporte e Educação.

SEÇÃO IV DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 14 O Conselheiro que no exercício da titularidade faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) alternadas, salvo justificção por escrito aprovada por maioria simples de seus pares perderá seu mandato, vedada recondução para o mesmo período.

§ 1º - Perdendo o mandato, um Conselheiro, representante de órgão governamental, o Chefe do Poder Executivo nomeará outro representante do mesmo órgão ou entidade e seu suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

§ 2º - No caso de perda do mandato o Conselho não-governamental, a entidade indicará novo titular e suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

§ 3º - Executada a posse inicial dos primeiros conselheiros, que será dada pelo Prefeito Municipal, em todos os demais casos de renovação de conselheiros, estes tomarão posse perante seus pares.

Art.15 A representação do Conselho será exercida por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício.

CAPÍTULO I I I DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA

Art. 16 Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Infância e da Adolescência FIA. Como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos, ao qual é vinculado.

Art. 17 Os recursos do FIA serão constituídos de:

I - doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;

II - dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais

e não-governamentais;

IV - remuneração oriunda de aplicações financeiras;

V - produto de aplicações dos recursos disponíveis e venda de materiais, publicações e eventos realizados;

VI - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais, que tenham destinação específica;

VII - outros recursos que lhe forem destinados.

SEÇÃO I DA GESTÃO DO FIA.

Art. 18 Cabe ao gestor FIA:

I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das Crianças e dos Adolescentes pelo Estado ou pela União;

II - registrar os recursos captados pelo Município por meio de convênios, ou por doações ao Fundo;

III - manter o controle escritural as aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos do Conselho de Direitos;

IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho de Direitos.

Art. 19 Decreto do Poder Executivo regulamentará a gestão contábil e financeira do FIA na esfera da Secretária Municipal de Administração.

Parágrafo Único. O presidente do CMDCA será o ordenador de suas despesas, respeitadas as diretrizes e o plano de aplicação dos recursos, determinados pelo Plenário do Conselho.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO

Art. 20. O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado como órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, a instalado por resolução do Conselho de Direitos.

SEÇÃO II DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO TUTELAR

Art. 21 O Conselho Tutelar será composto por 5 (cinco) membros com mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma reeleição.

Art. 22 Para cada Conselheiro Tutelar, haverá um suplente.

Art. 23 Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, cumprindo as atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069/90.

SEÇÃO I I I DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 24 São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 anos;

III - escolaridade mínima, ensino fundamental completo.

Parágrafo único. É vedado aos Conselheiros:

I - receber, a qualquer título, honorários por serviços prestados;

II - exercer a advocacia na Vara da Infância e da Juventude;

III - exercer mandato público eletivo ou candidatar-se ao mesmo;

IV - divulgar, por qualquer meio, notícia a respeito de fato que possa identificar a criança, o adolescente ou sua família, salvo autorização judicial, nos termos da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 25 O processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do CMDCA, e a fiscalização do Ministério Público.

Art. 26 Os Conselheiros serão eleitos pelo voto do colégio eleitoral formado pelos representantes titulares e suplentes das Entidades inscritas no CMDCA.

Art. 27 Atendido o disposto nesta Lei, o CMDCA definirá, por resolução, todo o processo de escolha, desde o registro das candidaturas avulsas, forma e prazo para impugnações, os atos preparatórios, o ato eleitoral, a apuração dos votos, a proclamação dos eleitos e a posse dos mesmos.

§1º - O CMDCA elegerá, respeitada a paridade, a Comissão de Escolha dos membros do Conselho Tutelar, composto de 4 (quatro) integrantes, que fará afixar edital na portaria do prédio da Prefeitura e fará publicá-lo em pelo menos um jornal de grande circulação no município, até 30 (trinta) antes do pleito, abrindo prazo para inscrição das candidaturas, fixando a data do pleito e o local da votação.

§2º - Cabe à Comissão de Escolha organizar e coordenar todos os trabalhos, na forma desta Lei e das resoluções do CMDCA.

§ 3º - O Presidente da Comissão de Escolha comunicará ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca o início do processo de escolha, encaminhando-lhe cópia do edital e a relação dos inscritos, para a fiscalização de que trata o art. 139 do ECA.

§ 4º - Em vista das elevadas responsabilidades do Conselho Tutelar e os prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, a Comissão de Escolha deverá examinar a idoneidade do candidato não só em declarações, atestados ou certidões formais mas também por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos, como documentos, testemunhos, perícias e outros, podendo determinar as diligências necessárias para elucidar aspecto relevante.

§ 5º - Das decisões da Comissão nos casos de impugnação de candidaturas ou de votos cabe recurso ao Plenário do CMDCA.

§ 6º - O CMDCA diplomará os eleitos e dar-lhes-à posse no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

SEÇÃO IV DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 28 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço relevante e estabelecerá presunção de idoneidade.

Art. 29 O Conselho Tutelar elaborará o seu Regime Interno submetendo-o a aprovação do CMDCA.

Art. 30 Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão de recursos necessários ao funcionamento, do Conselho Tutelar.

Art. 31 O Chefe do Poder Executivo, ouvindo o Conselho de Direitos e o Conselho Tutelar, providenciará local adequado para o seu funcionamento, bem como apoio de pessoal e outros meios.

§1º - O CMDCA fixará por resolução, ouvindo o Conselho Tutelar, os dias e horários em que este dará atendimento.

§ 2º - A atuação do Conselho Tutelar, porém será permanente, ou seja, contínua e ininterrupta, atendendo aos casos urgentes em qualquer dia e horário, na forma do seu Regimento Interno.

Art. 32 Na qualidade de membros eleitos por mandato, os conselheiros terão a remuneração mensal inicial de oitocentos reais (R\$800,00), sendo reajustado anualmente, pelos mesmos índices dos servidores públicos municipais.

§ 1º - Tratando-se de agentes públicos eleitos para mandato temporário, os Conselheiros Tutelares não adquirem ao término do seu mandato, qualquer direito a indenizações, nem a efetivação

ou estabilidade nos quadros da Administração Pública Municipal.
§ 2º - Elegendo-se um funcionário público municipal, considerar-se-ão justificadas as ausências de suas funções eletivas sempre que estiver a serviço do Conselho Tutelar, garantindo-se a remuneração integral.

SEÇÃO V DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS

Art. 33 Perderá automaticamente o mandato o Conselheiro Tutelar que for condenado por sentença irrecurável pela prática de crime ou contravenção, ou que deixar de residir no município de Maracajá.

Art. 34 Poderá ainda ser cassado o mandato do Conselheiro Tutelar em caso de grave desídia no cumprimento dos deveres do seu cargo, apurando-se o fato por meio de inquérito administrativo cuja instauração dependerá do voto da maioria absoluta dos membros do CMDCA e desde que haja votação favorável a cassação pela maioria qualificada de 2/3 (dois terços) do colegiado pleno.
Parágrafo Único. A perda do mandato será decretada pelo CMDCA mediante provocação do Ministério Público ou de qualquer interessado, assegurando ampla defesa, nos termos Regimento Interno.

Art. 35 Em qualquer uma das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de morte ou renúncia, CMDCA deverá declarar vago o cargo e convocar o respectivo suplente.

§ 1º - Convocar-se-ão os suplentes de Conselheiros Tutelares nos seguintes casos:

I - Quando as licenças a que fazem jus os titulares;

II - Na hipótese de afastamento não remunerado prevista nesta Lei;

III - No caso de renúncia do Conselheiro Titular.

§ 2º - Fundando o período de convocação do suplente, com base nas hipóteses dos incisos acima, o Conselheiro Titular será imediatamente reconduzido ao respectivo cargo.

§ 3º - A convocação do suplente obedecerá estritamente a ordem resultante da eleição.

§ 4º - Somente será convocado o suplente quando os afastamentos previstos nesta Lei exceder a 30 (trinta) dias.

Art. 36 O requerimento do Conselheiro Tutelar interessado será concedida licença não remunerada pelo período mínimo de 03 (três) no máximo 06 (seis) meses, renováveis por igual período.
Parágrafo único. O requerimento a que se refere o Art. 36, bem como nos demais casos de convocação do suplente previstas nesta Lei serão encaminhados ao Presidente do CMDCA que comunicará ao Departamento Municipal de Cultura, Esporte e Educação, ao qual o CMDCA está vinculado.

Art. 37 São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto e madrasta e enteado.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma de artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Fórum Regional ou Distrital.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38 No prazo máximo de trinta (30) dias da publicação desta Lei, por convocação do Prefeito Municipal, os órgãos e entidades a que se refere o art. 11 se reunirão para elaborar o Regimento Interno do CMDCA, bem como as normas regulamentadoras do processo eleitoral do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Na mesma reunião, os membros do CMDCA

elegerão o Presidente, o Vice Presidente, além do Secretário e seu Suplente e do Tesoureiro e seu Suplente.

Art. 39 O Prefeito Municipal convocará eleição para escolha de novos Conselheiros Tutelares no prazo de trinta dias da vigência desta lei, ficando ciente os candidatos que este mandato possui termo final em 10 de Janeiro de 2016.

Art. 40 Anualmente, o Chefe do Poder Executivo Municipal fará constar da Lei Orçamentária recursos da receita ordinária que se destinarão ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 41 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 42 Ficam revogados a Lei nº 407 de 26 de março de 1997 e as demais disposições em contrário.

Município de Maracajá (SC), 10 de Abril de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 10 de Abril de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Aviso da Licitação 08/2013 _ FMS

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 08/2013 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição de equipamentos/materiais para o CEMASAS - Centro Municipal de Atendimento a Saúde e Assistência Social, CNES nº 2299860, do Município de Maracajá

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 06/05/2013.

Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 19 de abril de 2013.

VILMAR LEANDRO

Gestor do FMS

Aviso da Licitação 20/2013 CC

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 20/2013 - Concorrência Pública

Objeto: Execução do serviço de remoção, guarda e depósito de veículos cujos condutores cometerem infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, em pátio ou área destinada para esse fim, dentro do território do município de Maracajá/SC.

Data da entrega dos envelopes: até as 13:45 horas do dia 23 de maio de 2013.

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 23 de maio de 2013.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no

horário das 08:30 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis, ou através do e-mail licitacao@maracaja.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3523-1111.

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 185/2013

PORTARIA n.º 185/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, e Lei n.º 1409/2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º À servidora pública municipal AMANDA SIMON, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a licença gestante por 120 (cento e vinte) dias, a partir da presente data, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 29/03/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Abril de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 186/2013

PORTARIA n.º 186/2013

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei n.º 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 111/2013 da Senhora EDINÉIA DA COSTA MARTINS, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Amanda Simon, em virtude de Licença Maternidade, até o retorno da mesma.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 29/03/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Meleiro de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm e Finanças

Portaria Nº 187/2013

PORTARIA nº 187/2013
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei 1414/2010, de 26 de março de 2010, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora CARLA GARCIA BORTOLOTTI BONFANTE, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 11/04/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Abril de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm e Finanças

Extrato Convenio - Convênio Nº. 009/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONVENIO

Convênio nº. 009/2013
Conveniada: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Associação Conveniada: ODAM - ORGANIZAÇÃO DEFESA ANIMAL DE MELEIRO

Objeto: O presente Convênio tem por objeto o apoio financeiro à Associação Conveniada, através de recursos provenientes da Prefeitura Municipal Conveniada para manter suas atividades e sua manutenção dentro das finalidades estatutárias e específicas do seu plano de trabalho.

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência: Início: 01/04/2013 Término: 31/12/2013.

Data da assinatura: 01 de abril de 2013.

Navegantes

PREFEITURA

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 30/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 030/2013.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA ME
Vigência : Início: 28/03/2013 Término: 29/07/2013.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 130/2011.
Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 206/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011, REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM DA RUA AMÉLIA JOSÉ BENTO, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Navegantes, 28 de março de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 31/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 031/2013.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA ME
Vigência : Início: 28/03/2013 Término: 29/07/2013
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 130/2011
Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 207/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011, REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA PREFEITO JOÃO JOSÉ FAGUNDES, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Navegantes, 28 de março de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 32/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 032/2013.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA ME
Vigência : Início: 28/03/2013 Término: 29/07/2013
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 130/2011
Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 208/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA AMANDIO GAZANIGA, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Navegantes, 28 de março de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 33/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 033/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA ME

Vigência : Início: 28/03/2013 Término: 29/07/2013.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 130/2011

Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 209/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA FRANCISCO M. NUNES, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Navegantes, 28 de março de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 34/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 034/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA ME

Vigência : Início: 28/03/2013 Término: 29/07/2013

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 130/2011

Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 210/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA GERMANO LOPES, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Navegantes, 28 de março de 2013

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 35/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 035/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : UNISIS ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL E INFORMÁTICA LTDA.

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013.

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 135/2012

Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00.

Objeto : PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 180/2012, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL 135/2012 PARA A REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS E IMÓVEIS DA Prefeitura Municipal de Navegantes, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, COMPREENDENDO A IDENTIFICAÇÃO, DESLOCAMENTO, DIGITAÇÃO, REGISTRO FOTOGRÁFICO, REAVALIAÇÃO, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E TERMOS DE RESPONSABILIDADES E O FORNECIMENTO DE PLANILHAS.

NAVEGANTES, 22 DE MARÇO DE 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 47/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 047/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : BELGA EMPREITEIRA LTDA

Vigência : Início: 15/04/2013 Término: 13/08/2013

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 135/2011

Recursos : Dotação: 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 09/2012, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 135/2011, REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE NOVA CRECHE NA AVENIDA PREFEITO JOSÉ JUVENAL MAFRA, NO CENTRO DO MUNICÍPIO, CONFORME CONVÊNIO FNDE Nº 70234/2010.

Navegantes, 15 de abril de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 48/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº.: 048/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada : ENGEMAIS CONSTRUTORA LTDA EPP.

Vigência : Início: 15/04/2013 Término: 13/08/2013.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 72/2012

Recursos : Dotação: 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 088/2012, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 72/2012, REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE NOVO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NA LOCALIDADE DO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CONFORME CONVÊNIO FNDE Nº 702434/2010.

Navegantes, 15 de Abril de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 51/2013

Modelo de extrato de Contrato

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato Nº.: 051/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : Sta. Terezinha Ltda Me

Vigência : Início: 18/04/2013 Término: 22/10/2013 Licitação : Concorrência nº 144/2012

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 146/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO STA. TEREZINHA LTDA ME.

NAVEGANTES, 19 de abril de 2013

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 53/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 053/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : ARTEFATOS DE CIM. STA TEREZINHA LTDA-ME

Vigência : Início: 19/04/2013 Término: 18/07/2013.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 146/2012

Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 177/2012, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 146/2012, REFERENTE À OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES DA RUA VEREADOR JOSÉ MARIA OURIQUES, NA

LOCALIDADE DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. CONTRATO Nº 7656913/2011 - MINISTÉRIO DAS CIDADES REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Navegantes, 19 de abril de 2013.

Convocação Monitor Educação Infantil

Navegantes, 19 de abril de 2013.

Ilmo(a) Sr(a).

72	SOLANGE FAGUNDES SIMIONATO
73	LETÍCIA GAZANIGA
74	MARIANE CARDOSO
75	DANIELA CIRINEIA DE FREITAS
76	LETÍCIA MATHIOLA
77	ALZIRA MARIA VILVERT DE OLIVEIRA
78	ANA PAULA VIEIRA DOS SANTOS ROMANO
79	VANESSA APARECIDA MENDES MADUREIRA
80	MARIA CRISTIANE DA CONCEIÇÃO CHAVES

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no dia 23 (vinte e três) de abril de 2013, as 13:30 (treze e trinta) horas para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO de nº 004/2012, para o cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Salientamos que com o não comparecimento no dia determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente
ALESSANDRA MULLER
Diretora RH

Extrato de Cancelamento de Licitação Pregão Presencial Nº 59/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL 59/2013 PMN.

Após encerrado o certame que ocorreu com a presença das empresas, CONSTRUTORA NOVO HABITHAT LTDA ME. (9909), EZEQUIEL VITOR PACHECO ME (9913), CONSTRUTORA E INCORPORADORA FML LTDA (11538), JTB TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP (12344), KMJ TRANSPORTES LTDA (12346), se manifestou um terceiro alegando que não compareceu no horário marcado devido a divergência das informações presentes no instrumento convocatório. Após verificar a veracidade da informação e o equívoco que deveras ocorreu a Comissão Permanente de Licitação decidiu:

- Cancelar o processo Licitatório nº 59/2013 para evitar danos e/ou prejuízos ao Município.
- Relicitar o objeto do referido certame.

Navegantes, 15 de abril de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretaria de Administração.

Extrato Ata Registro de Preço Nº 34/2013 PMN

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 34/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 34/2013, relativa ao Pregão Presencial PMN nº 34/2013 - contendo os preços registrados pela empresa CONAGUA AMBIENTAL LTDA, CNPJ 01.615.998/0001-00, no valor total de R\$ 86.355,00 (oitenta e seis mil trezentos e cinquenta e cinco reais). Vigência: 16/04/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 16 de abril de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

Extrato Ata Registro de Preço Nº 40/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 40/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 40/2013, relativa ao Pregão Presencial PMN nº 40/2013 - contendo os preços registrados pela empresa BARKI DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 10.213.886/0001-05, no valor total de R\$ 39.975,00 (trinta e nove mil novecentos e setenta e cinco reais). Vigência: 10/04/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 10 de abril de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

Extrato Ata Registro de Preço Nº 48/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 48/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 48/2013, relativa ao Pregão Presencial PMN nº 48/2013 - contendo os preços registrados pela empresa JEAN CARLOS PEREIRA NUNES ME, CNPJ 01.652.394/0001-25, no valor total de R\$ 349.300,00 (trezentos e quarenta e nove mil e trezentos reais). Vigência: 15/04/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 15 de abril de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Nova Trento

PREFEITURA

Decreto Nº 041/2013

DECRETO nº 041, de 22 de abril de 2013.

REGULA, NO ÂMBITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, O ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA PELO CIDADÃO (LEI FEDERAL Nº 12.527/2011), CRIA NORMAS DE PROCEDIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 94, VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e

CONSIDERANDO os princípios da publicidade, moralidade e transparência que devem nortear a atividade administrativa estatal, conforme estabelece o art. 37 da Constituição Federal; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º. O acesso a informações públicas no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Nova Trento, garantido no art. 5º, XXXIII, art. 37, § 3º, II, e art. 216, § 2º, da CF, se dará, segundo ditames da Lei Federal nº 12.527/2011 e será regulado por este Decreto.

Parágrafo Único - Para os fins deste Decreto considera-se Administração Indireta além das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos ou subvenções sociais do Município de Nova Trento, ou com este mantenha contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 2º. Este Decreto estabelece procedimentos para que a Administração Municipal, no âmbito do Poder Executivo, cumpra com eficiência e efetividade as determinações da Lei Federal nº 12.527/11, estabelecendo regras para a gestão das informações e documentos públicos e sigilosos gerados por este Poder.

§ 1º. Como documentos sigilosos podem exemplificar a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público, os dados fiscais repassados pelo contribuinte para efeitos de cadastramento e lançamento fiscal, o conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a Lei exigir que permaneça lacrado, o prontuário médico de pacientes, as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infecto contagiosas.

§ 2º. Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas no parágrafo anterior, o acesso somente poderá se dar após a concordância do titular do órgão.

Art. 3º. A título de orientação, praticidade e segurança na execução das normas ditadas por este Decreto, reproduz-se as definições para os termos utilizados, dadas no art. 4º da Lei Federal nº 12.527/11, a saber:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em

qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 4º. O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo municipal será coordenado pela Diretoria de Controle Interno, a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos na prestação deste serviço, auxiliado pela Ouvidoria Geral do Município.

§ 1º. Compete à Diretoria de Controle Interno também, divulgar orientações aos cidadãos quanto ao procedimento para o acesso a informação pública, podendo utilizar, para tanto:

I - O mural;

II - O Diário Oficial do Município;

III - A página oficial da Prefeitura Municipal de Nova Trento na "internet".

§ 2º. Todos os órgãos da Administração municipal elencados no parágrafo único do art. 1º deste Decreto ficam subordinados a Diretoria de Controle Interno no que se referir à eficiência e eficácia no cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 5º. Cada órgão da Administração Direta e Indireta do Município deverá ser convocado pela Diretoria de Controle Interno para designar servidor titular com um substituto, lotados no órgão, que serão responsáveis por receber a solicitação da informação correspondente ao seu setor ou que estiver a sua disposição, bem como disponibilizá-la ao interessado no tempo, modo e forma aqui regulamentado.

§ 1º. No órgão da Administração que contar com Ouvidor Setorial, este será automaticamente o servidor titular a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º. Na página oficial na "internet" cada órgão deverá fazer constar em destaque, permanentemente, o endereço físico e virtual onde o interessado poderá requerer a informação desejada, bem como o nome do servidor responsável pelo serviço, inclusive o número do telefone através do qual este poderá ser contatado no horário de expediente.

§ 3º. O servidor designado como substituto atenderá nos impedimentos do titular.

§ 4º. Os servidores designados para este trabalho bem como todos os que a Diretoria de Controle Interno ou a Ouvidoria Geral do Município entenderem necessário serão permanentemente

capacitados para atuarem na implementação e correto funcionamento desta política de acesso à informação.

Art. 6º. Nos casos de repasse de recurso público, subvenções sociais ou celebração de contrato de gestão, convênio, acordo com entidade privada sem fins lucrativos esta deverá ser alertada formalmente da responsabilidade pelo acesso a informação.

Art. 7º. O pedido da informação pública deverá ser feito formalmente por meio físico ou por meio virtual, nele devendo constar, obrigatoriamente:

- a) O nome, qualificação, o número do CPF e o número do documento de identidade do solicitante;
- b) O endereço completo do solicitante, inclusive o virtual se tiver;
- c) A especificação clara e completa da informação ou do documento desejado e sua finalidade;
- d) O órgão ou entidade pública ao qual o pedido de informações deverá ser dirigido

Parágrafo Único - A falta de um dos requisitos previstos no caput deste artigo implicará na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto para que possa ter prosseguimento.

Art. 8º. No caso de o interessado desejar cópia de documento, esta somente poderá ser entregue depois de autenticada pelo servidor responsável pelo fornecimento, ficando a cargo do solicitante o pagamento do seu custo.

§ 1º. Se o volume de documentos solicitados for significativo e o solicitante tiver urgência em tê-los poderá indicar, no requerimento, a empresa especializada neste serviço para a extração das cópias, desde que sediada neste Município.

§ 2º. Igual procedimento previsto no parágrafo anterior se dará, neste caso obrigatoriamente, quando o documento desejado estiver fora dos parâmetros da capacidade de extração dos equipamentos existentes na Prefeitura.

§ 3º. Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores o original do documento público somente sairá do órgão por ele responsável sob a guarda de um servidor público que acompanhará a extração da(s) cópia(s). Neste caso as cópias serão entregues ao interessado independentemente da autenticação prevista no caput deste artigo.

§ 4º. As cópias extraídas em equipamento da Prefeitura somente poderão ser executadas após a comprovação do recolhimento do seu custo em favor da Prefeitura.

§ 5º. A Secretaria de Controle Interno e o órgão de Ouvidoria estabelecerão, por portaria conjunta, tabela de preços por fotocópia, usando como parâmetro o preço praticado pelas empresas especializadas sediadas no Município. Havendo divergência de mercado entre estas, o preço a ser praticado deverá ser igual a do menor custo.

§ 6º. A Secretaria de Controle Interno e o órgão de Ouvidoria, juntamente com a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, estabelecerão o documento adequado para o recolhimento do ônus previsto nos parágrafos anteriores.

Art. 9º. Quando possível e o requerente assim aceitar, a informação poderá ser fornecida em formato digital através da "internet" ou dispositivo portátil, independentemente da autenticação prevista no caput do artigo anterior.

Parágrafo Único - Na hipótese de a informação solicitada já constar na página oficial virtual da Prefeitura, o servidor somente dará esta informação ao requerente, indicando o endereço eletrônico

correto para encontrá-la.

Art. 10. A informação disponível deverá ser respondida no prazo máximo de 24 horas da data em que se deu o protocolo, sendo prudente que se faça de forma imediata.

§ 1º. Não sendo possível o acesso imediato da informação na forma disposta no caput deste artigo, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá:

I - disponibilizá-la no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando ao interessado, neste mesmo prazo, o local e modo que a mesma será fornecida ou o endereço onde poderá ser consultada;

II - O prazo referido no inciso anterior poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 2º. Em se tratando de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser, no prazo estabelecido no caput deste artigo, informado da negativa do fornecimento, bem como da possibilidade de recurso, prazo e condições para sua interposição, indicando a autoridade competente para sua apreciação.

Art. 11. O interessado na informação pública que por qualquer motivo não for atendido satisfatoriamente em suas pretensões terá direito a recurso no prazo de 10 (dez) dias da data da ciência da resposta.

§ 1º. O recurso previsto no caput deste artigo será formal, contendo as razões do inconformismo, e dirigido à autoridade máxima do órgão responsável indicado no requerimento para resposta, que deverá se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do protocolo.

§ 2º. Mantida a recusa pela autoridade competente, esta deverá remeter o apelo juntamente com sua decisão ao Ouvidor Geral do Município que, em última instância administrativa, ratificará a decisão ou atenderá o acesso à informação desejada.

§ 3º. Ocorrendo o impedimento do Ouvidor Geral do Município, ou estando vago o cargo, responderá pelas atribuições do parágrafo anterior o responsável pelo Controle Interno.

Art. 12. O servidor público municipal responsável pelo acesso à informação e que descumprir, sob qualquer pretexto, as determinações deste decreto, destruir ou alterar informação pública, recusar injustificadamente ao seu fornecimento, impor sigilo para obtenção de proveito pessoal ou que de má-fé divulgar informação sigilosa, fica sujeito as penas previstas no art. 32 e seguintes da Lei Federal nº 12.527/11, que deverão ser aplicadas obedecendo-se as formalidades previstas estatutariamente.

Parágrafo Único - Idêntica responsabilidade recairá sobre qualquer servidor público municipal que destruir ou alterar informação pública ou facilitar o acesso àquelas de natureza sigilosa.

DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 13. É dever dos órgãos e entidades públicas continuarem a promover a divulgação de todos os atos da Administração na conformidade do que prevê o art. 37 e seus incisos da Constituição Federal combinado com o art. 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

Parágrafo Único - As divulgações de que trata o caput deste artigo deverão ser feitas, independentemente da utilização de outros meios, em sítio oficial da Prefeitura na internet, sendo o titular de cada órgão responsável direto pela atualização diária desta página, bem como pela autenticidade e disponibilidade da mesma.

Art. 14. O setor de informática e tecnologia manterá o "Portal de

Internet da Prefeitura” como um canal de comunicação entre o governo e a sociedade, facilitando a esta, em link próprio, o acesso aos portais, tais como: execução orçamentária; recursos públicos recebidos e ou transferidos de outros órgãos com a exposição da origem, valores e favorecidos; atos de gestão com o servidor público municipal, respeitando aqueles considerados sigilosos; celebração de contratos e convênios (minuta) e outras avenças correlatas; etcetera.

Art. 15. Ao final de cada mês e até o quinto dia do mês subsequente, todos os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo Municipal remeterão à Secretaria responsável pela controladoria dos serviços de acesso à informação relatório de atendimento do mês, para fins estatísticos.

Art. 16. Aplicam-se à municipalidade as normas gerais da Lei Federal nº 12.527/11, que não tenham sido expressamente citadas neste Decreto.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, em 22 de abril de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

PEDRO PIVA NETO
Secretário M. Administração e Finanças

Portaria Nº 433/2013

PORTARIA Nº 433 /2013

Dispõe sobre a Nomeação de Coordenadora do Programa Bolsa Família no Sistema de Gestão Integrada.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora municipal Alini DallaBrida, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.889.726-4/SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 053.408.929-13, como Coordenadora do Programa Bolsa Família, em substituição a Genici Tomasi.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de abril de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada presente Portaria, no Diário Oficial dos Municípios.

PEDRO PIVA NETO
Secretario Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 476/2013

PORTARIA Nº 476/2013

Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94 , item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei Nº 2.037 de 04/03/2.005, RESOLVE:

Art 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para fazerem parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, do município de Nova Trento, conforme segue:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO:

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Saulo Roberto Voltolini
Suplente: Marinho Luiz Tomasi

Secretaria Municipal de Transportes e Obras :

Titular: Pedro Oreni Tomasi
Suplente: Virgilio José Tamanini

Secretaria Municipal de Educação e Esportes:

Titular: Luiz Carlos Orsi
Suplente: Liliam Cristiani Fontanelli

Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário:

Titular: Maxiliano de Oliveira
Suplente: Vilson Dalbosco

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:

Titular: Eluísio Antonio Voltolini
Suplente: Ivana Regina Cadore

Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Pedro Piva Neto
Suplente: Aderico Edílio Dalri

Secretaria Municipal do Bem Estar Social e Habitação:

Titular: Aداuton Raulino
Suplente: Juliana Delagasparina

Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Airton Antonio Dalbosco
Suplente: Jucelino Marino Chini

II- ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS AGRICULTORES:

EPAGRI:

Titular: João Luiz Simão Filho
Suplente: Cinelândia Maria Venier Cipriani

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Trento:

Titular: Moisés Till
Suplente: Alceu Perotoni

Trentocredi:

Titular: Altair Raimundo Ruberti
Suplente: Hernane Smaniotto

III - REPRESENTANTES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Titular: Giovani Tridapalli
Suplente: Terezinha Cristofolini

IV - REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAL

Associação Comercial e Industrial de Nova Trento:
Titular: Madalena Speranzini Cadorin
Suplente: Tiago Marchiori

V - REPRESENTANTES DA COOPERTRENTO

Titular: Antonio Vill
Suplente: Valmir Coelho

VI - REPRESENTANTES DOS AGRICULTORES:

Comunidades de Claraíba, Ponta Fina Norte, Trinta Réis, Velha, Molha, Vasca e Centro:
Titular: Marcos Venske
Suplente: Vildemar Klann
Titular: Amilton Battisti
Suplente: Ilário Schmidt

Comunidades de Ribeirão Bonito, Valsugana, Bom Retiro e São Valentim:
Titular: Gregório João Bento Paoli
Suplente: Robson Eccher

Comunidades de Alto Pitanga, Saudade Pequena, Saudade Grande, Lajeado e Serraval:
Titular: Vandeli Tomio
Suplente: Sidnei Marcelo Raiser

Comunidade de Agutí:
Titular: Otávio Mistura
Suplente: José Nildo Pering

Comunidades de Capivara e Oito Casas:
Titular: José Alves
Suplente: Marcos Lofy

Comunidades de Trombudo e Ribeirão Veado:
Titular: Eurides Murceski
Suplente: José Kniss

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de abril de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, no DOM - Diário Oficial dos Municípios - DOM.

PEDRO PIVA NETO
Secretário M. de Administração e Finanças

Contrato Nº 079/2013

CONTRATO Nº 079/2013

Origem: Processo Licitatório nº 042/2013. Modalidade: Pregão Presencial nº 026/2013. Homologação: 15/04/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: GAMBATTO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº 1873, Centro, Cidade de São Miguel do Oeste/SC, CEP 89900-000, CNPJ nº 01.977.238/0001-34. Objeto do Contrato: Contratação de seguro para os veículos da frota do Município de Nova Trento, com prazo de cobertura de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. O valor total é de R\$ 21.800,00 (Vinte e um mil e oitocentos reais), referente à Prefeitura de Nova Trento, e R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais), referente ao Fundo

Municipal de Saúde. Vigência: a partir das 24h (vinte e quatro horas) do dia 30 de abril de 2013 até o dia 30 de abril de 2014.

Nova Trento, 15 de abril de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 080/2013

CONTRATO Nº 080/2013

Origem: Processo Licitatório nº 042/2013. Modalidade: Pregão Presencial nº 026/2013. Homologação: 15/04/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: GENTE SEGURADORA S.A., pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Carlos Gomes, nº 350, Bela Vista, Cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90480-000, CNPJ nº 90.180.605/0001-02. Objeto do Contrato: Contratação de seguro para os veículos da frota do Município de Nova Trento, com prazo de cobertura de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. O valor total é de R\$ 8.700,00 (Oito mil e setecentos reais), referente à Prefeitura de Nova Trento. Vigência: a partir das 24h (vinte e quatro horas) do dia 30 de abril de 2013 até o dia 30 de abril de 2014.

Nova Trento, 15 de abril de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 081/2013

CONTRATO Nº 081/2013

Origem: Processo Licitatório nº 042/2013. Modalidade: Pregão Presencial nº 026/2013. Homologação: 15/04/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS DO BRASIL S.A., pessoa jurídica de direito privado, sito à Av. das Nações Unidas, nº 12995, Brooklin, Cidade de São Paulo/SP, CEP 01310-000, CNPJ nº 33.065.699/0001-27. Objeto do Contrato: Contratação de seguro para os veículos da frota do Município de Nova Trento, com prazo de cobertura de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. O valor total é de R\$ 970,00 (Novecentos e setenta reais), referente à Prefeitura de Nova Trento; e R\$ 6.900,00 (Seis mil e novecentos reais), referente ao Fundo Municipal de Saúde. Vigência: a partir das 24h (vinte e quatro horas) do dia 30 de abril de 2013 até o dia 30 de abril de 2014.

Nova Trento, 15 de abril de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 010/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA DE NOVA TRENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2013

PROCESSO Nº 041/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2013

Aos onze dias do mês de abril de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/04/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes

disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para a contratação de serviços de 6.000 horas de ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, 3.000 horas de CAÇAMBA e 1.000 horas de TRATOR DE ESTEIRA, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento para o ano de 2013, com a prestação de serviço no Município de Nova Trento, em distância não superior a 30 KM da sede do Município de Nova Trento. As Licitantes registradas para os materiais cotados são:

ULLER LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA. ME (08.654.833/0001-88)

Item	Quant.	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
4	1.000	Horas	Contratação de serviços para realização de trabalhos com Trator de Esteira. Equipamento com no máximo 10 anos de fabricação, acompanhado de operador capacitado a operar o equipamento. As despesas com combustível, manutenção preventiva e corretiva e demais obrigações com o equipamento será de responsabilidade da contratada.	87,50	87.500,00

Valor Total Homologado ao Licitante: 87.500,00

TERRAPLENAGEM KREUSCH LTDA. ME (10.289.581/0001-87)

Item	Quant.	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
1	3.000	Horas	Prestação de serviços com Escavadeira Hidráulica, equipada com caçamba (concha) com capacidade mínima de 0,90 m³, com peso operacional de no mínimo 15.000 kg. Equipamento com no máximo 10 anos de fabricação, acompanhado de operador capacitado a operar o equipamento. As despesas com combustível, manutenção preventiva e corretiva e demais obrigações com o equipamento será de responsabilidade da contratada.	76,60	229.800,00

3	3.000	Horas	Serviço de Transporte com Caminhão Caçamba Basculante com capacidade mínima para transportar 10 m³. Equipamento com no máximo 10 anos de fabricação, acompanhado de operador capacitado a operar o equipamento. As despesas com combustível, manutenção preventiva e corretiva e demais obrigações com o equipamento será de responsabilidade da contratada.	54,65	163.950,00
---	-------	-------	--	-------	------------

Valor Total Homologado ao Licitante: 393.750,00

PEDRA MAR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA. ME (12.991.863/0001-57)

Item	Quant.	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
2	3.000	Horas	Prestação de serviços com Escavadeira Hidráulica, equipada com caçamba (concha) com capacidade mínima de 1.7 m³, com peso operacional de no mínimo 20.000 kg. Equipamento com no máximo 10 anos de fabricação, acompanhado de operador capacitado a operar o equipamento. As despesas com combustível, manutenção preventiva e corretiva e demais obrigações com o equipamento será de responsabilidade da contratada.	90,00	270.000,00

Valor Total Homologado ao Licitante: 270.000,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os serviços deverão ser executados conforme a necessidade da Municipalidade, nos endereços constantes das solicitações. Após efetuada a solicitação, os serviços deverão iniciar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 18 de abril de 2013.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Paial

PREFEITURA

Comunicação de Interposição Recursal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2013 - PM

Objeto: Contratação de empresa na prestação de serviços continuados de Limpeza e Conservação, abrangendo as categorias de Auxiliar de Serviços Gerais, a serem executados nas dependências da Prefeitura Municipal de Paial e Prédios Administrativos conforme a necessidade, e a contratação de serviços de portaria para a Garagem de Máquinas, conforme especificado no anexo "E" - Termo de Referência deste edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos as licitantes: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME e GIROTTO SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA ME, que a licitante ONSAT INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ALARME LTDA ME, interpôs recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação desta notificação, estando os autos abertos à consulta desde já.

Paial, SC, 19 de abril de 2013.
ANTONIO SOSTER
Presidente da C.P.L.

Concorrência Pública 01/2013

Estado de Santa Catarina
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo MELHOR OFERTA, para Alienação de Bens Móveis cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Concorrência Pública 01/2013.

Dados do Processo Licitatório:
Processo de Licitação 38/2013 - Concorrência Pública 01/2013, julgamento Maior Lance / Oferta.

Objeto:

Item 01 - Veículo Volkswagen Gol 1.6 Power na cor cinza ano 2009 modelo 2010, Placas MHG 7469, Código RENAVAL 184983282, Chassi nº 9BWAB05U1AT1748483;

Item 02 - Veículo Renault Clio CAM 1.0 16 Válvulas na cor branca, placas MFE 6697 ano 2008 modelo 2009 Código RENAVAL 115657606, chassi nº 8A1BB8B059L136971;

Item 03 - Veículo Camionete Ambulância Fiat Doblo cor branca, placas MFD 1205, ano 2008 modelo 2009, Código RENAVAL 980395062, chassi nº 9BD22315592014118.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 24 de maio de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 09 horas do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o edital completo, informações

complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás, nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Município de Paial - SC em 19 de abril de 2013.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 05/2013 FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de PAIAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 005/2013 - FMS.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 08/2013 FMS - Pregão Presencial 05/2013 FMS, julgamento menor preço por item.

Objeto: Aquisição de Material de Médico - hospitalar para uso nos Atendimentos da Unidade Mun. De Saúde, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08:45 horas do dia 09 de maio de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 09:00 horas do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 18 de Abril de 2013.

ALDAIR ANTÔNIO RIGO
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Pregão Presencial 78-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº. 78/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 78/2013, no dia 13 de maio de 2013, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS que tem como objeto aquisição de kits de café para o Fundo Municipal de Assistência Social. O edital que está embasado

na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 18 de abril de 2013.
PREGOEIRO (A).

Paulo Lopes

PREFEITURA

Retificação ao Decreto 09/2013

Retificação ao Decreto 09/2013

Da assinatura:

Onde se lê:
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Leia-se:
EVERALDO EVILÁZIO DOS SANTOS
Prefeito Municipal em Exercício

Paulo Lopes, 22 de abril de 2013.
EVERALDO EVILÁZIO DOS SANTOS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente errata no diário oficial dos municípios em 23 de abril de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretaria de Administração

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 195/2013

DECRETO Nº 195, de 18 de abril de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL
UNIDADE 1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL
ATIVIDADE 2051 - Recadastramento Bolsa Família
MODALIDADE 4490 - 201 - Aplicações Diretas 04 15.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 15.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício de 2013, na Fonte 201.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de abril de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Extrato de Edital de Convite 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 050/2013
Extrato de Edital de Convite 001/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Convite, com adjudicação por menor preço, do tipo presencial, para contratação de Assessoria Técnica para orientação na elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do distrito Federal, junto à órgãos governamentais federais, organismos internacionais e embaixadas, para o ano de 2013. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 02 de Maio de 2013, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de Abril de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 011/2013 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 024/2013 - EDUCAÇÃO
Extrato de Edital de Pregão Presencial 011/2013 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço item, do tipo presencial, para aquisição de material de higiene e limpeza para manutenção dos núcleos de educação infantil, ensino fundamental e EJA. O recebimento dos envelopes se dará até as 08h30min do dia 08 de Maio de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 08h45min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de Abril de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Tomada de Preços 002/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 051/2013

Extrato de Edital de Tomada de Preços 002/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, do tipo presencial, para execução da obra de: Pavimentação asfáltica em C.B.U.Q. das Ruas (trechos) Adão Osga, Estefano Holo-waty e Getúlio Vargas, bairro São Pedro, com áreas de 697,92m², 1.411,57 m² e 959,96 m² respectivamente, perfazendo a área total de 3.069,45 m², incluindo material e mão de obra, conforme ART nº 4471915-6, Certidão de Conformidade Ambiental, projetos, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e orçamento, de acordo com o contrato de repasse nº 0386152-90/2012/MCIDADES/CAIXA. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 07 de Maio de 2013, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Tomada de Preços 003/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 052/2013

Extrato de Edital de Tomada de Preços 003/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço, do tipo presencial, para contratação de profissional na área de engenharia elétrica, para atuar junto a equipe de iluminação pública do município. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 08 de Maio de 2013, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Retificação do Edital de Pregão Presencial 037/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 047/2013 - CARONA

Extrato de Retificação do Edital de Pregão Presencial 037/2013

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 047/2013, conforme consta a seguir, readequando a "fórmula reduzida", constante do item 5.1.1, alínea "e". Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 23 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 014/2013 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 014/2013 - FAS

Partes: Município de Porto União e empresa Harielli Tomasi.

Objeto: contratação de 01 (um) profissional para atuar na área de Assistente Social para compor a equipe do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Valor total R\$ 16.188,00 (Dezesseis mil cento e oitenta e oito reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período se assim houver interesse de ambas as partes.

Base legal: Tomada de Preços 003/2013 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 15 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

HARIELLI TOMASI.

Contratada.

Extrato de Contrato 079/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 079/2013

Partes: Município de Porto União e empresa Claiton Cesar Maggi - ME.

Objeto: aquisição de uniformes para uso dos funcionários da Prefeitura Municipal de Porto União

Valor total R\$ 16,30 (Dezesseis reais e trinta centavos) por unidade para o item 001 e R\$ 25,40 (vinte e cinco reais e quarenta centavos) por unidade para o item 002 do edital, totalizando R\$18.310,00 (Dezoito mil e trezentos e dez reais).

Vigência: será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do contrato, ou até a retirada do total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 034/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 15 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

CLAITON CESAR MAGGI - ME.

Contratada.

Termo de Homologação do Pregão Presencial 034/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 0432013

Pregão Presencial 034/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Claiton Cesar Maggi - ME.

Porto União SC, 15 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação Tomada de Preços 003/2013 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 0052013 - FAS
Tomada de Preços 003/2013 - FAS

Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Harielli Tomasi.

Porto União SC, 15 de Abril de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Deceto 3349

DECRETO Nº 3349, de 22 de abril de 2013.
"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A Sra. ISONETE DA SILVEIRA"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal. DECRETA:

Art.1º- Fica concedida Aposentadoria por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério a Sra. Isonete da Silveira, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 7/C 1.031.250-1 e CPF nº 745.360.959-34 domiciliada e residente na Rua Criciúma, 733, Bairro Laranjeiras em Rio do Sul - SC no cargo de Professora, nível 3, classe D, com proventos integrais e adicional de 25%, com paridade, a partir de 1º de Maio de 2013.
Art.2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.
Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
22 de abril de 2013
JEAN PIER XAVIER DE LIZ
Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Decreto 3345

DECRETO Nº 3345, de 22 de abril de 2013.
"ESTABELECE PREÇO PÚBLICO A SER PRATICADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 4.473/2006, alterada pela Lei Municipal nº 5.019/2010, Art. 5º, inciso V,

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido preço público a ser praticado durante o mês de abril de 2013 pela Secretaria Municipal de Agricultura dos produtos destinados à merenda escolar, adquiridos através do Programa Municipal de Incentivo à Produção de Hortifrutigranjeiros, a seguir identificados:

PRODUTO	VALOR	DESCRIÇÃO
CARNE BOVINA	R\$ 7,39333	Kg

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO
22 de abril de 2013
JEAN PIER XAVIER DE LIZ
Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

Decreto 3347

DECRETO Nº 3347, de 22 de abril de 2013.
"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A Sra. MARLIZE SCHEIDT LOSSIO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º inciso I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

DECRETA

Art.1º - Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição a servidora pública Dra. Marlice Scheidt Lossio, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 7R/263.528 e CPF nº 221.264.579-15, domiciliada e residente na Rua Recanto 101, Centro, em Rio do Sul - SC no cargo de cirurgião dentista, nível H, classe 1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais e adicional de 30%, com paridade a partir de 1º de Maio de 2013.
Art.2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.
Art.3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.
Art.4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
22 de abril de 2013
JEAN PIER XAVIER DE LIZ
Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Decreto 3348

DECRETO Nº 3348, de 22 de abril 2013.
"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A Sra. ALAIDE FERNANDES"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da

Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art.1º- Fica concedida Aposentadoria por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério a Sra. Alaide Fernandes, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 578.709 e CPF nº 292.699.039-15 domiciliada e residente na Rua Guido Vota, 100, bairro Fundo Canoas, em Rio do Sul - SC no cargo de Professora, nível 3, classe A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais e adicional de 11%, com paridade, a partir de 1º de Maio de 2013.

Art.2º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

22 de abril de 2013

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto 3350

DECRETO Nº 3350, de 22 de abril de 2013.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A Sra. MARLI SBORZ VICENTIN"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art.1º- Fica concedida Aposentadoria por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério a Sra. Marli Sborz Vicentin, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 7/R 2.126.739 e CPF nº 023.657.139-71 domiciliada e residente na Rua dos Vereadores, s/nº, bairro Itoupava em Rio do Sul - SC, no cargo de Professora, nível 3, classe B, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais e adicional de 25%, com paridade, a partir de 1º de Maio de 2013.

Art.2º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

22 de abril de 2013

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto 3351

DECRETO Nº 3351, de 22 de abril de 2013.

"ALTERA A FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO DECRETO Nº 1.098/2010, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PENSÃO A Sra. NERCIRIA ODETE SOARES".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 161 da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003, artigo 20 E seguintes Lei Complementar nº 073 de 20/11/2001, letra "a" incisos II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 40 § 7º inciso II da Constituição Federal.

CONSIDERANDO, a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contida na Decisão nº 0155/2013 e que diz respeito sobre a retificação na fundamentação legal, qual seja, art. 40 § 7º, inciso II. 40 da Constituição Federal.

DECRETA

Art.1º - De conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal o valor do benefício da pensão por morte ora concedido, corresponderá ao valor da totalidade dos proventos do servidor ativo na data do óbito.

Art.2º - A presente concessão foi homologada no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através da Decisão nº 0155/2013, em Sessão do dia 18/02/2013.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

22 de abril de 2013

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto 3352

DECRETO Nº 3352 de 22 de abril de 2013..

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE 025/2013.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3233/2013, o resultado da Carta Convite nº 025/2013, de 28.03.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- RETÍFICA TREVO/ COPAVEL LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

22 de abril de 2013

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 3352/2013

Carta Convite Nº 025/2013 de 28.03.2013.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAS PARA RETÍFICA DE MOTOR DA CARREGADEIRA MOCHIGAN 55C, FROTA 106. SECRETARIA DE OBRAS.

Participantes: - RETÍFICA TREVO/ COPAVEL LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:
- RETÍFICA TREVO/ COPAVEL LTDA.

Portaria N. 0521/RH
PORTARIA N. 0521/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013, e considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 16 a 20, dos autos da Sindicância Administrativa n. 025/2012, instaurado pela Portaria n. 1297/RH de 06 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 17 de dezembro de 2012 e, de acordo com a decisão proferida à fls. 23 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação do denunciado,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 025/2012, instaurada para investigar as ocorrências relatadas pela servidora Raquel Dotta Corrêa, referente ao ato de vandalismo realizado no veículo de propriedade da servidora.

Art. 2º Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 11 de abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0527/RH
PORTARIA N. 0527/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o segundo Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Nome	Matrícula	Cargo	Protocolo
Eliane Kroehnke Agostinho	1369201	Auxiliar Administrativo I	123350/2010
Ilei Filippi	116302	Auxiliar Administrativo I	123280/2010
Mafalda de Souza dos Santos	452901	Fiscal de Tributos	123966/2010
Maristela Regina Balbinot	3522901	Assistente Social	123190/2010
Silvio Andrade	176701	Motorista de Caminhão	128095/2011

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2013, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0528/RH
PORTARIA N. 0528/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor VALDENIR BORGES RIBEIRO, matrícula n. 1104/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Digitador, o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 127446/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2013, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0529/RH
PORTARIA N. 0529/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor MARIO CESAR POSANSKI, matrícula n. 1856/01, ocupante do cargo de

provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 139603/2013 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2013, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0530/RH
PORTARIA N. 0530/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o diploma/certificado em nível de formação e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

- a) Ivanilde de Oliveira, matrícula n. 4693/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, por ter apresentado no protocolo n. 139452/2013 Certificado de Conclusão do Ensino Médio;
- b) Adriano Zimmermann, matrícula n. 35407/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, por ter apresentado no protocolo n. 139596/2013 Certificado de Conclusão do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Ambiental;
- c) Robson Rassini, matrícula n. 35395/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, por ter apresentado no protocolo n. 139516/2013 Certificado de Conclusão do Curso de Graduação em Comunicação Social - Habilitação em Publicidade e Propaganda;
- d) Caroline Soster Candido, matrícula n. 35454/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, por ter apresentado no protocolo n. 139522/2013 Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Saúde da Família;
- e) Sandra Boschi Baggio, matrícula n. 35120/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Fonoaudiólogo, por ter apresentado no protocolo n. 139629/2013 Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Fonoaudiologia Hospitalar com enfoque em Disfagias Orofaríngeas.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2013, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0531/RH
PORTARIA N. 0531/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora VANIA SILVA MARTINS, matrícula n. 29700/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 139375/2013, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2013, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0534/RH
PORTARIA N. 0534/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder, ao servidor DJONATAN PARMA, matrícula n. 35409/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar curso de Graduação - Tecnologia em Gestão Ambiental, com fundamento ao disposto nos Arts. 73 ao 83, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 30(trinta) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 82 e 83.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de abril de 2013, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Pregão Presencial 043/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2013

OBJETO: Contratação de frete de material britado (rejeito de granito) do município de Lontras até o pátio da secretaria de obras da prefeitura municipal de Rio do Sul. Material a ser utilizado na conservação de vias públicas. Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/05/2013, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30h do dia 06/05/2013, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 22 de abril de 2013.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito Municipal em exercício

Pregão Presencial 044/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2013

OBJETO: Locação de britador móvel com capacidade mínima de 70 m³ por hora, resultando em produto final com granulometria de 2". Material a ser utilizado na conservação de vias públicas. Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/05/2013, às 10:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 06/05/2013, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 22 de abril de 2013.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito Municipal em exercício

Salto Veloso**PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Nº 17/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 17/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa seguradora para realização de seguros contra terceiro e totais dos veículos da administração direta, conforme memorial descritivo e relação dos veículos, mediante Contrato, como descritos e especificados no Anexo I, deste instrumento convocatório do referido Edital.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 03/05/2013 até as 09h00min.

Abertura: 03/05/2013, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 19 de Abril de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Processo Seletivo No 003/2013 - Retificação 001

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO No 003/2013
RETIFICAÇÃO 001
PROCESSO SELETIVO 003 /2013

O Prefeito do Município de Salto Veloso, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna pública a RETIFICAÇÃO do edital de abertura das instruções especiais destinadas à realização do Processo Seletivo Edital 003/2013, conforme segue:

1. No capítulo X em seu item 10.5:

onde se Lê: acarretará na desclassificação e consequente eliminação do candidato;

Leia-se: importará na sua reclassificação automática, devendo o candidato ser reposicionado no final da listagem, exceto quando apresentar desistência expressa;

2. No anexo I, no cargo 08- Atendente de Creche, acrescenta-se a seguinte redação à Habilitação Mínima para a Posse e Exercício do Cargo:

"..e Curso Técnico em Magistério" ;

passando o Edital a ter a seguinte redação:

Identificação do Cargo	Nº de Vagas	Jornada Semanal de Trabalho	Vencimentos R\$	Habilitação Mínima para a Posse e Exercício do Cargo	Tipo de Prova
08-Atendente de Creche	11 + CR*	40 h/s	910,61	Ensino Médio e Curso Técnico em Magistério	Escrita objetiva

3. No Anexo II- Atribuições dos Cargos, acrescenta-se as atribuições do Cargo: Fisioterapeuta, conforme segue:

CARGO	ATRIBUIÇÕES	ESCOLARIDADE E REQUISITOS
Fisioterapeuta	Executar tratamentos de reabilitação em pacientes com deficiência física e/ou mental, empregando técnicas adequadas e de reeducação, para obter o máximo de recuperação.	Ensino Superior em Fisioterapia e registro no órgão de classe.

4. No anexo III- Conteúdo Programático, acrescenta-se o conteúdo específico do Cargo Fisioterapeuta, conforme segue:

Fisioterapeuta

Fundamentos e história da fisioterapia no Brasil e no mundo. Atualidades sobre fisioterapia no Brasil e no mundo. Anatomia e fisiologia humana. Fisioterapia Geriátrica. Fisioterapia aplicada às condições Gineco-obstétricas e Pediátricas. Fisioterapia em Ortopedia e Traumatologia. Fisioterapia Reumatológica. Fisioterapia Neurológica. Fisioterapia Desportiva e Preventiva. Fisioterapia Cardiorrespiratória: Nível ambulatorial; Nível hospitalar (clínico e cirúrgico). Recursos Fisioterapêuticos. Métodos de Graduação de Força Muscular em Provas Manuais de Função Muscular. Avaliação Funcional: Cinesilogia; Bases de Métodos e Técnicas de Avaliação Fisioterapêutica. Diagnóstico, terapia e prevenção de: DORT – Distúrbios Osteomusculares relacionados ao Trabalho; LER – Lesões por Esforços Repetitivos; Patologias relacionadas à coluna vertebral; Doenças do Aparelho Respiratório. - Fisioterapia Geral. Informática Básica, Noções de ética e cidadania, Informática básica, Lei Orgânica e Estatuto do Servidor do município de Salto Veloso. Constituição Federal - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade e Cidadania e. Outros conhecimentos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia sugerida:

Organização dos Serviços de Saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes do SUS, controle social – organização da gestão do SUS, financiamento do SUS, legislação do SUS, normalização complementar do SUS. . Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Política Nacional de Humanização.

BRASIL, Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde.

BRASIL, Legislação Federal, Leis Federais nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90.

BRASIL, Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde. 2º edição. 2007

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 648, de 28 de março de 2006. Brasília, Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Disponível em <http://www.saude.gov.br/dab>.

saude.gov.br/dab.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS – 2ª edição Brasília - Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Prático do Programa Saúde da Família: manual de orientação sobre o programa de saúde da família. Departamento da Atenção Básica. Brasília, 2001.

BRASIL – Portaria/ GM Nº 399 de 22/02/2006. Ministério da Saúde. Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Disponível em <http://www.saude.gov.br/dab>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. ABC do SUS: doutrinas e princípios – O que há de novo na saúde? Brasília, 1990.

BRASIL, Ministério da Saúde. Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS: NOAS 01/2002/DOU: 28/02/2002.

BRASIL, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Doenças Infecciosas e Parasitárias - Guia de Bolso, 5ª ed. Ampliada – série B, 2005. <http://www.saude.gov.br/svs> <http://www.saude.gov.br/svs>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais – Art. 5º a 11. Da nacionalidade – Art. 12 e 13. Da Organização do Estado – Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes – Art. 44 a 75). DELIBERATO C. P. Paulo C. P. Fisioterapia Preventiva, 1ª Edição, Editora Manole, 2002.

DUTTON, Mark. Fisioterapia Ortopédica - Exame , Avaliação e Intervenção - Referência Rápida, Editora Atmed, 2006.

Guyton, Arthur; Hall, John. Tratado de fisiologia médica. 11ª edição, Editora Elsevier, 2006.

LENT, Roberto. Cem bilhões de neurônios-Conceitos Fundamentais em Neurociência. 2ª. Edição, Editora Atheneu, 2010.

Livros Técnicos/Específicos da Área.

MACHADO, Maria da Glória. Bases da Fisioterapia Respiratória : Terapia Intensiva e Reabilitação, 1ª. Edição, Editora Guanabara Koogan , 2007.

REGENGA, Moraes Regina Maria. Fisioterapia em Cardiologia da UTI a Reabilitação, Editora Roca, 2000.

SARMENTO, George Jerre. Fisioterapia Respiratória no paciente crítico- Rotinas clínicas. Editora Manole, 3ª. Edição , 2010.

SIZINIO, Herbet. Ortopedia e traumatologia princípios e praticas. 4ª. edição, Editora Artmed, 2009.

SMITH, Laura. Cinesilogia Clínica de Brunnstrom, 1ª edição - Editora: MANOLE

UNPHRED, Darcy Ann. Reabilitação Neurológica, 4 edição, Editora Manole, 2004.

WILKINS, STOLLER & KACMARECK. Egan - Fundamentos da Terapia Respiratória – 9ª ed., Elsevier, 2009.

Livros Técnicos/Específicos da Área.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais – Art. 5º a 11. Da nacionalidade – Art. 12 e 13. Da Organização do Estado – Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes – Art. 44 a 75).

5. O edital 003/2013, será republicado com as devidas retificações.

Salto Veloso (SC), 18 de Abril de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 017, de 12 de Abril de 2013, Prorroga o Prazo Para Pagamento Em Parcela Única do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 017, de 12 de abril de 2013.

Prorroga o prazo para pagamento em parcela única do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, fixado pelo Decreto nº 005 de 10 de janeiro de 2013 e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os Artigos 33 e 120 da Lei nº 92, de 05/12/91 e Lei nº 564, de 24/12/03,
DECRETA:

Art. 1º O prazo para pagamento em parcela única do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, fixado no Art. 1º do Decreto nº 005, de 10 de janeiro de 2013, fica prorrogado para o dia 10/05/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de abril de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

Portaria Nº 062, de 28 de Março de 2013.

Constitui a Comissão Preparatória Municipal, define e aprova o Regimento da Conferência Municipal da Cidade e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso IV, art. 52 da LOM e do art. IV do Decreto Municipal 13/2013 de março de 2013.

RESOLVE:

Art. 1o - Constituir a Comissão Preparatória Municipal e definir e aprovar o Regimento da Conferência Municipal da Cidade, etapa preparatória da 5a Conferência Estadual e da 5a Conferência Nacional das Cidades.

Parágrafo Único - O Regimento segue apenso é parte integrante desta portaria.

Art. 2o - Cabe à Comissão Preparatória Municipal organizar e realizar a Conferência Municipal da Cidade.

Art. 3o - A composição da Comissão Preparatória Municipal contará com representantes titulares e respectivos suplentes dos segmentos indicados no art. 15 do Regimento da 5a Conferência Estadual das Cidades, segundo a proporcionalidade ali constante e como determina o art. 17 do mesmo Regimento.

PODER EXECUTIVO

Secretaria Municipal de Administração e Finanças, secretário Sr. Wilfried Hemmer;

Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, Diretora, Srª. Mirian Rozane de Souza;

PODER LEGISLATIVO

Câmara de Vereadores, vereador, Sr. Almides Roberg Silva da Rosa;
SOCIEDADE CIVIL

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC/SC, Técnico Administrativo em Agropecuária, Sr. Rudi Adalberto Winck;

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa do Sul, Presidente, Srª Cleuza Pereira da Silva;

Câmara dos Dirigentes Logistas, Presidente, Sr. Giuvago de Souza; Associação de Moradores do Loteamento do Parque Rosita, Presidente, Sr. Valmir da Silva.

Art. 4o - Fica designado como Coordenador Geral da Comissão Municipal o Senhor Wilfried Hemmer, Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Art. 5o - As atividades da Comissão encerrar-se-ão em dezembro de 2013.

Art. 6o - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rosa do Sul/SC, 28 de março de 2013.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Errata de Dispensa de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Licitação nº 29/2013 - DL nº 29/2013

Termo de Dispensa de Licitação

Fica alterado o Termo de Dispensa de Licitação publicado na data de 22/04/2013 no DOM-Diário Oficial dos Municípios.

Onde lê-se:

"PROPRIETÁRIO: Nadir de Souza Pereira

Lotes: Lote nº 06, com área de 330,00 m², matrícula nº 1.605, do CRI desta Comarca;

Lote nº 07, com área de 330,00 m², matrícula nº 1.617, do CRI desta Comarca;

Lote nº 08, com área de 315,00 m², matrícula nº 1.591, do CRI desta Comarca.

PROPRIETÁRIO: Nadia Elânia Santos de Souza

Lote: Lote nº 09, com área de 315,00 m², matrícula nº 1.632, do CRI desta Comarca.

Leia-se: "PROPRIETÁRIO:

Nazir Souza da Rosa

Lote nº 06, com área de 330,00 m², matrícula nº 1.605, do CRI desta Comarca;

Nadir de Souza Pereira

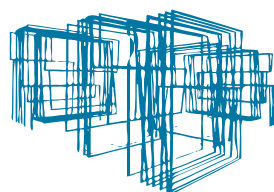
Lote nº 07, com área de 330,00 m², matrícula nº 1.617, do CRI desta Comarca;

Nair de Souza Pereira

Lote nº 08, com área de 315,00 m², matrícula nº 1.591, do CRI desta Comarca;

Nadia Elânia Santos de Souza

Lote nº 09, com área de 330,00 m², matrícula nº 1.632, do CRI desta Comarca."



Programa de
Gestão de Obras



Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Extrato de Edital

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso - SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2013 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 10/2013, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE FORMA FRACIONADA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 06/05/13, até às 09:00 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 19/04/13.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3159/2013

LEI Nº 3159, DE 22 DE ABRIL DE 2013

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DA MÓVEL BRASIL 2013, ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO REGIONAL DA EMPRESA MOVELEIRA - ARPEM

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO REGIONAL DA EMPRESA MOVELEIRA - ARPEM, CNPJ/MF 83.787.747/0001-69, no valor total de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), objetivando a organização da 9ª Edição da Móvel Brasil, Feira de Móveis e Decorações a ser realizada entre os dias 14 e 17 de maio de 2013, no Centro de Eventos Promosul.

§1º - O valor de que trata o "caput" deste Artigo é composto pelo Repasse do Município de São Bento do Sul, através de Contribuição no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e da contrapartida da Associação Regional da Empresa Moveleira - ARPEM no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

§ 2º - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 34/2013 e 098/2103 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art.3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos

no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação Regional da Empresa Moveleira - ARPEM.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Sétima, sob pena de não o fazendo, restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação Regional da Empresa Moveleira - ARPEM.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação da despesa do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Unidade: 03 - Turismo

Projeto/Atividade: 2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

Elemento de Despesa: 3.3.50.41- Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de abril de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2013

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO REGIONAL DA EMPRESA MOVELEIRA - ARPEM, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DA MÓVEL BRASIL 2013

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 86.051.398/0001-00, com sede e foro à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Prefeito Municipal FERNANDO TURECK, brasileiro, solteiro, médico, Portador da Carteira de Identidade nº 2.923561, CPF/MF nº 033.667.519-40, residente e domiciliado à Rua Augusto Klimmek, 264, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a Associação Regional da Empresa Moveleira - ARPEM, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.787.747/0001-69, estabelecida à Rua Afonso Grosskopf, nº 352, Bairro Colonial, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente ARNOR EVALDO KATZER, brasileiro, casado, administrador, Portador da Carteira de Identidade nº 2.370.004, CPF/MF nº 421.870.289-68, residente e domiciliado à Rua Estevão Buschle, 256, Bairro 25 de Julho, São Bento do Sul/SC, amparado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 34 de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a organização da 9ª Edição da Móvel Brasil, Feira de Móveis e Decorações a ser realizada entre os dias 14 e 17 de maio de 2013, no Centro de Eventos Promosul neste Município, constante do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1271/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), sendo R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) por parte do CONCEDENTE e R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) como contrapartida da CONVENIENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias após publicação da Lei Municipal que autoriza o presente Convênio.

Parágrafo único - Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada no Banco do Brasil, Agência 0674-2, Conta Corrente nº 49.572-7 a favor da Associação Regional da Empresa Moveleira - ARPEM.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Unidade: 03 - Turismo

Projeto/Atividade: 2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- Aplicar a título de contrapartida o valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) que será comprovada juntamente com a prestação de contas dos recursos repassados pelo CONCEDENTE;
- Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- Excluir o Município de São Bento do Sul/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio; e
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da finalização do evento, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo anexo I do Decreto nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
- h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado; e
- j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 05 (cinco) meses contados a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza a firmar o presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de abril de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ARNOR EVALDO KATZER

Presidente da Associação Regional da Empresa Moveleira - ARPEM

TESTEMUNHAS

DANIEL LUTZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

PAULINA BILESKI

Executiva da Comissão Organizadora Móvel Brasil 2013

Decreto Nº 0113/2013

DECRETO Nº 0113, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

ALTERA O DECRETO Nº 0011 DE 04 DE JANEIRO DE 2013 QUE DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no exercício de suas atribuições

DECRETA

Art. 1º. O Decreto nº 0011, de 04 de janeiro de 2013, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º

I - Edson Erzinger - Secretário, fica substituído por Sandra Maria Sadowski Andrzejewski e Lisane Kriz Ilg - Suplente, por Carla Eloise Mülbauer."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0116/2013

DECRETO Nº 0116, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

DESIGNA COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS DE IMPACTO SOCIAL.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1939, de 28 de agosto de 2007,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica designada a Comissão de Análise de Projetos de Impacto Social, apresentados por contribuintes de IPTU, destinados a quitar parcialmente o referido imposto.

Art. 2º. A Comissão será composta pelos seguintes servidores municipais:

I - Auriene Roepke - Diretora de Controle Interno;

II - Paulo Iselci Tem Pass - Secretário Municipal de Finanças;

III - Marcos Gertler - Secretário Municipal de Administração;

IV - Alcione Teresinha Hinke - Secretária Municipal de Educação; e

V - Jocelito Peirin - Diretor do Departamento de Turismo.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nº 582, de 17/01/2011 e nº 669, de 26/04/2011.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Listagem de Portarias

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 1742, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público, da Classe C para Classe D, a partir de 10 de fevereiro de 2013. Joraci de Melo Beiger. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 1743, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público, da Classe D para Classe E, a partir de 11 de fevereiro de 2013. Elenita Xavier Paes Salvatti. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 1744, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público, da Classe D para Classe E, a partir de 20 de fevereiro de 2013.

Maria Cristine Hastreiter. Auxiliar de Operações. SEMED.

Portaria nº 1745, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público, da Classe C para Classe D, a partir de 28 de fevereiro de 2013. Noemi Maria Peters. Professor Educação Infantil - Especialização. SEMED.

Portaria nº 1746, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público, da Classe E para Classe F, a partir de 01 de março de 2013. Marisa da Silva. Auxiliar de Operações. SEMED.

Portaria nº 1747, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público, da Classe E para Classe F, a partir de 05 de março de 2013. Vilmar Massaneiro. Motorista II. SEMUS.

Portaria nº 1748, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público, da Classe E para Classe F, a partir de 10 de março de 2013. Iracema Rudnick. Auxiliar de Operações. SECAD.

Portaria nº 1749, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público, da Classe C para Classe D, a partir de 14 de março de 2013. Sergio Rogerio Pacheco. Professor Anos Finais - Especialização. SECAD.

Portaria nº 1750, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público, da Classe D para Classe E, a partir de 21 de março de 2013. Carlos Alberto Seabra Assunção. Médico Pediatra. SEMUS.

Portaria nº 1751, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público, da Classe F para Classe G, a partir de 30 de março de 2013. Paulo Nicolau Theisges. Motorista II. SEMUS.

Portaria nº 1752, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público, da Classe D para Classe E, a partir de 01 de março de 2013. Gicelia Weiss. Secretária de Escola. SEMED.

Portaria nº 1753, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 02 de janeiro de 2013. Cleusa da Rosa. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 1754, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 03 de janeiro de 2013. Paulo Adalberto Martinez Matos. Almoxarife. SECAD.

Portaria nº 1755, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 08 de janeiro de 2013. Maria Margarete Tschoeke dos Santos. Professor Educação Infantil - Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 1756, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 10 de janeiro de 2013. Sílvia Raquel Emmerich de Lima. Professor Educação Infantil - Especialização. SEMED.

Portaria nº 1757, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Rosana Eli Gadotti. Professor Educação Infantil - Especialização. SEMED.

Portaria nº 1758, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 19 de janeiro de 2013. Selma Adriane Silva Lima. Professor Educação Infantil - Especialização. SEMED.

Portaria nº 1759, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 20 de janeiro de 2013. Luciana Borges. Professor Educação Infantil - Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 1760, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 21 de janeiro de 2013. Joseli da Silva e Souza Menezes da Costa. Atendente Educativo - Ensino Médio. SECAD.

Portaria nº 1761, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 21 de janeiro de 2013. Adriane Kozoris. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 1762, de 08 de abril de 2013. Promove servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 22 de janeiro de 2013. Rita de Cassia Martins. Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 1763, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 27 de janeiro de 2013. Janaina Aparecida da Cruz. Professor Educação Infantil-Magistério. SEMED.

Portaria nº 1764, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe E para Classe F, a partir de 01 de fevereiro de 2013. Avelino Barbosa de Lima Filho. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 1765, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Iara Carina Dums Werlich. Assistente Administrativo. SEMED.

Portaria nº 1766, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Edenilson Grein. Auxiliar de Biblioteca. SEMED.

Portaria nº 1767, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Ellen Caroline Padilha. Auxiliar de Biblioteca. SEMED.

Portaria nº 1768, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Leandro de Andrade. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 1769, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Orevalde Pereira. Calceteiro. SEMOB.

Portaria nº 1770, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Simão Pedro Kramar. Mecânico. SEMOB.

Portaria nº 1771, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Amarildo Edmundo Pickocz. Professor Anos Finais, Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 1772, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Antonio Carlos Sebold. Professor Anos Finais, Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 1773, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Aparecido Vasconcelos de Souza. Professor Anos Finais, Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 1774, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Fabiana do Rocio Ruthes Schmidt. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1775, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Katia Simone Mengue. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1776, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Marcia Cristiani Born. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1777, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Marcio da Cruz. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1778, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Marli Martins Cordeiro. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1779, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Rosane Levandoski. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1780, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Veridiana Bayer Gaudet. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1781, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Emidia Guszak. Secretária de Escola. SEMED.

Portaria nº 1782, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, Classe A para Classe B, a partir de 02 de fevereiro de 2013. Marilda Bail Grein. Secretária de Escola. SEMED.

Portaria nº 1783, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, Classe B para Classe C, a partir de 03 de fevereiro de 2013. Josiane Caetano de Souza Alves das Neves. Auxiliar de Escritório. SEFIN.

Portaria nº 1784, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, Classe F para Classe G, a partir de 03 de fevereiro de 2013. Lenea de Fátima Pereira Hruschka. Auxiliar de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 1785, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, Classe B para Classe C, a partir de 03 de fevereiro de 2013. Celina Aparecida Dorigão Fritz. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1786, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 03 de fevereiro de 2013. Cristiane Aparecida Pedrotti. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 1787, de 08 de fevereiro de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para classe C. Marcia Regina Innocente. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1788, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 03 de fevereiro de 2013. Marilaine Mueller Xavier. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1789, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 03 de fevereiro de 2013. Rosane Aparecida Ferreira. Professor Anos Finais, Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 1790, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 03 de fevereiro de 2013. Ruth Kleinschmidt. Professor Anos Finais, Especialização. SEFIN.

Portaria nº 1791, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 03 de fevereiro de 2013. Sirlei Franz Neppel. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1792, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 04 de fevereiro de 2013. Cintia Teresinha Gnatkoski. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1793, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 06 de fevereiro de 2013. Patricia de Campos. Atendente Educativo, Ensino Médio. SEMED.

Portaria nº 1794, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 06 de fevereiro de 2013. Vera Aparecida Fernandes dos Santos. Atendente Educativo, Magistério. SEMED.

Portaria nº 1795, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 07 de fevereiro de 2013. Rosemery do Amaral Dreveck. Atendente Educativo, Ensino Médio. SEMED.

Portaria nº 1796, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 07 de fevereiro de 2013. Anderson May. Motorista. SEMED.

Portaria nº 1797, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 07 de fevereiro de 2013. Vera Marcia Pschiski Nagorski. Professor Educação Infantil, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1798, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 08 de fevereiro de 2013. Cristiane Bayerl. Atendente Educativo, Magistério. SEMED.

Portaria nº 1799, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 08 de fevereiro de 2013. Atendente Educativo, Ensino Médio. SEMED.

Portaria nº 1800, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 08 de fevereiro de 2013. Arseni Witikoski. Pintor. SEMOB.

Portaria nº 1801, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 08 de fevereiro de 2013. Reinaldo Meyer. Pintor. SEMOB.

Portaria nº 1802, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a

partir de 08 de fevereiro de 2013. Esmael Terres. Professor Anos Finais, Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 1803, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 08 de fevereiro de 2013. Edileuza Beserra da Costa. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 1804, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 10 de fevereiro de 2013. João Arri Bello. Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 1805, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 10 de fevereiro de 2013. Maria Eli Urbaneck. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 1806, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 10 de fevereiro de 2013. Wagner Portela Oliveira. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1807, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 13 de fevereiro de 2013. Amanda Michele Alves Szlachta dos Santos. Atendente Educativo, Magistério. SEMED.

Portaria nº 1808, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 13 de fevereiro de 2013. Deisi Randig. Atendente Educativo, Magistério. SEMED.

Portaria nº 1809, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 13 de fevereiro de 2013. Ines Schipietz Stal. Atendente Educativo, Ensino Médio. SEMED.

Portaria nº 1810, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 13 de fevereiro de 2013. Katia Ferreira de Lima. Atendente Educativo, Ensino Médio. SEMED.

Portaria nº 1811, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 13 de fevereiro de 2013. Nelci Clarice Sirena. Atendente Educativo, Ensino Médio. SEMED.

Portaria nº 1812, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 13 de fevereiro de 2013. Roseli Staffen Habeck. Atendente Educativo, Ensino Médio. SEMED.

Portaria nº 1813, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 13 de fevereiro de 2013. Silvana Aparecida Nogueira Becker. Atendente Educativo, Magistério. SEMED.

Portaria nº 1814, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 13 de fevereiro de 2013. Ivone Pires. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 1815, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 13 de fevereiro de 2013. Maria Oridia de Lima. Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 1816, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público

por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 13 de fevereiro de 2013. Andreia Hannemann. Secretária de Escola. SEMED.

Portaria nº 1817, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 17 de fevereiro de 2013. Jussara Pedrocheski. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 1818, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 18 de fevereiro de 2013. Marcio Cristiano Renner. Motorista. SEMOB.

Portaria nº 1819, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 18 de fevereiro de 2013. Patricia Scheuer. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1820, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 18 de fevereiro de 2013. Patricia Popadiuk Cordova. Professor Educação Infantil, Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 1821, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 22 de fevereiro de 2013. Elaine Neppel. Atendente Educativo, Ensino Médio. SEMED.

Portaria nº 1822, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 22 de fevereiro de 2013. Jandira Maguerovski Franz. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 1823, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 22 de fevereiro de 2013. Jane Martins de Souza. Atendente Educativo, Magistério. SEMED.

Portaria nº 1824, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 22 de fevereiro de 2013. Veranice Liebl. Atendente Educativo, Magistério. SEMED.

Portaria nº 1825, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 22 de fevereiro de 2013. Welington Luis dos Santos. Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 1826, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 22 de fevereiro de 2013. Antonio Fagundes. Professor Anos Finais, Especialização. SEMED.

Portaria nº 1827, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 22 de fevereiro de 2013. Ildefonso Farias dos Santos. Professor Anos Finais, Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 1828, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 23 de fevereiro de 2013. Antonio Filisbino Siqueira Filho. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 1829, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 25 de fevereiro de 2013. Danile Vepech. Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 1830, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe C para Classe D, a partir de 26 de fevereiro de 2013. Fernando Lutke. Fiscal de Obras. SEPLU.

Portaria nº 1831, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 28 de fevereiro de 2013. Marla Huebl. Assistente Administrativo. Fundação Cultural.

Portaria nº 1832, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 02 de março de 2013. Marili Tatiane Theisges. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 1833, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 02 de março de 2013. Roberto Xavier. Motorista II. SEMUS.

Portaria nº 1834, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 08 de março de 2013. Mario André Mendes. Professor Anos Finais, Licenciatura Plena. SECAD.

Portaria nº 1835, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da classe B para Classe C, a partir de 09 de março de 2013. Elisangela Huebl. Auxiliar de Escritório. SEMUS.

Portaria nº 1836, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 09 de março de 2013. Rogério Silva Dable. Médico Cardiologista. SEMUS.

Portaria nº 1837, de 08 de abril de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 17 de março de 2013. Valdecir Alves de Lima. Vigia. Fundação Cultural.

São Bento do Sul, 23 de abril de 2013.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 1924/2013

PORTARIA Nº 1924, DE 16 DE ABRIL DE 2013
PRORROGA PRAZO PARA POSSE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 19, § 2º, inciso IV, alínea "a" da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de MELISSA DIAS DA COSTA DA CUNHA no cargo de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, Concurso Público nº 001/2012, conforme Processo nº 2725/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de abril de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1926/2013

PORTARIA Nº 1926, DE 16 DE ABRIL DE 2013
CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, a partir de 01 de abril de 2013, aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição, à NILVA MARLI LARSEN HOLZ, em virtude da tutela antecipatória concedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, junto ao agravo de instrumento nº 2013.012048-I.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2013.

São Bento do Sul, 16 de abril de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1927/2013

PORTARIA Nº 1927, DE 16 DE ABRIL DE 2013
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores RITA MARIA DUMS - Secretária, RAFAEL OLICES CELESKI - Diretor de Programas Especiais, ELIZETE T. F. FLORENCIO - Diretora de Proteção Social Especial, ORNELIS VICENTE DOS SANTOS - Diretor de Proteção Social Básica e GENÉSIO CRISTOFOLINI - Chefe de Divisão de Alta Complexidade, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social, a dirigirem, eventualmente e quando necessário, o veículo: Peugeot 207, placas MJZ 8202.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de abril de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Nº 034/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2013
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 11:00 horas do dia 08 de maio de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES, COM MOTORISTA EXPERIENTE EM TRANSPORTE DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO, E PACIENTES DE HEMODIALISE DENTRO DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 13:30 horas.

São Bento do Sul, 22 de abril de 2013.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

Aviso de Licitação - Pregão Nº 120/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2013
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 10:30 horas do dia 13 de maio de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADAS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 22 de abril de 2013.
MARCOS GERTLER
Secretário de Administração - Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
Pregoeira

Aviso de Licitação - Pregão Nº 125/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2013
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 02 de maio de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS, MOBILIÁRIOS, ARMÁRIO PORTA COLCHÕES PARA O CEIM VERA L. D. KITZBERGER E OUTRAS UNIDADES EDUCACIONAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 13:00 horas.

São Bento do Sul, 19 de abril de 2013.
MARCOS GERTLER
Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA
Pregoeira

Extrato de Contrato Nº 011/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Transporte com Motorista e Combustível, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EXPRESSO SABIÁ EIRELI - ME.

DO OBJETO: Prestação de Serviços de Transporte com Motorista e Combustível para atletas da Fundação Municipal de Desportos, conforme Pregão Presencial nº 005/2013, de 13 de março de 2013.

DO VALOR: R\$ 39.900,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 09 (nove) meses e 17 (dezesete) dias, a contar de 14 de março de 2013 e com término em 31 de dezembro de 2013.

São Bento do Sul, 13 de março de 2013.

ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.

JOSÉ NOVAK, pela Empresa Contratada.

Extrato de Contrato Nº 012/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Transporte com Motorista e Combustível, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA.

DO OBJETO: Prestação de Serviços de Transporte com Motorista e Combustível para atletas da Fundação Municipal de Desportos, conforme Pregão Presencial nº 005/2013, de 13 de março de 2013.

DO VALOR: R\$ 56.400,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 09 (nove) meses e 17 (dezesete) dias, a contar de 14 de março de 2013 e com término em 31 de dezembro de 2013.

São Bento do Sul, 13 de março de 2013.

ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.

HEINS WALDEMAR PAREY, pela Empresa Contratada.

Extrato de Contrato Nº 103/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI.

DO OBJETO: Consiste na prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural conforme as ações descritas no plano anual de trabalho em anexo, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 104/2013.

DO VALOR: R\$ 32.145,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 25 de março de 2013.

ASS: ROBERTO SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

LUIZ FERNANDO GUGLIELMI DE SOUZA, pela EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI.

Extrato de Termo Aditivo Nº 050/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 050/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 257/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, em 19 de julho de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 246/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 257/2012, que consiste na reforma e ampliação da Creche Municipal Fada Madrinha, situada na Rua Pios Schindler, Bairro Alpino, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo e projetos.

Considerando que a chuva dificultou o trabalho no decorrer da obra, e foram encontradas dificuldades não previstas em projeto, como o relevo do terreno para a construção, que ocasionou atraso na obra, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos. Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 02 (dois) meses, a contar de 06 de fevereiro de 2013 e com término em 05 de abril de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 19 de fevereiro de 2013 e com término em 18 de abril de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 19 de julho de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 04 de fevereiro de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 051/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 051/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 265/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME, em 23 de julho de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 250/2012. Considerando o objeto do Contrato nº 265/2012, que consiste na modernização (Item 1 - Reforma) do Condomínio Empresarial Colonial, no Município de São Bento do Sul/SC, localizado na Interseção da Avenida São Bento com a Rua João Pauli, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias constante do Plano de Trabalho e de acordo com o Processo nº SDR25 00001507/2012, Convênio nº 4.849/2012-6 através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra.

Considerando a falta de repasse dos recursos advindos do Estado de Santa Catarina, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 03 (três) meses, a contar de 06 de fevereiro de 2013 e com término em 05 de maio de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 27 de fevereiro de 2013 e com término em 26 de maio de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 27 de julho de 2012 e Termo Aditivo nº 380/2012 de 05 de novembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 04 de fevereiro de 2013.

ASS: DANIEL LUTZ, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 052/2013
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 052/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 266/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, em 23 de julho de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 250/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 266/2012, que consiste na modernização (Item 2 - Adequação da parte elétrica, telefone e preventivo elétrico) do Condomínio Empresarial Colonial, no Município de São Bento do Sul/SC, localizado na Interseção da Avenida São Bento com a Rua João Pauli, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias constantes do Plano de Trabalho e de acordo com o Processo nº SDR25 00001507/2012, Convênio nº 4.849/2012-6 através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra.

Considerando a falta de repasse dos recursos advindos do Estado de Santa Catarina, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 03 (três) meses, a contar de 06 de fevereiro de 2013 e com término em 05 de maio de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 27 de fevereiro de 2013 e com término em 26 de maio de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 27 de julho de 2012 e Termo Aditivo nº 379/2012 de 05 de novembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 04 de fevereiro de 2013.

ASS: DANIEL LUTZ, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 073/2013
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 073/2013

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público e Prestação de Serviços com Fornecimento de Materiais de nº 275/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, em 08 de setembro de 2011, conforme Edital de Concorrência Pública nº 245/2011.

Considerando que o objeto do Contrato nº 275/2011, consiste na escolha de permissão para utilização de espaço público, vinculada a prestação de serviços e entrega de material de fotocópias, encadernações, plotagem, impressão a laser e cópia de segurança em CD Room, conforme projeto básico anexo ao Edital nº 245/2011, faz-se necessário a inclusão no Contrato supracitado, para atender as necessidades do Departamento de Urbanismo, a locação de uma impressora multifuncional (funções cópia e scanner), com impressão em preto e branco, devido à necessidade de impressão de documentos diversos.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 08 de setembro de 2011, Termo Aditivo nº 259/2012 de 19 de julho de 2012, Termo Aditivo nº 281/2012 de 01 de agosto de 2012 e Termo Aditivo nº 319/2012 de 03 de setembro de 2012, Termo Aditivo 349/2012 de 01 de outubro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 26 de fevereiro de 2013.

ASS: FERNANDO TURECK, pelo Município.

WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 075/2013
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 075/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 237/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, em 03 de julho de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 221/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 237/2012, que consiste na revitalização da sinalização viária na Avenida Augusto Wunderwald e implantação de passeios e ciclovia, no Município de São Bento do Sul/SC, constante do Plano de Trabalho com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme Processo nº SDR25 00004672/2011, Convênio nº 4.532/2012-2 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra e de acordo com o memorial descritivo e projetos.

Considerando a falta de repasse dos recursos advindos do Governo Estadual, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo primeiro, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 27 de fevereiro de 2013 e a terminar em 26 de junho de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 30 de março de 2013 e com término em 27 de julho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 03 de julho de 2012 e Termo Aditivo nº 400/2012 de 13 de novembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 26 de fevereiro de 2013.

ASS: FERNANDO TURECK, pelo Município.

EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, como Contratada.

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 116/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 116/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 26/04/2013 a 09/06/2013, ao servidor João Leal de Souza, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/04/2013 a 25/04/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/04/2013.

São Bento do Sul, 18/04/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 117/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 117/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 087/2013, à servidora NEUZA LUTES DOS SANTOS PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/04/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/04/2013.

São Bento do Sul, 18/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 118/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 118/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 072/2013, à servidora ORIANE KAESEMODEL OESTREICH ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/04/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/04/2013.

São Bento do Sul, 22/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 115/2013
PORTARIA IPRESBS Nº. 115/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 08/04/2013 a 10/05/2013, concedido a servidora NADIA SIBELE SANTOS VIEIRA STOEBERL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 038/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08/04/2013.

São Bento do Sul, 18/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE

Extrato de Contrato Nr. 27/2013

Contrato nº ..:27/2013.

Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada :PRIME TREINAMENTOS ESPECIAIS LTDA

Valor :540,00 (quinhentos e quarenta reais) total

Vigência :Inicio:04/04/2013 Termina:04/10/2013

Licitação :Dispensa de Licitação - Processo nº 08/2013

Recursos :Dotação:16-2.063.3.3.90.39 (77)

Objeto :SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, MONITORAMENTO ELETRÔNICO E ATENDIMENTO COM VIATURAS E VIGILANTES ESPECIALIZADOS, PELA CONTRATADA, NO IMÓVEL DO CONTRATANTE LOCALIZADO NA RUA MARECHAL FLORIANO, 214 - CENTRO, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2013
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Decreto Nº 1312, de 15 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 1312, DE 15 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.706, de 17/12/12 e pela Lei Municipal nº 1.710 de 22/01/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 40.680,50 (quarenta mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta centavos), no Orçamento de 2013 na seguinte programação de despesa:

12.00 – FUNDO AGROPECUARIO MUNICIPAL
20.606.1010.2.014 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Da Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	103	01.0000	11.200,00

Para Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	105	01.0000	11.200,00

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.1011.2.010 – Manutenção das Atividades Desportivas

Da Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	38	01.0000	29.480,50

Para Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	40	01.0000	29.480,50

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Florianópolis (SC) para São Domingos (SC),
15 de abril de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1441, de 18 de Abril de 2013.

Concede licença à servidora pública municipal gestante.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08, atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, Lei Complementar nº 0032 de 03/09/11, Lei Complementar 042 de 04/04/12;

-Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora pública Carla Louise Lohmann Carvalho ocupante do cargo público de Auxiliar Administrativo, no período compreendido entre 08 de abril de 2013 a 05 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 08 de abril de 2013.

São Domingos (SC), 18 de abril de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária Municipal de Administração e Fazenda



Sistema de
Indicadores de
Desenvolvimento
Municipal
Sustentável

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br



São João do Sul

PREFEITURA**Lei Nº. 1.661 de 17 de Abril de 2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LEI Nº. 1.661 DE 17 DE ABRIL DE 2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, com a Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima, do Município de Praia Grande - SC, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio de repasse de recursos financeiros, através do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, com a Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima, do Município de Praia Grande - SC, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), objetivando a manutenção desta entidade para atendimento a população do Município de São João do Sul.

Art. 2º - O prazo para realização do Convênio de que trata o caput do Artigo anterior fica estabelecido em 27 de dezembro de 2013.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 17 de abril de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 048 de 12 de Abril de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOÃO DO SUL

DECRETO Nº 048 DE 12 DE ABRIL DE 2013

Prorroga prazo para requerimento de devolução da taxa de inscrição do Concurso Público lançado pelo Edital nº 001/2012, destinado ao provimento de vagas nos cargos do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de São João do Sul e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 55, V, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo estabelecido pelo Decreto nº 11 de 25 de março de 2013, para requerimento de devolução da taxa de inscrição do Concurso Público lançado pelo Edital de Concurso nº 001/2012, da Prefeitura Municipal de São João do Sul, para provimento de cargos no seu quadro de pessoal, por 30 (trinta) dias a contar do dia 25 de abril de 2013, sob pena de perdimento dos valores aos cofres públicos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 12 de abril de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 049 de 12 de Abril de 2013

DECRETO Nº 049 DE 12 DE ABRIL DE 2013

Prorroga prazo para requerimento de devolução da taxa de inscrição do Processo Seletivo n.º 002/2012, destinado a classificação de pessoal para atuação na Secretaria Municipal de Saúde e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Edital de Abertura 001/2012, publicado em 12 de dezembro de 2012, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 55, V, da Lei Orgânica do Município; DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo estabelecido pelo Decreto nº 12 de 25 de janeiro de 2013, para requerimento de devolução da taxa de inscrição do Processo Seletivo n.º 002/2012, aberto pelo Edital 001/2012, de 12/12/2012, destinado à classificação de pessoal para atuação na Secretaria Municipal de Saúde e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 25 de abril de 2013, sob pena de perdimento dos valores aos cofres públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 12 de abril de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 047 de 06 de Abril de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

DECRETO Nº. 047 DE 06 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº. 871, de 16 de dezembro de 1996;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão deliberativo e de caráter permanente, no âmbito da Administração Municipal de São João do Sul, composto pelos seguintes membros:

§1º - Representantes do Governo Municipal:

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Titular: Mara Elenir Vefago

Suplente: Fernanda Souza

II - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Solange Maria Sala Broca

Suplente: Simone Pereira Lummertz

III - Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Maria Ivonete Motta

Suplente: Joelma da Silva de Souza

IV - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Titular: Carla Pereira

Suplente: Eliane dos Santos Alves Schinaider

§2º - Representantes dos prestadores de serviços:

I - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular: Edilene dos Santos

Suplente: Maria Claudia Maciel de Quadros

II - Pastoral da Criança

Titular: Santa Libânia da Silva Rocho

Suplente: Maria Zilá Lummertz da Silva

§3º - Representantes dos usuários:

I - Associação dos Clubes de Mães de São João do Sul

Titular: Maria de Oliveira Borges

Suplente: Natalina da Silva Candido

II - Grupo da 3ª Idade - Grupo Alegria

Titular: Noraci Adão Fraga

Suplente: Maria Emedorina Pereira

Art. 2º - Caberá a cada Conselheiro de que trata este Decreto, cumprir o disposto na legislação vigente, no âmbito municipal e federal, como forma de garantir os princípios de deliberação e permanência do Conselho.

Art. 3º - O mandato dos Conselheiros de que trata este Decreto, será definido conforme as diretrizes do Regimento Interno do CMAS.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se os efeitos do Decreto Municipal nº. 153, de 15 de dezembro de 2011, e as demais disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 06 de abril de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.071, de 19 de Abril de 2013.

LEI Nº 2.071, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a realização de Termo de Cessão de Uso entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe Executivo Municipal autorizado a realizar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

Art. 2º O Termo de Cessão de Uso a ser firmado terá por objetivo

a cessão pelo Município de São Lourenço do Oeste/SC do uso do seguinte veículo de sua propriedade: "automóvel Caminhonete, marca Chevrolet, modelo S10 - LS DS4, ano e modelo de fabricação 2012/2013, de cor branca, combustível diesel, Código RENAVAM 49920B234, placa MKB 4698, Chassi 9BG144DH0DC450950, com registro patrimonial nº 14926".

Art. 3º A manutenção, guarda e fornecimento de combustível, bem como a contratação de motorista devidamente habilitado para a condução do veículo identificado no art. 2º, será de exclusiva responsabilidade do cessionário, que responderá por todo e qualquer dano decorrente da utilização do mesmo.

Art. 4º O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso dar-se-á até a data de 31 de dezembro de 2016.

Art. 5º O respectivo Termo de Cessão de Uso a ser firmado regulará o uso do bem de que trata a presente LEI.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.619, de 22 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 4.619, DE 22 DE ABRIL DE 2013.

Nomeia membros para compor a Comissão Preparatória da 5ª (Quinta) Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo que lhe confere o art. 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 4.579, de 1º de março de 2013,
DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Preparatória da 5ª (Quinta) Conferência da Cidade de São Lourenço do Oeste, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias à sua realização.

Art. 2º Ficam nomeados os membros a seguir relacionados, para fins de composição da Comissão Preparatória da 5ª Conferência da Cidade de São Lourenço do Oeste, integrada por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil, sendo indicados 16 (dezesesseis) representantes titulares e 16 (dezesesseis) representantes suplentes para o exercício dessa representação:

I - Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste:

- a) Edilson Paulo Ranzan (titular);
- b) Marlice Villani Perazoli (suplente).

- a) Daniel Ioris (titular);
- b) Angela Maria Puerari (suplente).

III - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano:

- a) Joel Begnini (titular);
- b) Ângela Beux (suplente).

IV - Secretaria de Desenvolvimento Regional:

- a) Franciele Walker (titular);
- b) Cristiane Nienov (suplente).

V - Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina:

- a) Solange do Amaral Müller (titular);
- b) Eduardo Bratti (suplente).

VI - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento-CASAN:

- a) Elias Buffon (titular);
- b) Leopoldo Francisco Cattaneo (suplente).

VII - Associação de Moradores do Bairro Progresso:

- a) Altamir Jorge Lemes da Rosa (titular);
- b) Regiane Todero (suplente).

VIII - Associação dos Moradores do Bairro Santa Catarina:

- a) Vilson Peres (titular);
- b) Zelir Perego (suplente).

IX - Associação dos Moradores do Bairro Cruzeiro:

- a) Sergio Bado (titular);
- b) Jair Lovison (suplente).

X - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário do Município:

- a) Maria Luiza Fernandes da Silva (titular);
- b) Daiana Martinello (suplente).

XI - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Oeste:

- a) Jackson Macedo (titular);
- b) Érico Ecker (suplente).

XII - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de São Lourenço do Oeste:

- a) Nereide Maria Curioletti (titular);
- b) Uilson Machado (suplente).

XIII - Associação Comercial e Industrial de São Lourenço do Oeste - ACISLO:

- a) Roberta Negri (titular);
- b) Neri Francisco Somenzi (suplente).

XIV - Câmara de Dirigentes Lojistas de São Lourenço do Oeste - CDL:

- a) Altair Antonio de Oliveira (titular);
- b) Elisabete Alves de Deus (suplente).

XV - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA/SC:

- a) Ailton Pandini (titular);
- b) Maurício de Souza (suplente).

XVI - Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Noroeste - AE-ANOR:

- a) Ivandro Henrique (titular);
- b) Giovani Echer (suplente).

Art. 3º Fica designado, o servidor Joel Begnini, para o exercício das atividades de Coordenador Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal da 5ª (Quinta) Conferência da Cidade de São Lourenço do Oeste.

Art. 4º As atividades da Comissão constituída por este Decreto, terão duração de 12 (doze) meses.

Art. 5º O Regimento Municipal da 5ª (Quinta) Conferência da Cidade de São Lourenço do Oeste será apreciado e aprovado pelos participantes, na data de sua realização.

Art. 6º Por tratar-se de serviço público relevante, os serviços que serão prestados pela Comissão constituída por este Decreto, não serão remunerados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Processo Nº 019/2013 - FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 06/05/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO QUATRO PORTAS ZERO KM, ANO/MODELO 2013 PARA TRANSPORTE DE PACIENTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aviso de Licitação Processo Nº 20/2013-FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 06/05/2013, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA OFICINAS TERAPEUTAS REALIZADA NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS). Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Notificação de Recebimento de Recursos Federais 17.04.2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 17/04/2013 até 17/04/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		219.657,95
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	219.657,95
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	219.657,95
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	131.794,77
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	87.863,18

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/04/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria Nº 159/2013

PORTARIA nº 159/2013

Nomeia a Nova Comissão Eleitoral Para Realizar a Renovação da Eleição dos Conselhos Administrativos e Fiscal do INSPA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o Artigo, 157 § X da Lei do ESPMSPA nº05/97 c/c Art. 7º do processo eleitoral da Lei INSPA nº 15/2000.

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomeia-se comissão eleitoral para realizar os serviços inerentes a renovação da eleição dos conselhos Administrativos e Fiscal do INSPA, sendo composto pelos seguintes servidores:

1-FERNANDA STAHELIN

2-LUANA REGINA SCHMITZ

3-MARIA IVONETE DA SILVA

Art. 2.º-Conforme Edital de Eleições nº005/2013.

Art. 3.º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de Abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER ARISTEU JORGE NASCIMENTO

Prefeito Municipal Diretor Executivo do INSPA

Portaria N.º 160/2013

PORTARIA n.º 160/2013

Admite em Caráter Temporário THIAGO RODRIGUES para o cargo de Professor II Horista.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, THIAGO RODRIGUES para o cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 034/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 161/2013

PORTARIA n.º 161/2013

Admite em Caráter Temporário LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCKES para o cargo de Professor II Horista.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse

público, LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCKES para o cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 035/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 162/2013

PORTARIA n.º 162/2013

Concede licença para tratamento de Saúde a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Educação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 10/04/2013, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/04/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 163/2013

PORTARIA n.º 163/2013

Exonera XENIA VANESSA DELGADO GUEVARA do cargo de Médico Clínico Geral do Programa de Saúde da Família - PSF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar XENIA VANESSA DELGADO GUEVARA do cargo de Médico Clínico Geral do Programa de Saúde da Família - PSF, contrato de trabalho nº. 028/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 165/2013

PORTARIA n.º 165/2013

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JANICE DE FREITAS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JANICE DE FREITAS, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar da data de 16/04/2013, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/04/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2013.

Portaria Nº 158/2013

PORTARIA Nº 158/2013

Concede aposentadoria por idade e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 1º, inciso III, alínea b, combinado com §§ 3º e 17 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 41/2003,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE à servidora MARIA DAS GRAÇAS GESSER JUNCKES, matrícula funcional nº. 1003, detentora do cargo de provimento efetivo trabalhadora braçal, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, com carga horária de trabalho de 40 horas semanais, com proventos mensais proporcionais a 9.191/10.950 dias, no valor total de R\$ 764,06 (setecentos e sessenta e quatro reais e seis centavos), de acordo com a média das contribuições nos termos da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, a ser custeada pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Pedro de Alcântara (INSPA).

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista do art. 30, inciso VI, da Lei Complementar nº 005 de 16 de maio de 1997 - Estatuto dos Servidores do Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 15/04/2013, revogando-se todas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara (SC), 16 de abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara

ARISTEU JORGE NASCIMENTO

Diretor-Executivo do INSPA

Aviso de Licitação 25.2013

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Aviso da abertura do Processo nº 25.2013 MODALIDADE: Pregão Presencial -

OBJETO: Aquisição de um veículo utilitário tipo van, com capacidade máxima para 09 passageiros incluindo o motorista, zero km, de fabricação nacional, com duas portas de abrir na parte dianteira, uma corredeira na lateral direita e uma porta na traseira para o porta malas, motor de no mínimo de 1400 cilindradas, potência mínima de 80cv, carroceria fechada com janelas intermediárias deslizantes, janelas laterais traseiras deslizantes, bicom-bustível, tração traseira, largura aproximada de 1720(mm), altura aproximada de 2040 (mm), pneus com medidas aproximadas de 185/80r14, reservatório de combustível com capacidade aproximado de 45 litros, ano/modelo 2013, cor branca, revestimento do assoalho da cabine e passageiros em borracha, desembaçador de vidro traseiro, temporizador do limpador do pára-brisa, garantia de no mínimo 12 meses sem limite de kilometragem, e com todos os acessórios e equipamentos exigidos pelo código nacional de trânsito

TIPO: Menor Preço. DATA DE ABERTURA: 07/05/2013 às 09:00h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203.

São Pedro de Alcântara, 22/04/2013

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Contrato de Prestação de Serviço Nº 057/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 057/2013

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado FELICIANO RIBEIRO, portador do RG: 204.077-6, inscrito no CPF sob nº 593.588.909-91, com sede a Rua Geral de Santa Filomena, s/nº, São Pedro de Alcântara/ SC, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto à prestação de lataria e pintura no veículo Ford KA de placa MHW 1960.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço definido no objeto o valor total de R\$ 6000,00 (seiscentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 24/04/2013 a 28/04/2013.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do

Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA- DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 17 de abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER FELICINÁCIO RIBEIRO

Contratante Contratado

Contrato N.º 034/2013

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 034/2013

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor THIAGO RODRIGUES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 066.196.539-28, residente e domiciliado a Rua Frei Atico Francisco Enig, nº. 6996, Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2012, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II HORISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 18/04/2013, findando no dia 14/10/2013, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Muni-cipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas/aulas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de abril de 2013.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

THIAGO RODRIGUES

CONTRATADO

Testemunhas:

Contrato N.º 035/2013

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 035/2013

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCKES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 036.803.629-43, residente e domiciliada a Rua Herculano Francisco Stähelin, nº. 213 - Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2012, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II HORISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São

Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 18/04/2013, findando no dia 14/10/2013, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade

e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas/aulas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de abril de 2013.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCKES

CONTRATADO

Testemunhas:

Termo de Desistência Leonardo Silva de Oliveira

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2012

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de 2013, LEONARDO SILVA DE OLIVEIRA, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo Edital n.º. 001/2012, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Fiscal de Tributos, classificação 04, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de abril de 2013.

Schroeder

PREFEITURA

Lei Complementar Nº123/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº123/2013

DEFINE E APLICA VALOR PERCENTUAL PARA REVISÃO GERAL ANUAL E CONCEDE REAJUSTE AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal propôs, aprovou e ele sanciona a presente LEI: Art. 1º Fica definido o valor percentual de 6,77% (seis inteiros e setenta e sete centésimos por cento), correspondente ao período de apuração da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de março de 2012 a fevereiro de 2013, como base para a revisão geral anual dos proventos dos servidores públicos da Câmara de Vereadores de Schroeder, inclusive servidores comissionados, com aplicação retroativa a partir da data-base de 1º de abril de 2013.

Art. 2º Fica definido o valor percentual de 3,23% (três inteiros e vinte e três centésimos por cento), como base para o reajuste dos proventos dos servidores públicos da Câmara de Vereadores de Schroeder, inclusive servidores comissionados, com aplicação retroativa a partir da data-base de 1º de abril de 2013.

Art. 3º Fica definido o valor percentual de 1,44% (um inteiro e quarenta e quatro centésimo por cento), correspondente ao período de apuração da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de janeiro de 2013 a fevereiro de 2013, como base para a revisão geral anual dos proventos dos vereadores, retroagindo sua aplicação à data-base de 1º de abril de 2013.

Art. 4º As tabelas remuneratórias definidas na Lei Complementar n.º 090/2010 e alterações, Lei Complementar n.º. 091/2010 e alterações, passam a ser as constantes no Anexo I da presente Lei, de acordo com a soma dos índices definidos nos artigos 1º e 2º supra.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n.º. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 19 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ANEXO I

TABELAS REMUNERATÓRIAS ATUALIZADAS

1) LEI COMPLEMENTAR Nº091/2010 E ALTERAÇÕES:

ANEXO II - RELAÇÃO DE NÍVEIS E SALÁRIOS

NÍVEL	Salário	NÍVEL	Salário	NÍVEL	Salário	NÍVEL	Salário
1	R\$ 739,06	37	R\$ 1.796,73	73	R\$ 4.369,68	109	R\$ 10.629,43
2	R\$ 757,53	38	R\$ 1.841,66	74	R\$ 4.478,94	110	R\$ 10.895,18
3	R\$ 776,44	39	R\$ 1.887,68	75	R\$ 4.590,89	111	R\$ 11.167,55
4	R\$ 795,82	40	R\$ 1.934,86	76	R\$ 4.705,69	112	R\$ 11.446,71
5	R\$ 811,59	41	R\$ 1.983,16	77	R\$ 4.823,34	113	R\$ 11.732,90
6	R\$ 836,10	42	R\$ 2.032,72	78	R\$ 4.943,91	114	R\$ 12.026,22
7	R\$ 856,93	43	R\$ 2.083,60	79	R\$ 5.067,49	115	R\$ 12.326,85
8	R\$ 878,38	44	R\$ 2.135,61	80	R\$ 5.194,16	116	R\$ 12.635,04
9	R\$ 900,34	45	R\$ 2.189,01	81	R\$ 5.324,06	117	R\$ 12.950,91
10	R\$ 922,81	46	R\$ 2.243,70	82	R\$ 5.457,13	118	R\$ 13.274,68
11	R\$ 945,89	47	R\$ 2.299,79	83	R\$ 5.593,58	119	R\$ 13.606,54
12	R\$ 969,52	48	R\$ 2.357,29	84	R\$ 5.733,40	120	R\$ 13.946,72
13	R\$ 993,74	49	R\$ 2.416,19	85	R\$ 5.876,76	121	R\$ 14.295,39
14	R\$ 1.018,59	50	R\$ 2.476,61	86	R\$ 6.023,67	122	R\$ 14.619,02
15	R\$ 1.043,92	51	R\$ 2.538,50	87	R\$ 6.174,22	123	R\$ 15.019,10
16	R\$ 1.070,69	52	R\$ 2.600,02	88	R\$ 6.328,63	124	R\$ 15.394,56
17	R\$ 1.096,77	53	R\$ 2.666,91	89	R\$ 6.486,82	125	R\$ 15.779,43
18	R\$ 1.124,21	54	R\$ 2.730,59	90	R\$ 6.648,99	126	R\$ 16.173,93
19	R\$ 1.152,32	55	R\$ 2.801,83	91	R\$ 6.815,23	127	R\$ 16.578,28
20	R\$ 1.181,10	56	R\$ 2.871,96	92	R\$ 6.985,61	128	R\$ 16.992,72
21	R\$ 1.210,57	57	R\$ 2.943,71	93	R\$ 7.160,22	129	R\$ 17.417,54
22	R\$ 1.240,78	58	R\$ 3.017,29	94	R\$ 7.339,26	130	R\$ 17.852,99
23	R\$ 1.271,81	59	R\$ 3.092,76	95	R\$ 7.522,71	131	R\$ 18.299,30
24	R\$ 1.303,59	60	R\$ 3.169,98	96	R\$ 7.710,78	132	R\$ 18.756,80
25	R\$ 1.336,08	61	R\$ 3.249,26	97	R\$ 7.903,57	133	R\$ 19.225,72
26	R\$ 1.369,51	62	R\$ 3.330,49	98	R\$ 8.101,16	134	R\$ 19.706,36
27	R\$ 1.403,71	63	R\$ 3.413,73	99	R\$ 8.303,68	135	R\$ 20.199,01
28	R\$ 1.438,80	64	R\$ 3.499,06	100	R\$ 8.511,28	136	R\$ 20.703,97
29	R\$ 1.474,23	65	R\$ 3.586,53	101	R\$ 8.724,06	137	R\$ 21.221,57
30	R\$ 1.511,64	66	R\$ 3.676,12	102	R\$ 8.942,15	138	R\$ 21.752,12
31	R\$ 1.549,41	67	R\$ 3.767,95	103	R\$ 9.165,71	139	R\$ 22.295,94
32	R\$ 1.588,15	68	R\$ 3.862,14	104	R\$ 9.394,85	140	R\$ 22.853,33

33	R\$ 1.627,78	69	R\$ 3.958,71	105	R\$ 9.629,71	141	R\$ 23.424,65
34	R\$ 1.668,44	70	R\$ 4.057,69	106	R\$ 9.870,48	142	R\$ 24.010,28
35	R\$ 1.710,17	71	R\$ 4.159,11	107	R\$ 10.117,24	143	R\$ 24.610,52
36	R\$ 1.752,94	72	R\$ 4.263,11	108	R\$ 10.370,15	144	R\$ 25.225,81

2) LEI COMPLEMENTAR N.º 090/2010 E ALTERAÇÕES:

ALTERAÇÕES NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR N.º 090/2010

REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS E DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS

FUNÇÃO	VALOR (R\$)
FG-1	R\$ 484,00
FG-2	R\$ 786,50
FG-3	R\$ 1.089,00
FG-4	R\$ 1.573,00

NÍVEIS ESPECÍFICOS PARA OS COMISSIONADOS

NÍVEL	BASE (R\$)
1	R\$ 786,50
2	R\$ 1.089,00
3	R\$ 1.331,00
4	R\$ 1.651,65

Portaria Nº 5.090/2013, de 19 de Abril de 2013

PORTARIA Nº 5.090/2013, de 19 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do servidor Sr. Fabio Petri, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.091/2013, de 22 de Abril de 2013

PORTARIA Nº 5.091/2013, de 22 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença do



funcionário, Sr. Rogério Ohf, adquirindo efeitos retroativos a partir de 20 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Modalidade Concorrência Registro de Preço N. 03/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA REGISTRO DE PREÇO N. 03/2013 - PMS
PROCESSO LICITATÓRIO N. 65/2013 - PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de lombadas do tipo I e II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, memorial descritivo, parte integrante neste instrumento convocatório, conforme ANEXO IX - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de maio de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 24 de maio de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 23 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 26/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2013-PMS

PROCESSO Nº. 64/2013-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e recuperação dos parques infantis, já instalados, da Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Lazer e manutenção e recuperação das academias ao ar livre, já instalados, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de maio de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 09 de maio de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 23 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Contrato Nº. 07/2013 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 07/2013 - FAS

Pregão Presencial nº. 01/2013-FAS

Processo nº. 06/2013-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RSUL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.066.477/0001-84, estabelecida na Rua Hermann Spornau, nº 29, Asilo, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89037-506.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de livros para suprir as necessidades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social e do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contos de Fada Pop-up - Chapeuzinho Vermelho - Ed. Todo livro	1	Unidade	26,83	26,83
02	Contos de Fada Pop-up - João e o Pé de Feijão - Ed. Todo livro	1	Unidade	26,83	26,83
03	Contos de Fada Pop-up - A Branca de Neve - Ed. Todo livro	1	Unidade	26,83	26,83
04	Contos de Fada Pop-up - O Coelho Engraçado - Ed. Todo livro	1	Unidade	26,83	26,83
05	Contos de Fada Pop-up - O Pintinho - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05
06	Contos de Fada Pop-up - Fadas Amiguinhas - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05

07	Contos de Fada Pop-up - O Pequeno Dinossauro - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05
08	Contos de Fada Pop-up - A Joanhinha - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05
09	Contos de Fada Pop-up - A Pequena Escavadeira - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05
10	Contos de Fada Pop-up - É um Monstro Surpresa - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05
11	Contos de Fada Pop-up - O Cachorro Enlameado - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05
12	Contos de Fada Pop-up - O Sapo Curioso - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05
13	Contos de Fada Pop-up - Percival - A Lagarta - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05
14	Contos de Fada Pop-up - Quando eu Crescer - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05
15	Contos de Fada Pop-up - Lar Doce Lar - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05
16	Contos de Fada Pop-up - Chispita tá no Escuro - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05
17	Contos de Fada Pop-up - Quando eu for Grande - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05
18	Contos de Fada Pop-up - Encrenca com a Caixa de Ferramentas - Ed. Todo livro	1	Unidade	24,05	24,05
19	Os sons da fazenda - com som - Editora Vale das Letras	1	Unidade	45,00	45,00
20	As vozes da vida selvagem - com som - Editora Vale das Letras	1	Unidade	45,00	45,00
21	Valores Para A vida Toda - Tolerancia - Aprendendo a ser Tolerante - Blu Editora	1	Unidade	12,99	12,99
22	Valores Para A vida Toda - Amizade Aprendendo a ser Amigo - Blu Editora	1	Unidade	12,99	12,99
23	Valores Para A vida Toda - Determinação - Aprendendo a não desistir - Blu Editora	1	Unidade	12,99	12,99
24	Valores Para A vida Toda - Honestidade - Aprendendo a ser Honesto - Blu Editora	1	Unidade	12,99	12,99
25	Valores Para A vida Toda - Superação - Aprendendo a se Superar - Blu Editora	1	Unidade	12,99	12,99
26	Valores Para A vida Toda - Responsabilidade - Aprendendo a ser Responsável -	1	Unidade	12,99	12,99

27	Valores Para A vida Toda - Generosidade - Aprendendo a ser generoso - Blu Editora	1	Unidade	12,99	12,99
28	Valores Para A vida Toda - Prudencia - Aprendendo a ser Prudente - Blu Editora	1	Unidade	12,99	12,99
29	Valores Para A vida Toda - Auto Confiança - Aprendendo a acreditar em si mesmo	1	Unidade	12,99	12,99
30	Valores Para A vida Toda - Respeito - Aprendendo a Respeitar - Blu Editora	1	Unidade	12,99	12,99
31	Reima pra Lá rima pra cá - Editora Todo Livro - 4 Cães e um Caminhão	1	Unidade	15,30	15,30
32	Reima pra Lá rima pra cá - Editora Todo Livro - Os Animais entram de Dois em Dois	1	Unidade	15,30	15,30
33	Reima pra Lá rima pra cá - Editora Todo Livro - Eram 10 na Cama	1	Unidade	15,30	15,30
34	Reima pra Lá rima pra cá - Editora Todo Livro - A Dona Aranha	1	Unidade	15,30	15,30
35	Reima pra Lá rima pra cá - Editora Todo Livro - Brilhe, Brilhe Estrelinha	1	Unidade	15,30	15,30
36	Reima pra Lá rima pra cá - Editora Todo Livro - A Roda do Onibus	1	Unidade	15,30	15,30
37	A Educação Física na Educação Infantil - Editora Expoente - 3 volumes	3	Unidade	49,00	147,00
38	Sons dos Filhotes - Editora Bicho Esperto	1	Unidade	34,90	34,90
39	Sons da Cidade - Editora Bicho Esperto	1	Unidade	34,90	34,90
40	A Ovelha Rosa da Dona Rosa - Ciranda Cultural	1	Unidade	12,70	12,70
41	Festa dos Insetos - Ciranda Cultural	1	Unidade	32,73	32,73
42	Oceano - Sons da Selva - Ciranda Cultural	1	Unidade	39,90	39,90
43	Piratas - Guia de Aventura - Ciranda Cultural	1	Unidade	39,90	39,90
44	Brincando no Fundo do Mar - Ciranda Cultural	1	Unidade	39,90	39,90
45	Coleção Ciranda das Diferenças - Ciranda Cultural - (10 livros)	1	Unidade	129,00	129,00
46	Coleção Infantil - Descobertas - Editora Fapi Ltda - (12 livros)	1	Unidade	34,90	34,90
47	Coleção Francesinha - Editora Fapi Ltda - (12 livros)	1	Unidade	34,90	34,90
48	Coleção As Quatro Estações - Editora Edelbra - (4 livros)	1	Unidade	65,90	65,90

49	Coleção bullying na escola 10 volumes Editora- Blu editora	1	Unidade	156,00	156,00
50	Ciranda da inclusão - a revista do educador 6 revistas 18 encartes 2 revistas da Editora ciranda cultural!	1	Unidade	89,90	89,90
51	Psicopedagogia infantil juvenil - 3 volumes Editora grupo cultural	1	Unidade	97,80	97,80
52	As 10 leis da qualidade de vida dos professores e pais editora rideel. Editora: Autor: Augusto Cury	1	Unidade	67,80	67,80
53	Inteligência Aprisionada- Alicia Fernandez (Editora ARTMED)	1	Unidade	46,66	46,66
54	O dia que o passarinho não cantou - Luciana Mazorra e Valéria Tinoco (Editora Livro Pleno)- Um livro que ajuda psicólogos, pais e outros, a conversar com crianças sobre perdas e luto, através da morte de um passarinho. Um tema que geralmente se evita, mas que é de extrema importância	1	Unidade	99,50	99,50
55	Ceci tem pipi? Thierry Lenain (Ed. Companhia da letrinhas)- Um livro que fala sobre as diferenças de sexo e gênero, tão importantes no início do desenvolvimento infantil. Assim como a morte, esse assunto também pode ser um tabu, onde a criança não encontra espaço para conversar	1	Unidade	21,87	21,87
56	A Instrumentalidade do Serviço Social, autor Yolanda Guerra, editora Cortez	1	Unidade	24,06	24,06
57	Sistema Único de Assistência Social no Brasil, editora Cortez	1	Unidade	31,35	31,35
58	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), 4ª edição, Editora ARTMED	1	Unidade	123,20	123,20
59	Família, laços, redes e Políticas Públicas, editora Cortez	1	Unidade	32,80	32,80
60	Classes Subalternas e Assistência Social, editora Cortez, autor Maria Carmelita Yazbech	1	Unidade	23,33	23,33

61	Cultura da Crise e Seguridade Social, editora Cortez, autor Ana Elizabete Mota	1	Unidade	26,24	26,24
62	Economia Política - uma construção crítica, autor José Paulo Neto e Marcelo Braz, editora Cortez	1	Unidade	29,89	29,89
63	Mediação e Serviço Social, autor Reinaldo Nobre Pontes, editora Cortez	1	Unidade	25,51	25,51
64	SUAS - Sistema Único de Assistência Social em Debate, autor Odaria Battini, editora Cortez	1	Unidade	31,35	31,35
65	Estado, Classe e Movimento Social, autor Carlos Montanô e Maria Lucia Duriguetto, editora Cortez	1	Unidade	35,72	35,72
66	Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, autor Raul de Carvalho e Marilda Vilela Iamamoto, editora Cortez	1	Unidade	35,72	35,72
67	Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas, editora Cortez	1	Unidade	31,35	31,35
68	O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social, autor Maria L Mestriner, editora Cortez	1	Unidade	30,62	30,62
69	O direito social e a assistência social na sociedade brasileira, autor Berenice Rojas Couto, editora Cortez	1	Unidade	23,33	23,33
70	Política social, família e juventude, editora Cortez	1	Unidade	31,35	31,35
71	Estratégias em serviço social, autor Vicente de Paula Faleiros, editora Cortez	1	Unidade	23,33	23,33
72	Saber profissional e poder institucional, autor Vicente de Paula Faleiros, editora Cortez	1	Unidade	19,68	19,68
73	Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, editora CFESS	1	Unidade	65,50	65,50
74	Política Social: temas e questões, autor Potyara A. P. Pereira, editora Cortez	1	Unidade	24,06	24,06
75	O Mito da Assistência Social, autor Ana Elizabete Mota, editora Cortez	1	Unidade	27,70	27,70
76	Questão Social - Particularidades no Brasil, autor Josiane Soares Santos, editora Cortez	1	Unidade	31,35	31,35

77	Serviço Social, Política Social e Trabalho: desafios e perspectiva para o sec. XXI, editora Cortez	1	Unidade	31,35	31,35
78	Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do Capital, editora Expressão Popular	1	Unidade	21,25	21,25
79	Família Brasileira - A Base de Tudo, autor Silvio Manoug Kaloustian, editora Cortez	1	Unidade	23,33	23,33
80	A Política Social do estado Capitalista, autor Vicente de Paula Faleiros, editora Cortez	1	Unidade	24,06	24,06
81	Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas, autor Ney Luiz Teixeira de Almeida e Mônica Maria Torres de Alencar, editora Saraiva	1	Unidade	33,84	33,84
82	Enfrentamento da revitimização: A escuta de crianças vítimas de violência sexual, autor Cristiane Andreotti, editora Saraiva	1	Unidade	27,68	27,68
83	Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira, autor David Leo Levisky, editora Casa do Psicólogo	1	Unidade	19,99	19,99
84	Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção, autor David Leo Levisky, editora Casa do Psicólogo	1	Unidade	61,00	61,00
85	Adolescência pelos caminhos da violência, autor David Leo Levisky, editora Casa do Psicólogo	1	Unidade	42,00	42,00
86	Violência e risco na infância e adolescência: pesquisa e intervenção, autor Claudio Simon Hutz, editora Casa do Psicólogo	1	Unidade	30,79	30,79
87	Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: Manual de capacitação profissional, autor Luísa Fernanda Habigzang e Sílvia Koller editora Casa do Psicólogo	1	Unidade	32,30	32,30
88	Manual prático de terapia cognitivo-comportamental, autor Margareth da Silva Oliveira e Ilana Andreatta, editora Casa do Psicólogo	1	Unidade	92,28	92,28

89	A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais, autor RENATA MARIA COIMBRA LIBÓRIO/SÔNIA M. GOMES SOUSA, editora Casa do Psicólogo	1	Unidade	68,00	68,00
90	Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas, autor SIDNEY KIYOSHI SHINE, editora Casa do Psicólogo	1	Unidade	44,00	44,00
91	Ética - fundamentos sócio-históricos, autor Maria Lucia Silva Barroco, editora Cortez	1	Unidade	26,97	26,97
92	Medidas Sócio-educativas: da Repressão à Educação, autor Carmem Maria Craidy & Liana Lemos Goncalves, editora UFRGS	1	Unidade	15,00	15,00
93	Violência contra crianças e adolescentes, autor LUISA F. HABIGZANG; SILVIA H. KOLLER, autor Artmed	1	Unidade	44,47	44,47
94	DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, autor SERGIO LUIZ KREUZ, editora JURUÁ	1	Unidade	32,59	32,59
95	Comentários ao Estatuto do Idoso, WLADIMIR NOVAES MARTINEZ, editora LTR	1	Unidade	30,00	30,00
96	DIREITOS E GARANTIAS DO IDOSO - DOUTRINA, JURISPRUDÊNCIA E LEGISLAÇÃO, autor ROBERTO MENDES DE FREITAS JUNIOR, editora Atlas	1	Unidade	64,88	64,88
97	LIÇÕES DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ATO INFRA-CIONAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, autor MARIO LUIZ RAMIDOFF, editora Juruá	1	Unidade	42,21	42,21
98	Genogramas - Avaliação e Intervenção Familiar, autor Mônica McGoldrick, Randy Gerson, Sueli Petry, editora Artmed	1	Unidade	67,07	67,07
99	Desafios Psicossociais da Família Contemporânea, autor Adriana Wagner e cols, editora Artmed	1	Unidade	43,01	43,01

100	Intervenção Psicossocial, autor Kathia Maria Costa, editora Vetor	1	Unidade	31,00	31,00
101	O Adolescente e o Ato Infracional, autor Mario Volpi (Org.), editora Cortez	1	Unidade	16,04	16,04
102	Fim do silêncio na violência familiar - Teoria e Prática, autor Dalka C. A. Ferrari e Tereza C. C. Vecina, editora Ágora	1	Unidade	57,66	57,66
103	Bullying - Estratégias de sobrevivência para crianças e adultos, autor Jane Middleton-Moz e Lee Zawadski, editora Artmed	1	Unidade	32,08	32,08
91	Ética - fundamentos sócio-históricos, autor Maria Lucia Silva Barroco, editora Cortez	1	Unidade	26,97	26,97
92	Medidas Sócio-educativas: da Repressão à Educação, autor Carmem Maria Craidy & Liana Lemos Goncalves, editora UFRGS	1	Unidade	15,00	15,00
93	Violência contra crianças e adolescentes, autor LUISA F. HABIGZANG; SILVIA H. KOLLER, autor Artmed	1	Unidade	44,47	44,47
94	DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, autor SERGIO LUIZ KREUZ, editora JURUÁ	1	Unidade	32,59	32,59
95	Comentários ao Estatuto do Idoso, WLADIMIR NOVAES MARTINEZ, editora LTR	1	Unidade	30,00	30,00
96	DIREITOS E GARANTIAS DO IDOSO - DOUTRINA, JURISPRUDÊNCIA E LEGISLAÇÃO, autor ROBERTO MENDES DE FREITAS JUNIOR, editora Atlas	1	Unidade	64,88	64,88
97	LIÇÕES DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ATO INFRA-CIONAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, autor MARIO LUIZ RAMIDOFF, editora Juruá	1	Unidade	42,21	42,21
98	Genogramas - Avaliação e Intervenção Familiar, autor Mônica McGoldrick, Randy Gerson, Sueli Petry, editora Artmed	1	Unidade	67,07	67,07
99	Desafios Psicossociais da Família Contemporânea, autor Adriana Wagner e cols, editora Artmed	1	Unidade	43,01	43,01

100	Intervenção Psicossocial, autor Kathia Maria Costa, editora Vetor	1	Unidade	31,00	31,00
101	O Adolescente e o Ato Infracional, autor Mario Volpi (Org.), editora Cortez	1	Unidade	16,04	16,04
102	Fim do silêncio na violência familiar - Teoria e Prática, autor Dalka C. A. Ferrari e Tereza C. C. Vecina, editora Ágora	1	Unidade	57,66	57,66
103	Bullying - Estratégias de sobrevivência para crianças e adultos, autor Jane Middleton-Moz e Lee Zawadski, editora Artmed	1	Unidade	32,08	32,08
TOTAL R\$ 3.764,17					

Valor do contrato: de R\$ 3.764,17 (três mil e setecentos e sessenta e quatro reais e dezessete centavos).

Data da Assinatura: 22/04/2013 - Vigência: 31/12/2013
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Credenciamento Nº. 63/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 63/2013 - PMS
Edital de Chamada Publica nº. 02/2013 - PMS
Processo nº. 39/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SIDINEI JAIR STREIT, inscrito no CPF sob o nº. 986.563.849-53, portador da carteira de identidade nº. 3.440-534-SSP-SC, residente na Rua Gustavo Streit, nº. 1545, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: contratação a aquisição de aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 02/2013-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
17	POLPA DE FRUTA CONCENTRADA PARA CONFECCÃO DE SUCO, DIVERSOS SABORES - SEM RESÍDUOS DE IMPUREZA, EMBALADO EM RECIPIENTE DE 1 QUILO	KG	11,50

Data da Assinatura: 22/04/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Credenciamento Nº. 64/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 64/2013 - PMS

Edital de Chamada Publica nº. 02/2013 - PMS

Processo nº. 39/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SELMA DRAEGER, inscrita no CPF sob o nº. 824.371.819-20, portadora da carteira de identidade nº. 19R/2.980.958-SSP-SC, residente na Rua 25 de Julho, nº. 57, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: contratação a aquisição de aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 02/2013-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
02	AIPIM - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica.	KG	3,00

Data da Assinatura: 22/04/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Credenciamento Nº. 65/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 65/2013 - PMS

Edital de Chamada Publica nº. 02/2013 - PMS

Processo nº. 39/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JOÃO LUIS BRUMULLER, inscrito no CPF sob o

no 928.655.269-68, portador da carteira de identidade nº. 1.984.259-7-SSP-SC, residente na Estrada Duas Mamas, Bairro Duas Manas, no Município Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: contratação a aquisição de aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 02/2013-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
05	BANANA CATURRA - produto CLIMATIZADO e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica.	KG	0,55

Data da Assinatura: 22/04/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Credenciamento Nº. 66/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 66/2013 - PMS

Edital de Chamada Publica nº. 02/2013 - PMS

Processo nº. 39/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ENIO ELDO SCHEIDT inscrito no CPF sob o nº. 384.331.099-87, portador da carteira de identidade nº. 12C.763.001-SSP-SC, residente na Rua 25 de Julho, nº. 449, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000,

Objeto: contratação a aquisição de aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 02/2013-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNI- TÁRIO
03	ALFACE - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	PEÇA	2,12
04	BETERRABA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	2,55
07	ESPINAFRE - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	2,00
14	PEPINO MÉDIO PARA SALADA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	2,80
16	TOMATE - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	3,32
18	VAGEM - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	3,99

Data da Assinatura: 22/04/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Siderópolis

PREFEITURA

Lei Nº 2.033

LEI Nº 2.033, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Autoriza firmar convênio com a Associação Beneficente Nossa Casa

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio através do Fundo Municipal de Assistência Social, com a Associação Beneficente Nossa Casa - CNPJ nº 03.181.755/0001-28, com o objetivo de acolher menores, como medida de proteção do Conselho Tutelar do Município.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente convênio, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"
Em, 17 de Abril de 2013
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

Lei Nº 2027

LEI Nº 2.027, DE 06 DE MARÇO DE 2013

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, CARGOS E SALÁRIOS DO LEGISLATIVO DE SIDERÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Para execução dos serviços administrativos do Poder Legislativo do Município, da Câmara Municipal de Siderópolis, fica aprovado o quadro de pessoal constante do ANEXO I, parte integrante desta lei, da qual consta o número de vagas, nomenclatura, símbolo e nível dos mesmos.

Art. 2º - Serão resguardadas as funções do quadro de pessoal constante do ANEXO I, eis que já devidamente ocupados por profissionais legalmente efetivados.

Parágrafo Único - Nos cargos de provimento efetivo, a carga horária será de 40 (quarenta) horas semanais, com exceção da recepcionista, que contará com 30 (trinta) horas semanais.

Art. 3º. Os demais cargos serão de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, através de ato do Presidente da Câmara, destinados às atribuições de direção e assessoramento, e obedecerão a mesma carga horária dos efetivos.

Parágrafo Único - É proibida a nomeação direta ou cruzada de cônjuge, companheiro, parente ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de Vereadores, para cargo em Comissão, exceto a de ocupante de cargo de provimento efetivo.

Art. 4º. O reajuste salarial dos servidores do Poder Legislativo se dará sempre nos mesmos moldes, percentuais e na mesma data do reajuste do Poder Executivo, inclusive aumento real dos cargos em comissão, obedecidas as disposições da lei.

Art. 5º. Será concedido adicional por tempo de serviço para os ocupantes dos cargos Efetivos, a cada 03 (três) anos de serviço, com o acréscimo pecuniário de 05% (cinco por cento) sobre seu salário base.

Parágrafo Único - Não será computado o tempo de licença não remunerada.

Art. 6º. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo passará por estágio probatório de trinta e seis meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, nos termos da legislação.

Art. 7º. As atribuições, responsabilidades e demais características de cada cargo, são as especificadas no ANEXO I.

Art. 8º. Aplica-se ao Poder Legislativo, as disposições da Lei do Regime Jurídico Único dos Servidores do Poder Executivo.

Art. 9º. Aos cargos de provimento Efetivo, do ANEXO I, poderá ser atribuída gratificação, através de Portaria, de até R\$ 750,00

(setecentos e cinquenta reais), a critério do Presidente desta Casa. Parágrafo Único - O servidor efetivo que for nomeado para cargo comissionado, receberá a diferença no vencimento do cargo ocupado.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"
Em, 06 de Março de 2013
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

ANEXO I

I - Habilitação e características dos cargos desta LEI.

01 - Diretor - CC1

Habilitação - 2º Grau completo, maior de 18 anos, em gozo dos direitos políticos, detentor de Carteira Nacional de Habilitação devidamente regularizada perante o órgão de trânsito, com no mínimo habilitação na categoria B.

Características - supervisiona e dirige todos os trabalhos da Câmara, na sua área administrativa e secretaria, tais como protocolo, recepção, arquivo, material, pauta, correspondências, processo legislativo, pareceres e projetos, minutas de convênios, consórcios. Atividades burocráticas relacionadas com o funcionamento da Câmara Municipal cuja estrutura administrativa e legislativa é do seu inteiro conhecimento; assiste a Mesa e as Comissões Permanentes, Temporárias e Especiais. Assessora o Presidente e a Mesa durante a realização das reuniões e exerce outras tarefas inerentes a função; supervisiona o pessoal e os serviços da Secretaria; responsável pela condução do veículo da Câmara de Vereadores.

02 - Assessor Jurídico - CC1

Habilitação - Assessoria Jurídica é privativa de advogado devidamente inscrito na OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

Características - objetiva o assessoramento jurídico, emitindo pareceres sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria que transite em plenário antes da deliberação deste, instrução de processos junto as Comissões Temporárias e de investigação e/ou de inquérito e outras inerentes ao exercício do cargo, emitir pareceres em processos licitatórios, promovendo e defendendo os interesses da Câmara de Vereadores de Siderópolis, em demandas jurídicas administrativas e judiciais.

03 - Assessor da Presidência - CC3

Habilitação - 2º Grau completo, maior de 18 anos, em gozo dos direitos políticos.

Características - cumprir e fazer cumprir as determinações da Presidência, prestando-lhe as informações que forem solicitadas; expedir, no que for de sua alçada, instruções e ordens de serviços necessários ao bom desempenho dos trabalhos; elaborar as sínteses para as reuniões, organizando seu expediente e os assuntos para a ordem do dia; acompanhar, através de assessoria técnica, os trabalhos das Comissões; controlar o serviço de transporte, combustíveis e despesas com viagens e estadias.

04 - Analista Legislativo

Habilitação - 2º Grau completo, maior de 18 anos, em gozo dos direitos políticos.

Características - Redige, digitaliza e registra em livros próprios, as atas, pareceres e relatórios das Comissões; elabora os atos da Mesa, da Presidência, das Comissões, portarias, resoluções, decretos legislativos, leis, certidões, moções, indicações, emendas, leis promulgadas, contratos, convocações, editais, correspondências e demais documentos; acompanha o andamento dos projetos de lei e demais matérias que tramitam no Poder Legislativo; assessora Vereadores cujas bancadas não possuem auxílio de assistente de bancada.

05 - Técnico Legislativo

Habilitação - 2º Grau completo, maior de 18 anos, em gozo dos direitos políticos.

Características - Responsável pelo andamento das sessões, encaminhamento dos documentos e parte administrativa da Secretaria, cumprimento de despachos, auxílio às assessorias e a contabilidade em suas funções; prepara os livros de registro de presença dos membros, das Comissões Permanentes, Especiais e de investigação; receber, classificar e protocolar todos os projetos de lei, decretos legislativos, resoluções, requerimentos, moções, indicações, emendas e pareceres das Comissões, conservando-os por ordem numérica e divididos por exercícios e legislaturas, arquivando-os da mesma forma; protocolar toda correspondência expedida e recebida; zelar pelos documentos recebidos para protocolo; preencher pastas que formam processos, e exercer outras atividades inerentes ao cargo.

06 - Recepcionista

Habilitação - 1º Grau completo, maior de 18 anos, em gozo dos direitos políticos.

Características - Responsável pelos serviços de expediente, controle de arquivo e correspondências; recepcionar autoridades, vereadores e demais visitantes; digitar ofícios, cartas, e outros documentos, prestando outros serviços de computação; dar, no setor, vistas aos processos, mediante autorização do Diretor; manter fichário de todos os funcionários da administração, vereadores e autoridades do Município, do Estado e do País, assim como o endereço dos respectivos órgãos para orientação do público; encaminhar documentos recebidos para protocolo; registrar, classificar, catalogar, guardar e conservar todos os livros e publicações adquiridas e/ou recebidas pela Câmara; manter em arquivo, jornais oficiais; abertura e fechamento das dependências da Câmara; elaborar cópias de documentos para a Câmara, e demais serviços inerentes a estas atividades.

07 - Auxiliar de Serviços Gerais

Habilitação - Alfabetizada.

Características - Exerce atividades de natureza operacional, abrangendo limpeza e conservação interna e externa das dependências da Câmara; hastear e arriar as bandeiras do Brasil, Santa Catarina e do Município de Siderópolis, nos locais designados; controla o consumo do material de limpeza e cozinha; organiza, dirige e cuida dos serviços e afazeres da copa/cozinha, servindo líquido e alimentos aos agentes públicos, políticos e demais pessoas que frequentam a Câmara.

08 - Contador

Habilitação - Diplomação em curso superior e contabilidade e estar devidamente inscrito junto ao Conselho de Contabilidade.

Características - Realizar os trabalhos contábeis da Câmara de Vereadores, bem como assinar empenhos e ordem de pagamentos

juntamente com o Presidente da Casa.

II - Tabela de Vencimentos - CARGOS COMISSIONADOS

NUMERO DE CARGOS	NOMENCLATURA	NIVEL SIMBOLO	VENCIMENTOS
01	DIRETOR	CC1	R\$ 4.026,07
01	ASSESSOR JURÍDICO	CC1	R\$ 4.026,07
01 A	SSESSOR DA PRESIDÊNCIA	CC3	R\$ 1.258,74

III - Tabela de Vencimentos - CARGOS EFETIVOS

NUMERO DE CARGOS	NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS
01	CONTADOR	40 HORAS SEMANAIS	R\$3.405,41
01	ANALISTA LEGISLATIVO	40 HORAS SEMANAIS	R\$.857,51
01	TÉCNICO LEGISLATIVO	40 HORAS SEMANAIS	R\$1.232,53
01	RECEPCIONISTA	30 HORAS SEMANAIS	R\$678,00
01	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40 HORAS SEMANAIS	R\$ 678,00

Lei Nº 2032

LEI Nº 2.032, DE 17 DE ABRIL DE 2013

ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº1.820 DE 03 DE AGOSTO DE 2009

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Art. 2º da Lei Municipal nº1.820/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

- “
- Art.2º- O conselho será contido de 10(dez) membros:
- a) Dois representantes do Poder Executivo Municipal, sendo um da Secretaria de Educação (preferencialmente efetivos);
 - b) Um representante dos diretores das Escolas Básicas Públicas;
 - c) Um representante dos professores das Escolas Básicas Pública;
 - d) Um representante dos servidores Técnico-Administrativo das Escolas Pública;
 - e) Dois representantes de pais e alunos da Educação Básica Pública;
 - f) Dois representantes dos estudantes da Educação Básica Pública de estudantes secundários;
 - g) Um representante do Conselho Municipal de Educação.

§1º- Os membros do Conselho serão indicados por seus pares ao Prefeito que os designará para exercer suas funções.

§2º- O mandato dos membros do Conselho ser 02(dois) anos, vendada a recondução para o mandato subsequente.

§3º- As funções dos membros do Conselho não será remuneradas.

§4º- Para cada membro titular, devera ser nomeado um membro suplente.

“

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/08/2011.

Paço Municipal “Antonio Feltrin”
Em, 17 de Abril de 2013
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal “Antônio Feltrin”.

Lei Nº 2034

LEI Nº 2.034, DE 17 DE ABRIL DE 2013

AUTORIZA FIRMAR CONVENIO COM A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA - SATC

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA - SATC - CNPJ nº83.647.830/0001-71, no valor de R\$247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais), com o objetivo de constituir parceria para oferta de Educação Profissional de Nível Técnico, para o curso Técnico em Mecânica.

Art. 2º - O referido convênio terá vigência de 26 (vinte e seis) meses, contados a partir de sua assinatura.

Art. 3º - As despesas correrão por conta do orçamento do exercício de 2013, 2014 e 2015.

Art. 4º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Antonio Feltrin”

Em, 17 de Abril de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal “Antônio Feltrin”.

Timbó

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 428, de 23 de Abril de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 428, DE 23 DE ABRIL DE 2013

Autoriza a desafetação da AV.2-19.042 de 28/10/2010 (área de utilidade pública de 1.986,50m²) e a sua permuta com imóvel particular, o qual passa a integrar o patrimônio do Município de Timbó.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica desafetado do uso de utilidade pública para bem dominical a área do imóvel Matriculado Sob nº 19.042, Livro 2 do 1º Ofício de Registros de Imóveis da comarca de Timbó, constante da AV.2-19.042, abaixo transcrita:

AV.2-19.042 - 28/10/2010. ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA. Certifico que, conforme a Av.3-10.931, Livro 2, deste Serviço de Registros e documentação arquivada, no imóvel matriculado fica vinculada a área de 1.986,50m² como utilidade pública, que deverá ser transferida ao Patrimônio Municipal, na ocasião do primeiro parcelamento do mesmo. Protocolo nº 73.538 de 19/10/2010. Recibo de Antecipação nº 19.842. Recibo Complementar nº 68.676, conforme Provimento nº 36/2009 da CGJ/SC

Parágrafo único. A área de 1.986,50 m.², a que se refere a averbação acima transcrita, possui a seguinte descrição:

“Área de Utilidade Pública: 1.986,50m². Terreno urbano situado no lado par da Rua Pomeranos distando, pelo lado direito, 338,70 metros da esquina formada com o lado par da Rua Frederico Schumann. Iniciando no ponto PP, localizado no início da interseção da

frente com o lado direito do imóvel, deste segue pela frente do imóvel, confrontando com o lado par da rua Pomeranos em 15,00 metros até o ponto 01; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à esquerda com ângulo interno 80°24'05" em 137,73 metros, confrontando com área remanescente até o ponto 02; deste segue pelos fundos defletindo à esquerda com ângulo interno 88°0'51" em 14,38 metros, confrontando com área remanescente até o ponto 03; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno 92°09'47" em 134,73 metros, confrontando com terras de Dablio Participações Ltda - EPP matriculado sob nº 15.750, Livro-2 até o ponto de partida PP; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno 99°25'16", com início desta descrição, perfazendo o perímetro de 301,84 metros."

Art.2º Fica autorizado o Chefe do Executivo a permutar o imóvel/ área descrita no art. 1º com o imóvel de propriedade de MORRO AZUL INCORPORADORA DE BENS LTDA, matriculado sob o nº. 17.030, no livro 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com a seguintes descrição:

"IMÓVEL: o terreno urbano, designado sob o lote nº 05, do Desmembramento denominado "INGO REETZ", situado no lado ímpar da Rua Frederico Schumann, distando, pelo lado direito do imóvel 79,65 metros da esquina formada com o lado par da rua Pomeranos, nesta cidade e Comarca, contendo a área de 703,94m² (setecentos e três metros e noventa e quatro décimos quadrados), sem edificações, estremando pela frente em 18,00 metros com o lado ímpar da Rua Frederico Schumann; fundos em 16,00 com o imóvel matriculado sob o nº 25, Livro 2, de propriedade de Ingo Pettersen; lado direito em 43,60 metros com a área remanescente constante da matrícula nº .728, Livro 2, de propriedade de Ingo Reetz; e, lado esquerdo, em 41,51 metros com o lote nº 06 matriculado sob o nº 17.031, Livro 2, de propriedade de Ingo Reetz. Cadastro Imobiliário nº 01.05.027.0627.001."

Parágrafo único. O imóvel acima descrito passa a integrar o patrimônio público municipal.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, em 23 de Abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Aviso de Abertura das Propostas Pregão Presencial N.º 27 2013 PMT - Material de Limpeza

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2013 - PMT

AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

O Município de Timbó, leva ao conhecimento dos interessados que a abertura dos envelopes de proposta do PREGÃO PRESENCIAL N.º 27/2013, para Aquisição de Material de Limpeza, acontecerá no dia 24/04/2013 às 14h e 15min na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó.

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS
Pregoeiro

Aviso Pregão Presencial N.º 06 2013 FMS - Aquisição de Suplementos Nutricionais

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2013

OBJETO: aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 15h00min do dia 06 de maio de 2013. ABERTURA: dia 06 de maio de 2013 as 15h10min. Os interessados

poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 28/03/2013.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

Aviso Pregão Presencial N.º 09 2013 FMS - Aquisição de Alimentos Caps

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2013 - FMS

OBJETO: aquisição de alimentos perecíveis, não perecíveis, frutas e verduras destinados aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS (Repetição parcial Pregão Presencial n.º 04-2013, sem alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 06 de maio de 2013. ABERTURA: dia 06 de maio de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 19/04/2013

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

Aviso Pregão Presencial N.º 43 2013 PMT - Impressão de Cópias e Plotagens de Projetos Públicos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2013

OBJETO: serviço de impressão de cópias e plotagens de projetos públicos, destinados à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 08 de maio de 2013. ABERTURA: dia 08 de maio de 2013 as 09h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 22/04/2013.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Aviso Pregão Presencial N.º 44 2013 PMT - Manutenção da Frota (Funilaria, Chapeação e Pintura e Manutenção de Motocicletas)

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2013

OBJETO: prestação de serviços de funilaria, chapeação e pintura de veículos de passeio/utilitários e caminhões e serviços de manutenção de motocicletas com fornecimento de peças de reposição para a frota da Prefeitura de Timbó (fundos, fundações e autarquia). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 07 de maio de 2013. ABERTURA: dia 07 de maio de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 16/04/2013.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal de Fazenda e Administração

Decisão Recurso Referente ao Pregão Presencial N.º 27 2013 PMT - Material de Limpeza

DECISÃO

Recorrente: BRIOVILLE COMÉRCIO DE MATERIAS DE LIMPEZA LTDA.

Assunto: RECURSO CONTRA DECISÃO DO PREGOEIRO DE ACEITAR AS PROPOSTAS APRESENTADAS POR EMPRESAS PARTICIPANTES DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2013, FACE A AUSÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO EXPRESSA NAS MESMAS DO FABRICANTE.

Vistos e examinados os autos do presente processo, no exercício da competência conferida pelo §1º do art. 3º do Decreto nº 2.976, de 28 de novembro de 2012, adoto como fundamento e razões de decidir os termos consignados no Parecer Jurídico nº 44/2013 elaborado pela Procuradoria Geral do Município que segue anexo, e considerando os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a administração da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, INDEFIRO o recurso administrativo interposto pela empresa BRIOVILLE COMÉRCIO DE MATERIAS DE LIMPEZA LTDA., com a consequente manutenção da ata de recebimento e classificação das propostas.

Dê-se ciência ao Recorrente e as partes da decisão e parecer, dando-se seguimento ao processo nos moldes estabelecidos no edital.

Timbó, 19 de abril de 2013.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
SECRETÁRIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Extrato Contrato Administrativo N.º 2013/01 - 03 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/01 - 03
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADO: Paulo Roberto Silveira

OBJETO: Serviços de confecção e fornecimento personalizado de prótese odontológica.

VALOR ESTIMADO: R\$ 81.600,00 (oitenta e um mil e seiscentos reais)

PRAZO: 08/04/2013 a 08/04/2014

Data da Assinatura: 16/04/2013
ALFREDO JOAO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

Três Barras

PREFEITURA

Decreto Nº 4.223 de 12 de Abril de 2013

DECRETO Nº 4.223 DE 12 DE ABRIL DE 2013

CONVOCA A 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e ao que dispõe a Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011,

Art. 1º. Fica convocada a 5ª. Conferência Municipal da Cidade, a se realizar no dia 22 de maio de 2013, às 9:00 horas na sede da Associação Desportiva Classista Rigesa - ADCR, situada a Av. Rigesa, s/n, Três Barras - SC.

Art. 2º. A 5ª. Conferência Municipal da Cidade desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana Já".

Art. 3º. O Prefeito Municipal instituirá, mediante decreto, a Comissão Preparatória Municipal da Conferência, com a participação de até 08 (oito) integrantes, e que deverá ter a seguinte composição:

I - 50% (cinquenta por cento) de representantes do Poder Público; e

II - 50% (cinquenta por cento) de representantes da Sociedade Civil Organizada.

Parágrafo único. A Comissão Preparatória Municipal da Conferência caberá definir critério para a eleição de delegados para etapa estadual, respeitados os dispositivos legais atinentes a este processo.

Art. 4º. Revogam-se os Decreto nº 4.202 e nº 4.218.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 04 de abril de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Portaria Nº 233 de 15 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 233 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 150/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento ao servidor CRISTIAN ROBERTO TODT, matrícula 8909.5-7, ocupante do cargo de gestor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na

forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2003, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº 256 de 22 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 256 DE 22 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento autuado sob o nº 032/2013-SECE;

CONSIDERANDO, o que preconiza os arts. 73, inciso VI, e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a licença para o trato de assuntos particulares, anteriormente deferida através da Portaria nº 147/2012, à servidora ERENY DE FÁTIMA MEISTER, matrícula 713.7-2, ocupante do cargo de PROFESSOR, pelo prazo de 02 (dois) anos, com efeitos a contar de 03 de março de 2013.

Art. 2º. A licença de que trata os artigos anteriores, poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 22 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº. 258 de 25 de Março de 2013

PORTARIA Nº. 258 DE 25 DE MARÇO DE 2013

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Nomear comissão para avaliação de imóveis doados pelo Município para implantação de empresas nestes últimos 10 (dez) anos, verificando o cumprimento das cláusulas previstas nas Leis de doação.

A comissão ora designada deverá apresentar ao Chefe do Executivo Municipal, relatório individual por imóvel demonstrando sua

real situação de utilização, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da tomada de ciência desta Portaria.

COMISSÃO:

Joel Basílio - Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Sidilon Pazda - Secretário de Finanças

Marco Antonio de Souza - Secretário de Administração e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de Março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº. 241 de 15 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 241 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder ao servidor OSMAR PEDRO BARBOZA, condutor de Veículos e Maquinas, do quadro de pessoal Temporário, gratificação de 80% sobre o vencimento, tendo em vista o efetivo exercício da função de condutor de Operador de Maquina, conforme o anexo da lei complementar nº 139 de 08/10/2009

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº. 242 de 15 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 242 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

AUTORIZA o pagamento à servidora inativa MARIA D PEREIRA HENRIQUE, Professora, 40hrs - lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes, do quadro de pessoal estatutário desta Prefeitura, de parcela mensal no valor de R\$1.860,15 (um mil, oitocentos e sessenta reais e quinze centavos), a título de complementação de proventos, em consonância com o previsto no parágrafo único do art. 180 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2009 e requerimento protocolado sob o nº 235 de 05 de março de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 DE MARÇO DE 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 243 de 21 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 243 DE 21 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

AUTORIZA o pagamento à servidora inativa IVETE MAZUR, Professora, 40hrs - lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes, do quadro de pessoal estatutário desta Prefeitura, de parcela mensal no valor de R\$2.218,66 (dois mil, duzentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos), a título de complementação de proventos, em consonância com o previsto no parágrafo único do art. 180 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2009 e requerimento protocolado sob o nº 285 de 19 de março de 2013. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 DE MARÇO DE 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 244 de 21 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 244 DE 21 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder ao servidor ALFEU MOZART ALVES DOS SANTOS, condutor de Veículos e Maquinas, Aprovado em Teste Seletivo 01/2013, do quadro de pessoal Temporário, gratificação de 60% sobre o vencimento, tendo em vista o efetivo exercício da função de condutor de ônibus, conforme o anexo da lei complementar nº 139 de 08/10/2009

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 245 de 21 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 245 DE 21 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

INTERROMPER o gozo de férias da Servidora MARINA NUNES GUIMARAES DUBIEL, cargo de Enfermeira - 40hrs, do quadro de pessoal de funcionários da Saúde desta Prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2010.

O gozo de férias de que trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 06/08/2011 á 05/08/2012, cujo gozo teve início 18/03/2013.

O saldo de férias devido ao Servidor totaliza em 19 (dezenove) dias, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da lei Complementar nº138/2010.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 246 de 21 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 246 DE 21 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder ao servidor ELIZIO DANIEL KESSIN, condutor de Veículos e Maquinas, Aprovado em Teste Seletivo 01/2013, do quadro de pessoal Temporário, gratificação de 60% sobre o vencimento, tendo em vista o efetivo exercício da função de condutor de ônibus, conforme o anexo da lei complementar nº 139 de 08/10/2009

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 247 de 21 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 247 DE 21 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder ao servidor HELIO BALAK, condutor de Veículos e Maquinas, Aprovado em Teste Seletivo 01/2013, do quadro de pessoal Temporário, gratificação de 60% sobre o vencimento, tendo em

vista o efetivo exercício da função de condutor de ônibus, conforme o anexo da lei complementar nº 139 de 08/10/2009

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 248 de 21 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 248 DE 21 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Conceder ao servidor LIRIO ODELLI, condutor de Veículos e Maquinas, Aprovado em Teste Seletivo 01/2013, do quadro de pessoal Temporário, gratificação de 60% sobre o vencimento, tendo em vista o efetivo exercício da função de condutor de ônibus, conforme o anexo da lei complementar nº 139 de 08/10/2009

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 249 de 21 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 249 DE 21 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Conceder ao servidor LUIZ CARLOS GONCALVES MIRANDA, condutor de Veículos e Maquinas, do quadro de pessoal Temporário, gratificação de 80% sobre o vencimento, tendo em vista o efetivo exercício da função de condutor de Operador de Maquina, conforme o anexo da lei complementar nº 139 de 08/10/2009

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 250 de 21 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 250 DE 21 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Conceder ao servidor NICOLAU VIELEVSKI, condutor de Veículos e Maquinas, Aprovado em Teste Seletivo 01/2013, do quadro de pessoal Temporário, gratificação de 60% sobre o vencimento, tendo em vista o efetivo exercício da função de condutor de ônibus, conforme o anexo da lei complementar nº 139 de 08/10/2009

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 251 de 21 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 251 DE 21 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Conceder ao servidor REGINALDO TEODORO DUBIELA, condutor de Veículos e Maquinas, do quadro de pessoal Temporário, gratificação de 80% sobre o vencimento, tendo em vista o efetivo exercício da função de condutor de Operador de Maquina, conforme o anexo da lei complementar nº 139 de 08/10/2009

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 252 de 21 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 252 DE 21 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Conceder ao servidor WILSON DE OLIVEIRA ROSA, condutor de Veículos e Maquinas, do quadro de pessoal Temporário, gratificação de 80% sobre o vencimento, tendo em vista o efetivo exercício da função de condutor de Operador de Maquina, conforme o anexo da lei complementar nº 139 de 08/10/2009

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 253 de 21 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 253 DE 21 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder ao servidor WILSON MENDES, condutor de Veículos e Maquinas, Aprovado em Teste Seletivo 01/2013, do quadro de pessoal Temporário, gratificação de 60% sobre o vencimento, tendo em vista o efetivo exercício da função de condutor de ônibus, conforme o anexo da lei complementar nº 139 de 08/10/2009

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 254 de 15 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 254 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora MARLENE NOVAK FRAGOSO, para exercer as funções no cargo de DIRETORA DE CMEI, "Cmei Tia Maria" PC 07, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município. A contar a 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 259 de 25 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 259 DE 25 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder, a servidora ELIZETE PORTELLA OSTROSKI, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Quadro de funcionários Temporário desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura

& Esportes; 90 (noventa) dias de licença para tratamento de Saúde junto ao INSS, a contar o atestado de 22/03/2013 e encaminhado ao Auxílio doença em 04/04/2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 260 de 25 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 260 DE 25 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Prorrogar, a Licença Maternidade por mais 60 (sessenta) dias da servidora JUNALE PORTES DE OLIVEIRA BATISTA, no cargo de Professora, 20 hrs, Quadro de funcionários Estatutário desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; conforme o parecer jurídico de acordo com o Requerimento protocolado pela mesma.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 261 de 25 de Março de 2013

PORTARIA Nº. 261 DE 25 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor ELCIO PEREIRA DE LIMA, para exercer suas funções no cargo de SUB-DIRETOR, PC 07, Quadro de funcionários Comissionado desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Administração & Planejamento desde município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 262 de 25 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 262 DE 25 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONTRATAR, os servidores abaixo citados para exercer suas funções no cargo de PROFESSORES, Aprovados através do Processo Seletivo 06/2012, quadro de funcionários Estatutário desta Prefeitura, Conforme o Decreto Lei 4.196 de 04 de fevereiro de 2013 . lotados na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes.

Nº	Matricula	Nome:	Data	Hrs
1.	8416.6 4	AMARILDA DE JESUS LOPES BLANCK	01/03/2013	20hrs
2.	10917.7 3	ANA CRISTINA SEBEN ALVES DE SOUZA	04/03/2013	20hrs
3.	16862.9 1	AURELIA TEREZINHA DAS CHAGAS WALTER	01/03/2013	20hrs
4.	14199.2 1	CIDERLEI MAULE DE LIMA	01/03/2013	20hrs
5.	14772.9 1	CRISTIANA FLORISBELLA ADAM	01/03/2013	20hrs
6.	16378.3 2	DAMARIS NOEMI OCKER	08/03/2013	20hrs
7.	8565.0 13	DENISE GAULOSKI	04/03/2013	20hrs
8.	17702.4 0	DOUGLAS EDUARDO FERREIRA	01/03/2013	20hrs
9.	17704.0 0	FELIPE MICHEL GOGOLA	01/03/2013	20hrs
10.	13289.6 2	GIANE APARECIDA MARTINS SOARES	01/03/2013	20hrs
11.	16395.3 2	GRAZIELI CRISTIANE DE LIMA	01/03/2013	20hrs
12.	17719.9 0	JAISON RODRIGO DO-BROSHINSKEI	06/03/2013	20hrs
13.	15762.7 2	MARIA APARECIDA KON	01/03/2013	20hrs
14.	264.0 18	MARIA DE LOURDES NUNES ZAPORA	01/03/2013	20hrs
15.	109.0 7	MARIA JOSE PADILHA	01/03/2013	20hrs
16.	13450.3 2	MARILDA QUIRINO DE ALMEIDA ZIEMANN	01/03/2013	20hrs
17.	16388.0 2	MILENA FERREIRA	01/03/2013	20hrs
18.	7916.2 7	NISSIA CECILIA NUNES	01/03/2013	20hrs
19.	10145.1 8	SABRINA FERREIRA DA ROSA	06/03/2013	20hrs
20.	716.1 9	SILVIA CRISTINA RODRIGUES	01/03/2013	20hrs
21.	17710.5 0	SILVIA ROSANE SCHATZ-MANN	01/03/2013	20hrs
22.	12647.0 3	TAMIRES LUANA BROZOSKI	01/03/2013	20hrs
23.	17731.8 0	TATIANE JONKO	04/03/2013	20hrs
24.	14795.8 1	VANESSA BIANEK DAS CHAGAS	01/03/2013	20hrs
25.	17709.1 0	VANESSA WAGNER D' OLIVEIRA	01/03/2013	20hrs
26.	14712.5 3	VERA LUCIA DA SILVA MASSANEIRO	01/03/2013	20hrs

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 263 de 25 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 263 DE 25 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONTRATAR, os servidores abaixo citados para exercer suas funções no cargo de Auxiliares de Serviços Gerais, 40hrs semanais; Aprovados através do Processo Seletivo 01/2013, quadro de funcionários Estatutário desta Prefeitura, Conforme o Decreto Lei 4.196 de 04 de fevereiro de 2013 .

Nº	Matricula	Nome:	Data
1.	4889.5 0	ADAO LINO	04/03/2013
2.	16202.7 0	ALESSANDRA MARIA PADILHA	19/03/2013
3.	17583.8 0	ANGELICA ARLAINE BORGES MACHADO	01/03/2013
4.	4457.1 0	ANTONIA MATOS DE LIMA	19/03/2013
5.	15836.4 1	ANTONIO MARCOS CARVALHO	19/03/2013
6.	17446.7 0	CARLOS JUNIOR GASSNER	05/03/2013
7.	14127.5 1	DONALDO AUGUSTO DO PRADO HAACK	05/03/2013
8.	17713.0 0	JOÃO MARIA CAVALHEIRO	01/03/2013
9.	14799.0 1	JOELMA HARTINGER	06/03/2013
10.	17700.8 1	KARINA DOS SANTOS	01/03/2013
11.	17716.4 0	LUCIANE FLORES	06/03/2013
12.	17786.5 0	MARCELO ALVES DOS ANJOS	20/03/2013
13.	16924.2 1	PATRICIA KELCZESKI	19/03/2013
14.	17695.8 0	PAULO JORGE DE LIMA	01/03/2013
15.	863.0 1	SONIA REGINA STEKLAIN	01/03/2013
16.	7897.2 0	VIVIANE APARECIDA ZALEUSKI	01/03/2013

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 264 de 25 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 264 DE 25 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora ANTONIA CLAUDIA SOLOSINSKI, das funções que exercia no cargo de SECRETÁRIA ADJUNTA, PC 05, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Habitação desde município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 265 de 25 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 265 DE 25 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

INTERROPER, A Licença sem vencimento da servidora SUMAIA EL-KOUBA MIGUEL, cargo de GESTORA, lotada na Secretaria de Agricultura & Meio Ambiente, do quadro de pessoal Estatutário desta Prefeitura. Conforme o requerimento protocolado 305/2013, a contar de: 25/03/2013

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 266 de 25 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 266 DE 25 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder, a servidora TACIANE JASCUF KURPIEL CZELUSNIAK, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, Quadro de funcionários Emprego Público desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; 90 (noventa) dias de licença para tratamento de Saúde junto ao INSS, a contar o atestado de 12/03/2013 e encaminhado ao Auxílio doença em 28/03/2013

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 267 de 25 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 267 DE 25 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido a servidora NERISE DE FÁTIMA DA SILVA, das funções no cargo de PROFESSORA, 40hrs semanais, Quadro de funcionários temporários desta Prefeitura, Aprovada através de Processo Seletivo 06/2012, conforme o Decreto Lei 4.196 de 04 de fevereiro de 2013, lotada na secretaria de Educação, Cultura & Esportes, a contar a dispensa de 01 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Editais de Convocação de Audiência Pública
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de TRÊS BARRAS - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, faz saber a quem interessar possa, que a Prefeitura Municipal de Três Barras realizará Audiência Pública para Apresentação e Discussão do Projeto de Lei do PPA - Plano Plurianual, para o período compreendido entre os exercícios de 2014 a 2017, no seguinte local, data e horário:

Local - Auditório José Felício de Souza, anexo a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Rua Lumber, s/n - Centro - Três Barras (SC)
Data - 29 de Abril de 2013
Horário - 19h30min horas

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo, participem desta Audiência Pública.

Três Barras, (SC), 19 de Abril de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº. 1.520/2013, Em 19 de Abril de 2013.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 1.520/2013, em 19 de Abril de 2013.
HOMOLOGA O RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DAS PROVAS DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2013.

O PREFEITO MUNICIIPAL DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em LEI:

DECRETA:

Art. 1º. Homologados para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao edital do Concurso Público nº. 002/2013, o resultado classificatório (antes dos recursos) destinados ao provimento de cargos e cadastro de reserva, da Prefeitura Municipal, conforme abaixo relacionados:

Médico						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Total	
NENHUMA INSCRIÇÃO						
Fisioterapeuta						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Títulos	Total
69	AMANDA CRISTINA DE OLIVEIRA	5,20	1,50	1,05	-	7,75
65	MANUELA LAZARETTI PEREIRA	4,80	0,75	0,60	-	6,15
76	BRUNA AGOSTINI	3,60	0,75	0,90	0,60	5,85

74	MAIARA CAROLINE RITT	4,00	1,20	0,30	0,27	5,77
72	LUCAS FERNANDES WERLANG	3,20	0,75	0,90	0,21	5,06
68	KELIN THOMÉ	3,20	0,45	0,75	0,48	4,88
66	RICARDO LAZAROTTO	2,80	0,90	0,75	0,39	4,84
77	LEANDRA SOLDATELLI	2,80	0,75	1,20	0,06	4,81
80	LUIZ FERNANDO OLSZERSKI	3,20	0,75	0,60	0,21	4,76
75	ANA PAULA TOSIN	3,20	0,75	0,60	0,03	4,58
71	RICARDO DA SILVA BORGES	2,80	0,75	0,90	-	4,45
70	SCHIRLEY APARECIDA MARCONATO	2,40	0,60	0,75	0,27	4,02
79	LETICIA LEIDENS	2,40	0,30	1,05	-	3,75
81	MARCOS ANDREI DA SILVA	2,80	0,15	0,60	-	3,55
73	GABRIELA URNAU	2,40	0,75	0,15	0,06	3,36
67	DIANY LUNARDI	2,00	0,45	0,30	-	2,75
78	PAULA MARKWARDT	0,80	0,60	1,05	-	2,45

Agente Administrativo

Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Total	
48	ADRIEL DIOGO LUNKES	4,40	1,80	1,60	7,80	
49	DAYANA BEATRIZ PAULI	3,60	1,80	2,00	7,40	
33	DANIELA PAULA FOLETTO	3,60	2,00	1,40	7,00	
46	ANDREY LUCIANO BIEGER	3,60	1,60	1,80	7,00	
5	ANA CLÁUDIA WEBER	3,20	1,80	2,00	7,00	
28	LUCIANI HAAS	3,20	1,60	2,00	6,80	
20	RUTI FREESE	3,60	1,40	1,60	6,60	
2	CRISTINE EPPING	3,60	1,20	1,80	6,60	
40	ELAINE BERTI	3,20	1,60	1,80	6,60	
29	JULIANA SCHEREN	3,20	1,40	2,00	6,60	
27	MACIEL NAUE	3,20	1,40	1,80	6,40	
12	MÁRCIO ANDRÉ STULP	3,20	1,40	1,80	6,40	
4	DIONE PAULATA BETTIO	3,20	1,80	1,20	6,20	
39	ADÉLIA LUIZA HENNECKA	3,20	1,60	1,20	6,00	
35	CHRISTIAN EIDT	2,80	1,20	1,80	5,80	
52	ANA CRISTINA HECK	2,80	1,60	1,20	5,60	
30	MARCIAINE BURG	2,80	1,20	1,60	5,60	
24	ROSILETTE INÊS O. K. DE CASTRO	2,80	1,20	1,60	5,60	
38	CRISLEINE EIDT	2,80	1,40	1,00	5,20	
9	LOURDES ANA BIEGER	2,40	1,60	2,00	6,00	
14	THAISE MÁRCIA GÖTZ	2,40	1,80	1,60	5,80	
37	ELAINE MELZ	2,40	1,40	1,80	5,60	
50	ALINE KRAEMER	2,00	1,60	2,00	5,60	
18	LEDELEINE NUNES FORTUNATO	2,40	1,60	1,40	5,40	

22	GLAUCEA JOSE WINK	2,00	1,60	1,80	5,40	
10	FRACIEL BOURSCHEID	2,40	1,20	1,60	5,20	
41	DEISI FLACH	2,00	1,80	1,40	5,20	
11	ELIZANGELA GEREMIA	2,00	1,60	1,60	5,20	
16	FRANCIELI CHRISTINE WELTER	2,00	1,40	1,80	5,20	
8	MARCELI MÜLLER KOSVOSKI	2,40	1,40	1,20	5,00	
6	ASTOR ILOR PAULITSCH	1,60	1,40	2,00	5,00	
47	DANIELA RHODEN	1,60	1,40	2,00	5,00	
3	ACSA DE SOUZA M. OLSZERSKI	2,00	1,60	1,20	4,80	
51	DIEGO DILL	1,60	1,60	1,60	4,80	
23	KAMILA RIBEIRO	1,60	1,60	1,60	4,80	
32	LIRIA INES MOMBACH	1,60	1,60	1,40	4,60	
1	CLEIDE ANGELE HARTMANN	1,60	1,40	1,60	4,60	
42	CLEITON FRITZEN	1,60	1,20	1,80	4,60	
7	THAIS STRIEDER	0,80	2,00	1,80	4,60	
31	FERNANDO GOU-LARTE	2,00	0,80	1,60	4,40	
15	FRANCIELE DE-TERS	1,60	1,20	1,60	4,40	
26	PEDRO WENDLING	2,00	1,00	1,20	4,20	
17	LEANDRA P. BRITO DOS SANTOS	1,60	1,20	1,20	4,00	
13	JULIANE GELLER	1,20	1,00	1,80	4,00	
36	EDIANE GREZELE	1,60	1,00	1,20	3,80	
21	MARCOS CRISTIANO GIRARDI	0,80	1,40	1,60	3,80	
25	FERNANDA LUIZA SCHOENBERGER	2,00	0,80	0,80	3,60	
19	SIRLENE FELDHAUS BIEGER	0,80	1,20	1,20	3,20	
34	CRISTIANO KONRAD	0,80	0,80	1,20	2,80	

Auxiliar Manutenção de Máquinas e Veículos

Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Prova Prática	Total
63	CLEBER CESAR FAVERO	2,20	0,80	0,70	4,40	8,10
60	CLAUDINEI JUNGES	2,20	0,60	0,60	3,30	6,70
57	JOEL FLACH	2,00	0,50	0,90	2,90	6,30
58	ODENIR DIETER	1,20	0,70	0,90	2,60	5,40
55	LUIZ PAULO WENDLING	1,80	0,30	0,50	2,50	5,10
64	JULIANO ROSSATTO	2,00	0,60	0,70	2,40	5,70
56	HENRIQUE TADEU MEOTTI	2,20	0,50	0,60	2,30	5,60
59	NEODIR IMMIG	1,60	0,70	0,90	2,40	5,60
62	VILMAR ANTÔNIO KAEFER	1,60	0,90	0,90	1,90	5,30
61	JÚNIOR FELIPE WELTER	2,00	0,50	0,70	1,50	4,70
54	LAÉRCIO EBERHARDT TOILLIER	2,00	0,40	0,40	1,70	4,50

53	IVANOR IMMIG	1,60	0,40	0,70	1,40	4,10
Mestre em Edificações						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Prova Prática	Total
86	JOEL ROQUE SPIES	2,80	0,80	1,00	2,50	7,10
83	MARIO GASPAR SCHEREN	1,80	0,80	1,00	2,50	6,10
92	MARCELO HEINRICH LEHNHOFF	2,20	0,60	0,60	2,50	5,90
91	ELISEU KUMM	1,20	0,40	0,70	2,60	4,90
93	ADRIANO KAISER	1,00	0,40	0,80	2,60	4,80
95	ADILSON PRASIDO BORBA	1,40	0,50	0,20	2,50	4,60
84	HUGO URBANO KONZEN	1,20	0,40	0,50	2,40	4,50
88	IVONEI TIAGO BRACHT	2,40	0,50	0,80	2,40	6,10
89	ADELAR LUIS KAEFER	2,40	0,60	1,00	2,00	6,00
85	ADELICIO DE FARIAS	2,00	0,70	0,60	2,40	5,70
90	MÁRIO ZOZ	2,20	0,70	0,80	1,90	5,60
96	ADRIANO GASSEN	2,00	0,70	0,70	2,20	5,60
87	EVELÁCIO PREIS	1,80	0,50	0,80	2,20	5,30
82	DILSEU GOLLMANN	1,20	0,20	0,30	2,00	3,70
94	RICARDO OTT	1,00	0,30	0,50	1,80	3,60

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 19 de Abril de 2013.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Turvo

PREFEITURA

Decreto 20/2013

DECRETO Nº 020/13, de 17 de abril de 2013.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-CONSELHO DO FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.838/2007, de 25 de Abril de 2007 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB, conforme

segue:

I - Representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes:

Titular - Dione Maria Ricken

Suplente - Marisete Osório Monteiro

II - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular - Nestor Reco

Suplente - Roberto Carlos Patel

III - Representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais:

Titular - Carmem Marina S. Bardini

Suplente - Rose Mirian Fagundes

IV - Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular - Susana B. O. Bardini

Suplente - Fatima Miguel

V - Dois Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

Titular - Marieti Monteiro Rodrigues

Suplente - Janir Sachet Feltrin

Titular - Silvia Rosane Salvaro

Suplente - Sandra Regina Pescador

VI - Dois Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular - Ediare Pescador

Suplente - Taise Cardoso Sacon

Titular - Luciane F. Idalino Canela

Suplente - Beatriz Macedo da Silva

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular - Maribel Maragno

Suplente - Veronice Gabriel da Silva

VIII - Representante do Conselho de Alimentação Escolar - CAE:

Titular - Maria Aparecida B. Mondardo

Suplente - Marlene da Silva Ferreira

IX - Representante dos servidores técnicos administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular - Kátia Carminatti Parolo

Suplente - Tânia Maria K. Nazário dos Santos

X - Representante do Conselho Tutelar:

Titular - Sandra Regina Blázis

Suplente - Camila Farias

Art. 2º. A duração do mandato deste conselho será pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez.

Art. 3º. O exercício da Função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de abril de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Vidal Ramos

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº. 04/2013 - Aquisição Veículo Funderural

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

PREGÃO Nº. 04/2013

OBJETO: Constitui objeto do presente certame: Aquisição de um Veículo automotor novo, 0 km, fabricação 2013, motor 1.0, movido a gasolina ou etanol, potência mínima 62 CV de cor branco.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo Decreto nº. 14/2013 de 03/01/2013 Nomeando o Pregoeiro e o decreto nº. 2077/2013 de 02/01/2013 nomeando a comissão permanente de licitação, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 04/2013, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:00 hrs do dia 03 de maio de 2013

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 10:00 hrs do dia 03 de maio de 2013., na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Departamento de Compras e Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 22 de abril de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.898/13

LEI Nº 2.898/13, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio com o Grêmio Esportivo Floresta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com o Grêmio Esportivo Floresta, a fim de possibilitar a

utilização das instalações físicas do Clube para as atividades programadas pela Fundação Municipal de Esportes e outros órgãos da Administração Municipal, nos termos da minuta em anexo que faz parte integrante da presente LEI.

Art. 2º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) a serem pagos em parcela única, no decorrer do presente exercício.

§1º O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

§2º O repasse a que se refere o caput deste artigo será devidamente comprovado através de recibo.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal

01 - Assessoria de Gabinete

2.003 - Contribuições

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2013.

Videira, 17 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

LEI Nº 2.898/13

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Interino, Senhor LOURENÇO BECKER, e GRÊMIO ESPORTIVO FLORESTA, sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 86.554.318/0001-30, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 21/81, neste ato representado por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de 2013 o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e o GRÊMIO ESPORTIVO FLORESTA, resolvem, nos termos da Lei nº 2.898/13, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a utilização das instalações físicas do Clube para as atividades programadas pela Fundação Municipal de Esportes e outros órgãos da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II- repassar a importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) aprovada pela Lei autorizativa do presente convênio

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO GRÊMIO ESPORTIVO FLORESTA

I- Proporcionar atividades culturais, sociais, desportivas, recreativas e artísticas aos associados, seus dependentes e a toda comunidade;

II- Incentivar e patrocinar os desportos amadoristas;

III- Ceder as instalações de seu salão social, para a realização de eventos da Administração Municipal;

IV- Ceder todas as dependências esportivas de sua sede social para aula de natação e hidroginástica para a Terceira Idade, treinamento de escolinhas, equipes principais, bem como para a realização de eventos esportivos oficiais, tais como: Jogos da 3ª Idade, Jogos Interbairros, Olimpíadas do Interior, Campeonatos e Treinamentos de Bolão, conforme projetos da Fundação Municipal de Esportes e outros órgãos da Administração Municipal;

V- Comprovar, mediante relatório contendo: o local, data e horários, a utilização das dependências da entidade utilizadas pelas atividades do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara, produzindo seus efeitos a partir 1º de abril do corrente ano e terá validade até 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ainda ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de 2013.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal INTERINO

GRÊMIO ESPORTIVO FLORESTA
PRESIDENTE

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei Nº 2.899/13

LEI Nº 2.899/13, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Revoga a Lei nº 824/2000, que "Homologa contrato de cessão de uso que entre si celebram o Município de Videira e a Igreja Pentecostal de Jesus Cristo", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica revogada, sem ônus à entidade religiosa, a Lei nº 824/2000, que "Homologa contrato de cessão de uso que entre si celebram o Município de Videira e a Igreja Pentecostal de Jesus Cristo", conforme consta no Processo Administrativo nº 6119/2012.

Parágrafo único. Em consequência da revogação da Lei nº 824/00, encontra-se revogado o Contrato de Cessão de Uso, de que trata a presente Lei, que dispõe sobre a cedência de 01 (um) terreno urbano com área de 549,66 m² (quinhentos e quarenta e nove metros e sessenta e seis decímetros quadrados), integrante de uma área superficial com 2.122,45 m² (dois mil, cento e vinte e dois metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), constante de uma área institucional, lote nº 102, Quadra "E" do Loteamento Dona Zina, situado no lado par da Rua nº 06, Bairro Campo Experimental, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.900/13

LEI N.º 2900/13, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio com a Associação Videirense de Basquete - AVIBA e a repassar-lhe contribuição financeira que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação Videirense de Basquete - AVIBA, nos termos da minuta em anexo que faz parte integrante da presente LEI.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos esportivos da referida Associação, o desenvolvimento da prática do Basquete em todos os níveis sociais e em especial a aquisição de material esportivo.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a serem pagos em parcela única no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal

01 - Assessoria de Gabinete

2.003 - Contribuições

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 17 de abril de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

**MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
LEI Nº 2.900/13**

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Interino, Senhor LOURENÇO BECKER, e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO VIDEIRENSE DE BASQUETE - AVIBA, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 09.422.989/0001-04, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 2.066/2008, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de 2013, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, por intermédio da F.M.E.V e a ASSOCIAÇÃO VIDEIRENSE DE BASQUETE - AVIBA, resolvem, nos termos da Lei nº 2.900/13, celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a utilização de horários pela AVIBA em ginásios de esportes municipais, a promoção da FMEV em seus eventos e a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos esportivos da referida Associação, o desenvolvimento da prática do Basquete em todos os níveis sociais, em especial a aquisição de material esportivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA e F.M.E.V

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II- repassar o valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA AVIBA

I- preparar novos atletas para representarem o Município em competições a nível regional, estadual e nacional;
II- promover a integração entre o esporte e a comunidade;
III- incentivar a educação;
IV- afastar crianças, jovens e adolescentes das ruas, das drogas e de qualquer outro tipo de vício;
V- proporcionar o aperfeiçoamento físico e intelectual do atleta;
VI- promover competições em nosso Município, divulgando o Basquete;
VII- utilizar os horários cedidos, exclusivamente em suas atividades desportivas, recreativas, culturais e/ou assistenciais;
VIII- divulgar o nome do Município e da F.M.E.V, adotando um uniforme padrão, sendo que todos os atletas da AVIBA deverão obrigatoriamente utilizá-lo em todos e quaisquer eventos dos quais participem ou estejam envolvidos;
IX- participar, em nome do Município de Videira, dos eventos oficiais da FESPORTE: OLESC, Joguinhas e JASC, nas fases classificatórias Regional e Estadual;
X- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em

até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2013, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de 2013.
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

ASSOCIAÇÃO VIDEIRENSE DE BASQUETE - AVIBA
Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Portaria Nº 0189/13

PORTARIA nº 0189/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5292/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a GUSTAVO DE OLIVEIRA PIVA, Agente Administrativo II, de 1º de junho de 2013 até 1º de setembro de 2013, referente ao quinquênio de 02 de outubro de 2006 até 1º de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2013.

Videira, 17 de abril de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0190/13

PORTARIA nº 0190/13

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3506/2013,

RESOLVE

Declarar estável a servidora TÂNIA VERGÍNIA MARTELLI STRAPAZZON, Agente de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 07 de agosto de 2012.

Videira, 17 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria no INPREVID aos 17 dias do mês de abril de 2013.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

Data de Abertura das Propostas TP 02-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2013

A Comissão Permanente de Licitações, transcorrido o prazo sem interposição de recursos, torna público que a sessão para abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados no processo licitatório em epígrafe cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES (625,09m²) E PASSEIO COM PISO DE CONCRETO DESEMPENADO (365,25m²) NA RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, será dia 24 de abril de 2013 às 17:00 horas.

Videira, 19 de abril de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Encerramento do PR 47/2013-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2013-PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2013-PMV, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DO CAMINHÃO C. ABERTA-VW/9.150 E DELIVERY, PLACAS MII 8237 FROTA 198, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 19 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Extrato do Contrato N. 0394/2013

Extrato do Contrato n. 0394/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: FLÁVIO ROSA DOS SANTOS

CPF: 005.261.419-05

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 07 de março de 2013 a 15 de maio de 2013

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.133,73 (um mil, cento e trinta e três reais e setenta e sete centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0224/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0224/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NELCI DOS SANTOS DA SILVA

CPF: 983.687.459-34

VIGÊNCIA: de 01 de janeiro de 2013 até 30 de setembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0361/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0361/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VIVIAN BRINIAC MOREIRA

CPF: 004.767.449-03

VIGÊNCIA: de 01 de março de 2013 até 28 de junho de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0370/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0370/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA LUIZA CORONETTI

CPF: 053.060.829-47

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2013 até 30 de abril de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0371/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0371/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANE MARIA BALDO

CPF: 010.549.059-83

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2013 até 30 de abril de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0430/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0430/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MADALENA DEMORI

CPF: 296.709.779-91

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2011 até 31 de março de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0512/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0512/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVANI DO NASCIMENTO

CPF: 433.578.490-20

VIGÊNCIA: de 01 de junho de 2012 até 01 de maio de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Vitor Meireles

PREFEITURA

Lei Nº 0845

LEI Nº 0845, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA COMPANHIA DE DANÇA FABIÚLA MORGANA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com a importância de até R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), para a Associação de Pais e Professores da Companhia de Dança Fabiúla Morgana.

§ 1º - A contribuição de que trata a presente Lei, será efetuada em 9 (nove) parcelas mensais, e será utilizada para custear os serviços de formação de grupos de dança, estimulando a produção cultural do nosso Município.

§ 2º - A Associação de Pais e Professores da Companhia de Dança Fabiúla Morgana deverá prestar contas dos recursos concedidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, no orçamento vigente, e suplementar as referidas dotações, as quais serão utilizadas como fonte orçamentária para o art. 1ª desta lei, conforme segue:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

33000000 - Outras Despesas Correntes

33500000 - Transf. A Instituições Privadas S/ Fins Lucrativos

0.1.0100 - Rec. de Impostos e Transf, Impostos - Educação R\$ 17.500,00

10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.009.2016 - Atenção as Famílias

33000000 - Outras Despesas Correntes

33500000 - Transf. A Instituições Privadas S/ Fins Lucrativos

0.1.5200 - Outras Transf. Recursos do Fundo de Assistência Social R\$ 14.000,00

Art. 3º - Utilizar-se-á, para suplementação da dotação do Art. 2º, da presente Lei, recursos de anulação das seguintes dotações orçamentárias:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

33000000 - Outras Despesas Correntes

33900000 - Aplicações Diretas

0.1.0100 - Rec. de Impostos e Transf, Impostos - Educação R\$ 17.500,00

10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.009.2016 - Atenção as Famílias

33000000 - Outras Despesas Correntes

33900000 - Aplicações Diretas

0.1.5200 - Outras Transf. Recursos do Fundo de Assistência Social R\$ 14.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Vitor Meireles, 19 de abril de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Lei Nº 0846

LEI Nº 0846, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

ALTERA O ARTIGO 2º, DA LEI Nº 430/2001 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Altera o Artigo 2º, da Lei nº 430/2001, com a seguinte redação:

"Artigo 2º - O valor unitário do auxílio alimentação será de R\$ 8,00 (oito reais) proporcionais aos dias úteis efetivamente trabalhados, observado o limite mensal de 22 (vinte e dois) dias e equivalerá a 40 (quarenta) horas semanais, servindo como base para o prêmio assiduidade a ser pago juntamente com o 13º salário."

§ 1º

§ 2º

§ 3º - Para cálculo do valor do prêmio assiduidade, utilizar-se-á a média dos valores de auxílio alimentação recebidos durante o ano.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 19 de abril de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 092/2013

P O R T A R I A Nº 092/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2011, do dia 10 de novembro de 2011,

Nome: ROSANE PEREIRA MORAES

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS E POSTURAS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Administração e Finanças, podendo ser lotado em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de abril de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE ABRIL DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xavantina

PREFEITURA

Extrato de Publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2013
CONVITE Nº. 04/2013 - PMX

OBJETO: Contratação de empresa para executar e coordenar todas as etapas de um concurso público.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foram julgadas habilitadas as licitantes: IN-CAPEL INSTITUTO DE CADASTRO E PESQUISAS S/S LTDA, S & B AUDITORIA E GESTÃO PÚBLICA LTDA, CEC - CONCURSOS E EDITORA CURITIBA LTDA; ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI; CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA; SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES LTDA; COLEGIO ALTO VALE LTDA; FERNANDO DA SILVA TEIXEIRA - ME; e ALTERNATIVE CONCURSOS LTDA, sendo que a empresa CEC - CONCURSOS E EDITORA CURITIBA LTDA manifestou a intenção de recurso contra a empresa OBJETIVA CONCURSOS LTDA. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, no dia 30/04/2013, às 08:15 (oito horas e quinze minutos), na Sala de Licitações da Prefeitura de Xavantina, situada à Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro. A ata da sessão, na íntegra, está disponível na home page: www.xavantina.sc.gov.br, no link licitações.

Xavantina/SC, em 19 de abril de 2013.

ARLINE CAON

Presidente da C.P.L.

Pregão Presencial Nº 15/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2013 - PMXV

Objeto: Aquisição de uma Pick-up nova para o departamento de Transportes e Obras, conforme relação especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:00 do dia 07/05/2013.

Abertura: dia 07/05/2013, às 08:15.

O Edital estará à disposição dos interessados na home page www.xavantina.sc.gov.br. Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina, SC, 23 de abril de 2013.

MAURO JUNES POLETTI

Prefeito Municipal

Associações

AMMVI

Publicação Oficial dos Atos da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - Ammvi

CONTRATO nº DL-01/2013

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO

MULTIFUNCIONAL A LASER

Pelo presente instrumento particular que entre si celebram, de um lado, a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 83.779.413/0001-43, com sede à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro da Velha, na cidade de Blumenau - SC, CEP 89010-500, Fone (47) 3331-5800, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa COPY LINE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 04.724.655/0001-63 e Inscrição Estadual nº 254.299.008 com sede à Rua 2 de Setembro, nº 2787, bairro Itoupava Norte, CEP 89052-002, Fone (47) 3037-5397, na cidade de Blumenau - SC, denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justa e acordada, na melhor forma de direito e fundamentada no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações, a celebração do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem por objetivo o aluguel com fornecimento de peças, garantia e a prestação de serviços de assistência técnica a serem executados pela CONTRATADA exclusivamente para o(s) modelo(s) abaixo:

- MULTIFUNCIONAL XEROX WORKCENTRE PE220

o CONTADOR INICIAL: 56.600

o NÚMERO DE SÉRIE: L1H988205

1.2 - Para fins de aplicação deste contrato, a assistência técnica ora ajustada fica caracterizada conforme descrita neste contrato.

1.3 - Em qualquer hipótese, inclui-se desde já, na execução dos serviços ora contratados a reposição de partes e peças desgastadas pelo uso normal do equipamento, incluindo-se principalmente, os materiais considerados consumíveis e necessários ao seu funcionamento, tais como, cartucho de toner, os quais serão fornecidos diretamente por conta da CONTRATADA.

1.4 - A CONTRATADA aplicará no equipamento, quando necessária a substituição, partes e peças originais, adequadas, novas ou, quando não, que mantenham as especificações técnicas do fabricante, para o que, fica desde logo, autorizada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:

2.1 - O presente contrato terá vigência de 01 de Janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

2.2 - O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante termo aditivo, na forma da LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor mensal da locação objeto do presente contrato é de R\$ 100,00 (cem reais), contra a apresentação da respectiva fatura. A fatura referente ao primeiro mês será emitida no mês seguinte ao da assinatura e vigência deste contrato, com vencimento

para o dia 15 daquele mês. Serão isentas de pagamento todas as páginas produzidas com defeito, desde que o mesmo tenha sido comprovado e exclusivamente causado por problemas técnicos no equipamento.

3.2 - MATERIAIS DE CONSUMO: O valor mensal da locação inclui materiais de consumo, tais como, exemplificativamente, tonalizador, revelador, película fotorreceptor dos cilindros xerográficos e cartuchos de toner para 2.000 (duas mil) cópias/impressões, e para o excedente será cobrado o valor de R\$ 0,055 (cinco centavos e cinco milésimos de real) por cópia/impressão da CONTRATANTE.

3.3 - O pagamento dos serviços contratados será efetuado contra a apresentação da respectiva nota fiscal-fatura.

3.4 - As faturas não pagas até o vencimento serão acrescidas da variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado e divulgado pela IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aplicada pelos dias de atraso, cominada, também, multa de dois por cento (2,00%) e juros de mora de um por cento (1%) ao mês, ou fração, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 - A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual da AMMVI:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
01.02	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO/FINANÇAS
2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AMMVI
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
10000	RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 - Entregar o equipamento objeto desta locação na posse da CONTRATANTE desde o termo inicial deste instrumento, para o pleno gozo e exercício da locação.

5.2 - Fornecer material de consumo, assistência técnica, garantia do equipamento durante o período contratual e peças, no menor prazo possível, mantendo o equipamento em perfeitas condições de operação.

5.3 - A manutenção corretiva será prestada após a chamada da CONTRATANTE, no menor prazo possível. A manutenção preventiva possuirá periodicidade mensal ou será executada sempre no mesmo ato da manutenção corretiva, assumindo sempre o menor período.

5.4 - Proporcionar treinamento gratuito de operador-chave a uma pessoa indicada pela CONTRATANTE, quando tal treinamento for considerado necessário pela mesma.

5.5 - Prestar todas as informações técnicas necessárias a CONTRATANTE para a execução da instalação elétrica na qual será ligado o equipamento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1 - Executar e manter a instalação elétrica, na qual será instalado o equipamento, dentro dos padrões técnicos especificados pela CONTRATADA, bem como obedecer as condições ambientais e de espaço recomendadas, evitando que ocorram danos decorrentes de má operação.

6.2 - Operar correta, adequadamente e dentro da capacidade

técnica o equipamento, evitando que ocorram danos decorrentes de má operação.

6.3 - Comunicar incontinenti à CONTRATADA, por escrito, nos casos de transferência do equipamento para um novo endereço de instalação, para que aquela providencie a atualização.

6.4 - Ceder ao representante técnico da CONTRATADA ou da empresa por ela autorizada, por ocasião do atendimento técnico, material de consumo (papel) necessário para testes do equipamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

7.1 - É assegurado às partes a rescisão do presente contrato a qualquer momento, devendo, entretanto, comunicar à outra parte com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ressalvando o direito de recebimento da CONTRATADA pelos serviços prestados até a data da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

8.1 - Quaisquer danos no equipamento decorrentes de mudança de local, instalação elétrica, uso inadequado do equipamento fornecido pela CONTRATADA no período da locação, acidentes, uso de materiais de consumo impróprios ao equipamento no período de locação, e, ainda, do manuseio dos componentes, partes e peças ou toner da máquina por pessoa não credenciada pela CONTRATADA, lhe reservará o direito de cancelamento do contrato e suas obrigações.

8.2 - As condições para execução de serviços de assistência técnica fora das dependências da CONTRATANTE, e que resultem na efetiva remoção do equipamento, deverão ser objeto de acordo entre as partes, estando, portanto, tais serviços já contemplados nas condições de preço aqui ajustadas.

8.3 - A CONTRATANTE tem plena ciência de que lhe é vedado, sob qualquer hipótese ou pretexto, ceder, emprestar, locar, transferir, parcial ou totalmente, a terceiros estranhos a esta relação contratual, o objeto deste contrato, assegurando, pois, o bom uso do mesmo.

8.4 - A infração por parte da CONTRATANTE, desde logo, autoriza a CONTRATADA a exigir e obter a imediata devolução do equipamento, cabendo-lhe inclusive, na via judicial, a reintegração "initio litis", válido para os fins dos incisos II e III do artigo 927 do Código de Processo Civil, o documento enviado pela CONTRATADA solicitando a devolução do equipamento.

8.5 - Poderá, ainda, a CONTRATADA, facultativamente, considerar rescindida a locação e retirar o equipamento locado, nas hipóteses de falência ou insolvência da CONTRATANTE.

8.6 - Este contrato cancela e substitui qualquer outro anteriormente firmado entre as partes, com o objeto idêntico ou assemelhado ao deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DO FORO:

9.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

E por assim estarem de acordo com todas as cláusulas, firmam o presente instrumento, por si e eventuais sucessores, em duas (02) vias de igual teor, para um só efeito.

Blumenau (SC), 21 de dezembro de 2012.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

PRESIDENTE DA AMMVI

CONTRATANTE

JOSÉ RAFAEL CORREA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA AMMVI

CONTRATANTE

Consórcios

CIDEMA

Gabarito Provisório Todos Os Cargos - Prova Objetiva

ESTADO DE SANTA CATARINA
 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA
 CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013

ANEXO ÚNICO GABARITO PROVISÓRIO TODOS OS CARGOS - PROVA OBJETIVA

RETIFICADO EM 19/04/2013

EMPREGO PÚBLICO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

QT*	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
RP**	C	N	D	D	B	B	C	D	B	D	B	A	C	D	D	C	B	A	A	B	C	C	D	D	B	C	A	D	A	B	D	C	C	C	C

EMPREGO PÚBLICO: MÉDICO VETERINÁRIO

QT*	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
RP**	C	N	D	D	B	B	C	D	B	D	B	A	C	D	D	C	B	A	A	B	D	C	D	B	D	C	C	B	A	B	C	C	D	C	A

QT* Questão

RP** Resposta

OBS: As questões que contiverem a letra "N" na resposta no gabarito, serão consideradas como nulas e contando pontos para todos os candidatos.

RETIFICAÇÃO: As questões 26 e 34 do gabarito provisório para o Emprego Público: MÉDICO VETERINÁRIO, foram digitadas erroneamente e passam a valer com a seguinte resposta correta: Questão **26** resposta correta letra "C" e questão **34** resposta correta letra "C".

IOPLAN INSTITUTO OESTE DE PLANEJAMENTO & CONSULTORIA LTDA.

CINCO**Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco66**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO66
Fornecedor: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de equipamentos diversos de informática e suprimentos. Ajustam, a pedido da contratada, em conformidade com o Laudo de Aceitabilidade da amostra expedido pelo Departamento de Tecnologia da Informação retro, ajustam a alteração do modelo do ITEM 04 do LOTE 3, mantendo-se o mesmo valor contratado e não havendo prejuízo ao interesse público, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 19.04.2013. Validade: 25.03.2013 a 31.08.2013. PAL nº: 0003/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0002. Registro de Preços nº: 0003.

Fraiburgo (SC), 22 de abril de 2013.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco67

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO67
Fornecedor: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de equipamentos diversos de informática e suprimentos. Ajustam, a pedido da contratada, em conformidade com o Laudo de Aceitabilidade da amostra expedido pelo Departamento de Tecnologia da Informação retro, ajustam a alteração do modelo do ITEM 04 do LOTE 3, mantendo-se o mesmo valor contratado e não havendo prejuízo ao interesse público, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 19.04.2013. Validade: 25.03.2013 a 31.08.2013. PAL nº: 0003/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0002. Registro de Preços nº: 0003.

Fraiburgo (SC), 22 de abril de 2013.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco68

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO68
Fornecedor: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de equipamentos diversos de informática e suprimentos. Ajustam, a pedido da contratada, em conformidade com o Laudo de Aceitabilidade da amostra expedido pelo Departamento de Tecnologia da Informação retro, ajustam a alteração do modelo do ITEM 04 do LOTE 3, mantendo-se o mesmo valor contratado e não havendo prejuízo ao interesse público, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 19.04.2013. Validade: 25.03.2013 a 31.08.2013. PAL nº: 0003/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0002. Registro de Preços nº: 0003.

Fraiburgo (SC), 22 de abril de 2013.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco69

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO69
Fornecedor: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de equipamentos diversos de informática e suprimentos. Ajustam, a pedido da contratada, em conformidade com o Laudo de Aceitabilidade da amostra expedido pelo Departamento de Tecnologia da Informação retro, ajustam a alteração do modelo do ITEM 04 do LOTE 3, mantendo-se o mesmo valor contratado e não havendo prejuízo ao interesse público, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 19.04.2013. Validade: 25.03.2013 a 31.08.2013. PAL nº: 0003/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0002. Registro de Preços nº: 0003.

Fraiburgo (SC), 22 de abril de 2013.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO



Programa de Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br